



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO

JORNAL *POEIRA*, HISTÓRIA E MEMÓRIAS

Londrina

2016



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

201412550057

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 28 dias do mês de janeiro do ano de 2016, na sala 641 do Centro De Educação, Comunicação E Artes, desta Universidade, às 14:30 horas, reuniu-se a Banca Examinadora homologada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, composta por Dr. Paulo Cesar Boni, Dra. Marcia Neme Buzalaf e Dr. Ronaldo Baltar. A reunião teve por objetivo julgar o trabalho do estudante JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO sob o título: "JORNAL POEIRA, HISTÓRIA E MEMÓRIAS". Os trabalhos foram abertos pelo professor Dr. Paulo Cesar Boni. A seguir, foi dada a palavra ao estudante para apresentação do trabalho. Cada examinador arguiu o Mestrando, com tempos iguais de arguição e resposta. Terminadas as arguições, procedeu-se ao julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua APROVAÇÃO. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

O estudante deverá reformular seu trabalho no prazo de _____ dias: () SIM (X) Não
Se houver alteração no título do trabalho, informar o novo título abaixo:

Obs: Este documento não deve conter rasuras ou correções e deve ser preenchido de forma legível.

Londrina, 28 de Janeiro de 2016.

PRESIDENTE

Dr. PAULO CESAR BONI

UEL

TITULARES

Dra. MARCIA NEME BUZALAF

UEL

Dr. RONALDO BALTAR

UEL

JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO

JORNAL *POEIRA*, HISTÓRIA E MEMÓRIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção de título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Boni.

Londrina

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F315j Felismino, José Antonio Tadeu.

Jornal *Poeira*, história e memórias / José Antonio Tadeu Felismino. – Londrina, 2016.
264 f.: il.

Orientador: Paulo Cesar Boni.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Movimentos estudantis – Jornais – Teses. 2. Jornal *Poeira* (1974-1978) – Memória – Teses. 3. Universidade Estadual de Londrina – Movimentos estudantis – Teses. 4. Movimentos estudantis – História oral – Teses. I. Boni, Paulo Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 070.487

JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO

JORNAL *POEIRA*, HISTÓRIA E MEMÓRIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção de título de Mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Boni

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ronaldo Baltar

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Marcia Neme Buzalaf

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 28 de janeiro de 2016

À Democracia, pela qual lutamos tanto,
criança brasileira, “niña” sul americana,
que ainda inspira tantos cuidados...

A Tereza Maria, amor e companheira de vida,
que me inspirou e motivou a enfrentar este desafio.

A Júlia e Elias, filhos queridos,
A meus pais Antonio e Helena, a Fouad (*in memoriam*) e Damaris.

AGRADECIMENTOS

A Paulo Cesar Boni, pela generosidade, profissionalismo e dedicação de sua orientação.

A Marília (Lian), Nilson, Cleusa, Celia, Roldão e Marcelo, companheiros de luta, pela confiança de compartilharem a intimidade, as alegrias e as dores de suas memórias.

Aos professores Ronaldo Baltar, Fábio Lanza, Flora Neves, Dirce Lopes e Beto Klein, e aos colegas do mestrado, este renovado “coração de estudante” agradece.

Aos colegas Hermann Oberdiek, Raimunda Brito, Maria José Rezende, Mário Salles, Zilda Andrade, Lauriano Benazzi e aos meus alunos de Relações Públicas, pela ajuda na definição e realização da pesquisa.

Ao Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da UEL pelo cuidado, digitalização e exposição da coleção do *Poeira*.

A Elias Salomão Felismino e Regiane Alvarenga pela colaboração na finalização do trabalho.

A todos aqueles jovens dos anos 1970 que, como eu, amavam os Beatles, Chico, Vandrê, Caetano e Gil, mas que foram à luta com o refrão de Paulo Vanzolini que inspirou a democracia brasileira: “Reconhece a queda e não desanima / *Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima!*”

FELISMINO, José Antonio Tadeu. **Jornal *Poeira*, história e memórias**. 2016. 264 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

De 1974 a 1978, os estudantes da Universidade Estadual de Londrina protagonizaram o principal movimento social do estado do Paraná, na luta de resistência contra a ditadura militar de 1964, tendo como elemento de divulgação e organização o jornal *Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima*. Jornal e movimento alcançaram plena hegemonia política na instituição, disputando e vencendo todas as eleições do período. No plano nacional, *Poeira* foi um dos 25 jornais alternativos do país, entre mais de 150 do período militar, a sobreviver mais de cinco anos, mantendo elevado grau de autonomia, influência e qualidade editorial e gráfica. O fim da experiência, em novembro de 1978, com a decisão do Conselho de Administração de extinguir as entidades “oficiais” da UEL, criadas pela Reforma Universitária de 1968, representou a mais clara derrota do modelo de universidade sonhado pelos militares. A presente pesquisa utilizou a metodologia da história oral para registrar as memórias dos fundadores do jornal e líderes do movimento, e as teorias de Jacques Le Goff, Pierre Bourdieu e Bernardo Kucinski para abordar o objeto de estudo, que é a um só tempo histórico, sociológico e comunicacional. Dada a relevância do tema, e sua implicação contextual, o trabalho propõe a criação de uma seção no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL dedicada a registrar e preservar a história oral do movimento estudantil de Londrina.

Palavras-chave: Ditadura militar; movimento estudantil; Universidade Estadual de Londrina; jornal *Poeira*.

FELISMINO, José Antonio Tadeu. **Jornal *Poeira*, história e memórias**. 2016. 264 p. Dissertation (Master degree in Communication) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

From 1974 to 1978, students from the State University of Londrina (UEL) led the main social movement in Paraná state in the resistance fight against the military regime, being its element of organization and propaganda the newspaper *Levanta, Sacode a POEIRA e dá a volta por cima*. Both the newspaper and the movement reached hegemony in the institution, winning all the elections in the period. On the national level, *Poeira* was one of the 25 alternative newspapers, amidst more than 150 of the military period, to survive for more than five years, keeping a high degree of autonomy, influence and graphic and editorial quality. The end of the experience, in November 1978, with the decision of the Administration Council to close the “official” entities of UEL, created by the university reform of 1968, represented the clearest defeat of the university model the military regime dreamed of. This research used the methodology of oral history to record the memories of the founders of the newspaper and leaders of the movement, as well as the theories of Jacques Le Goff, Pierre Bourdieu and Bernardo Kucinski, to approach the object of study, which is, at the same time, historical, sociological and communicational. Given the relevance of the subject, and its contextual implication, this study proposes the creation of a section in the Documentation and Historical Research Centre of UEL, dedicated to the recording and preservation of the oral history of the student movement in Londrina.

Keywords: Military dictatorship; student movement; State University of Londrina; newspaper *Poeira*.

LISTAS DE FIGURAS

| | | |
|------------------------|--|-----|
| Figura 1 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 01 | 84 |
| Figura 2 - | Página 06 do jornal <i>Poeira</i> , número 01 | 86 |
| Figura 3 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 02 | 87 |
| Figuras 4 e 5 - | Fotomontagens, jornal <i>Poeira</i> , número 02 | 88 |
| Figura 6 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 03 | 89 |
| Figura 7 - | Fotomontagem, jornal <i>Poeira</i> número 03 | 90 |
| Figura 8 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 04 | 92 |
| Figura 9 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 05 | 94 |
| Figura 10 - | Cartaz encartado na edição número 05..... | 94 |
| Figura 11 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 06 | 96 |
| Figura 12 | Foto de audiência de representantes estudantis da UEL com o presidente da República, Ernesto Geisel..... | 98 |
| Figura 13 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 07 | 99 |
| Figura 14 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 08 | 101 |
| Figura 15 - | Páginas 07 e 19 do jornal <i>Poeira</i> , número 08 | 103 |
| Figura 16 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 09 | 104 |
| Figura 17 - | Capa da revista <i>Terra Roxa e Outras Terras</i> , número 08 | 106 |
| Figura 18 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 10 | 107 |
| Figura 19 - | Página 24 do jornal <i>Poeira</i> , número 10..... | 107 |
| Figura 20 - | Páginas 14 e 15 do jornal <i>Poeira</i> , número 10 | 109 |
| Figura 21 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 11 | 110 |
| Figura 22 - | Páginas 02, 04 e 22 do jornal <i>Poeira</i> , número 11 | 111 |
| Figura 23 - | Página 08 do jornal <i>Poeira</i> , número 11..... | 112 |
| Figura 24 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 12 | 113 |
| Figura 25 - | Página 17 do jornal <i>Poeira</i> , número 12..... | 116 |
| Figura 26 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> número 13 | 117 |
| Figura 27 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> número 14 | 119 |
| Figura 28 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> número 15 | 121 |

| | | |
|--------------------|---|-----|
| Figura 29 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 16 | 122 |
| Figura 30 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 17 | 124 |
| Figura 31 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 18 | 126 |
| Figura 32 - | Página 17 da edição número 18..... | 126 |
| Figura 33 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , edição especial de maio de 1977..... | 128 |
| Figura 34 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , segunda edição especial de maio de 1977..... | 129 |
| Figura 35 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , edição especial de julho de 1977..... | 130 |
| Figura 36 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 20 | 131 |
| Figura 37 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 21 | 133 |
| Figura 38 - | Páginas 03, 07 e 08 do jornal <i>Poeira</i> , número 21 | 134 |
| Figura 39 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , edição especial de outubro de 1977 | 135 |
| Figura 40 - | Página 03 da edição especial de outubro de 1977..... | 135 |
| Figura 41 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 22 | 136 |
| Figura 42 - | Páginas 15, 18 e 20 do jornal <i>Poeira</i> , número 22 | 138 |
| Figura 43 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , edição especial de novembro de 1977..... | 140 |
| Figura 44 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 23 | 141 |
| Figura 45 - | Páginas 06, 14 e 19 do jornal <i>Poeira</i> , número 23 | 143 |
| Figura 46 - | Capa da revista <i>Terra Rosa e Outras Terras</i> , número 09..... | 144 |
| Figura 47 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 24 | 145 |
| Figura 48 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 25 | 147 |
| Figura 49 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , edição especial de setembro de 1978 | 150 |
| Figura 50 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 26 | 151 |
| Figura 51 - | Páginas 18 e 20 do jornal <i>Poeira</i> , número 26 | 152 |
| Figura 52 - | Páginas 10 e 11 do jornal <i>Poeira</i> , número 26 | 153 |
| Figura 53 - | Capa do jornal <i>Poeira</i> , número 27 | 155 |
| Figura 54 - | Foto do sequestro da máquina impressora do DCE..... | 157 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABC | Santo André, São Bernardo e São Caetano, cidades da Grande São Paulo |
| AESI | Assessoria Especial de Segurança e Informações da UEL |
| AI-2 | Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965 |
| AI-3 | Ato Institucional nº 3, de fevereiro de 1966 |
| AI-5 | Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968 |
| AMEREL | Associação dos Médicos Residentes de Londrina |
| AP | Ação Popular, organização de esquerda fundada em 1950 |
| APLP | Associação dos Professores Licenciados do Paraná |
| APROL | Associação dos Professores de Londrina |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional, partido de apoio ao regime militar, existiu de 1965 a 1979 |
| BH | Belo Horizonte |
| BNH | Banco Nacional da Habitação |
| CA | Conselho de Administração da UEL |
| CCB | Centro de Ciências Biológicas da UEL |
| CCE | Centro de Ciências Exatas da UEL |
| CCH | Centro de Ciências Humanas da UEL |
| CCR | Centro de Ciências Rurais da UEL |
| CCRT | Centro de Ciências Rurais e Tecnológicas da UEL, fusão do CCR e CT |
| CCS | Centro de Ciências da Saúde da UEL |
| CDPH | Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL |
| CECA | Centro de Educação, Comunicação e Artes da UEL, fusão do CE e CCA |
| CESA | Centro de Estudos Sociais Aplicados da UEL |
| CESULON | Centro de Estudos Superiores de Londrina, atual UNIFIL |
| CEUEL | Casa do Estudante Universitário da UEL |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário |
| CLCH | Centro de Letras e Ciências Humanas da UEL, antigo CCH |

| | |
|-----------|--|
| CMNP | Companhia Melhoramentos Norte do Paraná |
| COHAPAR | Companhia de Habitação do Paraná |
| COPJORNAL | Cooperativa de Jornalista do Paraná |
| CPJM | Conselho Permanente de Justiça Militar |
| CT | Centro de Tecnologia da UEL |
| CTNP | Companhia de Terras Norte do Paraná |
| CU | Conselho Universitário da UEL |
| DARP | Diretório Acadêmico Rocha Pombo, do Centro de Ciências Humanas |
| DASCCA | Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Comunicação e Artes |
| DASCCB | Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Biológicas da UEL |
| DASCCET | Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da UEL |
| DASCCH | Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências Humanas da UEL |
| DASCCS | Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências da Saúde da UEL |
| DASCE | Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Educação da UEL |
| DASCESA | Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Estudos Sociais Aplicados da UEL |
| DATA | Diretório Acadêmico Treze de Agosto, do CESULON |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes |
| DHPaz | Direitos Humanos para a Paz, ONG paranaense |
| DOI-CODI | Destacamento de Operações Internas (DOI) do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) |
| DOPS | Delegacia de Ordem Política e Social |
| ECO 92 | Conferência Mundial do Meio Ambiente da ONU, realizada no Rio de Janeiro em 1992 |
| ENE | Encontro Nacional de Estudantes |
| FBI | Federal Bureau Investigation (Polícia Federal dos Estados Unidos) |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FITAP | Federação Independente de Teatro Amador do Paraná |
| FUEL | Fundação Universidade Estadual de Londrina |
| FUEM | Fundação Universidade Estadual de Maringá |
| FUEPG | Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa |

| | |
|---------|---|
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| GEIE | Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil do DCE de Londrina |
| HU | Hospital Universitário da UEL |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IEEL | Instituto Estadual de Educação de LondrinaII |
| IPM | Inquérito Policial Militar |
| IPUC | Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba |
| LSN | Lei de Segurança Nacional |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro, único partido permitido de oposição ao regime militar, existiu de 1965 a 1979 |
| ME | Movimento Estudantil |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MOBRAL | Movimento Brasileiro de Alfabetização |
| MPB | Música Popular Brasileira |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSPB | Organização Social e Política do Brasil, disciplina obrigatória em cursos universitários no período militar. |
| P2 | Serviço de Inteligência da PM do Paraná |
| PC do B | Partido Comunista do Brasil, dissidência do PCB fundado em 1962 |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922 |
| PCBR | Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, dissidência do PCB fundado em 1965 |
| PDC | Partido Democrata Cristão, fundado em 1945 |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista, fundado em 1979 |
| PF | Polícia Federal |
| PL | Partido Liberal, fundado em 1985 |
| PM | Polícia Militar |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro, fundado em 1979 |
| PND | Programa Nacional de Desenvolvimento |

| | |
|--------------|---|
| POC-POLOP | Partido Operário Comunista, organização clandestina criada em 1968, fruto de fusão com a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), surgida da dissidência do PCB em 1962 |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1932 e refundado em 1985 |
| PSD | Partido Social Democrata, fundado em 1945 e refundado em 2011 |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 1979 |
| PSP | Partido Social Progressista, fundado em 1946, fruto de fusão entre o Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Agrário Nacional (PAN) e Partido Popular Sindicalista (PPS) |
| PT | Partido dos Trabalhadores, fundado em 1979 |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 1945 e refundado em 1980 |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| RU | Restaurante Universitário da UEL |
| SESAC | Semana de Saúde Comunitária |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| ULES | União Londrinense de Estudantes Secundaristas |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UNIFIL | Universidade Filadélfia |
| UPE | União Paranaense de Estudantes |
| UPES | União Paranaense de Estudantes Secundaristas |
| USAID | United States Agency for International Development |
| USP | Universidade de São Paulo |
| VAR Palmares | Vanguarda Revolucionária Palmares, criada em 1969, fruto fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de Carlos Lamarca. |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | ABORDAGENS TEÓRICAS | 23 |
| 2.1 | UMA NOVA HISTÓRIA | 23 |
| 2.2 | O INDIVÍDUO E A AÇÃO SOCIAL | 28 |
| 2.3 | IMPrensa E DEMOCRACIA | 34 |
| 3 | CONTEXTO HISTÓRICO | 36 |
| 3.1 | ANTECEDENTES | 36 |
| 3.2 | DESENVOLVIMENTISMO | 41 |
| 3.3 | O PARANÁ | 44 |
| 3.4 | O REGIME DE 1964 | 50 |
| 3.4.1 | Os MILITARES | 53 |
| 3.4.2 | Os ESTUDANTES | 59 |
| 3.4.3 | A DITADURA NO PARANÁ | 65 |
| 3.4.4 | A IMPrensa ALTERNATIVA | 70 |
| 4 | ABORDAGEM METODOLÓGICA | 73 |
| 4.1 | PESQUISA COM FONTES ORAIS | 73 |
| 4.2 | METODOLOGIA DA PESQUISA | 77 |
| 4.3 | A DEFINIÇÃO DOS SUJEITOS | 79 |
| 4.4 | O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA | 80 |
| 5 | A EXPERIÊNCIA DO JORNAL <i>POEIRA</i> | 84 |
| 5.1 | REVISANDO O JORNAL | 84 |
| 5.2 | O FIM DAS ENTIDADES OFICIAIS | 157 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 5.3 | OS SUJEITOS AVALIAM A EXPERIÊNCIA | 160 |
| 5.3.1 | ANTECEDENTES | 160 |
| 5.3.2 | FUNDAMENTOS | 162 |
| 5.3.3 | INFLUÊNCIAS | 164 |
| 5.3.4 | A EXPERIÊNCIA – PONTOS FORTES | 169 |
| 5.3.5 | MOMENTOS MARCANTES..... | 179 |
| 5.3.6 | PONTOS FRACOS | 184 |
| 5.3.7 | REPERCUSSÕES | 187 |
| 5.3.8 | DISPERSÃO..... | 188 |
| 5.3.9 | PERSPECTIVAS DE VIDA | 190 |
| 6 | A TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS – HISTÓRIAS DE VIDA | 193 |
| 6.1 | Marília Furtado Andrade..... | 193 |
| 6.2 | Nilson Monteiro Menezes..... | 205 |
| 6.3 | Célia Regina de Souza | 211 |
| 6.4 | Roldão Oliveira Arruda..... | 221 |
| 6.5 | Marcelo Eiji Oikawa | 228 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 247 |
| | REFERENCIAS | 257 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo recuperar e preservar a memória sobre a experiência do Jornal *Levanta, Sacode a POEIRA e dá a volta por cima*, principal instrumento de difusão a serviço da coordenação e liderança do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina entre 1974 e 1978. Jornal e movimento tiveram significativo protagonismo social e político não apenas na UEL, vencendo todas as eleições estudantis no período, mas também em Londrina e região, no estado do Paraná e mesmo no movimento estudantil nacional, no momento em que a ditadura militar, instaurada no Brasil em 1964, iniciava um claudicante processo de distensão política.

A importância desta pesquisa se justifica pelo fato de que, até a presente data, passados quarenta anos dos fatos vividos, há escassos registros – escritos – de participantes daquela experiência, representados por fragmentos publicados em livros e trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação, além de documentação parcial da época, reunida no “Inventário do Fundo do Diretório Central dos Estudantes”, organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da UEL. Não há registro oral sistematizado dessa experiência, sendo que os sujeitos dessas memórias, embora espalhados em diversas partes do Brasil, continuam todos vivos, acessíveis e disponíveis.

Nesse contexto, um dos propósitos da presente pesquisa é promover o registro oral de memórias dos fundadores do jornal *Poeira* e das entidades que coordenavam o movimento estudantil da UEL, por meio de entrevistas individuais gravadas, com abordagem de “história oral temática”, baseada em questionário semiestruturado – mediante pesquisa prévia do autor, que foi participante ativo do jornal e do movimento¹.

Como objetivos específicos, pretende a pesquisa identificar os fatores explicativos do sucesso da experiência, avaliar seus pontos falhos e a questão dos vínculos e influências de partidos políticos sobre a mesma.

¹ O autor ingressou na Universidade Estadual de Londrina como estudante de Direito, em março de 1973, e começou a participar do movimento estudantil em meados desse ano, a partir de um concurso de contos e poesias promovido pelo Diretório Central dos Estudantes, gestão *Terra Roxa*. Foi um dos fundadores do jornal *Poeira* e acompanhou toda a experiência até o encerramento do mesmo, em novembro de 1978, quando também se formou em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, curso no qual ingressou em agosto de 1974. Exerceu mandatos de presidente do Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Comunicação e Artes (DASCCA – 1974/75), secretário do DCE (1975/76), presidente do DCE e representante discente no Conselho de Administração e no Conselho Universitário (1976/77).

Os sujeitos da pesquisa serão os fundadores do jornal e membros da coordenação central do movimento (“rede”), conforme detalhado no capítulo 4. Como possível resultado desta pesquisa, consideramos a proposição, ao CPDH da UEL, da criação de uma seção de fontes orais sobre o movimento estudantil nos anos 1970 e o jornal *Poeira*, a qual teria como objetivo inicial promover o registro de memórias do segundo grupo de coordenação (“colônia”) do movimento e do jornal entre 1974 e 1978.

O protagonismo sócio-político do jornal *Poeira* e do movimento estudantil em que estava inserido, no cenário regional e estadual, foi acentuado pelo fato de Curitiba viver um período de recesso político institucional, em virtude da supressão – de 1966 a 1984 – das eleições diretas para governadores de estados e prefeitos de capitais e cidades consideradas de “segurança nacional”, por determinação do Ato Institucional nº 3, baixado pelo governo militar em 1966.

Com isso, Londrina – maior cidade do estado a permanecer em atividade política normal no período, com eleições regulares para prefeito – tornou-se uma espécie de “capital política do Paraná”, com amplo domínio do único partido de oposição na época, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), forjando os líderes regionais que se tornariam os primeiros governadores eleitos do estado após a redemocratização do país em 1984, José Richa e Álvaro Dias.

Nesse contexto, o foco sobre a Universidade Estadual de Londrina e seu movimento estudantil se intensificou, e as contradições se agudizaram, pela estratégia adotada pelo grupo político dominante no Paraná, vinculado à ditadura militar e seu partido, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), capitaneado pelo ex-governador e então ministro da Educação, Ney Amintas de Barros Braga. Essa estratégia consistiu na tentativa de utilizar a UEL – principal instituição estadual do Norte do Paraná – como uma “cunha” para contrapor o amplo domínio político exercido na cidade e região pelo MDB.

Tal motivação evidenciou-se no processo que resultou na designação do seu segundo reitor, justamente para o período 1974-78, o médico Oscar Alves, pessoa com fortes vínculos políticos e pessoais (de parentesco) com Ney Braga. Fato que provocou rupturas e contradições internas com o grupo que conduziu a implantação da Universidade, liderado pelo primeiro reitor (1970-74), o médico Ascêncio Garcia Lopes, designado pelo ex governador Paulo Pimentel, que fora aliado e agora se tornava ferrenho adversário político de Ney Braga.

A experiência do *Poeira* e do movimento estudantil da UEL ocorreu no contexto da chamada “Era Geisel”, período da presidência do general Ernesto Geisel (1974-78) em que as forças dominantes da ditadura militar buscavam implementar uma distensão política “lenta, gradual e segura”, mas enfrentando forte resistência de setores de ultra direita do próprio regime. Sinais exteriores dessa luta interna foram os episódios de prisão, tortura e morte do jornalista Wladimir Herzog e dos operários Manoel Fiel Filho e Santo Dias, todos em dependências de órgãos de repressão do estado de São Paulo, nos anos de 1975 e 1976.

Outro aspecto significativo do contexto político institucional daquele período é a nova configuração da Universidade brasileira, após a reforma universitária de 1968, baseada nos chamados “Acordos MEC-USAID”, por meio dos quais o governo militar buscava substituir o modelo de universidade pública do país, até então de inspiração europeia, pelo modelo americano, que traria novidades como a organização de universidades públicas como fundações, o afastamento das mesmas dos centros urbanos, a adoção do regime de crédito, do ensino pago e da representação estudantil vinculada à estrutura universitária, entre outras. As recém criadas (em 1971) universidades estaduais paranaenses foram das primeiras implantadas nesse novo modelo, nascendo como fundações (FUEL-Londrina, FUEM-Maringá, FUEPG-Ponta Grossa etc), com ensino pago, regime de crédito e estrutura oficial de representação estudantil.

Desta forma, as entidades de representação estudantil na UEL nasceram simultaneamente à nova Universidade, como parte de sua estrutura institucional, e as primeiras eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretórios Acadêmicos Setoriais (DAS) e representação discente em departamentos, colegiados e conselhos departamentais e superiores foram convocadas por resolução do Conselho de Administração (CA), para setembro de 1972.

A primeira eleição estudantil colocou em confronto duas chapas, uma que reunia forças conservadoras simpatizantes ao regime militar e do partido que lhe dava sustentação política, a Arena, e outra que reunia simpatizantes da oposição. No interior dessa frente oposicionista havia estudantes egressos do movimento estudantil secundarista dos anos 1960, alguns vinculados a ou simpatizantes de partidos políticos então proscritos no país, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Em comum, esses grupos oposicionistas tinham uma posição crítica em relação ao movimento estudantil de 1968, cuja excessiva politização, partidarização e radicalização levou importantes lideranças e organizações a um total isolamento das bases estudantis – e da sociedade brasileira em geral – e até mesmo à clandestinidade e à luta armada, culminando em muitos casos em prisões, tortura e mortes de estudantes nos chamados “porões da ditadura”.

Com esta frente ampla de forças progressistas, e a ideia-força de um trabalho junto às bases estudantis, buscando conscientizá-las e politizá-las partindo de problemas específicos, para um dia chegar aos problemas gerais do país, a chapa liderada por Márcio Almeida venceu a eleição contra o empresário e estudante de Direito Nilo Dequech (por uma diferença de apenas 15 votos entre 3.000 eleitores) e assumiu a liderança do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina no período 1972/73.

Apesar do empenho para conquistar as bases estudantis, com o jornal *Terra Roxa* e atividades como organização de grupos e eventos de teatro, cinema, literatura, imprensa estudantil e outros, em um período em que os meios de comunicação social e as manifestações culturais eram censuradas pela Polícia Federal em todo o país, essa primeira gestão progressista não conseguiu reeleger-se para um segundo mandato em setembro de 1973, sendo derrotada pela chapa “Decisão”, presidida por Nilo Dequech.

Aos membros da primeira gestão restaram alguns Diretórios Acadêmicos Setoriais mantidos na segunda eleição, especialmente os do Centro de Ciências Humanas (DARP – Diretório Acadêmico Rocha Pombo) e o Diretório Acadêmico Treze de Agosto (DATA) de uma faculdade privada, o Cesulon – Centro de Estudos Superiores de Londrina, atual UNIFIL (Universidade Filadélfia).

Foi na sede do DASCCH, antigo Centro Acadêmico Rocha Pombo, localizada em dependências hoje ocupadas pelo Colégio Estadual Hugo Simas, no centro de Londrina, no segundo semestre de 1973, que ocorreram as reuniões para avaliação da derrota nas eleições. Dessas reuniões nasceu a decisão de se criar um novo jornal estudantil na Universidade Estadual de Londrina, reunindo os diretórios setoriais ditos “progressistas”, de oposição à linha conservadora do DCE, e bem mais comprometido em promover a participação dos estudantes na vida da universidade do que tinha sido o *Terra Roxa*, que permaneceu como órgão oficial do DCE na gestão conservadora.

Consolidou-se nesse momento uma frente de forças progressistas menos ampla que a composição da primeira gestão do DCE, a qual já não trazia estudantes vinculados ou simpatizantes do PCB. Assim posicionada mais à esquerda, em função da maior influência do grupo simpatizante do PC do B, o movimento enveredou por uma linha mais fortemente comprometida com o conceito de democracia popular ou participativa.

A partir de seu lançamento em março de 1974, o jornal *Poeira* exerceu total hegemonia do movimento estudantil da UEL, vencendo todas as eleições (anuais) para o DCE, Diretórios Acadêmicos Setoriais e representações discentes em órgãos da Universidade, de 1974 até 1978, ano em que a administração da UEL, então dirigida por José Carlos Pinotti, cancelou as eleições e decretou o fechamento de todas as entidades estudantis e a cassação de todos os mandatos.

O objeto de estudo da presente pesquisa de mestrado, a experiência do jornal *Poeira* na organização do movimento estudantil da UEL na luta contra a ditadura militar nos anos 1970, é – a um só tempo – histórico, sociológico e comunicacional. No Capítulo II apresentamos os referenciais teóricos para estudo do objeto.

Na perspectiva histórica, dialogamos com a “nova história” de Jacques Le Goff (1999), uma história mais atenta às mentalidades, ideologias e representações do que aos aspectos econômicos, sociais e políticos, e que vê nos conflitos clássicos entre passado e presente, progresso e atraso, moderno e antigo, claramente presentes no objeto desta pesquisa, os motores da história.

Do ponto de vista sociológico, apoiamo-nos na “sociologia compreensiva” de Max Weber e na “teoria da ação social” de Pierre Bourdieu para compreender a gênese das motivações humanas para a ação social. Mais do que um “determinismo histórico” marxista, vemos na experiência do jornal *Poeira* indivíduos portadores de *habitus* sócio-culturais, em um determinado *campo* espacial, temporal e temático, travando duras batalhas por *capitais simbólicos*, em processos dialéticos em que o individual e o coletivo se influenciam e se constroem reciprocamente.

Finalmente, como exemplar da imprensa alternativa que vicejou no Brasil durante (e em oposição) a ditadura militar, o jornal estudantil *Levanta, Sacode a Poeira e dá a volta por Cima* é analisado conforme os parâmetros propostos por Bernardo Kucinski, especialmente aquele que identificou em todas as experiências do gênero, no país, uma

convivência nem sempre pacífica entre “um consciente gramsciano e um inconsciente leninista”.

O Capítulo 3 é dedicado a contextualizar historicamente o objeto da pesquisa, evidenciando como a circunstância dos anos 1970, embora sob um regime de exceção, era coerente com a formação histórica do país: nosso modelo de estado patrimonialista altamente centralizado, herdado de Portugal, o “estamento burocrático” que domina as estruturas do estado, uma burguesia nacional sempre submissa ao estado e conivente com o capital internacional, que recusou-se a desempenhar seu papel histórico de fazer a revolução burguesa (liberal e nacionalista); e, por fim, após 1930, a criação de uma ideologia genuinamente brasileira, o “desenvolvimentismo”, espécie de “jabuticaba ideológica” onipresente em todos os governos brasileiros de 1930 até hoje (2015), inclusive – e enfaticamente – durante o regime militar.

Os 21 anos da ditadura merecem especial análise, com ênfase para os anos do governo Geisel, em que transcorreu a experiência do jornal *Poeira*. Assim como o contexto político paranaense e, especialmente, da região Norte do Paraná, que teve um importante antecedente de luta popular nos anos 1940/1950, a chamada “Guerrilha de Porecatu”, em que trabalhadores rurais lutaram pela posse da terra sob comando do Partido Comunista Brasileiro.

O Capítulo 4 é dedicado à abordagem metodológica do objeto, que prioriza o registro de memória através da história oral, sem abdicar da pesquisa documental.

O Capítulo 5 mergulha especificamente no objeto da pesquisa, apresentando a experiência do jornal e do movimento estudantil entre 1974 e 1978, através de uma revisão de cada uma das edições do jornal, seguida da avaliação dos sujeitos sobre os acertos, erros e lições aprendidas da experiência. As histórias de vida dos sujeitos estão no Capítulo 6.

Um dos mais importantes objetivos desta pesquisa é compreender as razões que levaram o chamado Grupo *Poeira*, organizado em torno de um jornal estudantil, a assumir plena hegemonia do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina entre 1974 e 1978, vencendo todas as eleições disputadas no período contra chapas frequentemente apoiadas pela administração da Universidade, e alcançando significativa influência política regional e certo protagonismo na política estudantil nacional.

Como hipótese discutida neste trabalho, consideramos como fator determinante do desempenho do movimento estudantil da UEL nos anos 1970, organizado em torno do jornal *Poeira*, a decisão de atuar dentro dos marcos da reforma universitária do

regime militar, disputando eleições estudantis controladas pela universidade e exercendo uma representação estudantil em entidades e órgãos oficiais da administração. Essa escolha ensejou um aprofundamento da diretriz estratégica dos iniciadores do movimento em favor de um trabalho de conscientização política junto às bases estudantis, contra as tendências então dominantes em diversos segmentos do movimento estudantil nacional.

Tal estratégia foi também favorecida pela conjuntura política regional, em que um grupo político ligado à ditadura buscava instrumentalizar politicamente a Universidade de Londrina para contrapor a hegemonia política do partido de oposição (MDB) na região, utilizando para isso uma relativa tolerância com o movimento estudantil. O vínculo de alguns dos membros do movimento com um partido clandestino na época (o PC do B), contribuiu para dar consistência organizacional e ideológica ao Grupo Poeira, mas não foi determinante na definição das ações adotadas pelo movimento, que conseguiu levar a bom termo uma estratégia de democracia participativa, com mecanismos efetivos de consulta e participação estudantil.

Se a etapa de vida universitária é normalmente marcante na vida de um jovem, por assinalar a transição para a vida adulta, definindo escolhas e vínculos que deverão perdurar nas etapas seguintes, é lógico supor que em um período de tão grandes tensões e enfrentamentos, como foram os anos 1970, tais marcas tenham sido ainda mais profundas.

E de fato foram: para milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil e o mundo, hoje na faixa de 55 a 65 anos, marcas semelhantes, geradoras de lembranças, sentimentos, vínculos, convicções e realizações, foram gravadas nos anos em que se encontraram como estudantes da Universidade Estadual de Londrina. Marcas pessoais, mas também coletivas. Marcas de um passado, mas também de um presente, que reflexivamente podem não apenas esclarecer o que passou, como também contribuir para o entendimento do que está por vir.

Entre esses milhares, um grupo de aproximadamente setenta ex estudantes, que participou da vida estudantil em papéis de liderança, com alto nível de compromisso e enfrentando riscos consideráveis em termos de segurança pessoal e coletiva, sem dúvida carrega marcas ainda mais profundas daquele difícil período, um verdadeiro tesouro de conhecimentos vividos, de caráter histórico, social, político, cultural, psicológico.

Entre tantas fontes orais cuja memória deveria ser registrada, por direito delas próprias e, mais ainda, por necessidade e interesse da sociedade, a presente pesquisa se propõe promover o registro de memória do grupo (rede) que exerceu a coordenação central de toda a experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da UEL entre 1974 e 1978.

Para estes, os riscos e comprometimento eram ainda maiores, assim como as marcas deixadas pelas experiências vividas.

Felizmente as Ciências Sociais souberam reconhecer o valor de tais fontes orais e desenvolver metodologias para registrar suas memórias em padrões científicos, sem, no entanto, retirar-lhes a riqueza e a complexidade.

2 ABORDAGENS TEÓRICAS

2.1 UMA NOVA HISTÓRIA

Para o registro da história do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina, nos anos 1970, encontramos respaldo na abordagem de Jacques Le Goff (2003), que preconiza uma “nova história”, complementar à história política, econômica, social e cultural, por ele denominada “história das representações”, de caráter essencialmente interdisciplinar. Trata-se de uma

História das concepções globais da sociedade ou história das *ideologias*; história das estruturas mentais comuns a uma categoria social, a uma sociedade, a uma época, ou história das *mentalidades*; história das produções do espírito ligadas não ao texto, à palavra, ao gesto, mas à imagem, ou história do *imaginário*, que permite tratar os documentos literário e artístico como plenamente históricos [...]; história das condutas, das práticas, dos rituais, que remete a uma realidade oculta, subjacente, ou história do *simbólico*, que talvez um dia conduza a uma história *psicanalítica* [...]. (LE GOFF, 2003, p.11, grifos do autor).

Na base de tal história está a memória, “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. (LE GOFF 2003, p.469, grifo do autor).

Na Idade Média, a memória coletiva no ocidente sofreu profundas transformações, segundo Jacques Le Goff (2003, p.438), resultado da difusão do cristianismo como ideologia dominante e do quase monopólio que a Igreja conquista no domínio intelectual.

Com Agostinho, a memória penetra profundamente no homem interior, no seio da dialética cristã do interior e do exterior, de onde saíram o exame de consciência, a introspecção e também a psicanálise. (LE GOFF, 2003, p.441).

Mas, como que cumprindo a profecia do deus egípcio Thot, a grande revolução da memória ocidental ocorreu a partir do surgimento da imprensa. Le Goff apoia-se em Leroi-Gourhan (1965), para quem

Com o impresso [...] não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito. (LE GOFF, 2003, p.452).

A memória até então acumulada explodiu na Revolução Francesa de 1789: “Não terá sido ela o seu grande detonador?” – indaga-se Le Goff (2003, p.456). As grandes transformações da memória coletiva no século XX, sempre de acordo com o autor francês, decorrem da constituição das ciências sociais; ao mesmo tempo, a memória contribui decisivamente para a interdisciplinaridade entre elas.

Outro aspecto da revolução da memória a partir de 1950, que o autor considera “o mais espetacular”, é o desenvolvimento da memória eletrônica dos computadores, antecipada, três séculos antes, pela máquina aritmética inventada por Pascal. De igual forma, segundo Le Goff (2003, p.465), as convulsões da memória social no século XX, com amplo predomínio das imagens, foram preparadas pela expansão da filosofia e da literatura.

Para o século XXI, Jacques Le Goff propõe

a busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva. (LE GOFF, 2003, p.466).

Sublinhando que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, Le Goff (2003, p.470) conclui com uma convocação:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica [...]. A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a

memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p.471).

Também para Eric Hobsbawm (2007) a promoção da memória é uma necessidade histórica imperiosa. Em sua alentada obra *Era dos Extremos – o breve século XX*, o autor alerta para

[...] um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX [...] a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem (p. 13). No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem. (HOBSBAWN, 2007, p.25)

Outras ideias centrais na teoria de Jacques Le Goff são as tensões clássicas entre passado/presente, moderno/antigo e progresso/atraso, presentes em todas as histórias do homem em sociedade, como é o caso do objeto do presente trabalho.

Sobre a questão do tempo, o autor observa no século XX uma aceleração da história, que cria confusões entre presente, passado e futuro e que

levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostálgicamente às suas raízes: daí a moda retrô, o gosto pela história e a arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio. (LE GOFF, 2003, p.225).

Mesmo concordando com Eric Hobsbawm (1972) quando este preconiza “a importância social do passado”, Le Goff (2003, p.210) enfatiza a necessidade de uma “libertação do presente”, através da educação e da instituição de uma memória coletiva, a par da memória individual. Citando Nora (1978), o autor defende uma “história do presente”, com um corte nítido em relação à história do passado: “É necessário fazer nascer uma verdadeira história contemporânea, uma história do presente que pressupõe que não haja apenas história do passado”. (LE GOFF, 2003, p.229).

A exemplo da memória, também a ideia de progresso desenvolve-se entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa. Sempre de acordo com Jacques Le Goff, os fatores que impulsionam essa ideia são as invenções, especialmente da

bússola, da pólvora e sobretudo da imprensa, o nascimento da ciência moderna, “tendo como episódios espetaculares o sistema copernicano, a obra de Galileu, o cartesianismo e o sistema de Newton”, e também o crescimento do racionalismo e “a ideia de que o mundo físico, moral e social é governado por leis”. (LE GOFF, 2003, p.247).

No século XX, apesar do choque da Primeira Guerra Mundial, “progresso é um valor largamente reconhecido [...] e regula a ideia de civilização ocidental”, segundo Le Goff. Citando Bury, que em 1920 publica *The idea of progress – An inquiry into its origin and growth*, o autor lembra que “a expressão ‘civilização e progresso’ se tornou um lugar-comum e que se encontram a todo o momento os pares ‘liberdade e progresso’, ‘democracia e progresso’ [...]. É antes de mais nada, ‘uma teoria que engloba uma síntese do passado e uma profecia do futuro’”. (LE GOFF, 2003, p.265).

Essa ideia-força entra em crise, segundo Le Goff, depois de 1975,

Com o maior ou menor fracasso, mais ou menos patente, de todos os grandes sistemas socioeconômicos e políticos do globo [...]. As nações ocidentais desenvolvidas revelaram-se incapazes de fazer face à crise de energia, à inflação e ao desemprego; os países ditos socialistas não conseguiram construir uma economia adequada às suas necessidades e infringiram, em maior ou menor grau, os direitos elementares da pessoa humana; a maioria dos países do Terceiro Mundo falhou nos planos econômico e político, vítimas de si mesmos e dos estrangeiros [...]. O movimento ecológico que daí resultou [...] apesar de seus aspectos ‘progressistas’, é, no conjunto, fundamentalmente ‘reacionário’. (LE GOFF, 2003, p.273).

Na virada para o século XXI, Le Goff observa um clima de

crítica e desencanto perante a ideologia do progresso e, mais recentemente, de repúdio pelos marxismos, ao menos pelo marxismo vulgarizado. Toda uma produção sem valor científico que só podia iludir pela pressão da moda e de um certo terrorismo político-intelectual perdeu completamente o crédito. Assinalemos que, em sentido contrário e nas mesmas condições, gerou-se uma produção de pseudo-história antimarxista que parece ter tomado como bandeira o tema gasto do irracional. (LE GOFF, 2003, p.127).

Concluindo sobre o tema do progresso, Jacques Le Goff (2003, p.276)

pondera que,

Como não há progresso que não seja também moral, a principal tarefa dos nossos dias, no final do século XX, na via de um progresso ridicularizado e duvidoso, mas pelo qual se deve mais do que nunca combater, é o combate pelo progresso dos direitos humanos.

Finalmente, como terceira ideia que funciona como motor da história, Jacques Le Goff aborda o conflito moderno/antigo, presente em toda a história humana:

A modernidade é o resultado ideológico do modernismo. Mas ideologia do inacabado, da dúvida e da crítica – a modernidade é também impulso para a criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência para o academismo. (LE GOFF, 2003, p.195).

A “revolução do moderno”, segundo Le Goff (2003, p.197), é um fenômeno do século XX:

A modernidade, analisada até então apenas no plano das ‘superestruturas’, define-se, daqui em diante, em todos os planos considerados importantes pelos homens do século XX: a economia, a vida cotidiana, a mentalidade.

O próprio fenômeno da aceleração da história no século XX, anteriormente mencionado, é o principal impulso ao modernismo, por ensejar conflitos de gerações.

A oposição antigo/moderno, que é um dos conflitos através dos quais as sociedades vivem as suas relações contraditórias com o passado, agudiza-se sempre que se trata de lutar contra um passado recente, um presente sentido como passado, ou quando a querela dos antigos e modernos assume as proporções de um ajuste de contas entre pais e filhos. (LE GOFF, 2003, p.201-202).

Outro fator que impulsiona o modernismo, segundo Le Goff, é a pressão dos progressos materiais sobre as mentalidades: “O que muda é a estrutura mental. A tomada de consciência da modernidade exprime-se, muitas vezes, pela afirmação da razão – ou da racionalidade – contra a autoridade ou a tradição”. (LE GOFF 2003, p.202).

Finalmente, o autor revela uma característica da modernidade de caráter ambíguo: embora tenda a integrar-se na cultura de massas, como demonstrou Morin, e seja contemporânea da democratização da vida social e política, “a modernidade mantém-se, no plano da elaboração, de uma elite, de grupos, de capelas”. (LE GOFF, 2003, p.203).

Todas essas características do processo histórico, apontadas por Jacques Le Goff, estão presentes na experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina nos anos 1970, objeto de estudo deste trabalho, como se demonstrará adiante. Os aspectos ideológicos, de mentalidade, simbólicos, imagéticos e até psicanalíticos, da “história das representações” de Le Goff, atravessam todo o processo. O papel dessa memória coletiva como fator identitário dos participantes da experiência, e a predominância do presente no olhar sobre o passado e a reflexão sobre o futuro, expressa

pelas histórias de vida, com diferentes escolhas e caminhos seguidos por seus membros. Também o caráter de conflito de gerações, colocando em confronto ideias e valores associados ao moderno e progressista em oposição ao retrógrado e reacionário. E ainda a ambiguidade (contradição, para usar um termo marxista) de um processo de democracia direta, com ampla mobilização social, gerado a partir de uma elite política e intelectual.

2.2 O INDIVÍDUO E A AÇÃO SOCIAL

Como analisar e compreender um movimento de jovens estudantes universitários, que alcançou considerável nível de organização e obteve repercussão e influência sociopolítica, além de conquistas concretas, enfrentando todos os riscos inerentes ao regime ditatorial militar que então vigia no país e na própria universidade?

Entre os instrumentos teóricos disponibilizados pelas Ciências Sociais para o estudo e compreensão da realidade social, nos socorreremos das teorias da ação de Pierre Bourdieu e de Max Weber.

Partindo de sua definição básica de Sociologia, como ciência que “pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e efeitos” (WEBER, 2012, p.3), o autor identifica quatro tipos puros de ação social, em uma escala que vai da mais pura racionalidade (a *ação racional com relação a fins*, como as ações econômicas, científicas), até a irracionalidade da *ação afetiva* (por afetos ou estados emocionais atuais), passando, em ordem crescente de racionalidade, pela *ação tradicional* (por costume arraigado) e a *ação racional com relação a valores* (pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento, independentemente do resultado). (WEBER, 2012, p.15, grifos do autor).

Embora o próprio autor advirta que os tipos mencionados são apenas modelos conceituais e que “só muito raramente a ação, e particularmente a social, orienta-se *exclusivamente* de uma *ou* outra dessas maneiras” (WEBER, 2012, p.16), buscaremos interpretar o objeto da presente pesquisa – a experiência do jornal *Poeira* – como um caso de ação racional com relação a valores. A qual, no dizer de Weber,

Distingue-se pela elaboração consciente dos alvos últimos da ação e pela orientação consequente e planejada [...] Age de maneira puramente racional referente a valores

quem, sem considerar as consequências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma ‘causa’ de qualquer natureza. (WEBER, 2012, p.15).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu trouxe inestimável contribuição ao estudo teórico da prática social, construindo uma abordagem que recusa tanto as correntes subjetivistas, que veem essa ação como resultado consciente e intencional da ação individual, como as objetivistas, que interpretam as ações individuais como resultado inflexível das condições externas da ordem social.

Em seu *Esboço de uma Teoria da Prática – Três modos de conhecimento teórico*, Bourdieu argumenta que é possível conhecer o mundo social de três formas, por ele denominadas fenomenológica (ou subjetivista), objetivista e praxiológica, sendo esta última a síntese das duas primeiras, por perceber a ação social como “um processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade”. (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 2003, p.39-40).

Em *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*, Louis Pinto evidencia o caráter sintético e dialético da contribuição do sociólogo francês:

A construção do mundo social não é exclusivamente um processo cognitivo que diga respeito à subjetividade. Para descrever a maneira pela qual os agentes constroem a objetividade, é preciso compreender também que eles jamais são livres para fazê-lo à maneira de um ego transcendental, sendo sua construção determinada em grande parte pela natureza das ‘ficções’ – classe, Estado, família – que existem no modo da transcendência. (PINTO, 2000, p.112).

Aspecto enfatizado também por Nogueira e Nogueira em *Bourdieu & a Educação*;

Bourdieu pretende explicar, justamente, o fato das ações dos agentes serem, via de regra, as mais adequadas às suas condições objetivas de existência, sem serem o produto de um ajustamento intencional a essas condições (como suporia uma perspectiva subjetivista), nem o resultado de uma determinação direta do meio externo sobre a ação (como suporia uma perspectiva objetivista. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p.54).

Para dar vida à sua teoria, Bourdieu definiu os elementos que constituem a prática social: o *habitus*, que diz respeito à filosofia da ação, de caráter disposicional, e o *campo*, referente à filosofia das relações, espaço onde desenvolve-se a ação, ou *jogo* social.

Um terceiro elemento, que Bourdieu chama *capital simbólico*, é o que, tanto quanto o capital econômico, anima o *jogo dialético* entre *habitus* e *campo*.

Pierre Bourdieu (2010, p.67) define *habitus* como a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles em todo tempo e lugar: “Os indivíduos ‘vestem’ os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social com todas as disposições que são marcas da posição social e da distância social entre as posições objetivas”.

Para o autor, o *habitus* é um sistema subjetivo, “mas não individual, de estruturas interiorizadas, esquemas e percepção, de concepção e de ação, comuns a todos os membros do mesmo grupo ou classe e constituintes da condição de toda objetivação e percepção”. (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 2003, p.71-72).

Considerando a relevância do conceito, diversos autores se debruçaram sobre ele. Nogueira e Nogueira interpretam o *habitus* como um princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, incorporado nos próprios sujeitos:

O argumento de Bourdieu é o de que a estruturação das práticas sociais não é um processo que se faça mecanicamente, de fora para dentro, de acordo com as condições objetivas presentes em determinado espaço ou situação social. Não seria, por outro lado, um processo conduzido de forma autônoma, consciente e deliberada pelos sujeitos individuais. As práticas sociais seriam estruturadas, isto é, apresentariam propriedades típicas da posição social de quem as produz, porque a própria subjetividade dos indivíduos, sua forma de perceber e apreciar o mundo, suas preferências, seus gostos, suas aspirações, estariam previamente estruturadas em relação ao momento da ação. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p.27).

No mesmo diapasão, Louis Pinto sustenta que o *habitus* deve ser compreendido como uma “gramática gerativa” de práticas, que funciona como uma ponte entre as dimensões objetiva e subjetiva do mundo social:

Juntando dois aspectos, um objetivo (estrutura) e outro subjetivo (percepção, classificação, avaliação) pode-se dizer que ele não só interioriza o exterior, mas também exterioriza o interior. Essa dialética da relação problemática de ajustamento entre o interior e o exterior, o subjetivo e o objetivo, seria a primeira dimensão do *habitus*, a dimensão propriamente ‘disposicional’, que pode ser decomposta numa dimensão praxiológica (sentido de orientação social) e numa dimensão afetiva (aspirações, gostos etc). (PINTO, 2000, p. 38-39, grifos do autor).

Em termos mais práticos, Bourdieu exemplifica:

[...] o que o operário come e, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial [...]. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso e ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (BOURDIEU, 2010, p.22).

Mas os autores advertem que, embora reflita o universo social no qual o indivíduo foi originalmente socializado, o *habitus* não representa um determinismo do passado sobre as ações atuais do indivíduo. “Ao contrário, ele funcionaria como um princípio flexível (um senso do jogo) que permitiria ao indivíduo se adaptar ou mesmo improvisar, dentro de certos limites, diante de cada nova situação”. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p.104).

Esse “senso do jogo” é bastante enfatizado por Bourdieu:

Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele, é perceber no estado prático o futuro do jogo, é ter o senso histórico do jogo. [...] O *habitus* preenche uma função que, em uma outra filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo. (BOURDIEU, 2010, 144).

Para Pierre Bourdieu, o *campo* é sempre um espaço e um sistema de relações sociais, mas não apenas um espaço físico ou uma aglomeração de indivíduos, e sim um lugar de lutas, é o “campo do jogo”:

Eu mesmo tenho frequentemente lembrado que, se existe uma verdade, é que a verdade é um lugar de lutas. Essa afirmativa é particularmente válida para os universos sociais relativamente autônomos, que chamo de campos, nos quais profissionais da produção simbólica se enfrentam em lutas que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social. (BOURDIEU, 2010, p. 83).

Assim, Bourdieu propõe-se determinar as condições econômicas e sociais que devem ser preenchidas para que um universo social possa funcionar como *campo*, “por oposição a agregados amorfos de elementos (indivíduos, instituições) simplesmente coexistentes e também a aparelhos (ou instituições totais) mecanicamente submetidos a uma intenção central”. (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 2003, p. 38).

Outro aspecto seminal na teoria do *campo*, de Bourdieu, é a relação dialética entre *campo* e *habitus*, na qual ambos se constroem reciprocamente:

Para resumir essa relação complexa entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas, situada além das alternativas comuns do objetivismo e do subjetivismo, do estruturalismo e do construtivismo e até do materialismo e do idealismo, costumo citar – deformando-a ligeiramente – uma fórmula célebre de Pascal: ‘O mundo me contém e me engole, como um ponto, mas eu o contenho’. O espaço social me engloba como um ponto, mas esse ponto é um ponto de vista, princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social [...]. (BOURDIEU, 2010, p.27).

O que motiva os *jogos* entre indivíduos portadores de *habitus* em determinados *campos* sociais, são capitais econômicos, culturais ou simbólicos:

Uns têm gosto pelo dinheiro, outros pelo poder, e outros ainda pelo que é a negação disso: a arte, a cultura etc. Mas todos parecem ao menos ter em comum o desejo de obter uma forma de ‘reconhecimento’, essa gratificação simbólica descoberta por Hegel [...]. O capital simbólico, condição e expressão do reconhecimento, circula num campo e, embora desigualmente distribuído, seu valor não deixa de ser de natureza essencialmente social e coletiva. (PINTO, 2000, p.184).

Para Bourdieu (2010, p.68), o exame da relação entre os diferentes campos e as espécies de capital, ou entre as diferentes formas de “energia social que é produzida e reproduzida dentro das tensões e por elas, e as lutas constitutivas de cada um desses espaços”, poderia conduzir ao princípio de uma unificação da ciência social,

A medida suprema de valor, segundo Pinto, é o capital simbólico, o qual pertence ao social que domina o indivíduo no que ele tem de mais íntimo; essa interrogação sobre si mesmo que as religiões vinculam ao problema da salvação, é um capital de razões de existir (PINTO, 2000, p.140). O fundamento último de toda propriedade material ou espiritual é a honra, bem coletivo e indivisível. (PINTO, 2000, p.158).

A análise das tensões e lutas no interior de um campo social, como o do movimento estudantil da UEL nos anos 1970, pela posse ou reprodução de capitais simbólicos, remete a outra questão amplamente abordada por Bourdieu:

A noção de interesse opõe-se à de desinteresse, mas também à de indiferença. Podemos estar interessados em um jogo (no sentido de não lhe ser indiferente), sem ter interesse nele. O indiferente ‘não vê o que está em jogo’, para ele dá na mesma

[...]. O que os estóicos chamavam de ataraxia é indiferença ou serenidade da alma, desprendimento, não desinteresse. (BOURDIEU, 2010, p.140).

O interesse, propriamente dito, é o que Pierre Bourdieu denomina *illusio*, o oposto da “ataraxia”:

É estar envolvido, é investir nos alvos que existem em certo jogo, por efeito da concorrência, e que apenas existem para as pessoas que, presas ao jogo, e tendo as disposições para reconhecer os alvos que aí estão em jogo, estão prontas a morrer pelos alvos que, inversamente, parecem desprovidos de interesse do ponto de vista daquele que não está preso a este jogo, e que o deixa indiferente. Podemos assim recorrer à palavra investimento, em seu duplo sentido, psicanalítico e econômico. (BOURDIEU, 2010, p.140).

O conceito de interesse, ou *libido*, atravessa todos os campos sociais:

A teoria do processo de diferenciação e de autonomia dos universos sociais com leis fundamentais diferentes, leva à explosão da noção de interesse; há tantas formas de libido, tantos tipos de ‘interesse’, quanto há campos. Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de um outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura etc.). (BOURDIEU, 2010, p.149).

Bourdieu indaga se é possível uma conduta desinteressada e, se é, como e em que condições, para logo responder:

Se permanecemos em uma filosofia da consciência, é evidente que só podemos responder negativamente à questão e que todas as ações aparentemente desinteressadas esconderão intenções de maximizar alguma forma de lucro. Ao introduzir a noção de capital simbólico (e de lucro simbólico), de certa maneira, radicalizamos o questionamento da visão ingênua, as ações mais santas – a ascese ou o devotamento mais extremos – poderão ser sempre suspeitas [...] de ter sido inspiradas pela busca do lucro simbólico de santidade ou de celebridade etc. (BOURDIEU, 2010, p.150).

Mas o autor nega qualquer intenção de causar desencanto com tal abordagem:

Não há nada de desesperador – a não ser para as ‘almas puras’ – no fato de que aqueles incumbidos desse trabalho (jornalistas em busca de escândalo, intelectuais dispostos a adotar causas universais, juristas dedicados a defender e estender o respeito ao direito, pesquisadores obstinados em desvendar o oculto, como o sociólogo) só podem, eles próprios, contribuir para criar as condições de instauração do reino da virtude civil se a lógica de seus campos respectivos lhes assegurar os

lucros do universal, que são os princípios de sua libido virtutis. (BOURDIEU, 2010, p. 222).

2.3 IMPRENSA E DEMOCRACIA

Na avaliação de Bernardo Kucinski (1991), o fenômeno da imprensa alternativa – ou nanica – no Brasil pós 1964, decorreu da complacência da grande imprensa para com o regime militar.

Jornais que, na luta contra o estado populista dos anos 50, chegaram a erguer com os militares um poder paralelo, a *República do Galeão*, causa principal do suicídio de Getúlio, e que, num crescendo de ativismo, ajudaram a articular o golpe militar, sofrem uma grande inflexão no seu papel social, delegando ao estado autoritário a tarefa de defender os seus interesses de proprietários [...]. Enquanto recuam os jornais, é acionado como mecanismo de persuasão ideológica dominante, o padrão *Globo* de televisão [...]. (KUCINSKI, 1991, p.xxiii).

Kucinski (1991, p.xiv) catalogou 150 periódicos que, entre 1964 e 1980, denunciaram sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos, além de criticar o modelo econômico, inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o milagre econômico. Mas metade deles não chegou a completar um ano de existência e apenas cerca de 25 jornais, nascidos de articulações mais densas, tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos, como foi o caso do *Poeira*. Muito em função das perseguições do aparelho militar, que submetia os jornais considerados mais importantes a um regime drástico de censura prévia, além de casos de prisões de editores como de *O Pasquim* (por dois meses), *Resistência*, *Coojornal* e *Opinião*, e apreensão de edições mesmo após censura prévia.

Kucinski (1991, p.xxii) identificou duas classes de jornais alternativos, os políticos e os existencialistas. “No ambiente hostil, desagregador e depressivo da ditadura, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual ou como polo virtual de agregação”. Outros fatores de atração e convergência, segundo o autor: jornais nascidos a partir de episódios de fechamento de espaços na grande imprensa e/ou da figura de um líder, o “jornalista-alma” do projeto alternativo. “Teria existido *Opinião* sem Raimundo Pereira? *Pif-Paf* sem Millôr Fernandes? *O Pasquim* sem Jaguar ou *Versus* sem Marcos Faerman? Dificilmente”. (KUCINSKI, 1991, p.xvi).

Tais pontos de encontro atraíam o que o autor denomina “duas forças compulsivas” (KUCINSKI, 1991, p.xx), convergentes mas com aspirações distintas: de um lado

ativistas políticos ávidos por protagonizar as transformações que propunham, e de outro jornalistas e intelectuais em busca por espaços alternativos à grande imprensa e à academia. Tal convivência provocou tensões e conflitos: “Era como se houvesse um consciente gramsciano ... compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um inconsciente leninista trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo”. (KUCINSKI, 1991, p.xx).

A prevalência desse “inconsciente leninista” levou a uma espécie de “partidarização” da maioria dos jornais alternativos: “Entre 1974 e 1977, ou seja, até a entrada em cena do operariado do ABC, a história das esquerdas brasileiras praticamente se confunde com a história da imprensa alternativa.” (KUCINSKI, 1991, p.xvii). Ao longo do tempo, a subordinação oculta de jornais a partidos chegou a desqualificar seus participantes que, “de protagonistas de um novo modelo ético-político democrático [...] viam-se reduzidos a instrumentos de manipulação”. (KUCINSKI, 1991, p.xxvi).

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 foi um divisor de águas para a imprensa brasileira: de um lado o padrão alternativo tornou-se dominante, com a circulação de 160 mil exemplares semanais, apenas somando os oito títulos principais, levando a imprensa alternativa a seu apogeu no triênio 1975-77; de outro, “rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho na grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime”. (KUCINSKI, 1991, p.xxiv).

Kucinski se pergunta “por que desapareceram tão repentinamente os jornais alternativos, mesmo aqueles com um acervo de muitos anos?” – e recusa a resposta corrente de que sua única razão de existir era a resistência à ditadura.

Se a história comprovar a morte da *utopia*, é possível que o desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa tenha sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer pontes entre organizações e a sociedade, antecipa as grandes transformações. (KUCINSKI, 1991, p.xxix, grifo do autor).

3 CONTEXTO HISTÓRICO

A pesquisa sobre o regime militar de 1964, durante (e contra) o qual ocorreu a experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil na Universidade Estadual de Londrina nos anos 1970, revelou um tema ainda aberto nos campos da História e das Ciências Sociais, suscitando questionamentos e divergências. A começar pelo caráter do regime, não há ainda um consenso se foi uma ditadura militar ou uma ditadura civil militar, como sustentam estudos mais recentes, considerando o amplo apoio e engajamento de setores liberais e da classe média desde sua deflagração. Até mesmo se questiona se foi mesmo uma ditadura ou uma “ditabrandia”, tendo em vista o número de mortos e desaparecidos no período (aproximadamente 500 pessoas), relativamente baixo em comparação a outras ditaduras sul americanas do mesmo período.

A busca de respostas a estas questões levou-nos a abordagens de características históricas tipicamente brasileiras, como a “tradição conciliatória” presente na cultura política do Brasil, de que falam autores como Gilberto Freire e Roberto DaMatta; e ao “desenvolvimentismo”, ideologia econômica existente apenas no Brasil, que propõe o desenvolvimento socioeconômico com forte protagonismo estatal, marca de todos os governos brasileiros de 1930 a 2015, inclusive – e especialmente – no regime de 1964. Tais abordagens nos conduziram, retrospectivamente, às origens do Estado Português, onde encontramos as bases do “centralismo estatal” brasileiro e da referida “tradição conciliatória”, caracterizada também por uma resistência obstinada das classes dominantes do país a promover saltos e rupturas.

Neste capítulo, abordaremos a gênese do Estado e das classes dominantes no Brasil, a questão do desenvolvimentismo e um breve estudo sobre a história do Paraná, para enfim mergulhar na análise do regime de 1964 e a questão da universidade e do Movimento Estudantil.

3.1 – Antecedentes

A exemplo dos autores que se debruçaram sobre os 21 anos do regime de 1964, recorreremos aos clássicos da sociologia brasileira, especialmente Raymundo Faoro, Celso Furtado, Florestan Fernandes e Caio Prado Junior, estudiosos que buscaram na dialética

de Karl Marx (1818-1883) e na hermenêutica de Max Weber (1864-1920) a teoria e o método para compreender os fundamentos históricos, econômicos, sociais e culturais do Brasil.

Herdeiro da razão iluminista e, ainda mais, da dialética idealista de Hegel (1770-1831), movimentos que no século XVIII puseram fim ao mundo antigo de relações sociais imutáveis determinadas pela tradição e por dogmas religiosos, Karl Marx revolucionou o estudo dos fatos e processos sociais no século XIX. Invertendo a dialética hegeliana, segundo a qual a consciência humana (ideia) determina a organização social, Marx formulou seu método científico, o “materialismo histórico”, segundo o qual as relações que os homens estabelecem, o modo como produzem seus meios de vida, formam a base de todas as suas relações. A partir desse método de análise, o pensador propôs um vasto e complexo conjunto de conceitos e leis para analisar a gênese das sociedades humanas, suas estruturas econômicas, sociais, políticas, ideológicas e os vínculos que mantêm entre si, suas contradições internas e projeções futuras, que marcou definitivamente todas as ciências e disciplinas dedicadas ao estudo do mundo social.

Dialogando mais com a razão iluminista de Kant (1724-1804), e vivendo na transição do século XIX para o XX, Max Weber desenvolveu uma sociologia hermenêutica, ou seja, atenta aos significados e motivos últimos que os próprios indivíduos atribuem às suas ações. Tal sociologia, também chamada “compreensiva”, polemizou o determinismo histórico formulado por Marx, valorizando outros elementos – além dos econômicos – como determinantes da ação social. Especial ênfase, em seu estudo das motivações humanas, Weber dedicou à sociologia da religião, sendo um de seus clássicos *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Bebendo em tais fontes, os fundadores da sociologia brasileira se debruçaram sobre a história do Brasil em busca de seus fundamentos (a formação da burguesia, da ordem política e do Estado brasileiros), com especial atenção às peculiares formas de interação entre a burguesia e o Estado na condução da produção capitalista no país, buscando compreender os processos sociopolíticos que marcaram a história do país nos séculos XIX e XX e, especialmente, o regime militar implementado em 1964.

Neste trabalho, recorreremos ao estudo comparativo sobre as obras fundamentais de Raymundo Faoro, Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado realizado por Ronaldo Baltar (2000). Já em seu título – *Ponto Morto* – o estudo sintetiza a

visão dos quatro autores sobre o desenvolvimento econômico e político do Brasil, marcado por um processo contínuo de avanço e recuo, expansão e concentração, e uma resistência obstinada das classes dominantes do país (estamento burocrático e burguesia) a promover saltos e rupturas. Tal processo resultou, segundo Baltar, em um

bloqueio do desenvolvimento capitalista [que] teve como consequências um crescimento econômico tímido e a não modernização do sistema político, mantendo, em linhas gerais, as características encetadas pela empresa colonial. O resultado foi o revigoramento do modelo político autoritário e excludente, favorecendo a concentração de riquezas e de poder no país. (BALTAR, 2000, p.74).

Para chegar a tais conclusões, Baltar sumariza as principais abordagens dos quatro autores para a compreensão da formação do Brasil, o conceito de “patrimonialismo” de Raymundo Faoro, a “revolução burguesa” no Brasil por Florestan Fernandes, “o imperialismo e a herança colonial” por Caio Prado Jr, e a questão do “subdesenvolvimento” por Celso Furtado. Duas abordagens weberianas (Faoro e Furtado) e duas marxianas (Fernandes e Prado Jr), que convergem para explicar o regime militar de 1964 com seus impactos regionais, que são o tema do presente trabalho, das quais extraímos as ideias centrais.

Raymundo Faoro foi buscar nas origens do estado português, em 1300, os fundamentos do Brasil de hoje e de sempre: país em que o Estado é o principal protagonista econômico e político e “os donos do poder”, título de sua obra, são uma elite detentora de amplos poderes nas estruturas do Estado, independente das forças econômicas e políticas da sociedade, que o autor denomina – emprestando o conceito de Weber – “estamento burocrático” ou “patronato político brasileiro”.

O centralismo estatal decorreu da necessidade do reino de Portugal de consolidar seu território – o qual, diferentemente de outros países da Europa, nascidos de principados, já nasceu íntegro – e defendê-lo das constantes ameaças de invasão dos mouros. Ou seja, em lugar do sistema feudal predominante na Europa, em que a gestão territorial, econômica e política era compartilhada com a nobreza, em um sistema de divisão de poderes que ensejou a futura democracia europeia, o Estado português constituiu-se de forma centralizada, através de uma ação racional orientada à acumulação de bens, sistema que Weber qualificava como “capitalismo politicamente orientado” e que Faoro pioneiramente definiu como “patrimonialismo”.

É com base nesta análise que Faoro apoiou a tese original de Alexandre Herculano, de que Portugal não teve feudalismo e, assim também, os engenhos brasileiros nada tiveram de feudal, por não terem apresentado a característica básica do feudalismo, a

vassalagem, e sim trabalho escravo no contexto de um mercado global altamente competitivo. O que aqui prevaleceu, assim como no além mar, foi uma formação social pré-capitalista, na forma de um capitalismo patrimonialista politicamente orientado, que inibiu – e ainda inibe – o pleno desenvolvimento das classes sociais e das forças produtivas.

A sistemática de centralização de patrimônio no Estado gerou como subproduto um sistema único e específico, o da “sobrepriedade”, pelo qual o rei distribuía usufruto de suas propriedades a particulares, criando assim as bases do sistema de poder que Faoro denominou “estamento patrimonialista”, posteriormente estamento burocrático, modelo transposto para o Brasil na colonização (capitanias hereditárias) e acentuado com a transferência da corte portuguesa em 1808.

A história do Brasil até a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, é – segundo Raymundo Faoro – a história desse “capitalismo político”, dirigido por uma “autocracia” (o estamento burocrático patrimonial), que mantinha a burguesia brasileira sufocada.

Florestan Fernandes nota que, após ter sido estrangulada pelo estamento no Império e na República Velha, a burguesia assumiu o poder com o Estado Novo getulista, mas sem fazer sua revolução liberal, gerando assim um modelo que mescla um modo capitalista de produção, comandado por uma burguesia nascida de uma oligarquia e que exerce seu domínio através do Estado patrimonialista.

A consequência desse arranjo híbrido, segundo Fernandes, foi a articulação contra revolucionária, materializada na ditadura que derrubou Goulart em 1964 e transformou o Estado no grande defensor da “iniciativa privada” e o principal agente da modernização.

Tarefas que a burguesia não conseguiu impor à sociedade seguindo os postulados do ideário liberal, ou seja, dentro da ordem democrática, e delegou-as ao autoritarismo, que as executou a serviço dos interesses privados nacionais e internacionais. (FERNANDES *apud* BALTAR, 2000, p.39).

Em Caio Prado Jr, o aspecto determinante na formação social e política do Brasil foi o sentido da colonização, imposta de fora para dentro, sentido esse que perpetuou-se e resultou na manutenção do papel periférico e dependente do país no sistema econômico mundial. Divergindo de Florestan, Prado Jr não vê na burguesia brasileira um sentido nacionalista ou contradições com as oligarquias que a antecederam ou com o capital externo. Para ele, burguesia no Brasil é um misto de capital estatal e capital estrangeiro, ambos reproduzindo o sentido da colonização, tudo resultando em um “imperialismo” que, segundo o autor, é a predominância de interesses comuns entre a burguesia nacional e o capital externo.

Celso Furtado concorda com os demais autores em dois dos três aspectos fundamentais de suas abordagens sobre a relação entre Estado e classes dominantes no Brasil, a saber: a dualidade de poder entre o setor capitalista privado e o estamento burocrático do Estado patrimonialista, de um lado, e de outro a permanência do autoritarismo e da exclusão nas estruturas de representação e decisão política.

Já no terceiro aspecto – a submissão dos interesses capitalistas locais à dinâmica de acumulação internacional – Furtado propõe um conceito de “subdesenvolvimento” mais flexível que o de Florestan, que supõe a existência de interesses locais capazes de iniciar um desenvolvimento capitalista autônomo. Criticando severamente o determinismo da análise leninista sobre o imperialismo, abraçada por Caio Prado Jr, Furtado opõe-se à premissa de que “a economia de um país capitalista não se poderia desenvolver mediante a expansão de seu próprio mercado interno”. (FURTADO, 1974 *apud* BALTAR, 2000, p.61).

Desse entendimento resultaram as políticas reformistas propostas por Celso Furtado nas décadas de 1950 e 1960, que visavam remover os gargalos que impediam o desenvolvimento do país através de reformas de base (agrária, educacional, de remessa de lucros etc), e que mobilizaram a sociedade brasileira nos anos que antecederam – e mesmo nos subsequentes – ao golpe militar de 1964.

O quadro a seguir, fruto do trabalho de Baltar, sintetiza as principais abordagens de Faoro, Prado Jr, Florestan e Furtado ao estudo das relações entre Estado e classes dominantes no Brasil, e nos ajuda a compreender o contexto histórico que levou a 1964.

Quadro 1 - Quadro comparativo.

| Núcleo Comum das Análises | | | | |
|---|---|--|--|--|
| Problema | Dependência econômica e autoritarismo político no Brasil | | | |
| Causa | Burguesia local não assumiu o controle do processo de desenvolvimento capitalista | | | |
| Papel do Estado | Estado como centro do processo de desenvolvimento capitalista | | | |
| DISTINÇÃO | CONCEITOS BÁSICOS | | | |
| Autor | Caio Prado Jr | Florestan Fernandes | Raymundo Faoro | Celso Furtado |
| Como se formou este arranjo? | Sentido da colonização voltado para inserção na economia internacional | Socialização da burguesia sob influência da oligarquia | Tradição patrimonialista portuguesa | Formação tardia do capitalismo com desequilíbrio na relação de trocas internacionais |
| Por que a burguesia não assumiu o controle? | Inexistência de uma burguesia nacional desvinculada do | Incapacidade da burguesia local em romper com a oligarquia e | Incapacidade da sociedade em se fazer representar politicamente no | Subdesenvolvimento impõe obstáculos estruturais e o centro nacional de decisão |

| | | | | |
|--|---|----------------------------|--|----------------------------------|
| | imperialismo | realizar a sua revolução | Estado controlado pelo estamento burocrático | não representa setores dinâmicos |
| Modelo político resultante do capitalismo brasileiro | Modelo dual: capitalismo burocrático e burguesia ortodoxa | Modelo autocrático-burguês | Capitalismo politicamente orientado pelo estamento burocrático | Capitalismo subdesenvolvido |

Fonte: Baltar (2000. p.72).

3.2 DESENVOLVIMENTISMO

Sobre a estrutura sócioeconômica descrita e analisada pelos fundadores da Sociologia brasileira, o Brasil desenvolveu-se em ciclos. Ao descobrimento, que foi empreendimento estatal de Portugal, seguiu-se o empreendimento privado da colonização, o qual somente se iniciou 50 anos após porque, diferentemente da América espanhola, os portugueses não encontraram imediatamente ouro no Brasil. Ou seja, enquanto a empresa colonizadora espanhola gerou lucros imediatos em ouro, os portugueses tiveram que viabilizar a sua através do comércio internacional.

Após a tentativa frustrada de colonização privada, através das capitânias hereditárias, o Brasil voltou a ser um empreendimento do Estado patrimonialista português através do Governo Geral, caráter acentuado em 1808, com a vinda da corte portuguesa e a abertura dos portos, e mantido após a independência (1822), tanto no período imperial como na República (1889), Estado Novo (1937) e períodos seguintes. Na economia, o ciclo econômico inicial da cana-de-açúcar foi seguido pelo ciclo da mineração, novamente o açúcar e depois o do café já no período republicano².

Em todo esse período, e especialmente a partir do século XIX, as correntes de pensamento no Brasil, fortemente influenciadas pelo positivismo que marcou as revoluções francesa e americana, se polarizaram seguindo a clássica divisão europeia entre metalistas ou bulionistas e papelistas ou antibulionistas.

Para os primeiros, precursores do monetarismo, a prioridade da política econômica era a estabilidade da política cambial e defendiam a conversibilidade da moeda no

² Anotações de aula ministrada no dia 19 de agosto de 2013, pelo Prof. Dr. Ronaldo Baltar, no programa de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, na disciplina “Estado e Pensamento Social Brasileiro pós 1964”.

padrão ouro, sustentando que a circulação de moeda cria riquezas, mas na justa medida – de menos gera recessão e em excesso gera inflação. Francisco Belizário, Torres Homem e Joaquim Murтинho, entre outros, pontificaram na defesa do metalismo. (FONSECA; MOLLO, 2012, p.216).

Entre os papelistas, com destaque para Rui Barbosa, Souza Franco, Barão de Mauá, Visconde de Ouro Preto e Conselheiro Laffayette, na falta de instrumental teórico adequado a uma sociedade agroexportadora periférica, predominava o pragmatismo dos setores exportadores dominantes na economia nacional, contrário às amarras das políticas monetárias e cambiais. (FONSECA; MOLLO, 2012, p.217).

A visão heterodoxa do papelismo predominou na política econômica brasileira até 1930. Com o Estado Novo getulista, surge e paulatinamente se consolida no país a ideia-força do “desenvolvimentismo”, que Bielschowsky (1988) define como “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio do Estado”. (*apud* MALTA, et al., 2009, p.6).

O “desenvolvimentismo” tornou-se um fenômeno histórico e marca central da economia brasileira em todo o século XX, inclusive durante o regime militar, e perdura ainda hoje, apesar da concorrência de teses liberais e neoliberais nas últimas décadas. Herdeiro do papelismo, com o qual compartilha a negação da neutralidade da moeda, cara aos monetaristas ortodoxos, o desenvolvimentismo terminou por romper com o padrão-ouro nos anos 1970, com a paridade com o dólar em 1997 e está presente em políticas hegemônicas no Brasil ainda no século XXI, que utilizam o crédito como ferramenta de estímulo ao crescimento da produção. (MALTA, *et al.*, 2009).

Fenômeno específico e original do Brasil, nascido não em círculos acadêmicos mas no debate pragmático sobre o desenvolvimento do país, o “sistema desenvolvimentista” atravessa todas as correntes de pensamento econômico, da direita à esquerda. Para explicá-lo, Bielsowsky (1988) desenvolveu a noção de “ciclo ideológico”, no qual identifica cinco correntes de pensamento no Brasil, com distintos projetos econômicos mas com denominador comum do “desenvolvimento”. São elas: (a) o neoliberalismo, que postula a mínima intervenção estatal; (b) o desenvolvimentismo via setor privado; (c) o desenvolvimentismo via setor público nacionalista; (d) o desenvolvimentismo via setor público não nacionalista; (e) o socialismo, que postula a revolução socialista como único caminho para a superação do subdesenvolvimento. Sendo que os dois “extremos”,

neoliberalismo e socialismo, historicamente mantêm-se a reboque das correntes centrais. (*apud* MALTA *et al.*, 2009, p.5).

O *status quo* decorrente das contradições entre as diversas correntes é o que Mantega (1984), partindo dos estudos de Celso Furtado nos anos 1950, descreve como “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”, no centro do qual o autor identifica duas frentes ideológicas principais com interesses político-econômicos antagônicos do ponto de vista dos projetos para a economia brasileira – os liberais agraristas, cuja referência principal é Eugenio Gudin, e desenvolvimentistas industrialistas como Roberto Simonsen. “A matriz liberal e neoclássica desse modelo teve que ser adaptada pela necessidade muito grande de intervenção do Estado numa economia subdesenvolvida como a brasileira” – pondera Mantega. (*apud* MALTA *et al.*, 2009, p.6).

O modelo desenvolvimentista de 1930 atravessou os períodos getulista e o democrático iniciado em 1946, o período conhecido como “Anos JK” a partir de 1955, a crise iniciada em 1961 com a renúncia de Jânio Quadro e a posse de seu vice João Goulart, culminando com o golpe de Estado de abril de 1964. E foi a ideia central do prolongado período ditatorial em seus 21 anos de duração (1964 a 1985), projeto que Florestan Fernandes e Raymundo Faoro denominaram “Estado Nacional Desenvolvimentista Autoritário” (MALTA *et al* 2009), perdurando ainda hoje (2015) na condução da economia brasileira. Em suma, independentemente de partidos e preferências políticas à direita ou à esquerda, os diversos governos brasileiros tendem para o desenvolvimentismo na gestão econômica, preservando o primado histórico do estado patrimonialista forte e centralizado e recorrendo a políticas heterodoxas em fases de expansão e ortodoxas nos períodos recessivos.

Os impactos de tal “ideologia” foram profundos e abrangentes na economia do país no século XX:

Entre 1947 e 1980, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu a uma taxa média de 7,1 por cento ao ano, taxa esta superior à do conjunto dos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, excetuando-se entre estes os países produtores de petróleo. Este crescimento foi comandado pela indústria de transformação que, no conjunto, cresceu a uma taxa média de 8,5 por cento ao ano [...], atingindo taxas de crescimento superiores a 23,0 por cento ao ano nos momentos expansivos dos ciclos que ocorreram no período (1955-62 e 1967-73). (FARIA, 2008, p.188).

Como consequência desse processo, o perfil sócioeconômico do país alterou-se drasticamente: a porcentagem de domicílios classificados como urbanos passou de 27,13 em 1950 para 68,9 em 1980; os empregos no setor primário caíram de 59,9 por cento

em 1950 para 29,93 por cento em 1980; e a participação do café nas exportações brasileiras, que era de 60 por cento em 1950, caiu para 13,4 por cento em 1980, ao passo que as exportações de produtos industrializados partiram de zero em 1950 para 56,5 por cento da pauta brasileira trinta anos depois. Ou seja, o país agrário-exportador de 1500 a 1950 deu lugar a uma economia dinâmica e diversificada nas últimas décadas, graças ao prolongado crescimento industrial no século XX. (FARIA, 2008).

3.3 O PARANÁ

Até 1853 o Paraná foi comarca do estado de São Paulo, com núcleos urbanos e atividades econômicas de pouco dinamismo concentradas no litoral e região sul, distantes e esquecidos da capital, São Paulo. Após quarenta anos de demandas por emancipação, a oligarquia local, ligada à produção da erva mate e à criação de gado e ao tropeirismo, obteve da Assembleia Nacional a aprovação do desmembramento, com a elevação da “antiga e atrasada Comarca de Curitiba na esperançosa Província do Paraná”, segundo seu primeiro presidente, Zacarias de Gois e Vasconcelos. (BONI, 2002, p.550).

As esperanças de maior dinamismo econômico e social, no entanto, esbarraram no legado do que os historiadores denominaram “Paraná velho” ou “Paraná tradicional”, região ainda pouco povoada, caracterizada por fluxos lentos, cortada por caminhos e trilhas dos tempos do tropeirismo e não por estradas que pudessem acelerar o desenvolvimento. (MARSON, 2004, p.229).

O advento da República, em 1889, e a transformação das províncias em estados federados, dotados de maior autonomia política e administrativa pela constituição de 1891, conforme pleiteavam paulistas e mineiros, favoreceram também o jovem estado do Paraná. Seus governos, no entanto, não incorporaram o caráter modernizante que o negócio da erva mate e as imigrações europeias introduziam na economia (MAGALHÃES FILHO, 1996) e mantiveram o caráter oligárquico de uma região que desenvolveu-se lentamente ao longo de trezentos anos: “Eram governos de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou

família”, que faziam “negócios políticos”, segundo Amilcar Vianna Martins Filho (*apud* MARSON, 2004, p.234).

Tal oligarquia, restrita ao litoral e região sul, exerceu a hegemonia política do estado até meados dos anos 1960. Foram governadores do Paraná (LISTA, 2005a), no século XX, Affonso Alves de Camargo (1915/20), de uma família de latifundiários dos campos de Guarapuava; sucedido por Caetano Munhoz da Rocha (1921/28, duas gestões), de uma família de ervateiros; em 1928/31 retornou Affonso Alves de Camargo, sucedido por Manoel Ribas, dos Campos Gerais, interventor nomeado por Getúlio Vargas de 1932 a 1945; Moysés Lupion, filho de latifundiários ligados ao setor madeireiro dos Campos Gerais, considerado herdeiro político de Manoel Ribas, governou de 1947/50, cedendo o posto a Bento Munhoz da Rocha Neto (1951/55), filho de Caetano Munhoz da Rocha e genro de Affonso Alves de Camargo; em 1956/59 Lupion reassumiu e em 1961 foi substituído por Ney Braga, genro de Bento Munhoz da Rocha Neto (MARSON, 2004, p.234), político que deteve o mando político do estado durante a maior parte dos 21 anos do regime militar de 1964.

Os esforços de integração e modernização do estado somente se acentuam na segunda metade do século XX e, especialmente, durante o regime militar, resultando em transformações que, a partir dos anos 1970, viabilizaram o desenvolvimento industrial da região sul e a consolidação de Curitiba como metrópole e capital do estado.

Quando ocorreu o processo de colonização do norte do Paraná, nos anos 1930, assim como o das regiões oeste e noroeste nas décadas seguintes, a oligarquia governante do estado não conseguiu expandir e consolidar seu poder nessas regiões, em parte porque estas viviam isoladas do sul por falta de infraestrutura de transportes, mas também por uma questão de mentalidade:

Enquanto sua região de origem, o sul, foi ocupada em três séculos, com características coloniais como escravos/pelourinho, caminhos/trilhas e sesmarias/latifúndios, o norte foi ocupado em três décadas, com o dinamismo da época contemporânea e características como mão de obra livre, rodovias e ferrovias, pequenas e médias propriedades. (MARSON, 2004, p.231).

A denominação “Norte” do Paraná refere-se ao Norte Novo de Londrina, ou norte central, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, colonizado entre 1920 e 1950. Distingue-se do Norte Velho (a nordeste), polarizado por Jacarezinho, que se estende da divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, colonizado entre 1860 e 1925 por

paulistas e mineiros, como prolongamento da cafeicultura paulista; e também do Norte Novíssimo (a noroeste), polarizado por Maringá, Cianorte e Umuarama, que se estende do rio Ivaí ao Paraná e Piquiri, colonizado de 1940 a 1950. (MARTINS, 2012).

A colonização do Norte Novo de Londrina baseou-se na Lei estadual nº 1.642 de 1916, que autorizou o Estado a conceder a empresas privadas áreas de até 50 mil alqueires para serem vendidas, em pequenos lotes de 5 a 25 alqueires, em um prazo de oito anos, com cláusula de retorno ao Estado caso as demarcações não fossem realizadas nesse prazo. (TOMAZZI, 1997 *apud* MARTINS, 2012).

Entre 1925 e 1927 o Estado concedeu à Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, fundada em 1924 por capitais ingleses (vendida a um consórcio brasileiro em 1944, tornando-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP), uma área de 450 mil alqueires (de um total de 516 mil alqueires) pela quantia de 10.164 contos e 79.120 réis, ou seja, 20.000 réis por alqueire, valor equivalente à diária de um carpinteiro ou ao custo de cinco quilos de feijão. (MARTINS, 2012).

O baixo valor, justificado pela própria Companhia (1975) como decorrente da falta de vias de acesso à área, não impediu que as grandes concessões feitas a particulares na década de 1920 se tornassem uma das fontes de renda mais promissoras do Estado, sendo que os impostos de transferência, após o loteamento das terras, rendiam tanto quanto a produção agrícola. (CANCIAN, 1981 *apud* MARTINS, 2012).

O discurso oficial sobre o papel do Estado e o espírito empreendedor dos pioneiros, apropriado por historiadores como Cecília Westphalen, Ruy Wachowicz, Pedro Callil Padis, Jorge Cernev e France Luz, é contestado por estudos recentes sobre a história do Norte do Paraná, escritos por pesquisadores como Nelson Dacio Tomazi, Ana Maria Chiarotti de Almeida, Nadir Aparecida Cancian, José Joffily e José Miguel Arias Neto, os quais procuram desconstruir o discurso oficial sobre a “ocupação” da região – na visão de Tomazi (1997), uma “re-ocupação” de áreas que já eram ocupadas por índios, caboclos e posseiros, que teriam sido violentamente suplantados pelos “pioneiros”.

Mas o próprio fato de existir tal massa crítica, a partir de duas universidades norte paranaenses – de Londrina e Maringá – que estão entre as 25 melhores do país segundo o ranking da *Folha de São Paulo* (RUF, 2014), com menos de 60 anos da ocupação da região (boa parte dessa nova história foi escrita nos anos 1980 e 1990), no entendimento deste autor

é em si uma prova incontestável do grande sucesso do empreendimento colonizador do Norte do Paraná.

Sobre os 516 mil alqueires paulistas, que se estendiam sobre 20 mil quilômetros quadrados de férteis terras vermelhas, a Companhia de Terras Norte do Paraná recortou pequenos lotes com acesso a água e estradas, integrados a núcleos urbanos a cada 15 quilômetros, e os colocou à venda em condições facilitadas, atraindo compradores de diversos estados brasileiros, especialmente São Paulo, Minas Gerais e nordeste, e de diversas etnias. Segundo relatório da CTNP (1975), de 1930 a 1935 foram vendidos 1.266 lotes a brasileiros e 2.162 a estrangeiros, especialmente alemães (479), italianos (476), japoneses (434), espanhóis (216), portugueses (156), poloneses (98), húngaros (75) e ucranianos (60) (*apud* BONI, 2004, p.63).

Essa massa de pequenos proprietários, que seria a base de uma sólida classe média rural norte paranaense, e que em sua maioria trazia a experiência do cultivo do café, cultura dominante na região a partir dos anos 1940, começou a ocupar a região nos anos 1930, ainda com grandes dificuldades de acesso e em meio às instabilidades internacionais pós quebra da bolsa de Nova Iorque (1929) e pré Segunda Guerra Mundial, e também às instabilidades nacionais decorrentes da Revolução de 1930, posse de Getúlio Vargas, Revolução Constitucionalista de 1932 e posterior decretação da ditadura do Estado Novo (BONI, 2004, p.55-56). Nesse contexto, a primeira atividade econômica no Norte do Paraná foi a exploração industrial da madeira nativa, viabilizada pela implantação de infraestruturas de transporte (MARSON, 2004, p. 231).

Nascida como patrimônio Três Bocas em 1929, pertencente ao município de Jataizinho, Londrina ganhou esse nome em 1932, ainda como patrimônio, e tornou-se município em 1934, então com aproximadamente 3.000 habitantes. A chegada da ferrovia, em 1935, provocou uma corrida para a região muito acima do esperado, de tal forma que apenas seis anos depois, em 1940, a população de Londrina multiplicara-se por dez, chegando aos 30.000 habitantes (IBGE) que a CTNP previa como população definitiva do município.

Oportunidades de trabalho, renda e acesso à terra, associadas à introdução e forte expansão da cafeicultura, disseminaram pelo país e o mundo a imagem de uma “Califórnia brasileira” ou “Eldorado” e, mais tarde, de “Capital Mundial do Café”, elevando a população a 71.412 habitantes em 1950, 134.821 em 1960 e 228.101 habitantes em 1970

(IBGE). A partir daí, na vigência do regime militar, com o fim do ciclo do café (por fatores legais, climáticos e de mercado) e sua substituição por culturas de exportação, especialmente a soja, o crescimento populacional, que praticamente dobrava a cada dez anos, demorou trinta anos para novamente dobrar (447.065 habitantes em 2000), até atingir os atuais 543.000 habitantes (IBGE 2015).

Politicamente, que é o aspecto que interessa ao presente trabalho, Londrina polarizou-se em torno de dois partidos conservadores, o PSD (Partido Social Democrata), que elegeu o prefeito (Willie Davids) e todos os seis vereadores na primeira eleição direta, em 1935, e Antonio Fernandes Sobrinho em 1955/59; e a UDN (União Democrática Nacional), que elegeu Milton Menezes para dois mandatos (1951/55 e 1959/63) e José Hosken de Novaes, que concluiu seu mandato (1963/69) pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), já no período militar. Outro partido conservador, o Liberal (PL), elegeu Hugo Cabral para o período 1947/51 (LISTA, 2015b).

Mas, desde seu nascimento, as forças políticas do município desenvolveram forte oposição à oligarquia governante do sul do estado. A primeira manifestação se deu contra o primeiro prefeito da cidade, Joaquim Vicente de Castro, engenheiro civil de Ponta Grossa, nomeado pelo então interventor Manoel Ribas, que durou menos de seis meses no cargo e foi substituído por Rosalino Fernandes, funcionário público do Estado, também nomeado, que permaneceu no cargo por pouco mais de seis meses, até a posse do primeiro prefeito eleito diretamente, em 1935.

A precariedade das ligações rodoviárias e a inexistência de ligação ferroviária com o sul do estado (somente superadas nos anos 1960, com a construção da Rodovia do Café/BR 376, ligando Londrina a Curitiba, e nos 1970 com a construção da ferrovia Central do Paraná, ligando o norte ao Porto de Paranaguá), fortaleceu a relação do Norte do Paraná com o estado de São Paulo e o Porto de Santos, o que aumentava o ressentimento com os governos paranaenses.

No quadro do bipartidarismo do regime militar, em que o poder estadual ficou nas mãos de Ney Braga e do partido da ditadura, a ARENA, Londrina polarizou-se fortemente em torno do único partido de oposição permitido, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que elegeu prefeitos Dalton Paranaguá em 1969/73, José Richa em 1973/77, Antonio Belinati em 1977/82 e, já pelo PMDB, Wilson Moreira (1983/88). Tal domínio oposicionista, associado à importância econômica do norte paranaense, fez com que

os dois primeiros governadores do Paraná, após a redemocratização do país em 1985, fossem políticos londrinenses, José Richa (1983/86) e Álvaro Dias (1987/92).

Em termos de movimentos populares e partidos de esquerda, a experiência mais significativa na região de Londrina, pré 1964, aconteceu fora da área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná: o levante de camponeses (ou guerrilha) de Porecatu, 100 quilômetros ao norte de Londrina, conflito armado com ativa participação do Partido Comunista Brasileiro, que opôs posseiros – que haviam ocupado a região com permissão do governo estadual, durante o Estado Novo de Vargas – e latifundiários que adquiriram as mesmas terras depois junto ao mesmo governo estadual, já no primeiro governo Lupion, quando este mudou as regras anteriores.

Marcelo Oikawa, um dos personagens deste trabalho, comparece aqui como autor de *Porecatu, a guerrilha que os comunistas esqueceram*, livro de 400 páginas lançado em 2011, fruto de vinte anos de pesquisas, história que – em sua opinião – marcou profundamente a política norte paranaense, inclusive o movimento estudantil dos anos 1960 e 1970 e a experiência do jornal *Poeira*.

A história da resistência dos posseiros em Porecatu [...] começou em 1944, com a criação das Associações de Lavradores, passou pela fundação do Comitê Regional do PCB em Londrina em 1945, ganhou força em 1947 com a grande manifestação de 1.500 posseiros armados em Guaraci, passou pela oficialização da entronização do PCB em 1948, pela estruturação do teatro da luta em 1949 – que levou os combatentes a dominar uma área de 40 km² em 1950/1951 –, até seu controvertido desfecho em junho de 1951 [...]. Foram sete anos de luta. A ocupação das terras devolutas que começou com a chegada de 300 posseiros em 1940 e terminou com 3 mil em litígio em 1951, acabou registrando reassentamento de apenas 380 famílias. (OIKAWA, 2011, p.28).

Encerrada com a dispersão dos principais participantes, reduzido número de mortes em combate e de prisões e condenações judiciais, mas com grande repercussão nacional, o movimento somente não teve vitória mais ampla e consistente, segundo Oikawa, pela decisão do PCB de não permitir aos posseiros aceitarem a negociação proposta pelo governo do Paraná – erro que dirigentes do PCB somente reconheceram trinta anos depois, após a anistia de 1979.

Segundo a historiadora Sonia Maria Sperandio Lopes Adum, a experiência de Porecatu foi significativa para a história do país, a começar pelo fato de ser a primeira do

PCB fora do eixo Rio-São Paulo, envolvendo um pequeno grupo de camponeses de uma pequena cidade do interior do Paraná, sem experiência política ou revolucionária:

Foram transformados em protagonistas da primeira experiência do PCB com a revolução a partir do campo, liderando um movimento armado sem precedentes na história do próprio partido [...]. Porecatu registra as primeiras ligas camponesas do Brasil e um intenso e incansável trabalho de sindicalização do homem do campo [...]. A luta camponesa de Porecatu inaugurou um novo tipo de luta, diferente da de Canudos na Bahia ou do Contestado em Santa Catarina, na medida em que sua dimensão política está despida da conotação religiosa [...] e vai estender-se como influência nos conflitos armados de Trombos e Formoso, Goiás, em 1954, e nas disputas pela posse da terra no sudoeste do próprio Paraná, em 1957. (ADUM, 2002 *apud* OIKAWA, 2011, p.307).

Cidade polo da região de Porecatu, Londrina foi fortemente marcada pela experiência revolucionária, segundo a historiadora:

Os comunistas de Londrina conseguiram conduzir sua política com criatividade, mesclando suas participações em campanhas internacionais e nacionais como o Movimento pela Paz e contra o envio de tropas brasileiras à guerra da Coreia; na campanha do Petróleo é Nosso, pela formação da Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular Revolucionário; campanhas contra a carestia, pela imprensa popular, pela imprensa feminina e envolvendo-se também na política partidária local e disputando eleições. (ADUM, 2002 *apud* OIKAWA, 2011, p.307).

E as marcas persistiram no tempo:

[(Londrina)] tornou-se o principal reduto do PCB no estado. Ali foi fundado o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Paraná e ali se formaram os principais quadros do partido para os próximos anos. Iniciaram um trabalho intenso de organização dos camponeses, fundaram o segundo e o terceiro sindicato dos trabalhadores rurais do Brasil e continuaram liderando a organização dos camponeses. Ainda antes de 1964 podia se contar 67 sindicatos de trabalhadores rurais fundados por eles no estado. (OIKAWA, 2011, p.306).

Ex-vaqueiro, cearense, membro da Igreja Presbiteriana, que chegou com a família em Londrina em 1945 em busca de trabalho, Manoel Jacinto Correia foi um dos principais personagens da guerrilha de Porecatu. Após dois anos trabalhando como pedreiro para o médico Newton Câmara, cidadão influente em Londrina e ligado ao Partido Comunista, Mané Jacinto – como era conhecido – tornou-se também comunista, sem abandonar a religião, e já em 1947 foi eleito vereador de Londrina pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Procurado por líderes dos posseiros de Porecatu em 1948, levou a demanda à direção nacional do PCB, que o designou elemento de ligação para transmitir as orientações e apoio (financeiro e militar) do partido ao movimento, trabalho no qual contou com a

colaboração direta de membros da direção, especialmente João Saldanha, mais tarde técnico da seleção brasileira de futebol (OIKAWA, 2011).

Após 17 prisões, em muitas delas torturado, cinco vezes processado por suas atividades políticas e dez anos vivendo na clandestinidade, Mané Jacinto viveu discretamente os anos 1960, fiel ao PCB de Luiz Carlos Prestes, apesar de uma enorme contrariedade com o erro do partido na finalização do movimento de Porecatu e na sua recusa posterior em discutir e avaliar aquela experiência e reconhecer os erros cometidos (OIKAWA, 2011). Em 1966 transferiu-se para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dissidência do PCB comandada por Apolônio de Carvalho, período em que orientou jovens londrinenses, inclusive seus filhos, na organização do movimento estudantil secundarista da cidade. Alguns desses jovens, como o próprio Marcelo Oikawa, seriam líderes do movimento estudantil e do jornal *Poeira*, na Universidade Estadual de Londrina, nos anos 1970.

3.4 O REGIME DE 1964

Passados mais de 50 anos do golpe de Estado de 31 de março de 1964 e 30 anos do fim do ciclo autoritário, um dos poucos consensos estabelecidos pelos estudiosos é que o regime que governou o país por 21 anos foi efetivamente uma ditadura e não uma “revolução”, como sustentavam os militares e seus apoiadores, em sua “pretensão de legitimidade”, estudada por Rezende (1996):

A análise das condições objetivas e subjetivas esclareceram todos os meandros de um processo absolutamente ditatorial, que tentava ganhar adesão e aceitabilidade para os seus feitos e intenções. Isto se deu tanto a partir da insistência na preservação de determinados valores sociais tidos como os únicos capazes de salvar o país do florescimento de uma sociedade inconciliável, quanto através da repressão violenta a todas e quaisquer formas de contestação ao processo sócio-político-econômico que se estabelecia. (REZENDE, 1996, p.2).

De resto, até mesmo o consenso de anos atrás, de que se tratou de uma ditadura militar, foi paulatinamente suplantado pela percepção de uma ditadura civil-militar, em vista da expressiva adesão e mesmo engajamento de amplos setores liberais e da classe média brasileira. Como assinalaram Cruz e Martins (2008), a ditadura brasileira resultou de uma complexa coalizão que incluía

praticamente todas as facções das classes dominantes (do rural ao urbano, do arcaico ao moderno, do nacional ao estrangeiro, do produtivo ao parasitário), juntamente com ponderáveis parcelas da pequena burguesia, das profissões liberais e da nova classe média burocratizada, com suas respectivas representações no plano político partidário. (CRUZ; MARTINS, 2008, p.12).

A esse caráter ditatorial civil-militar, acrescentaram-se as marcas da formação histórica do Brasil, especialmente a “tradição conciliatória” de que fala Rodrigo Patto Sá Motta (2014), citando autores influentes no pensamento social brasileiro, como Gilberto Freyre, Roberto DaMatta e José Honório Rodrigues:

A cultura brasileira tem como marcas centrais a flexibilidade, a recusa a definições rígidas e a negação dos conflitos, que são evitados ou escamoteados por meio de ações gradativas, moderadoras, conciliatórias e integradoras. Ressalte-se: a recusa de reconhecer e agudizar os conflitos, a tentativa de negá-los ou contorná-los, serve à manutenção da ordem desigual e elitista, pois as estratégias conciliadoras ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua solução. (MOTTA, 2014, p.13-14).

A força da tradição conciliatória foi determinante não apenas para o desfecho da crise de 1964, a qual, “ao contrário da esperada guerra civil, gerou ‘guerra de saliva’” (MOTTA, 2014, p.14), mas também no arranjo político que se seguiu, de perfil modernizante-conservador e autoritário-excludente. Equação que, de acordo com o autor, predominou em todas as crises e transições importantes da história do Brasil, antes de 1964, como o processo da Independência, liderado pelo príncipe herdeiro do trono português e que evitou rupturas; a implantação da República em 1889, com acomodação das lideranças políticas do velho e do novo regime, quase sem choques; e a estratégia getulista de integração de tendências heterogêneas no Estado Novo (MOTTA, 2014, p.14).

O espírito conciliador norteou também os eventos pós regime de 1964, segundo Motta, como a anistia política de 1979, que “significou realmente esquecimento e perdão, com inúmeros ex-apoiadores do regime militar mantidos no poder”, e a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, “viabilizada por aliança reunindo forças de esquerda e de direita”. A busca de soluções que evitem as rupturas radicais, segundo o autor, tem o objetivo de “acomodar os interesses de grupos em disputa, em um jogo de mútuas concessões, [...] sobretudo quando os contendores principais pertencem às elites sociais” (MOTTA, 2014, p.14).

Compreender essa ambiguidade e flexibilidade do “caráter brasileiro”, que sempre levam à acomodação e à conciliação, e que se expressam tanto no Estado e na política, à direita e à esquerda, como na sociedade em geral, é indispensável, na opinião do autor, para uma adequada compreensão do regime militar: “Mais ainda, é esforço significativo para a superação do legado autoritário e, quem sabe, da faceta negativa da tradição conciliatória nacional” (MOTTA, 2014, p.21).

Marcos Napolitano (2014, p.127) faz uma ressalva em relação a esse espírito conciliador, no caso do regime de 1964. Mesmo reconhecendo que “via de regra, as repressões a revoltas armadas no Brasil eram ferozes com os de baixo e moderadas com os de cima”, o autor assinala que entre 1969 e 1974 a repressão “não poupou ninguém”:

Quando examinamos a lista de mortos e desaparecidos pela ditadura, notamos um dado inovador na história brasileira [...]. Dos 17.420 processados pela justiça militar que compõem a base do arquivo do Projeto ‘Brasil Nunca Mais’, 58% tinham formação superior, completa ou incompleta, e 16% tinham ensino secundário. No geral, calcula-se que metade dos presos e processados era formada por estudantes universitários [...] com predominância da faixa que ia até 25 anos. (NAPOLITANO, 2014, p.127-128).

O termo modernização conservadora ou autoritária, que analistas cunharam em 1966 para designar a essência do regime militar, mas que aplica-se também a todos os regimes pretéritos, diz respeito à busca de conciliação entre modernização nas esferas econômica e administrativa, envolvendo industrialização e melhoria da máquina estatal, por exemplo; e um projeto autoritário-conservador-excludente nas esferas política e cultural, focado em manter os segmentos subalternos politicamente controlados e excluídos, bem como em combater ideias de agentes de esquerda e de vanguardas culturais, defendendo valores tradicionais como pátria, família, religião e a moral cristã (MOTTA, 2014, p.15).

Com a vitória da coalização golpista e a derrota política das esquerdas, acabou por vencer a vertente autoritária e liberal conservadora do projeto modernizador, que paradoxalmente se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964. Os militares tornaram-se agentes modernizadores, [...] mas nem sempre seguiram o script que lhe estava destinado, desbordando na direção de práticas repressivas mais drásticas do que desejavam os parceiros norte-americanos, e também ousando afastar-se dos Estados Unidos nos anos 1970. (MOTTA, 2014, p.9).

3.4.1 OS MILITARES

Também há controvérsias sobre os papéis jogados pelos protagonistas da crise e do regime de 1964, especialmente no campo militar e no campo das esquerdas, que interessam mais diretamente ao estudo da experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina nos anos 1970.

Sobre a atuação dos militares, as divergências concentram-se na análise dos governos de Castelo Branco e Ernesto Geisel, e foram estimuladas por uma corrente de pensamento que percebeu um caráter “ameno” na ditadura brasileira, em comparação com suas congêneres sul americanas. Um editorial da *Folha de S. Paulo*, de fevereiro de 2009, que utilizou o termo “ditabranda” para designar o regime militar brasileiro, especialmente os dois governos em questão, deflagrou uma acalorada discussão acadêmica sobre o tema. Neste trabalho, apoiamos-nos nos estudos de Cruz e Martins (2008) e Napolitano (2014), com posições divergentes, para abordar a questão.

Segundo Cruz e Martins (2008), as forças do campo militar que lideraram o processo de 1964 se organizavam em quatro categorias: os “sorbonistas”, a linha dura, os nacionalistas de direita e os corporativistas (chefias que se impunham em nome da unidade e do princípio burocrático constitutivo da corporação).

Os autores destacam o papel dos sorbonistas, nome inspirado na elite intelectual antiliberal da França, que apoiou a Revolução Francesa contra o absolutismo do rei no século XVIII. No Brasil, o sorbonismo surgiu na resistência contra Vargas nos anos 1930, se afirmou na aliança com os Estados Unidos na frente antifascista da Segunda Guerra e adquiriu massa crítica com a criação da Escola Superior de Guerra e com o envio de seus membros para cursos na Academia Militar de West Point (EUA). Identificava-se, na política civil e na esfera ideológica, com a cúpula da UDN e o pensamento liberal, e se opôs “ao socialismo em geral e, mais especificamente, ao movimento nacional-popular (setores do PTB, PCB, esquerda militar) e ao seu companheiro de viagem, o clientelismo, seja na versão tradicional (PSD), seja na versão populista (PSP e peleguismo petebista)” (CRUZ; MARTINS, 2008, p.13).

Apesar do caráter ditatorial que foi o denominador comum de todo o período, Cruz e Martins identificam nuances e diferenças significativas nas distintas fases da ditadura brasileira: Ela começou sob o comando do sorbonista Castelo Branco; em 1967 a

linha dura militar assumiu com Costa e Silva e radicalizou o processo político com a Junta Militar e depois com Médici no período de confronto com as forças de esquerda, beneficiada pelo “milagre econômico”; em 1974 os sorbonistas reassumiram com Geisel e Golbery; a última etapa da ditadura foi conduzida pela linha dura (Figueiredo) em aliança com os sorbonistas (Golbery), até a eleição indireta de Tancredo Neves e – com sua morte – a posse de José Sarney.

Para os autores, o governo Castelo Branco foi fiel ao ideal sorbonista, mantendo em vigor a constituição de 1946 e o calendário eleitoral, o Congresso Nacional em funcionamento e a defesa de uma intervenção temporária (até 31 de janeiro de 1966, data oficial de término do mandato de Jânio Quadros). E, apesar da repressão policial generalizada que se seguiu ao golpe e de uma grande quantidade de intervenções arbitrárias, que afetaram aproximadamente sete mil pessoas com perda de posições ou direitos adquiridos, os autores ponderam que “também é inegável que a ditadura que assim se manifestava era comparativamente branda [...] Recorde-se que a linha dura reclamava cerca de cinco mil cassações de direitos políticos e obteve menos de quatrocentas”. (CRUZ; MARTINS, 2008, p.31)

Na opinião dos autores, a presença sorbonista deu ao movimento de 64 a possibilidade de transcender os limites de um simples golpe de Estado e de propor ao país um redirecionamento cosmopolita-modernizante, abandonando os rumos tomados pela Revolução de 1930.

O sorbonismo ascende ao poder munido de um amplo programa de reformas destinadas a remover os obstáculos à expansão do capitalismo no país e a viabilizar a plena configuração do modelo de desenvolvimento esboçado na segunda metade da década passada. (CRUZ; MARTINS, 2008, p.33).

Em favor dessa afirmação, os autores mencionam as reformas de cunho liberal-democrático do governo Castelo Branco, como a da administração pública (visando destruir as fontes de alimentação das práticas clientelistas – especialmente do PSD e PSP – que bloqueavam a alternância no poder); a reforma agrária, que pressionava – com o imposto territorial progressivo – os proprietários rurais incapazes de modernizar seus estabelecimentos; e a reforma da Previdência e Trabalho, que desvinculava o sindicalismo – dominado pelo PTB – dos aparelhos estatais.

A condução de Castelo Branco descontentou e instigou os setores à direita das Forças Armadas e da sociedade:

Não deixa de ser curioso que, no plano político, o governo Castelo aparece como um suceder de derrotas. Não queria a cassação de Juscelino, mas foi obrigado a realizá-la; opunha-se à prorrogação de seu mandato, mas acabou por aceitá-la; convocou as eleições de outubro de 65 contra as resistências da oficialidade ‘dura’, mas, logo a seguir, editou o AI-2 para apaziguá-la; queria um nome identificado com o seu ideário para substituí-lo na Presidência, mas assistiu impotente ao crescimento da candidatura contrastante de seu ministro da Guerra, Costa e Silva. (CRUZ; MARTINS, 2008, p.32).

Com a edição do Ato Institucional nº 2, “a ditadura, que parecia caminhar para o recesso, estava de volta mais forte do que antes” (CRUZ; MARTINS, 2008, p.23). A ressurreição incluía o retomo dos poderes para cassar mandatos (inclusive das principais lideranças civis do país, como Juscelino Kubitschek e mesmo o udenista Carlos Lacerda) e suspender direitos políticos, a extensão do foro militar aos civis, a limitação da livre manifestação do pensamento, a suspensão das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, a extinção dos partidos políticos, a outorga da faculdade de decretar intervenção nos estados, de baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional e de declarar em recesso as casas legislativas.

Marcos Napolitano (2014) contesta essa narrativa benevolente em relação ao governo Castelo Branco. Segundo ele, embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, esse governo foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário: “Nele foram editados 4 atos institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio da segurança nacional (NAPOLITANO, 2014, p.73).

Na opinião do autor, a relativa liberdade de expressão que subsistiu entre 1964 e 1968 tem menos a ver com o caráter “envergonhado” da ditadura nessa fase, de que falou Élio Gaspari (2002), e mais com a base social de apoio ao golpe de Estado e ao regime:

Tendo forte apoio nas classes médias e produto de uma conspiração que envolveu setores liberais (ancorados na imprensa e nos partidos conservadores), os quatro primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista. (NAPOLITANO, 2014, p.71).

Tais concessões, de acordo com Napolitano, nunca chegaram ao ponto de ameaçar os objetivos fundamentais do regime, que eram “acabar com a elite reformista de esquerda, dissolver os movimentos sociais organizados e reorganizar a política de Estado na direção de uma nova etapa de acumulação de capital” (NAPOLITANO, 2014, p.71).

Quanto ao retrocesso que culminou com o Ato Institucional nº 2, para o autor foi determinado pela crise econômica pós 1964, que desiludiu a classe média e suas lideranças políticas com o novo governo, levando Castelo Branco a buscar sustentação quase exclusiva nos quartéis:

O AI-2 pode ser visto como a passagem do governo que se considerava transitório para um regime autoritário mais estruturado [...], representa o fim da lua de mel entre os militares no poder e os políticos conservadores que apoiaram o golpe, mas queriam manter seus interesses partidários e eleitorais intactos, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. (NAPOLITANO, 2014, p.78-79).

Respondendo diretamente aos “saudosos do regime militar”, para os quais a ditadura “matou e prendeu pouco”, Napolitano diz: “Além de o argumento quantitativo não diminuir o caráter da violência e das tragédias humanas produzidas sob o signo da tortura, o fato é que o martelo de pilão estava ativo e poderia ter feito quantas vítimas fossem necessárias”. Ou seja, havia uma máquina de repressão montada e azeitada, enquadrada politicamente, mas que frequentemente cometeu “excessos” nunca punidos, “no máximo, troca compulsória de comandos militares” (NAPOLITANO, 2014, p.138-139).

Os autores convergem na análise do período de recrudescimento da ditadura, que culminou – após a enfermidade e morte de Costa e Silva e sua substituição pela Junta Militar formada pelos comandantes das três Armas – com a edição do AI-5 em dezembro de 1968. Era o clímax de uma crise de instabilidade no país, decorrente da rebelião estudantil em diversos países, que no Brasil teve como estopim a morte, em confronto com a polícia do Rio de Janeiro, do estudante Edson Luiz, quando participava de movimento pela melhoria do restaurante da escola, em fevereiro de 1968.

Através do AI-5, foram cassados os direitos políticos de cerca de 500 cidadãos (sobretudo professores, jornalistas e diplomatas), de cinco juizes de instâncias superiores e de 95 deputados e quatro senadores (40 por cento da bancada do MDB no Congresso Nacional). Instalou-se a censura aos meios de comunicação, arte e cultura e a

violação da privacidade dos lares, da correspondência e das comunicações tornou-se prática corriqueira. As detenções assumiram o caráter de sequestros e se multiplicaram em ondas sucessivas: “Todo cidadão, independentemente de classe, raça ou credo, tornara-se em princípio suspeito da prática de delitos contra a segurança nacional. A repressão abolira tudo, inclusive as discriminações sócio-culturais” (CRUZ; MARTINS, 2008, p.49).

Apesar do AI-5, a máquina repressiva do governo ainda estava se azeitando, segundo Marcos Napolitano, “mas o sequestro do embaixador norte-americano forneceu a desculpa para a liberação da repressão fora de qualquer ‘sutileza jurídica’ ou mesmo humanitária. Começavam os ‘anos de chumbo’” (NAPOLITANO, 2014, p.119).

Seguiram-se diversos outros atos institucionais em 1969, todos convergindo para o fortalecimento autocrático do Estado, processo que culminou com a Emenda Constitucional n. 1, de outubro de 1969, impropriamente chamada de Constituição de 1969, promulgada pela Junta Militar durante o recesso do Congresso. O ano em que a linha dura das Forças Armadas assumiu o controle do processo e implantou a chamada “revolução permanente”, termina com a designação do general Emílio Garrastazu Médici para a presidência do país.

Os anos do governo Médici, período em que nasceu a Universidade Estadual de Londrina, combinaram a mais severa repressão política com o chamado “Milagre Econômico”, projeto baseado na captação de recursos internacionais então abundantes para investimento em obras de infraestrutura, que propiciaram ao país altos índices de crescimento de 1970 a 1977 – superiores a 10% ao ano. No plano interno, a política de controle de preços do governo, mais o ufanismo decorrente do tricampeonato mundial de futebol no México, ajudaram a alavancar o “Milagre”. O problema, segundo Cruz e Martins (2008), foi o país ter continuado tomando empréstimos quando os juros – pós fixados – começaram a aumentar, na segunda metade da década de 70, até o colapso da dívida externa em 1979, que causou a estagnação dos anos 1980.

O período de interesse para este trabalho corresponde ao governo do general Ernesto Geisel, de 1974 a 1978, no qual, de acordo com Cruz e Martins (2008), os sorbonistas das Forças Armadas reassumiram o comando do processo e iniciaram a chamada “reversão do

processo revolucionário”, através de uma “distensão lenta, gradual e segura”, preparando assim a fase seguinte (1978 a 1985), de transição dos militares para o governo civil.

Com Geisel o projeto nacional desenvolvimentista adquiriu nitidez e consistência através do II PND – Programa Nacional de Desenvolvimento, que promoveu grandes investimentos em infraestrutura de transporte, logística, energia (Itaipu e Angra), telecomunicações e políticas arrojadas nas áreas de previdência, habitação (BNH), controle de preços através de câmaras setoriais, sempre com endividamento externo. Até hoje, segundo os autores, seu governo é visto como um “laboratório” para avaliação do modelo nacional de desenvolvimento com forte protagonismo estatal.

Mas, apesar de manter todo o aparato de atos institucionais da Junta Militar de 1969, e de não enfrentar mais a resistência armada, eliminada no período anterior, Geisel enfrentou diversas e crescentes dificuldades políticas. Especialmente a inesperada e avassaladora vitória do MDB – único partido de oposição à época – nas eleições de 1974 e os episódios de insubordinação de militares da linha dura, que resultaram nos assassinatos – em órgãos de segurança do governo – do jornalista Vladimir Herzog (1975) e dos operários Manoel Fiel Filho (1975) e Santo Dias (1976). Além de contestações à política estatizante do governo e à legitimidade da ditadura no interior da própria coalizão de 1964, o ressurgimento dos movimentos sociais e sindicais etc.

Para não perder o controle do processo, Geisel recorreu a seus poderes ditatoriais para, no início de 1977, baixar o “Pacote de Abril”, composto de 14 emendas a artigos da Constituição de 1969, e três artigos novos, além de seis decretos-leis, com as seguintes medidas principais: eleições indiretas para escolha de governadores, com ampliação do colégio eleitoral; eleição de 1/3 do Senado por via indireta e instituição de sublegendas, em número de três, na eleição direta dos restantes; extensão às eleições estaduais e federais da legislação restringindo a propaganda eleitoral no rádio e na TV; alteração no quórum para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso, de 2/3 dos membros para maioria simples; alteração do colégio eleitoral que elege o presidente da República; ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos.

Segundo Cruz e Martins (2008), o ano chave no processo de transformação do regime foi 1977, quando aos problemas políticos internos somaram-se a agudização da crise do mercado internacional de investimentos, determinante do colapso da dívida externa de 1979. Embora tenha afetado o legado de Geisel, tal conjuntura não o impediu de controlar

sua sucessão – com João Baptista Figueiredo – que antecedeu e preparou a devolução do poder aos civis, processo que teve como marcos fundamentais a revogação do AI-5 em dezembro de 1978 e a decretação da Anistia em agosto de 1979.

A análise de Marcos Napolitano (2014) sobre o governo Geisel propõe outra narrativa: “A transição para a democracia estava claramente subordinada à segurança do regime que, na ótica dos seus estrategistas, passava pelo rearranjo institucional e pelo diálogo seletivo com a sociedade civil” (NAPOLITANO, 2014, p.239).

Em favor dessa “segurança do regime”, não foram poucos os recuos na abertura de Geisel.

Quando olhamos para alguns dados isoladamente, o saldo repressivo do governo Geisel não autoriza falar em democracia ou mesmo em distensão: durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada [...], o Congresso foi fechado durante 15 dias. (NAPOLITANO, 2014, p.234).

Em suma, segundo Napolitano, uma efetiva agenda de abertura e transição ocorreu, “quando muito, só após 1977 [...] já com a pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem) [...]. A pressão das ruas talvez tenha sido o elo perdido e esquecido entre a tímida distensão de 1974 e a efetiva agenda de abertura em 1978” (NAPOLITANO, 2014, p.234), que resultou na eleição indireta do último general presidente da ditadura, João Baptista de Oliveira Figueiredo.

3.4.2 OS ESTUDANTES

O protagonismo dos estudantes na política brasileira, que esteve presente nos mais importantes episódios da história do país, como as lutas pela Independência, Abolição e contra a ditadura de Vargas, entre outras, já se expressava nos anos anteriores a 1964. Na visão de Marcelo Ridenti (1993),

o que realmente parece ter mobilizado as massas estudantis nos anos 60, foi a frustração das perspectivas criadas durante os governos populistas, isto é, o aparente bloqueio de suas perspectivas de ascensão social, mas também de manifestação cultural e política. (RIDENTI, 1993, p.145).

Citando pesquisa realizada na Universidade de São Paulo em 1963, segundo a qual 76% dos entrevistados eram a primeira geração universitária de suas famílias, o autor observa que o estudante brasileiro é predominantemente recrutado nos estratos médios da população global e, portanto, não representa uma camada privilegiada “e sim uma camada em mobilidade ascensional que acumula recursos para afirmar-se socialmente” (RIDENTI, 1993, p.147). Daí decorrem, segundo o autor, as “contradições, ambiguidades e vacilações do movimento estudantil, [que] devem ser compreendidas na especificidade da situação de estudante, transitória entre as classes de origem dos universitários e as classes que ajudarão a construir depois de formados” (RIDENTI, 1993, p.140-141).

Quando os militares e seus aliados civis assumiram o poder em 1964, após a vitória inesperadamente fácil do golpe, a situação estava conturbada nos meios universitários, onde, segundo Rodrigo Motta, o movimento estudantil havia se tornado aguerrido e bem estruturado sob o comando de líderes da esquerda católica e de comunistas: “No clima de radicalização anterior ao golpe, as universidades se tornaram centros importantes da mobilização esquerdista [...]; e os estudantes se tornaram forte grupo de pressão no cenário público (MOTTA, 2014, p.15-16).

Como em todas as áreas de governo, a política do regime para as universidades foi pautada pela “modernização conservadora”, na qual o eixo modernizador buscou eficiência e racionalização de recursos, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação; e o eixo conservador concentrou-se nos campos político e cultural, com políticas de controle e repressão ao movimento estudantil, criação das Assessorias de Segurança e Informações para vigiar a comunidade universitária, censura à pesquisa, à publicação e circulação de livros e às ideias oposicionistas em geral, e tentativas de inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon etc. (MOTTA, 2014, p.15)

Nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária. De fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva. (MOTTA, 2014, p.7).

Mais do que tais ambiguidades, no entanto, uma série de fatores associados às crises econômica e política, pós 1964, determinaram a radicalização do movimento estudantil. Marcelo Ridenti (1993) cita a falta de verbas, a modernização autoritária da política universitária do regime, o arcaísmo das universidades anterior a 1964, o arrocho salarial e estreitamento das oportunidades de trabalho até mesmo para os formados, a chamada “crise da cultura burguesa” e a política repressiva da ditadura contra os estudantes e suas entidades, como fatores que contribuíram para “criar uma insatisfação estudantil sem precedentes e para a retomada da antiga bandeira de luta pela Reforma Universitária, ligada ao projeto de ascensão social pela educação, de camadas urbanas nos anos anteriores a 1964” (RIDENTI, 1993, p.128).

O maior avanço do ME, segundo Ridenti, ocorreu entre 1967 e 1968, por entre as brechas no interior do regime militar, que então oscilava entre tendências de redemocratização – que propunha diálogo e conciliação de classes – e endurecimento total com a militarização do aparelho de Estado e repressão severa, que acabou prevalecendo com a promulgação do AI-5. No auge da mobilização, que foi a “Passeata dos Cem Mil”, realizada no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, com greves, passeatas e atos públicos em praticamente todas as cidades brasileiras com escolas superiores, “as demonstrações contaram com participação e apoio inédito das camadas urbanas, inclusive com respaldo da maior parte das bases estudantis universitárias, que davam legitimidade à atuação das lideranças (RIDENTI, 1993, p.130).

Nesse ambiente de intensa mobilização, duas posições polarizaram o movimento estudantil, a primeira – capitaneada pela AP – que privilegiava “lutas de rua contra a ditadura”, e outra que vinculava a luta antiditatorial a reivindicações específicas do estudantado. Entre as lideranças e os componentes da chamada “massa avançada” do ME, muitos passaram à militância política “além das fronteiras das escolas, especialmente em organizações de esquerda – boa parte das quais, armadas, após 1968” (RIDENTI, 1993, p.124).

O autor observa que desde meados de 1968 já era notável o crescente abandono de participantes do movimento estudantil pela militância exclusiva em organizações de esquerda, especialmente as guevaristas, que priorizavam a guerrilha rural: “O processo acelerou-se com o bloqueio das atividades políticas no interior do ME, imposto pelo AI-5 e, depois, pelo Decreto nº 477 (RIDENTI, 1993, p.133).

Para Marcos Napolitano (2014), foi nesse momento, em que a organização política de massa e a ação pública da UNE tornaram-se inviáveis, e a proposta de luta armada seduziu a classe média estudantil, que “a ditadura deixou de ser ‘branda’, recaindo duramente sobre a mesma classe média que ela prometia proteger e incrementar” (NAPOLITANO, 2014, p.105-106).

Entre os modelos de luta armada, pontificaram o foquismo, inspirado no exemplo da revolução cubana, e o maoísmo da revolução chinesa. Para o primeiro, praticado pela ALN e VPR (que depois tornou-se VAR-Palmares), um núcleo pequeno de guerrilheiros conseguiria derrotar um exército bem armado e conquistar o poder de Estado:

Iniciada a luta, as massas viriam correndo apoiar a revolução, pois a opressão do seu cotidiano era insuportável. Era assim que se pensava. A morte de Che Guevara não tinha sido lida como expressão do limite dessa estratégia, mas como exemplo de heroísmo que inspiraria os mil Vietnãs sonhados para acabar com o imperialismo e com o capitalismo. O dever do revolucionário era fazer a revolução, dizia Carlos Marighella, uma das primeiras dissidências do PCB a se animarem com esta tática de luta. (NAPOLITANO, 2014, p.123).

Os grupos foquistas tiveram um início que parecia triunfante, com ações espetaculares como “expropriações” a bancos, o famoso roubo ao cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e sequestros como o do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, além da notoriedade de Marighella como símbolo de guerrilheiro; mas submergiram sob a severa repressão dos “anos de chumbo”, especialmente a partir da posse de Médici em outubro de 1969.

Na linha chinesa, o principal caso foi o do PC do B, que começou a se organizar discretamente na região do rio Araguaia, desde 1967, com o objetivo de plantar uma sólida base de guerrilha rural em uma região marcada pela miséria e pelo conflito de terra, visando à “guerra popular prolongada” proposta por Mao Tsé Tung.

Depois de alguns anos, o núcleo guerrilheiro foi descoberto, obrigando os militantes a entrarem em escaramuças contra as forças de segurança a partir de abril de 1972. As primeiras vitórias sobre as colunas do Exército compostas por recrutas, logo retirados da região, animaram a guerrilha. O triunfo parecia possível, apesar do número reduzido de guerrilheiros (pouco mais de sessenta). Mas o recuo do Exército era apenas tático. Os militares voltaram à região, com quadros mais profissionais e especializados, e conseguiram cercar e sufocar a guerrilha, que terminou com

praticamente todos os seus membros mortos e desaparecidos. Em outubro de 1973 as colunas guerrilheiras do PC do B estavam destruídas, mas o Exército ainda faria operações de rescaldo na região até o começo de 1974. (NAPOLITANO, 2014, p.126).

Marcos Napolitano chama a atenção para o “trauma coletivo”, de longa duração, que a derrota da luta armada teve sobre a juventude de esquerda, mesmo aquela que não era adepta da luta armada:

A morte sob tortura, em condições humanas torpes, substituiu o ideal do sacrifício do militante, a morte heroica na barricada em combate foi substituída pela morte patética no porão da tortura. Construiu um círculo de medo cuja máxima dizia que fazer política ou lutar contra as injustiças sociais era sinônimo de prisão e tortura. (NAPOLITANO, 2014, p.128).

Para conseguir tal feito, o regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre toda a sociedade, segundo Napolitano, baseada no tripé vigilância – censura – repressão e respaldada por ampla legislação de exceção:

Como se não bastasse o aparato ilegal e semiclandestino de repressão, o regime instaurou novas leis, através sobretudo dos Atos Institucionais 13 (Banimento) e 14 (Pena de Morte. [...]). Em 1970 havia cerca de 500 presos políticos, 56% estudantes. (NAPOLITANO, 2014, p.135).

Mas não foram o aparato repressivo e a tortura que derrotaram a guerrilha, na opinião de Marcos Napolitano, e sim a reduzida base social desses movimentos, “limitada aos quadros intelectualizados e radicalizados da juventude de classe média, com algumas adesões de camponeses e operários” (NAPOLITANO, 2014, p.141), articulações muito frágeis diante das redes de apoio civil dos regimes militares sul americanos. No mesmo diapasão, Marcelo Ridenti (1993) observa que os grupos de esquerda, nos quais militaram os estudantes que esperavam superar os limites de classe do Movimento Estudantil, não foram capazes de organizar os trabalhadores, nem de fazer a revolução. Ao contrário,

o regime conseguiu desmobilizar temporariamente o movimento estudantil, onde as esquerdas haviam encontrado sua principal fonte de recrutamento. Sabe-se que o ‘poder jovem’, a rebeldia estudantil dos anos 60, foi aos poucos desfigurada e moldada à ordem capitalista e à indústria cultural [...]. (RIDENTI, 1993, p.139).

O autor recusa algumas ideias correntes sobre o Movimento Estudantil dessa época, a primeira delas, a de que essas organizações fossem muito sofisticadas, ou que os grupos armados – ou “terroristas” – tenham se originado exclusiva ou essencialmente de tendências políticas estudantis:

Realmente alguns grupos que pegaram em armas, como o MR-8, ou que não optaram pela guerrilha urbana, como a AP, tiveram seu nascimento [...] dentro do movimento estudantil. Mas esse não foi o caso da ALN, o MNR, a VPR, dentre outras [...]. (RIDENTI, 1993, p.138).

Outro estereótipo contestado por Marcelo Ridenti é o de que os estudantes cooptados por essas organizações fossem manipulados:

As evidências vão no sentido de que a maior parte dos universitários que aderiram às esquerdas em geral, e às armadas em particular, politizaram-se enquanto estudantes, [...] e que a ausência de reação ao golpe militar tenha contribuído para gerar a indignação e a revolta da geração estudantil formada entre 1964 e 1968. (RIDENTI, 1993, p.138).

Após a radicalização política e feroz repressão dos “anos de chumbo” (1969 a 1973), o Movimento Estudantil brasileiro deslocou seu foco da revolução socialista para o tema mais amplo das liberdades democráticas, abdicando das propostas de luta armada em favor do chamado trabalho de massa junto às bases. Mesmo assim, o ME ressurgiu em 1973 em circunstâncias trágicas, após a morte do estudante paulista Alexandre Vanuchi Leme nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo; e teve novo impulso em 1975 após outro assassinato, em idênticas circunstâncias, o do jornalista Vladimir Herzog, fato que também colocou boa parte da grande imprensa liberal do país, que havia apoiado a o golpe de 1964, em oposição ao regime.

Segundo Marcos Napolitano (2014), o ressurgimento dessa “pressão das ruas” e uma crescente indocilidade do parlamento e de antigos aliados, foram os fatores que levaram o governo Geisel, em 1977, a fechar o Congresso e baixar os “pacotes de abril”, uma série de medidas que visava preparar o caminho para a institucionalização do regime e impedir que a oposição ganhasse a maioria no Congresso nas eleições de 1978. “O recado era direto. A condição para a liberalização do regime se consolidar era o controle absoluto do processo institucional por parte do Poder Executivo” (NAPOLITANO, 2014, p.257).

O endurecimento do regime, associado à crise econômica que não parou de crescer desde a crise do petróleo em 1973, provocou um recrudescimento do movimento estudantil em todo o país em 1977, com crescente apoio da sociedade, em torno de questões como anistia política, reorganização da União Nacional dos Estudantes e outros. Entre diversos enfrentamentos diretos com forças de repressão política, os fatos mais marcantes do período foram a invasão da Faculdade de Direito da USP pela Polícia Militar de São Paulo, da Universidade de Brasília por tropas do Exército e o cerco policial militar a Belo Horizonte para impedir a realização do III Encontro Nacional de Estudantes, que resultou em detenção e indiciamento de centenas de estudantes, incluindo três da Universidade Estadual de Londrina.

Em linha com esses confrontos nacionais, no mesmo junho de 1977 ocorreu em Londrina o principal evento de repressão política do estado do Paraná nos anos 1970, uma mobilização policial que bloqueou a sede do Diretório Central dos Estudantes e diversos quarteirões no centro da cidade, para impedir a realização de um debate sobre “Direitos Humanos e Constituinte”, promovido pelo DCE, com as presenças do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro; do jurista Dalmo Dallari, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; e do jornalista Sérgio Buarque de Gusmão, do jornal *Movimento*.

3.4.3 A DITADURA NO PARANÁ

Em *As elites paranaenses e a ditadura civil-militar de 1964*, Bernardo Pirollo (2014) questiona a autoimagem persistente no Paraná, de estado fraco politicamente, governado por uma oligarquia retrógrada, sem a tradição de lutas, a visão de mundo e a presença no poder central de estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros: “Este discurso oculta a participação importante de políticos paranaense em ‘páginas infelizes da nossa história’” – afirma. (PIROLLO, 2014).

O autor destaca a participação de três paranaenses no poder central, antes e durante o regime militar: Bento Munhoz da Rocha, Flávio Suplicy de Lacerda e Ney Braga.

Governador do estado entre 1951 e 1955 e deputado federal por duas legislaturas (1946/50 e 1958/62), Munhoz da Rocha ganhou projeção nacional como representante do conservadorismo católico, assumindo um ministério no governo Café Filho

(1954/55) e destacando-se, em seu segundo mandato de deputado federal, nos posicionamentos contra as reformas de base, a favor da deposição de João Goulart e, em 1964, a favor do que chamou “movimento militar” (PIROLLO, 2014).

Flávio Suplicy de Lacerda foi reitor da Universidade do Paraná (atual Universidade Federal do Paraná) por 15 anos, entre 1949 e 1964, cargo que deixou para assumir o de ministro da Educação do primeiro governo militar, a convite de Castelo Branco; em sua gestão (1964/67), implementou a maioria dos 12 acordos do Ministério da Educação e Cultura com a *United States Agency for International Development* (MEC-USAID), que visavam ajustar o modelo educacional brasileiro ao americano, baseado no tecnicismo educacional. Também implementou a “Lei Suplicy” (4.464/1964), que extinguiu a União Nacional (UNE) e as uniões estaduais de estudantes, como a paranaense UPE, bem como todas as entidades estudantis independentes do país, substituindo-as por entidades oficiais atreladas às estruturas educacionais, às quais era vedado “qualquer manifestação ou propaganda de caráter político partidário, bem como indicar, promover e apoiar ausência coletiva dos trabalhos escolares” (COSTA, 2008).

Em 1967, Suplicy de Lacerda voltou a ser reitor da UFPR (até 1971) e causou a famosa revolta estudantil de 1968 (cujos ícones são duas fotos que correram o mundo, uma de um estudante enfrentando com um estilingue um soldado montado da PM do Paraná, e outra de estudantes derrubando seu busto em frente à universidade), ao tentar implantar o ensino pago para cursos da universidade.

Mas o político com mais influência e proximidade com a ditadura foi Ney Aminthas de Barros Braga.

Militar de carreira, Ney Braga foi levado para a política pelo seu cunhado e então governador, Bento Munhoz, que o ajudou a se eleger prefeito de Curitiba em 1954. Depois disso, Ney Braga foi deputado federal, governador do Estado (1961-65 e 1979-82), presidente nacional do PDC (Partido Democrata Cristão), senador e ministro em dois governos militares, de Castelo Branco e Geisel. Ou seja, teve influência e participação em diversos momentos do período da ditadura civil-militar [...] conseguindo também manter seu poder sobre os governos do Paraná, chegando a formar o *neyismo*. (PIROLLO, 2014).

No campo oposicionista, o quadro estadual foi de repressão ampla mas seletiva (a membros de partidos clandestinos, aliados do governo deposto, sindicalistas, líderes estudantis etc) e relativa liberdade até a edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Nesse contexto, coube ao movimento estudantil curitibano, especialmente o universitário, o maior protagonismo no enfrentamento à ditadura civil militar; em um

crecente de reorganização, a partir de 1966, esse movimento chegou a seu auge em 1968, com a mobilização vitoriosa contra a implantação do ensino pago na UFPR. Sobre a célebre foto da “estilingada”, a *Folha de Londrina* publicou, no vigésimo aniversário do episódio, uma entrevista com o personagem:

José Ferreira Lopes, que cursava Medicina, relata como se deu aquele processo: ‘quando chegamos no Centro Politécnico, ele estava tomado pela repressão. Toda vez que nos aproximávamos, os policiais vinham por cima, a cavalo. Eu estava na frente de uma casa que ficava no alto de uma escadaria. Ela dava para uma rua que ia ao Centro Politécnico. Desci com uma turma e fomos adiante. Veio a cavalaria e os estudantes caíram. Aí despontou um soldado, parei, mirei e fiquei esperando. Quando ele chegou bem perto, dei a estilingada [...] e fui me esconder na casa do alto do barranco. A família me deu guarida’. (FOLHA DE LONDRINA, 1988 *apud* MACHADO, 2005, p.53).

Um dos personagens da outra foto célebre, Divosnir Lopes, assim comentou o episódio da derrubada e arrastamento da estátua de Flávio Suplicy de Lacerda: “Derrubamos o busto do Suplicy, pegamos uma corda, amarramos no pescoço dele e saímos na quadra arrastando. Peguei um pedaço de ferro e bati na cabeça do busto para ver o que tinha e era oca” (MACHADO, 2005, p.57).

Mas o movimento estudantil curitibano também entrou em recesso em 1968, e antes mesmo da edição do AI-5, com a prisão de todos os seus líderes durante a etapa estadual do Congresso da UNE, realizada na Chácara do Alemão, em Curitiba, em uma tentativa de reorganização da UNE após a repressão ao congresso de Ibiúna, no qual 49 dos 60 estudantes paranaenses já haviam sido presos por cinco dias. Eleito presidente do DCE da UFPR em outubro de 1968, o estudante Vítório Sorotiuck, um dos presos na chácara do Alemão, tomou posse na cadeia: “Com as lideranças presas e com o movimento estudantil impactado com o recrudescimento da ditadura com o AI-5, o refluxo, que é nacional, leva a ação estudantil em Curitiba à marginalidade. (MACHADO, 2005, p.61).

A partir do Ato Institucional nº 5 e da total prioridade dos militares em desarticular as organizações de esquerda que estavam na clandestinidade, especialmente as que optaram pela luta armada, o país viveu a sua “guerra suja” em meio a um severo recesso dos movimentos sociais durante os “anos de chumbo” (1969/72), período nefasto em que a

censura e suspensão dos direitos individuais se combinaram com a euforia da classe média nacional com o “milagre econômico” e a conquista da Copa de 1970.

A retomada do movimento estudantil em 1973, que no Paraná teve seu principal desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina até 1978, objeto de estudo deste trabalho, não interrompeu a “guerra suja” dos órgãos de segurança contra partidos e grupos clandestinos nos anos 1970. Após eliminar organizações ligadas à guerrilha urbana, como PCBR, POC-POLOP, VAR Palmares e outras, e derrotar a guerrilha rural iniciada pelo PC do B na região do rio Araguaia, no Pará, os órgãos de segurança continuaram atuando na clandestinidade.

O Paraná foi alvo dessa guerra subterrânea em 1975, com a denominada “Operação Marumbi”, organizada pelo Destacamento de Operações Internas (DOI) do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), ligado à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná. Percebendo tentativas de reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado, especialmente na articulação de apoios a candidatos do MDB na eleição legislativa de 1974, a “Operação Marumbi” mapeou e sequestrou sessenta e cinco supostos militantes, a maioria deles do Norte do Paraná, entre os quais um professor da Universidade Estadual de Londrina, o médico Nelson Ferreira dos Santos, diretor do Centro de Ciências da Saúde.

Conduzidos clandestinamente ao Quinto Batalhão de Infantaria de Apucarana, esses presos políticos

foram vítimas de diversos tipos de torturas físicas e psicológicas cometidas pelo capitão Ismar Moura Romariz e seus subordinados [...] tratamentos cruéis que incluíam: ‘choques elétricos nos órgãos genitais, golpes de caratê, ameaça de ser torturado na ‘cadeira do dragão’, de uso do famoso cilindro de ferro que os torturadores introduziam no ânus dos presos, que assim eram arrebatados por dentro, de ser colocado na geladeira e de ser obrigado a tomar purgantes’. (HELLER, 1988, p.382 *apud* COSTA, 2008, p.18).

Mantidos presos e incomunicáveis por várias semanas, os presos foram transferidos para Curitiba, onde, “depois de um período de interrogatórios e torturas”, foram processados com base no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional através de “um gigantesco processo, o IPM 745, com 5.883 páginas divididas em 20 volumes” (BRUNELO, 2006 *apud*

COSTA, 2008, p. 18). “Os julgamentos, realizados pelo Conselho Permanente de Justiça Militar do Paraná, entre 3 e 6 de outubro de 1977, seguiram o padrão de procedimentos típicos da ditadura, com “os próprio torturadores [...] servindo de testemunhas de acusação para justificar os seus próprios atos de violência e repressão” (BRUNELO, 2006 *apud* COSTA, 2008, p. 19).

O último episódio de vulto da chamada “guerra suja” aconteceu em dezembro de 1976, a operação policial militar que assassinou ou prendeu quase todos os membros do comitê central do Partido Comunista do Brasil, responsável pela “guerrilha do Araguaia”, no episódio conhecido como “chacina da Lapa”, em São Paulo.

Episódio marcante para o movimento estudantil de Londrina, comentado nos depoimentos de Marília Andrade, Marcelo Oikawa e Célia Regina de Souza (Capítulos 5 e 6), por resultar na morte por fuzilamento de Pedro Pomar, fundador e membro do comitê central do PC do B, que era o membro de ligação do partido com o grupo de Londrina.

Pedro Pomar nasceu em 1913 em Óbidos, estado do Pará, filho da maranhense Rosa de Araújo Pomar e do peruano Felipe Cossio Pomar, escritor e pintor, um dos fundadores da Aliança para a Revolução Americana (APRA) no final dos anos 1920. Aos 5 anos, de 1918 a 1920, viveu com a família em Nova Iorque, voltou com a mãe e dois irmãos após a separação dos pais; aos 13 foi estudar o ginásio em Belém e tornou-se ativista estudantil; em 1932 participou de um levante armado a favor dos constitucionalistas de São Paulo, após o qual foi viver no Rio de Janeiro na casa da escritora Eneida de Moraes, que convidou Pomar a ingressar no Partido Comunista Brasileiro.

Voltou a Belém onde cursou Medicina e tornou-se jogador profissional de futebol pelo Clube do Remo. Em 1935 casou-se com Catharina Patrocínia Torres, com quem teve quatro filhos, e participou de sua primeira eleição. Ficou preso pela primeira vez de janeiro de 1936 a junho de 1937, após o que foi viver na clandestinidade, abandonando o curso de Medicina e tornando-se militante profissional do PCB. Foi novamente preso em setembro de 1939 e conseguiu fugir em agosto de 1941.

Após a democratização de 1946, elegeu-se deputado federal com mais de 100 mil votos pelo Partido Social Progressista (PSP), ao lado de Diógenes Arruda Câmara e

do pintor Cândido Portinari, e conseguiu concluir o mandato em 1950, enquanto seus colegas eleitos pelo PCB tiveram os mandatos extintos com a cassação da legenda.

Foi amigo de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Pancetti, Di Cavalcanti, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer entre outros. Internacionalmente, uma grande amizade com o poeta chileno Pablo Neruda. Dos líderes mundiais, [...] outras duradouras como com Mao Tsé Tung e Chu En Lai na China, Enver Hodja na Albânia, Fidel Castro e Che Guevara. (LAFORGIA, 1988, p.75-76).

Com a proibição de candidatura de comunistas por qualquer legenda, voltou à clandestinidade e foi viver no Rio Grande do Sul; em 1955 foi estudar na União Soviética, participou da luta interna do PCB a partir de 1957, sendo expulso do partido em 1962, para então fundar o PC do B com João Amazonas, Lincoln Oest, Maurício Grabois e outros. Em 1964 a polícia invadiu e depredou sua casa em Tatuapé, SP, e decretou sua prisão preventiva, o que o obrigou a ir com sua família para a clandestinidade, vivendo como vendedor de medicamentos.

Pedro foi morto do episódio conhecido como Chacina da Lapa, a última grande operação de aniquilamento de opositores políticos feita pelo regime militar através de seus órgãos de segurança. Estava na presença de Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummond, os três em reunião da alta cúpula do PCdoB. Segundo a ficha de Pomar, ‘quem espiou pela janela viu ao menos 10 viaturas do Exército e 40 agentes policiais e militares armados com revólveres, carabinas e metralhadoras, apontando para a casa de número 767. Pomar e Arroyo foram mortos no local; Drummond foi levado e torturado até a morte no DOI-Codi. A causa da morte de Pomar foi apontada pelos legistas José Gonçalves Dias e Abeylard de Queiroz Orsini como ‘hemorragia interna traumática’. O corpo de Pomar foi atingido por aproximadamente 50 tiros. Acredita-se que a reunião apenas foi descoberta por uma traição: Jover Telles, membro do Comitê Central, foi preso três meses antes da chacina, e teria colaborado com o governo para capturar os companheiros do partido ‘em troca de bom tratamento e emprego para ele e sua filha na fábrica de armas Amadeo Rossi, no Rio Grande do Sul’. Pomar foi enterrado sob nome falso em Perus, no Cemitério Dom Bosco. Em 1980 seu corpo foi localizado por sua família, que fez o traslado dos restos mortais para Belém do Pará. (PEDRO, 2015).

3.4.4 A IMPRENSA ALTERNATIVA

Fenômeno de grande importância política e cultural durante o regime militar, especialmente na década de 1970, a chamada “imprensa alternativa” teve no Paraná

sua maior expressão em Londrina e, como seu principal caso de sucesso, o jornal *Poeira*, um dos poucos do gênero a durar mais de cinco anos.

Segundo Bernardo Kucinski (1991), o caso de Londrina insere-se entre linhagens regionais, formadas por intelectuais e jornalistas relativamente isolados dos centros de produção intelectual, levados a lançar sucessivos jornais para dar vazão à sua criatividade.

Em Londrina formou-se uma típica linhagem regional a partir do semanário *Novo Jornal*, lançado em 1971 com bases empresariais, mas com proposta editorial atrevida. Ali se juntou o grupo de jornalistas jovens, *focas*, futuros protagonistas de *Terra Roxa* (1972) e *Poeira* (1974), dois dos mais aguerridos jornais estudantis da história de Londrina; de *Atalho* (1975), porta-voz da Associação dos Professores Licenciados do Paraná; de seu sucessor, *Água Corrente*; e, finalmente, de *Paraná Repórter* (1980), o jornal da cooperativa dos jornalistas de Londrina, e *Fala Paraná* (1981), braço do jornal *Movimento* em Londrina. (KUCINSKI, 1991, p.8).

A ocorrência de tal linhagem em Londrina e não em Curitiba ou outros polos regionais do estado, porém, não é fortuita: além dos aspectos econômicos e políticos antes mencionados, a cidade desenvolveu uma sólida tradição de jornalismo profissional, com elevado grau de qualidade e relativa independência, especialmente a partir da *Folha de Londrina*.

Fundada às vésperas do 13º aniversário do município de Londrina, em novembro de 1947, como um pequeno semanário, a *Folha de Londrina* cresceu no mesmo ritmo da cidade durante o chamado “Ciclo do Café”: passou a bi semanário em 1948, a diário em 1952 e, no Paraná, foi o segundo jornal a adquirir uma impressora rotativa em 1956 e o primeiro (terceiro do país) a implantar a impressão em *off set*, em 1969. E continuou crescendo após a mudança da matriz econômica regional nos anos 1970, da cafeicultura para a diversificação agrícola e a urbanização baseada no setor de serviços, até o fenômeno da internet alastrar-se, a partir dos anos 2000, afetando toda a indústria de mídia impressa.

Trigueiros Filho e Trigueiros Neto (1991, p.41) afirmavam, em seu *História da Imprensa de Londrina*: “Considerado patrimônio da cidade e mesmo do Estado, o jornal *Folha de Londrina*, indiscutivelmente, é hoje sinônimo de uma grande empresa jornalística, figurando entre as principais do país”.

Grande parte dessa trajetória de sucesso deveu-se à figura de seu fundador, João Milanez, um catarinense de Criciúma, com poucos anos de escola, que chegou em Londrina no início de 1947 para trabalhar como vendedor de títulos de capitalização.

Empreendedor nato, logo foi convidado por um jornalista (Correia Neto) para ser sócio desse novo jornal, com a atribuição de fazer tudo (comercialização, produção gráfica, distribuição etc.), menos a redação. (TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS NETO, 1991, p.41).

Já nos anos 1950 o jornal passou a contar com uma redação profissionalizada, dirigida pelos irmãos jornalistas Nilson Rímoli e João Rímoli, acessando serviços de agências de notícias e mirando o padrão de *O Estado de S.Paulo*, principal “escola” de jornalismo na época. Os Rímoli foram sucedidos por Walmor Macarini na direção de redação dos anos 1960 aos 1980.

Em relação ao regime militar, a exemplo da chamada grande imprensa nacional, teve uma atitude que oscilou entre o apoio inicial e a independência e, depois da edição do AI-5 e implantação da censura prévia nos veículos de comunicação, entre o temor e o enfrentamento. O jornal sofreu censura prévia da Polícia Federal entre 1970 e 1976, sendo até 1974 com a presença de um censor em sua gráfica. E uma de suas edições, em outubro de 1971, foi recolhida nas bancas por descumprir ordem do ministro da Justiça, que proibiu a divulgação da renúncia do governador do Paraná, Haroldo Leon Perez, acusado de corrupção.

Além da *Folha de Londrina* e do *Novo Jornal*, mencionado por Kucinski (1991), semanário que seguia o moderno padrão jornalístico da revista *Realidade*, são destaques na história da imprensa em Londrina o seu primeiro jornal, o *Paraná-Norte*, fundado em outubro de 1934 e que testemunhou a fundação do município e os primeiros anos da colonização; o jornal *Panorama*, criado em 1975 pelo ex-governador Paulo Pimentel e liderado pelo jornalista Délio Cesar, que trouxe a Londrina – por alguns meses – alguns nomes de peso do jornalismo brasileiro, como os fundadores da revista *Realidade* Narciso Kalili, Hamilton de Almeida Filho e Myltom Severiano da Silva; o *Jornal de Londrina*, fundado em 1989 pelo mesmo Délio Cesar e que circulou até dezembro de 2015; e a Cooperativa de Jornalista do Paraná – Copjornal, segunda do gênero no país, que durou de 1975 a 1979.

Não por acaso, quase todos os fundadores do jornal *Poeira* (Marcelo Oikawa, Nilson Monteiro, Roldão Arruda e Célia Regina de Souza) trabalharam como jornalistas no *Novo Jornal*, *Folha de Londrina* e *Panorama*, além de participar da Copjornal. Ou seja, além de sua proposta política, muito do sucesso do *Poeira* também pode ser explicado por sua qualidade como jornal. Entre os jornais alternativos que classifica como “basistas”, Bernardo Kucinski (1991, p.143) diz:

Os mais importantes são: *Poeira*, DCE de Londrina; *Avesso*, órgão do DCE Livre da USP [...], *Cobra de Vidro*, produzido por um conjunto de diretórios estudantis [...] *Novo Rumo*, vários DCEs de São Paulo; *O Espírito da Coisa*, São Paulo 1977; e *Nova Ação*, Salvador, 1977.

Em 1997, o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina concluiu a organização do *Inventário Sumário do Fundo do Diretório Central dos Estudantes*, que reuniu a coleção do *Poeira* e farta documentação do DCE, que haviam sido confiscados pela reitoria quando do fechamento das entidades estudantis, em novembro de 1978. Na apresentação do inventário, Jairo Pacheco enfatizou a importância do jornal, o qual

[...] rearticulou o grupo que venceu as eleições de 1974 e manteve-se na direção do DCE até o final de 1978. Nesse período mantiveram em circulação um jornal admirável pela qualidade das matérias, pela diagramação inovadora, pelo número de páginas e elevada tiragem e pela façanha de sobreviver por seis longos anos. (PACHECO; PALMEIRA, 1997).

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 PESQUISA COM FONTES ORAIS

A abordagem do objeto de estudo do presente trabalho, a experiência do jornal *Poeira* e sua influência no movimento estudantil de Londrina nos anos 1970, exigiu ampla pesquisa bibliográfica, especialmente para compor o marco teórico (Capítulo 2) e o contexto histórico (Capítulo 3) em que transcorreu a referida experiência. Igualmente, a recuperação da trajetória do *Poeira* (capítulo 5) envolveu pesquisa direta em documentos, no caso a coleção do jornal tanto em sua versão física, disponível no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da UEL, como na versão digital, disponibilizada pelo mesmo órgão.

No entanto, para este autor, a maior contribuição deste trabalho reside na coleta e registro de depoimentos de alguns dos principais protagonistas daquela experiência (Capítulos 5 e 6), pessoas que a viveram tão intensamente, ouvidos hoje, quarenta anos após os fatos vividos. Eis porque, além da pesquisa bibliográfica e documental, recorreremos ao uso das fontes orais, cujo valor é amplamente reconhecido pela História, Comunicação e demais Ciências Sociais e Humanas para o registro da memória, de história de vida e de tradições:

É um recurso moderno usado para elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.17).

Essa vivacidade da abordagem oral é acentuada, segundo Paul Thompson, por basear-se na fala, menos exigente e restritiva do que a escrita:

[...] o gravador não só permite que a história seja registrada em palavras faladas, mas também que seja apresentada por meio delas [...] o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras [...] insuflam vida na história. (THOMPSON, 1998, p.41).

Já Lucília Delgado (2006, p.11) vê nessa oralidade repleta de “narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões”. Segundo ela, trata-se de “uma operação bastante complexa de produção

de documentos, que envolve simultaneamente intersubjetividades e também a busca de construção de evidências históricas” (DELGADO, 2006, p.50).

Outra característica da história oral, destacada por diversos autores, é seu sentido a um só tempo individual e coletivo:

Em história oral, o ‘grupal’, ‘social’ ou ‘coletivo’ não corresponde à soma dos particulares. O que garante unidade e coerência às entrevistas enfileiradas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que, por fim, caracteriza a memória coletiva. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.49).

Nesse caráter coletivo da memória registrada por fontes orais, adquire especial relevância a abertura que tal saber proporciona à participação de sujeitos normalmente desconsiderados por metodologias tradicionais. No dizer de Paul Thompson (1998, p.19), “a abordagem oral [...] trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes”.

Além de todos esses aspectos, na visão de Paul Thompson, essa “história oral construída em torno de pessoas” é mais verdadeira que a tradicional: “A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (THOMPSON 1998, p.137).

Detalhando essa afirmação, o autor aponta três pontos fortes que acentuam o valor histórico do “passado lembrado”.

Ele proporciona informação significativa e, por vezes, única sobre o passado [...]. Pode também transmitir a consciência individual e coletiva que é parte integrante desse mesmo passado. Mais do que isso, a humanidade viva das fontes orais atribui-lhes uma terceira força que é excepcional. Pois as intuições reflexivas da retrospectiva de modo algum constituem sempre desvantagem. (THOMPSON, 1998, p.195).

Aos que questionam a credibilidade das fontes orais, consideradas subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa, Paul Thompson responde:

A subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo ou omissivo, porque essa seletividade com certeza tem o seu significado. Além disso, este século é marcado pelo avanço sem precedente nas tecnologias da

comunicação, o que abalou a hegemonia do documento escrito. (THOMPSON, 1998, p.18).

Em suma – arremata Thompson (1998, p.145), “as estatísticas sociais não representam fatos absolutos mais do que notícias de jornais, cartas privadas ou biografias publicadas. Do mesmo modo que o material de entrevistas gravadas, todos eles representam [...] a percepção social dos fatos”.

Bosi (1994, p.37) vai na mesma direção: “Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista”.

E Delgado conclui, afirmando que “não há neutralidade em qualquer forma de abordagem do passado”. Segundo a autora:

[...] a construção de representações sobre passado, que é imutável, mas que pode ser ressignificado, é uma articulação quase sempre marcada por disputas e por tensões, pois a memória e o conhecimento histórico podem servir a diversos senhores. (DELGADO, 2006, p.56).

Tudo isso considerado, tem-se que, embora unanimemente aceita por sua utilidade para diversas disciplinas ligadas às ciências humanas e sociais, o uso de fontes orais ainda provoca divergências quanto a seu *status* científico e capacidade de desvendar o mundo social. Meihy e Holanda (2007) identificam cinco tendências sobre o tema, em uma escala que vai da mínima credibilidade científica (aqueles que veem a história oral apenas como ferramenta de pesquisa) à máxima credibilidade (os que a veem como disciplina, equivalente à História ou Sociologia), passando – em linha crescente – pelos que a veem como uma técnica de pesquisa, um método de pesquisa e, no quarto grau de credibilidade, como forma de saber.

Na presente pesquisa, enfocaremos o estudo da memória dos participantes do Jornal *Poeira* nesta última perspectiva:

Como forma de saber, a história oral é um recurso atento ao uso do conhecimento da experiência alheia, que se organiza com nítida vocação para a essência de trajetórias humanas [...]. A expressão ‘preservação’ ou ‘resgate da memória’ deve ser superada pela prática da busca de compreensão de situações que têm mais a ver com a formulação de registros do que com a manutenção das reminiscências, que seriam maneiras de congelar ou ‘coisificar’ o passado, apenas sugerindo leituras nostálgicas das experiências. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.73).

Em outras palavras, mais do que “exatidões históricas”, “testemunhos de verdades” ou mesmo de “realidades comprovadas”, buscaremos “visões, construções narrativas, idealizações, que são definidas na exposição dos fatos” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.124). Segundo os autores,

[...] para muitos que nada entendem de história oral, a confiabilidade das entrevistas é fato suspeito, pois a memória falha, erra, desvia, camufla, distorce, inventa. Mas é exatamente isso que interessa. Lembremos: o respeito à empiria expressa no fazer do documento é o tesouro buscado pela história oral, capaz de revelar a subjetividade contida nas variações do parâmetro dado pelo estabelecido como verdade. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.124).

Tais empirismo e subjetividade, na visão dos autores, aproximam as fontes orais, como forma de saber, ao conceito de “sabedoria”, a qual

[...] diz respeito à valorização da experiência humana, de maneira a elevar o sentido moral da vivência individual ou coletiva. [...] Fala-se mesmo que toda História antes de ser escrita passou por etapas narrativas ou outras manifestações da oralidade aferidas há séculos. O pilar dessa afirmação é a certeza de que tanto a Bíblia como outros livros sagrados, bem como as mitologias fundamentais da cultura ocidental e mesmo os poemas seminais da aventura humana – como a *Ilíada* e *Odisséia* – têm origem na oralidade. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.92).

Mesmo reconhecendo “o inevitável – que história oral não seja aplicação para tudo”, os autores ponderam que

[...] ela é, pelo menos, uma janela que deixa ventilar o ar puro do ‘tempo presente’ e que sem ela não se pode pensar a sociedade e os projetos de melhoria da vida coletiva com base em saber rigoroso e comprometido com as experiências de quantos se sentem ‘não incluídos’. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.108).

Todos os aspectos abordados, tanto os referentes aos antecedentes e contexto histórico, como os relacionados ao uso de fontes orais para registros de memória, aplicam-se à experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da UEL em sua luta de resistência à ditadura militar nos anos 1970, tema que é o objeto de estudo da presente pesquisa.

De fato, nosso propósito é registrar a memória dos participantes daquela experiência, considerando o contexto histórico mencionado, mas na perspectiva que os cientistas sociais e historiadores atribuem ao trabalho com fontes orais, de um justo equilíbrio

entre o objetivo e o subjetivo, o racional e o afetivo, o individual e o coletivo, passado, presente e até mesmo o futuro.

Em suma, a memória que buscamos

[...] origina-se de um processo dinâmico de interação entre indivíduo e meio social, ela é coletiva e ao mesmo tempo individualizada, é viva, pois diz respeito aos sujeitos históricos e à dialética da lembrança e do esquecimento, é capaz de instrumentalizar canais de comunicação para uma apreensão histórica e cultural, representa possibilidades de aprendizagem e socialização, formando tradições e influenciando na construção de identidades. Partindo do princípio que indivíduo percebe, apreende, interpreta, dota de significado e imprime sentido ao mundo que o cerca a partir do convívio social, é possível encarar a memória enquanto um ato social, enquanto uma expressão do pensar histórico. (ANTUNES, 2008, p.324).

4.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Na presente pesquisa, que se propõe promover o registro de memória de participantes da experiência do jornal *Poeira* (1974-1978) e do movimento estudantil da UEL, no processo político de resistência, utilizaremos a metodologia proposta por Meihy e Holanda, que descreve o trabalho com fontes orais como

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto, o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas; o projeto prevê: planejamento da condução das gravações, definição de locais, tempo de duração, demais fatores ambientais, transcrição e estabelecimento de textos, conferência do produto escrito, autorização para uso, arquivamento. Sempre que possível, publicar os resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.15-17).

Para definição dos sujeitos da pesquisa, utilizamos os conceitos dos autores sobre “comunidade de destino”, “colônia” e “rede”. Sendo a primeira, no caso da presente pesquisa, toda a comunidade universitária da época, especialmente os estudantes, que – no dizer dos autores – “de uma forma ou de outra, (viveram) dramas comuns, coetâneos, vividos com intensidade e consequências relevantes, episódios que alteram no porvir o comportamento pretérito, rotineiro, e que impõem mudanças radicais na vida grupal” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.50-51).

Se ‘comunidade de destino’ é o todo, ‘colônia’ é sua primeira divisão, ainda que em bloco grande [...]. ‘Colônia’ é parte dividida para possibilitar o entendimento do todo pretendido [...]. A ‘colônia’ visa a organizar a condução do estudo fazendo-o viável. Como seria impossível pensar a ‘comunidade de destino’ como um bloco indivisível, o parcelamento em ‘colônia’ seria uma solução operacional que tornaria viável o estudo. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.53, grifos dos autores).

No presente caso, a “colônia” seria um grupo de aproximadamente 70 estudantes, de diversos cursos da UEL, que tiveram em comum uma participação ativa nas atividades do Jornal *Poeira* e do movimento estudantil e suas entidades representativas no período.

A ‘rede’, por sua vez, é uma subdivisão da ‘colônia’, portanto a menor parcela de uma ‘comunidade de destino’. Dentro da ‘colônia’ é possível identificar segmentos ainda mais restritos que possuam feições singulares. A rede deve ser sempre plural – idealmente várias –, porque nas diferenças internas aos diversos grupos residem as disputas ou olhares diferentes que justificam comportamentos variados dentro de um mesmo plano. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.54, grifos dos autores).

Nesta classificação de “rede” identificamos a liderança principal do jornal *Poeira* e de todo o movimento estudantil no período em questão, um grupo de quinze estudantes considerados de maior confiança e comprometimento.

Meihy e Holanda propõem também uma ou mais entrevistas básicas, ou *ponto zero*, “são elas que animam a sequência pretendida”, delas “se extraem as perguntas específicas que favorecem a continuidade das demais” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.49). Nesta pesquisa, a vivência do próprio autor constitui em certa medida esse *ponto zero*.

Sobre a metodologia de entrevista, entre os três gêneros citados por Meihy e Holanda (história oral de vida, tradição oral e história oral temática), optamos por este último, caracterizado, no dizer de Delgado, por

[...] entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados. As entrevistas temáticas podem, por exemplo, constituir-se em desdobramento dos depoimentos de história de vida ou compor um elenco específico vinculado a um projeto de pesquisa, a uma dissertação de mestrado ou a uma tese de doutoramento. (DELGADO, 2006, p.22).

Meihy e Holanda ressaltam que o papel do entrevistador nessa modalidade:

Como os trabalhos de história oral temática se dispõem à discussão em torno de um assunto central definido – mesmo que outros decorram ou concorram para seu esclarecimento –, os aspectos subjetivos ficam limitados, ainda que não anulados. A

presença do colaborador que entrevista deve ser atuante no sentido de favorecer a apresentação de argumentos do colaborador que responde a estímulos dados [...] a história oral temática não só admite o uso do questionário, mas, mais do que isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.39-40).

Quanto ao ambiente para a realização das entrevistas, tomamos em conta a observação de Paulo Thompson:

As entrevistas em casa aumentarão as pressões dos ideais ‘respeitáveis’ centrados no lar; uma entrevista num bar, mais provavelmente, enfatizará atrevimentos e brincadeiras; e uma entrevista no local de trabalho apresentará a influência das convenções e atitudes ligadas ao trabalho (THOMPSON, 1998, p.55).

Sobre a transcrição dos depoimentos, seguimos a técnica utilizada no jornalismo, que Meihy e Holanda (2007, p.156) definem como “transcrição”, a qual consiste em uma edição do material para torná-lo compreensível à leitura:

Na transcrição literal há inúmeras frases repetidas, enquanto outras são cortadas pelo entrevistando ou pela qualidade da gravação; há muitas palavras e expressões utilizadas incorretamente, devido à própria dinâmica da fala, da conversa informal – que é o que tentamos fazer das entrevistas. Há estrangeirismo, gírias, palavras chulas, ou seja: termos que são bastante distintos quando falados ou escritos. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.156).

4.3 A DEFINIÇÃO DOS SUJEITOS

Nos cinco anos da experiência e nas mais de trinta edições distribuídas, o jornal *Poeira* manteve uma comunicação direta e intensa com os seis a oito mil estudantes da UEL na época, incentivando a participação através de caixas de sugestões, murais, grupos de estudos, eventos, jornais setoriais e, principalmente, pesquisas anuais para aferir anseios, críticas e sugestões, sempre respondidas por 10% a 20% do total de estudantes (1.500 a 2.000 questionários respondidos).

Em termos de participação direta, tanto no processo de confecção do jornal em reuniões abertas nas tardes de sábado, com média de vinte participantes, como nas chapas para as eleições estudantis anuais, a estimativa é que tenha envolvido, ao longo dos cinco anos, mais de 300 estudantes. Deste total, aproximadamente 70 estudantes demonstraram

elevado grau de compromisso com o jornal e com o movimento estudantil, aceitando sacrifícios pessoais e até mesmo riscos de segurança, e também maior nível de consciência e engajamento político, através da leitura de livros então proibidos, apoio ao jornal *Movimento*³ e participação em atividades extra universidade, como os movimentos pela anistia, contra a carestia etc.

Entre estes 70, um grupo de aproximadamente 15 estudantes constituiu um “centralismo democrático”, que se reunia regularmente fora dos diretórios, e em caráter sigiloso, para estudo de obras de Lenin, Stalin e Mao Tsé Tung e análises da conjuntura nacional e internacional; neste nível, alguns participantes eram vinculados e a maioria era simpatizante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Para os efeitos desta pesquisa, consideramos fundadores do jornal *Poeira* um grupo de sete estudantes, sendo seis deles (parte do grupo de quinze) de Londrina, egressos do movimento estudantil secundarista de 1968, que participaram ativamente de atividades culturais da União Londrinense de Estudantes Secundaristas – ULES e de algumas ações reivindicatórias e de protesto em seus colégios, e eram próximos a militantes do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, dissidência do PCB) que fugiram de Londrina após o AI-5, em 1969; juntos e ligados por fortes laços de amizade, esses seis entraram na UEL em 1971 e participaram de forma constante e consistente de todas as ações do movimento estudantil e do jornal *Poeira* enquanto foram alunos da universidade, até 1977 ou 1978. São eles: Marcelo Oikawa (jornalista), Célia Regina de Souza (economista e jornalista), Cleusa Venâncio Monteiro (professora), Roldão Oliveira Arruda (jornalista), Luzia Tiemi Oikawa (socióloga) e Nílson Monteiro Menezes (jornalista).

O sétimo integrante foi a estudante de Pedagogia Marília Furtado Andrade, única do grupo com ligação prévia com um partido clandestino, o PC do B, designada para vir a Londrina com seu marido, Manoel Costa, porque na época estava impossibilitada de ir para a guerrilha do Araguaia por estar grávida. Vivendo semi clandestinamente em Londrina, juntamente com os outros seis Marília foi decisiva na edição do primeiro jornal do DCE, o *Terra Roxa*, e na criação e consolidação do jornal *Poeira*, participando da liderança do processo até a primeira vitória da chapa *Poeira* para o DCE, diretórios setoriais e representações estudantis na eleição de setembro de 1974. Logo após, em outubro, mudou-se

³ O grupo *Poeira* tinha fortes ligações com o semanário *Movimento*, principal jornal político da imprensa alternativa nacional, pelas ligações de alguns dirigentes do jornal com o PC do B. Roldão Arruda, Nílson Monteiro e Célia Regina de Souza chegaram a trabalhar na sede de *Movimento* em São Paulo.

repentinamente de Londrina para São Paulo, diante de rumores que circularam na universidade de que poderia ser presa. De São Paulo, Marília Andrade continuou mantendo contato com os fundadores do jornal, especialmente Marcelo Oikawa e Célia Regina de Souza, sendo responsável pelos artigos publicados em duas edições da revista “*Terra Roxa e Outras Terras*”, em 1975 e 1976.

4.4 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A ideia e primeiro projeto da presente pesquisa surgiram no primeiro semestre de 2013, com a intenção do autor de concorrer a uma vaga no curso mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Por ser graduado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, o autor optou por candidatar-se ao mestrado desse Departamento, em 2014, mas antes, no segundo semestre de 2013, cursou duas disciplinas de Ciências Sociais como aluno especial, as quais depois foram aceitas como equivalentes pelo mestrado em Comunicação.

Na primeira reunião de orientação, em 20 de janeiro de 2014, este autor apresentou ao orientador duas opções para “sujeitos” da pesquisa, o grupo de 15 estudantes que formou o “centralismo democrático”, ou o grupo de sete “fundadores” do *Poeira*, sendo escolhida esta segunda formação.

Diante da recomendação do orientador de iniciar imediatamente as entrevistas, o autor fez contatos com os sujeitos, sendo que a primeira a agendar foi Marília Andrade, que concedeu entrevista em sua residência em São Paulo, no dia 31 de janeiro de 2014, complementada em 01 de fevereiro de 2014; a segunda foi a de Nilson Monteiro Menezes, em 8 de fevereiro de 2014, e a terceira com Cleusa Venâncio Monteiro, em 09 de fevereiro de 2014, separadamente e sem a presença de um na entrevista do outro, ambas na residência do casal em Curitiba; a quarta, com Célia Regina de Souza, ocorreu em 03 de março de 2014, complementada em 08 de março de 2014, no apartamento de uma amiga da entrevistada em Londrina. Roldão Arruda concedeu sua entrevista em 27 de junho de 2014 em São Paulo; e Marcelo Oikawa em 01 de setembro de 2014, complementada em 06 de

setembro de 2014, ambas em sua residência em Curitiba. Luzia Tiemi Oikawa declinou do convite, alegando não se ver ou sentir como fundadora do “Movimento POEIRA”⁴.

Além das entrevistas individuais, o orientador apoiou a proposta do autor de realização de um debate público com os sujeitos da pesquisa, comemorativo ao 40º aniversário do jornal *Poeira*, como forma de complementar as entrevistas individuais e proporcionar uma avaliação conjunta sobre os pontos fortes e fragilidades da experiência, que poderia contribuir para a pesquisa.

Esse debate, intitulado “Oficina de memória sobre os 40 anos do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da UEL nos anos 1970”, foi realizado em 30 de maio de 2014, na sala de eventos do Centro de Educação, Comunicação e Artes, no campus da UEL, como parte do I Encontro de Jornalismo do Norte do Paraná, evento oficial do Colegiado do curso de Jornalismo.

Participaram da mesa de debates, coordenada por este autor, Célia Regina de Souza, Marcelo Oikawa, Marília Andrade e Nílson Monteiro; Cleusa Monteiro compareceu mas declinou de participar da mesa, Tiemi Oikawa não compareceu e Roldão Arruda, que havia confirmado participação, não pode comparecer por problema de saúde. Entre antigos militantes (membros dos grupos de quinze e de setenta), professores e estudantes da UEL, o evento reuniu aproximadamente 100 participantes. Os debates foram gravados em vídeo e áudio e transcritos por estudantes do 1º ano do curso de Relações Públicas da UEL, que colaboraram na organização do evento.

No mesmo dia do evento, foi lançada a coleção digital do jornal *Poeira*, publicada no endereço web www.issuu.com/jornalpoeira. A pedido do autor, o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) do Centro de Letras e Ciências Humanas havia digitalizado toda a coleção física do jornal, com apoio de estagiários do curso de História, nos meses de março e abril de 2014. Tais registros digitais, em formato PDF, foram publicados no site www.issuu.com por alunos do 3º ano de Jornalismo da UEL, sob orientação do professor Lauriano Benazzi.

⁴ Em resposta a e-mail deste autor solicitando seu depoimento, Tiemi Oikawa respondeu com a seguinte mensagem, também por e-mail: “Eu nunca me vi e nem sinto que fui fundadora do Movimento POEIRA! Participei do movimento estudantil, tanto no Diretório Acadêmico Setorial do CCH quanto do DCE mas, sinceramente, eu me movimentava muito mais por apoio e confiança do que por uma consciência política e ideológica clara! Certamente, eu ganhei muito mais com o ME do que ele ganhou de mim! Passados tantos anos, tenho muito mais lembranças das amizades construídas do que qualquer outra coisa! E, se vc não se incomodar, eu estou de fato "em outra"! Em outra fase da vida, com outros interesses, com pouca disposição para relembrar e retomar episódios já guardados na "minha caixa de memórias"...

O CDPH também promoveu, em sua sede no campus da UEL, uma exposição sobre os 40 anos do jornal *Poeira*, exibindo cópias das capas de todas as edições, que recebeu 80 visitantes ao longo de 40 dias (até 20/07/2014). Na tarde de 30 de maio de 2014, após a “Oficina de Memória” do I Encontro de Jornalismo, participantes do evento compareceram ao CDPH para a inauguração da exposição sobre o *Poeira*. Também foi agendada para o local a gravação em vídeo de depoimentos de Marília Andrade e Célia Regina de Souza para o projeto “Depoimentos para a História – A Resistência à Ditadura Militar no Paraná”, desenvolvido pelo DHPaz – Sociedade Direitos Humanos para a Paz, em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e sob a coordenação do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná (DHPAZ, 2015). Depoimentos de Marcelo Oikawa (2013) e Nilson Monteiro (2014) já haviam sido gravados para esse projeto.

No processo de organização do debate, o autor criou uma comunidade no site de relacionamento Facebook - <https://www.facebook.com/jornalpoeira> – que reuniu 561 seguidores e manteve forte atividade até junho de 2014, publicando fotos, depoimentos e documentos sobre a experiência do jornal e do movimento estudantil na UEL nos anos 1970. A página do evento - <https://www.facebook.com/events/617350288333110/> - publicou páginas selecionadas pelo autor de todas as edições do *Poeira*, contribuindo para a qualidade dos debates de 30 de maio de 2014.

Transcritos com apoio de Elias Salomão Felismino e editados pelo autor, os depoimentos foram devolvidos aos sujeitos da pesquisa no mês de julho de 2015, para validação. Após três a quatro semanas, os mesmos foram devolvidos ao autor devidamente validados com pequenas alterações. A exceção foi Cleusa Venancio Monteiro que, nessa fase, solicitou não publicar seu depoimento, por considera-lo “muito pessoal e pouco relevante”, segundo disse.

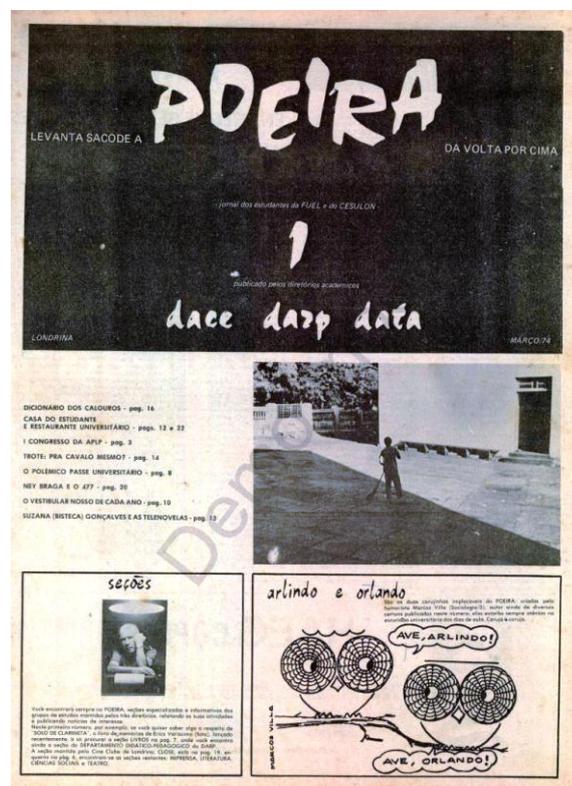
Posteriormente, já no processo de redação da dissertação, o autor houve por bem proceder a uma análise mais detalhada das edições regulares e especiais do jornal *Poeira*, enfocando aspectos históricos, comunicacionais e jornalísticos da experiência. O resultado dessa análise gerou um novo capítulo desta dissertação, o qual – por orientação da banca de qualificação – é publicado como Capítulo 5, anterior aos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, que vão publicados como complemento do Capítulo 5 e Capítulo 6.

5 A EXPERIÊNCIA DO JORNAL *POEIRA*

5.1 REVISANDO O JORNAL

A análise de cada uma das 27 edições regulares e dos principais boletins e edições especiais do *Poeira*, apresentada sumariamente a seguir, nos permitiu recuperar todo o contexto político da experiência, de março de 1974 a dezembro de 1978.

Figura 1 - Capa do jornal *Poeira*, número 01.



Fonte: Jornal *Poeira* (1974a, capa).

Edição número 01, março de 1974, 24 páginas, tablóide

A primeira edição do *Poeira* (Figura 1) circulou em março de 1974, com a chancela de dois diretórios acadêmicos da FUEL – Fundação Universidade Estadual de Londrina, o do Centro de Educação (DACE), e o do Rocha Pombo do Centro de Ciências

Humanas (DARP), mais o DATA – Diretório Acadêmico Três de Agosto, da faculdade privada CESULON – Centro de Estudos Superiores de Londrina.

No aspecto gráfico, a capa da edição mantém o formato tablóide e os traços sóbrios e sofisticados do *Terra Roxa*, criado pelo mesmo grupo quando no DCE e diagramado por Carlos Verçosa: quarenta por cento do espaço da capa é dedicado à logomarca do jornal – *Levanta sacode a POEIRA dá volta por cima* – em fundo preto.

As manchetes, em fontes pequenas, mesclam assuntos específicos da universidade, como “Casa do Estudante e Restaurante Universitário”, “O polêmico passe universitário”, “O trote: pra cavalo mesmo?”, “O vestibular nosso de cada ano”, com um único tema de política universitária – “Ney Braga e o 477” – e outro – o “I Congresso da APLP” (Associação de Professores Licenciados do Paraná) – possivelmente considerando que a maioria dos alunos dos três centros eram de cursos de licenciatura (formação de professores).

Temas culturais são destacados em uma das manchetes – “Suzana (Bisteca) Gonçalves e as telenovelas” e em uma caixa com foto do escritor Érico Veríssimo, divulgando as seções de livros, cinema (a cargo do Cine Clube de Londrina), imprensa, literatura, ciências sociais e teatro.

Outra característica marcante do novo jornal, o humor, está presente em algumas das manchetes citadas e também em outra caixa desta capa, que apresenta *Arlindo e Orlando*: “São duas corujinhas implacáveis do *Poeira*: criadas pelo humanista [sic] Marcos Villa (Sociologia), autor ainda de diversos cartuns publicados neste número, elas estarão sempre atentas na escuridão universitária dos dias de aula. Coruja é coruja”.

Nas páginas internas, charges humorísticas estão presentes em 12 das 23 páginas e em grande profusão em seis páginas, diagramadas em estilo parecido ao d’*O Pasquim*, semanário nacional de grande sucesso na época: as três (16 a 18) do “Dicionário para calouros (e veteranos mal informados)”, e nas páginas 21 a 23, com notas e matérias bem humoradas sobre qualidade de ensino, ensino pago, burocracia, Casa do Estudante, classificados e outras.

Não por acaso, as matérias mais “políticas” desta edição, sobre o então senador paranaense Ney Braga, em vias de assumir o Ministério da Educação e Cultura do Governo de Ernesto Geisel (“Ney Braga: pubercracia, gerontocracia ou tecnocracia?”), e sobre o decreto federal 477 (“Os estudantes falam do 477 e do medo nas escolas”), são

publicadas na página 20, uma página par, menos destacada que as ímpares, e em meio a todas as páginas de humor. O objetivo, conforme os depoimentos dos sujeitos desta pesquisa, era não se isolar dos estudantes, com temas muito politizados, nem dar pretextos à repressão.

O humor e a criatividade também aparecem em alguns dos 11 anúncios comerciais, que evidenciam a necessidade do jornal, impresso na *Folha de Londrina*, de se pagar. São anunciantes desta primeira edição: Haeg Cópias (página 02), Livraria e Papelaria Londrina / Sokupel (página 03), Terraplenagem Trabem (página 05), Instituto de Idiomas Yasigi (página 07), Livraria e Papelaria Brasil (página 09), Fotolon Fotografias (página 11), Curso Aprovação (página 13), Escolas Fisk (página 15), Caracol Veículos (página 19), Cípsa Veículos (página 23), e Mariucci Ltda, representante da Abril Cultural (página 24).

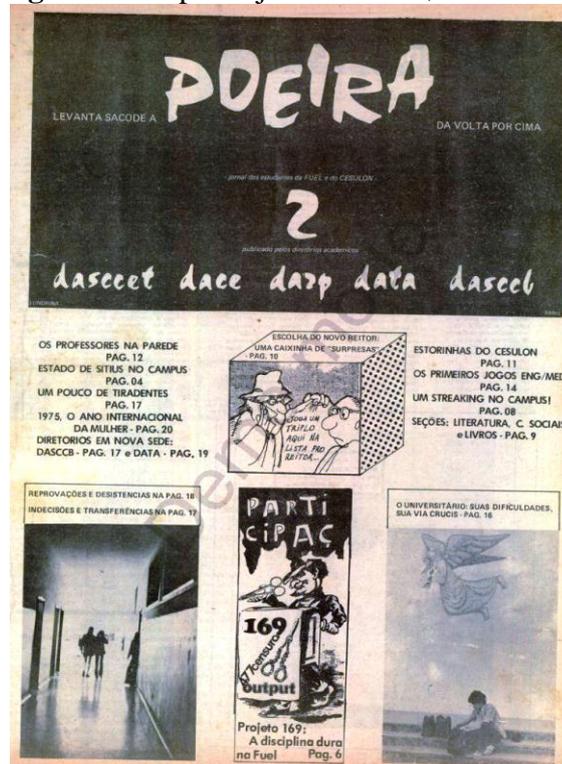
Figura 2 - Página 06 do jornal *Poeira*, número 01.



Fonte: Jornal *Poeira*, (1974a, p.6).

O editorial do número 01 – “*Poeira* – quem, quando, onde, como, por que”” historia o nascimento do jornal, suas origens no *Terra Roxa*, a união dos três diretórios acadêmicos e a organização de um Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil, o GEIE, responsável pelo treinamento de estudantes em técnicas de jornalismo e pela realização do jornal. E uma nota na página 06 (Figura 2) convida os interessados para reuniões abertas de confecção do jornal, aos sábados a partir das 15 horas, ilustrada com foto de reunião de pauta da primeira edição.

Figura 3 - Capa do jornal *Poeira*, número 02.



Fonte: Jornal *Poeira*, (1974b, capa).

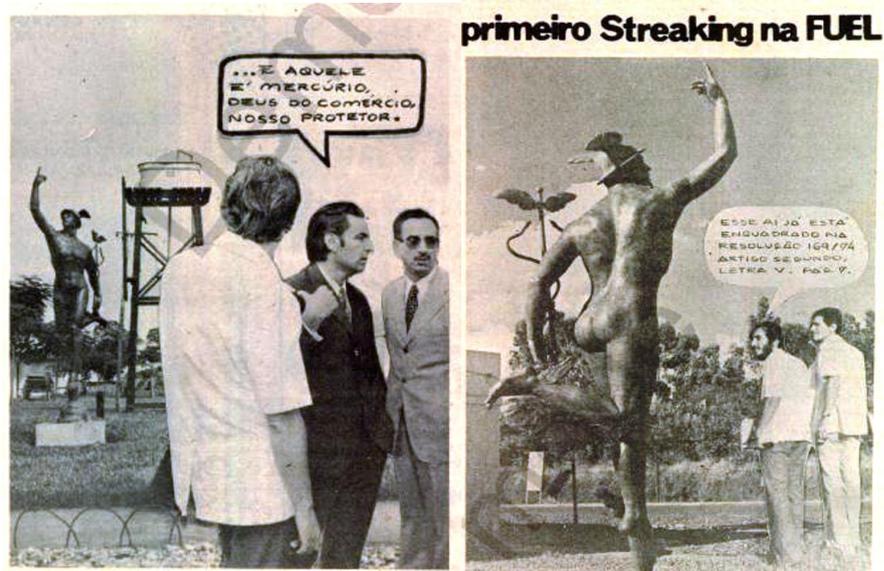
Edição número 02, abril de 1974, 24 páginas, tablóide

A boa repercussão da primeira edição traz a adesão de dois novos diretórios acadêmicos setoriais (DAS) ao *Poeira* já em sua segunda edição (Figura 3), que circula em abril de 1974, novamente com 24 páginas: do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (DASCCET) e do Centro de Ciências Biológicas (DASCCB).

Nesta segunda edição, percebe-se o grupo editor mais à vontade com a linguagem e o humor. A capa reduz a tarja preta sob a logomarca que, no entanto, ainda ocupa um terço da página, mas o humor aparece com mais evidência em duas charges, uma fotografia e em algumas das minúsculas manchetes: “Estado de sitius no campus”, sobre os problemas de transporte coletivo para o campus ainda em construção, e “Escolha do novo reitor: uma caixinha de ‘surpresas’”, ironizando a lista sêxtupla para escolha do segundo reitor da universidade, quando era líquido e certo que o escolhido seria o médico Oscar Alves, genro de Ney Braga. Na página 03 o humor extrapola: “Aqui os horários do cata-ossos pro Campus”, sobre os horários de ônibus.

No interior, a novidade humorística são as fotomontagens, duas usando a estátua do Deus Mercúrio, da Associação Comercial de Londrina, que na época encontrava-se no campus (Figuras 4 e 5). Em uma, o então reitor, Ascênsio Garcia Lopes, fala a interlocutores: “... e aquele é Mercúrio, Deus do Comércio, nosso protetor”, crítica ao ensino pago. Em outra, sob o título “O primeiro Streaking na FUEL”, um estudante - olhando para a estátua do Deus nu - diz: “Esse aí já está enquadrado na Resolução 169/74, segundo, letra V, pag.9”, ilustração da matéria “O projeto nº 169/74: a FUEL a um passo do obscurantismo”.

Figuras 4 e 5 - Fotomontagens, jornal *Poeira*, número 02.



Fonte: Jornal *Poeira* (1974b, p.2,8)

Em busca de proximidade com as bases estudantis, “A batalha do universitário”, nas páginas 16 e 17, transcreve diversos depoimentos de estudantes sobre temas do

dia-a-dia, como falta de tempo, de dinheiro, saudade da família, vida em república, estudantes que trabalham e outros. E a questão da mulher é tema das páginas 20 e 21: “1975, Ano Internacional da Mulher”.

A empolgação com a boa acolhida transparece no editorial, na página 2: após esclarecer que o “*Poeira não é o Terra Roxa*”, alfinetando a nova gestão do DCE por não ter publicado nenhuma edição do *TR* desde sua posse, em setembro de 1973, lamenta não poder distribuir o *Poeira* em todos os centros da universidade:

Para ter a apresentação gráfica em offset, o *Poeira* custa Cr\$ 1,00 por exemplar. Tentamos cobrir a despesa com publicidade, mas ela ainda é insuficiente. Assim, o pagamento do jornal é feito pelos diretórios promotores [...]. Gostaríamos imensamente que todos os universitários pudessem ler o jornal que elaboramos, mas a questão econômica ainda nos impede de editar mais de 4 mil exemplares. (EDITORIAL, 1974, p. 2).

Esta página também traz uma informação poucas vezes publicada no jornal, o Expediente. Nele os créditos são para os profissionais da *Folha de Londrina*, responsáveis pela produção gráfica (Mitsuaki Higashi/composição, Cláudio da Costa/fotoletra, Luiz Gonzaga Assunção/fotomecânica, Rubens Vergara/revisão) e para os ilustradores (Airton Procópio dos Santos, Carlos Alberto Verçosa Silva, Marcos Antonio Moreira, Edmilson Correa, Edvaldo Jacinto). Já a reportagem, redação, diagramação e arte final são creditadas ao GEIE (Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil), sem nomeações, padrão que será seguido nas edições posteriores.

Figura 6 - Capa do jornal *Poeira*, número 03.



Fonte: Jornal *Poeira* (1974c, capa).

Edição número 03, maio de 1974, 28 páginas, tablóide

O *Poeira* número 03, que circula em maio de 1974 com 28 páginas e 6 mil exemplares (FIGURA 06), traz uma capa diferente, com duas ilustrações em destaque: à esquerda um desenho do “Jeca Tatu” com a legenda “conheça minha situação nas pags. 10 e 11”, e à direita uma charge de um ônibus lotado, com destino à FUEL, imitando uma lata de sardinha, com a legenda “...e a nossa [situação] no resto [do jornal]”. No rodapé a chamada “Um pôster, presente do *Poeira*”.

O expediente, na página dois, anuncia a colaboração do chargista Bravus (funcionário do Banco do Brasil em Londrina) e o apresenta na fotomontagem reproduzida na Figura 07:

Figura 7 - Fotomontagem, jornal *Poeira* número 03.



Fonte: Jornal *Poeira* (1974c, p.2).

O editorial desta edição está na página 03. Intitulado “Um homem de moral não fica no chão... não desanima. Levanta, sacode a poeira, dá volta por cima”, o texto conclama os estudantes a participar do jornal, preenchendo, recortando e colocando na “caixinha do *Poeira*”, nos centros onde é distribuído, um questionário com as seguintes perguntas: “1) O que você mais gosta de ler no *Poeira*? 2) Qual a crítica que você tem a fazer ao *Poeira*? [...] 4) Qual você acha que deve ser a função de um jornal estudantil?”

Trata-se da primeira tentativa de uma pesquisa de opinião, que será utilizada sistematicamente a cada ano às vésperas das eleições estudantis. Mas o retorno não foi o

esperado, tanto que a edição seguinte não dá sequência à iniciativa, e o grupo optará pela distribuição de questionários nas salas de aulas.

Prenunciando a disputa eleitoral de setembro de 1974, as críticas à gestão do Diretório Central dos Estudantes se intensificam nesta edição. Em uma matéria de duas páginas sobre “A confusa representação estudantil”, o jornal critica dois posicionamentos da entidade, em nome dos estudantes: um do presidente Nilo Dequech a favor de Jaime Canet para governador [nomeado pelo governo militar], em uma entrevista para a *Folha de Londrina*, e outro dos dois representantes estudantis no Conselho Universitário a favor de Oscar Alves para reitor da Universidade, em votação da lista sêxtupla.

No primeiro caso, segundo o jornal, “o GEIE fez uma pesquisa com 500 alunos [...]. Dos indagados, 97% estão completamente alheios ao assunto, respondendo simplesmente: Tem eleição para governador? Quem é candidato? Não sei, sou apolítico. O que, governador do Estado? [...] Caiu o Emílio [Gomes, ex governador]”?

No segundo caso, após ironizar – “Mudança de reitor: nós apoiamos Oscar Alves, vocês sabiam?” – o jornal critica os representantes, que haviam garantido – “no *Poeira* n° 2 – que haveria uma reunião entre os diretórios para uma consulta de todas as opiniões, esta não foi realizada e ninguém ficou sabendo de nada”.

A abordagem sobre o *Jeca Tatu*, destacada na capa, também entra na linha de confronto com o DCE: “*Terra Roxa*: ultraje a Monteiro Lobato” critica artigo da primeira edição do jornal publicada pela gestão eleita em 1973. “Seus editores subestimam o conhecimento dos seus leitores ao distorcer grotesca e indignamente a vida e obra de Monteiro Lobato, um dos nossos maiores escritores”. E, para não usar argumentos de “esquerda”, responde com artigo de Luís Arrobas Martins publicado em *O Estado de São Paulo*, intitulado “O Jeca, a moda e o dinheiro”.

Outro destaque desta terceira edição é a questão do negro, com duas matérias na página 13 – “86 anos após a abolição, o que sabemos sobre ela?” e “O negro e a economia brasileira” –, dois poemas na página 16, “Bandido Negro” de Castro Alves e “Monamgamba”, do angolano Antonio Jacinto, e nas páginas centrais o cartaz mencionado na capa, “O negro: de bom escravo a mau cidadão”, anunciando palestra e curso do escritor Clovis Moura, autor de *Rebeliões da Senzala*. Iniciativas que eram inspiradas, segundo o depoimento de Marília Andrade, pelo grande apreço que Pedro Pomar, dirigente nacional do PC do B, tinha por esses temas.

Entre os anúncios, o destaque é o do “Baile do Calouro” organizado pelo DASCESA (Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Sociais Aplicados), que ocupa toda a página 4, e que – segundo Célia Regina de Souza – foi o que permitiu a distribuição do *Poeira* naquele centro de estudos.

Figura 8 - Capa do jornal *Poeira*, número 04.



Fonte: Jornal *Poeira* (1974d, capa).

Edição número 04, agosto de 1974, 20 páginas, tablóide

A quarta edição do *Poeira* circula em agosto de 1974 com 20 páginas (Figura 8) e, apesar de ainda mencionar apenas cinco diretórios acadêmicos setoriais como patrocinadores, já é distribuída aos seis mil estudantes da universidade, tendo em vista a proximidade das eleições estudantis de setembro. A tarja preta sob a logomarca está reduzida a um quarto da página.

A matéria de capa desta edição – “O estudante na vida nacional” – foi uma das vencedoras do Prêmio *Parker Pen* de Jornalismo Estudantil, edição de 1975, coordenado pelo jornalista Vladimir Herzog (segundo depoimento de Marília Andrade), que seria morto nas dependências do DOI-CODI em São Paulo em outubro do mesmo ano. Elaborada por

Marcelo Oikawa, foi assinada por Célia Regina de Souza, segundo ela mesma para fortalecer o *Poeira* em seu centro, o CESA, e sua candidatura a representante estudantil no Conselho Universitário nas eleições estudantis. “Entre nós havia esse desprendimento”, disse Célia em seu depoimento.

O texto de abertura enfatiza uma das linhas mestras do jornal, o chamamento constante à participação estudantil:

Em 1710 eles expulsaram os franceses da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em 1786 eles iniciaram os primeiros movimentos pela independência do Brasil e pouco depois participavam ativamente da Inconfidência Mineira. Foram os primeiros a lutar contra o fascismo, exigindo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, juntando-se aos aliados. Foram eles também que se bateram pela queda da ditadura de Getúlio Vargas, pela nacionalização do petróleo e pela instalação da siderurgia pesada no país. (ESTUDANTES, 1974, p. 10-11).

O foco nas eleições estudantis de setembro de 1974 é explicitado em um “recado” na capa da edição, convidando para uma reunião de preparação. E também no editorial (página 2), “Não somos contra. Somos a favor”, o qual confronta o principal argumento do grupo de situação, que tenta rotular o *Poeira* como “esquerdista”, com uma profissão de fé: “Somos democratas porque o conservadorismo sempre [...] acaba preconizando uma paz sem princípios, uma luta sem disciplina, uma mudança sem conhecimento”.

Mas apesar do aspecto mais sério desta capa e do editorial, é no humor que o jornal investe fortemente nesta edição às vésperas da primeira disputa eleitoral do Grupo *Poeira*. Com inspirada participação do cartunista Marcos Villa, nome artístico do estudante de Sociologia e funcionário da *Folha de Londrina* Marco Antonio Moreira, o jornal traz pela primeira vez o “Horóscopo Pô” (página 05), e o “Classificados/Desclassificados” (página 17), além do “Monstruário político” (página 06) e a página de cartas “Vô batê patu, patu batê patua patota” (página 18) elaborados por membros do GEIE.

No “Horóscopo Pô” um certo “Professor Sky Lab” distribui conselhos bem humorados para os cursos da universidade, como este para Letras Franco: “Para ser franco, você terá que atacar noutro flanco”. Ou este para Pedagogia: “Os(as) nascidos(as) para este curso devem munir-se de grande paciência e espírito faquiresco, pois fatalmente passarão meses e meses sem receber. Com a proteção de políticos, poderão assumir cargos de direção”.

Já o “Classificados/Desclassificados” apresenta-se como serviço de utilidade pública do *Poeira*, “uma nova saída pra quem quer vender, comprar [...] trocar botas

velhas por uma vara de pescar, tatu bola por uma chuteira”. Nesta primeira edição, entre alguns anúncios “sérios”, muitos de gozação como este: “Pernas de calça Lee. Aceito. Procurar Villa no curso de Jornalismo do DATA”.

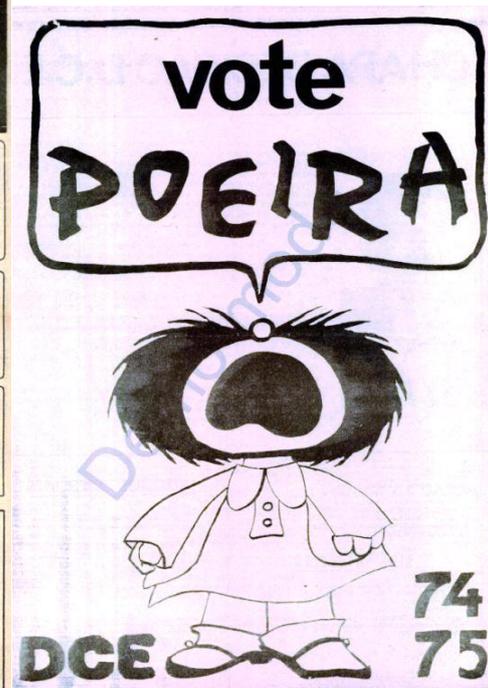
Outro destaque da edição é uma inusual entrevista com um político, o presidente do MDB de Londrina e candidato a deputado estadual: “Oswaldo Macedo: O ensino pago é uma instituição anti democrática” (página 15), evidenciando também o pragmatismo do grupo, que – além das afinidades com o político em questão, segundo depoimento de Marcelo Oikawa - deve ter recebido ajuda financeira para poder distribuir esta edição a toda a universidade.

Figura 9 - Capa do jornal *Poeira*, número 05.



Fonte: Jornal *Poeira* (1974e, capa).

Figura 10 - Cartaz encartado na edição.



Fonte: Jornal *Poeira* (1974e, encarte).

Edição número 05, setembro de 1974, 24 páginas, tablóide

A grande novidade da quinta edição do *Poeira* (Figura 9), lançada em setembro de 1974 com 24 páginas e dedicada às eleições estudantis, é o aparecimento do personagem que virou símbolo do jornal e do grupo político que representava, a garotinha

rebelde e intelectualizada *Mafalda*, criada pelo cartunista argentino Quino. Em seu depoimento, Célia Regina de Souza diz que a ideia foi de Marília Andrade.

Mafalda aparece com sua turma na capa da edição apresentando a chapa *Poeira* para o DCE e suas aliadas para os diretórios setoriais. Encartado na mesma edição foi impresso o cartaz (FIGURA 10) que inundou as paredes da universidade na campanha eleitoral, a pequena *Mafalda* em sua posição típica, gritando “Vote *Poeira*”. Posteriormente, uma versão colorida desse cartaz (em fundo laranja), foi um dos destaques da campanha eleitoral.

A mesma imagem foi impressa em camisetas que fizeram sucesso dentro e fora da universidade, cuja venda ajudou a custear a campanha vitoriosa, conforme agradecimento publicado na página 02: “Agradecemos à [empresa] Londri-Malhas a colaboração que nos prestou, doando 50 camisetas e vendendo outras 200 a preço de custo, para a campanha da chapa *Poeira* para o DCE”.

Outra novidade importante desta quinta edição é a divulgação dos resultados da primeira pesquisa do *Poeira* junto aos estudantes e sua utilização para elaboração do programa de trabalho da chapa. Segundo matéria da página 04, 25,6 por cento dos aproximadamente seis mil estudantes responderam aos questionários distribuídos nas salas de aulas, totalizando portando uma amostra de aproximadamente 1.500 questionários. Neles, 94 por cento apontaram como principais problemas da universidade o baixo nível do ensino, o ensino pago, o transporte coletivo e a burocracia, que se tornaram as prioridades da chapa *Poeira* e suas aliadas nos diretórios setoriais.

As quatro páginas do jornal dedicadas à divulgação da pesquisa são recheadas de comentários dos estudantes, como este sobre os principais problemas: “O pior é pagar um salário mínimo por mês e ainda ter que comprar livros, comer, pagar ônibus - aluno do 2º período de Medicina”. Ou este sobre qualidade do ensino: “Se fosse feita uma seleção rigorosa do corpo docente, não sobraria um terço dos nossos professores... – aluno do 2º período de Ciências Contábeis”.

Ilustrando a resposta de 73 por cento, de que não existe “espírito universitário” na universidade, um estudante do 4º período de Engenharia diz: “Se vocês entendem espírito universitário como mútua colaboração, coleguismo, discussão de problemas, [...] incentivo à pesquisa: então não existe isso”. E outro desabafa: “Pelo amor de Deus, vocês querem um problema pior do que sair do serviço à tarde, ir pra aula sem jantar,

num ônibus atrasado, abarrotado, e ter que voltar em seguida, por falta de luz? – aluna do 2º período de Letras Anglo-Portuguesas”.

A avaliação dos diretórios estudantis foi negativa para 57 por cento dos estudantes – “a gente não fica sabendo de nada”, escreve uma aluna de Serviço Social. Já o jornal foi avaliado positivamente por 76 por cento: “O *Poeira* está muito bom, supera o atual *Terra Roxa*, que eu sei que foram vocês mesmo que criaram” (aluno do 4º ano de Medicina).

O editorial, na página 02, contrapõe o título do editorial do *Terra Roxa* – “A fala do presidente” – com o título “A fala do estudante”. “Esta é a quinta edição de um jornal que nasceu para criar um clima universitário, onde o estudante é o centro dos interesses e onde quem fala não é o presidente [...] é o estudante que vale, é o estudante que manda, é o estudante que fala”.

Os conselhos do “Professor Sky Lab” para os alunos de Educação Física, no “Horosco Pô” desta edição, geraram polêmica na eleição: “Não têm sorte para jogos. De qualquer forma é bom dar uma olhadinha no Livro Vermelho da Universidade pra ver se escreveram Física com ‘f’ mesmo ou se foi com ‘t’”. Mas não o suficiente para abalar o capital político do *Poeira*, que venceu para o DCE, com 70 por cento dos votos, e para os demais diretórios setoriais com votações superiores a 90 por cento. A única exceção foi a derrota por pequena margem no CESA, maior centro da universidade, que reúne os cursos de Direito, Administração, Contábeis, Economia e Serviços Social.

Figura 11 - Capa do jornal *Poeira*, número 06.



Fonte: Jornal *Poeira* (1974f, capa).

Edição número 06, dezembro de 1974, 24 páginas, tablóide

A sexta edição do *Poeira* (Figura 11) circula apenas em dezembro de 1974, mais de dois meses após a eleição, para toda a universidade. A logomarca chega ao seu formato permanente, com a tarja preta de fundo ocupando um oitavo da página. E a identificação dos diretórios setoriais patrocinadores do jornal é substituída pela inscrição “Um órgão oficial do DCE”, posteriormente modificada para “Um jornal no DCE”, com o objetivo de não vincular a marca à entidade e não perde-la, como tinha ocorrido com o *Terra Roxa*, em caso de uma eventual derrota eleitoral.

A manchete da capa, escrita como em uma pichação numa coluna vertical em fundo negro – “O DCE foi entregue assim” -, anuncia os problemas que retardaram a circulação do jornal após a eleição, explicitados no editorial da página 02: “Os contatos diretos que vinham sendo mantidos com os quase seis mil estudantes, principalmente através do *Poeira*, tiveram que ser diminuídos, justamente por problemas de ordem administrativa deixados pela gestão anterior”.

Os problemas administrativos, especialmente a decisão de fechar o Restaurante Universitário e suspender a admissão de moradores na Casa do Estudante, obras inauguradas apressadamente pela gestão anterior do DCE às vésperas da eleição, tornaram-se também um sério problema político.

Segundo Célia Regina de Souza e Marcelo Oikawa, essa medida, mais a decisão de denunciar o quadro financeiro e administrativo do DCE, foram as causas da ruptura com o grupo do primeiro presidente do DCE, Márcio Almeida, do qual fazia parte o estudante de Medicina Tercilio Turini, eleito vice presidente do DCE na chapa *Poeira* liderada pelo estudante de Economia Paulo Silva. Como consequência dessa crise, Tercilio renunciou ao cargo, fato que não foi divulgado no jornal, assim como as edições anteriores não divulgaram a escolha e posse de Oscar Alves como segundo reitor da FUEL.

As novas responsabilidades e as dificuldades decorrentes afetaram o humor do jornal, que está mais sério nesta edição. Mas não afetou a combatividade, que transparece nas críticas contundentes à gestão anterior do DCE, tanto pela situação financeira da entidade (páginas 12 e 13), como pela “demagogia” da inauguração precipitada da Casa do Estudante e RU (página 03) e pelo apoio dos representantes estudantis no Conselho Universitário à instituição do exame obrigatório para todos os estudantes, ao final de cada semestre, independentemente de seu aproveitamento escolar.

Com relação ao ensino pago, o jornal levanta a bandeira da federalização da universidade como um atalho para o ensino gratuito. A matéria da página 07 – “Um direito e não uma caridade” – mostra uma situação dramática na época: “Em 1973, 400 alunos da Universidade de Londrina abandonaram seus cursos: a grande maioria por falta de condições para pagamento das anuidades. [...] A cada mês, um número cada vez maior de estudantes é proibido de assistir aulas: falta de pagamento das mensalidades”.

Figura 12 - Foto de audiência de representantes estudantis da UEL com o presidente da República, Ernesto Geisel.

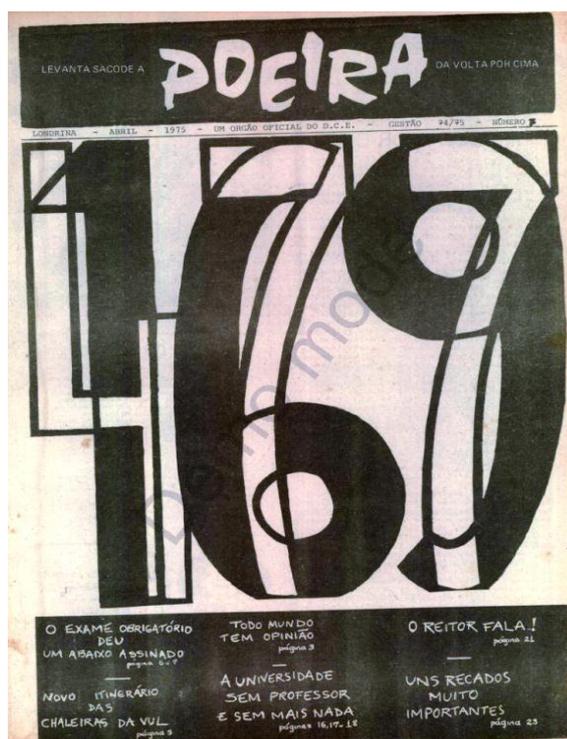


Fonte: Arquivo pessoal de Nilson Monteiro

O tema da federalização mereceu, antes mesmo desta edição, uma mobilização do DCE, que coletou milhares de assinaturas a um documento entregue ao presidente Ernesto Geisel em Curitiba, em novembro de 1974. A audiência interessava ao governo não pelo tema da federalização, que nunca foi considerado seriamente, mas para sinalizar à sociedade que a abertura anunciada por Geisel abrangia o movimento estudantil. A fotografia acima, feita pela assessoria da Presidência da República (não publicada no *Poeira*), é o único registro do encontro entre Geisel e os presidentes dos diretórios acadêmicos da UEL, Ely Ferreira Siqueira do DASCCE (Exatas), Nilson Monteiro do DASCCH (Humanas), Sidney Gobetti do DASCCS (Saúde), Paulo Silva do DCE e Tadeu Felismino do DASCCA (Comunicação e Artes).

Apesar dos tempos difíceis, o *Poeira* número 06 não abandona os temas culturais, presentes em duas páginas de peso: uma entrevista com o cantor e compositor Sérgio Ricardo (página 04), que visitou o DCE após seu show em Londrina, e uma matéria sobre o espetáculo teatral “O que mantém um homem vivo?” (página 11). “Pode o teatro profissional brasileiro, comprometido com esquemas comerciais e violentado por uma rigorosa censura, sobreviver sem cair em ridículas chanchadas? Pode. Renato Borghi e Ester Góes, dois profissionais muito sérios, provaram isto”.

Figura 13 - Capa do jornal *Poeira*, número 07.



Fonte: Jornal *Poeira* (1975a, capa).

Edição número 07, abril de 1975, 24 páginas, tablóide

A edição número 07 do *Poeira* (Figura 13), de abril de 1975, traz em sua capa dois números superpostos, o do Decreto Federal 477 baixado pelo regime militar em 1969 para conter e criminalizar o movimento estudantil, e o do projeto de resolução 169, que pretendia introduzir as normas do 477 num código disciplinar interno da UEL. Nas páginas 12 e 13, o jornal noticia o envio de um documento assinado pelo DCE e por cinco dos sete diretórios setoriais aos membros do Conselho Universitário, alertando para o caráter autoritário e, muitas vezes, subjetivo do projeto 169, como estas “infrações disciplinares” constantes do artigo 1º:

I – Aliciar ou incitar alguém a deflagração de greve [...]; III – Praticar atos que visem à organização de movimentos subversivos, tais como passeatas, desfiles, comícios públicos não autorizados [...]; IV – Fazer imprimir, ter em depósito, divulgar ou distribuir material subversivo de qualquer natureza; V – Sequestrar ou manter em cárcere privado reitor, vice reitor, diretor, docente, discente [...]; VI – Praticar ato contrário à moral e à ordem pública dentro de dependência universitária [...]. (169 EM BUSCA, 1974, p.12).

Além desse tema político, o jornal continua destacando em sua capa e nas páginas internas as questões do exame obrigatório, da federalização, da falta de professores e do transporte coletivo – as “chaleiras da VUL” [Viação Urbana Londrinense]. As novidades ficam por conta da primeira aparição no jornal do novo reitor da Universidade, Oscar Alves, e da conquista do Prêmio *Parker Pen* de Jornalismo Estudantil.

Empossado em junho de 1974, Oscar Alves realizou duas reuniões com representantes estudantis no início de 1975. Segundo matéria na página 21 do *Poeira* 7,

as conversas deixaram algum saldo, embora muito subjetivo: o reitor insiste que os estudantes devem participar da vida da Universidade. E esse apelo, no momento em que a reitoria inaugura a sua Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) e volta a falar em Código Disciplinar 169, ganha alguma relevância. Sobra apenas uma dúvida: as palavras do reitor valem mais do que as leis e assessorias da reitoria? (CONVERSAÇÃO, 1975, p. 21).

Sobre a conquista do primeiro lugar no Concurso Nacional de Jornalismo Estudantil – Prêmio *Parker Pen*, além de duas menções honrosas pelas matérias ‘Chico Buarque bom tempo’, de Roldão Oliveira Arruda (sobre o show de Chico com o MPB-4 em Londrina em 1973, publicada no *Terra Roxa*), e ‘Estudantes, a participação na vida nacional’, assinada por Célia Regina de Souza, o jornal primou pela discrição e modéstia: uma pequena nota aparece na página 02, abaixo do editorial “A volta por cima”, em que o jornal comemora o que considera sua principal conquista: “após um ano de trabalho, constatamos que nosso objetivo está vingando: o *Poeira* é o porta voz dos estudantes da FUEL, recebendo, a cada novo número, uma quantidade maior de participantes”.

Ao lado, o jornal divulga também uma carta do reitor Oscar Alves transmitindo um voto de louvor aprovado pelo Conselho de Administração da Universidade e, embaixo, um agradecimento da *Mafalda*: “À *Folha de Londrina* pela colaboração de João Milanez e Álvaro Grotti. Ao trabalho do Adilson, Diniz, Zú, Rosa, Jacaré, Tarzan, Geô, Chicão, Palito, Dobleday, Irmão, Marcos Bonatto e todo o pessoal do Departamento de Arte, fotomecânica, oficinas e rotativas. Agradecimento especial ao Luisinho e ao Marcos Villa, responsáveis todos em maior ou menor parte, pela realização do *Poeira*”.

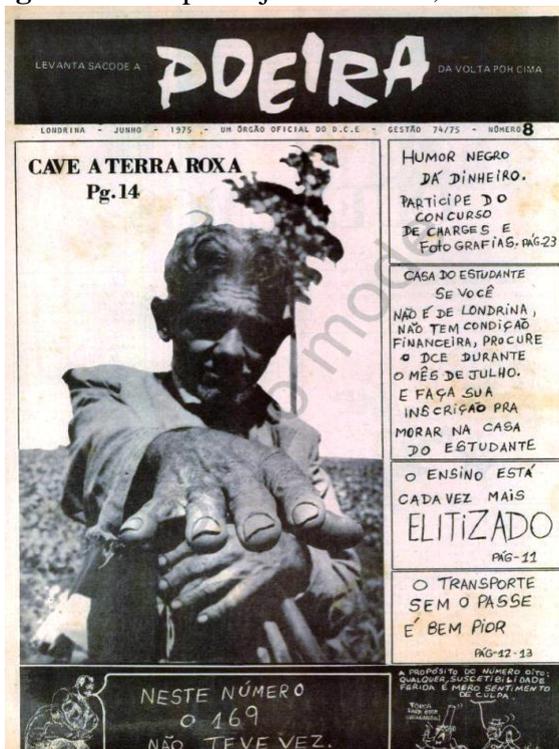
Em linhas gerais, esta edição está mais sóbria e sem o mau humor da anterior, mas também passa longe da euforia das que antecederam a eleição. Transparece também uma queda da qualidade editorial e gráfica, com textos muito longos, diagramação e arte final menos profissionais, possivelmente pela menor presença dos jornalistas da turma

(Marcelo Oikawa, Roldão Arruda e Nilson Monteiro), que nesse primeiro semestre de 1975 estavam envolvidos profissionalmente com o projeto do jornal *Panorama*.

De toda forma, para não perder o vínculo com as bases estudantis, o jornal dedica sua página 03 – “Opinião” – a dezenas de depoimentos de estudantes colhidos na pesquisa de setembro de 1974, como esta assinada por alunas do 5º período de Serviço Social:

FUEL cobra um preço exorbitante pelos cursos considerados de período integral por causa do uso de laboratórios. Nós, do curso de Serviço Social, estamos pagando Cr\$ 436,20 pelo 5º período, por causa do tal laboratório, mas cadê? A universidade cobra, não sofre ônus nenhum, sem contar a falta de contratação de professores competentes, a falta de material didático para pesquisa, a falta de campos de atuação para estágio, o desinteresse dos órgãos competentes da Universidade em relação aos problemas estudantis. (OPINIÃO, 1975, p. 3).

Figura 14 - Capa do jornal *Poeira*, número 08.



Fonte: Jornal *Poeira* (1975b, capa).

Edição número 08, junho de 1975, 24 páginas, tablóide

A oitava edição do *Poeira*, que circula em junho de 1975 (Figura 14), recupera o bom humor e a qualidade editorial e gráfica nas 24 páginas em formato tablóide. A fotogradia da capa, publicada sem crédito, chama para o relançamento do primeiro jornal do DCE, agora em formato de revista de ensaios e com o título *Terra Roxa e Outras Terras*, e

convida para o 1º Concurso de Ensaio Regionais, sobre o tema “Norte do Paraná, uma inexplorada fonte de pesquisas”. Apesar do prêmio de Cr\$ 3.300,00, não houve inscrições de trabalhos e as duas edições da revista divulgaram exclusivamente artigos produzidos por Marília Andrade, vivendo em São Paulo desde outubro de 1974.

Outro destaque da edição foi o fim do exame obrigatório, considerado a primeira vitória concreta do *Poeira* no movimento estudantil. Cheia de humor, a matéria intitulada “Já vai tarde!” começa com um obituário: “O jornal *Poeira*, o DCE e os diretórios acadêmicos setoriais comunicam o falecimento do Sr. Exame Obrigatório, filho de pai desnaturado, ocorrido neste mês. O evento entristece os corações dos anti educadores e enluta a alma das mentes conservadoras. Aos seis meses, morreu de velhice. Oremos pela alma do infeliz”.

Na mesma edição, porém, começa a campanha contra outra obrigatoriedade, esta criada pela Reforma Universitária de 1968: “Cerca de 1.500 alunos da FUEL estão matriculados em ‘Práticas de Educação Física’ nos mais diversos (leia-se incômodos) horários e modalidades, que vão desde o futebol até a ginástica olímpica”, diz a matéria da página 6. A obrigatoriedade estende-se aos alunos com menos de 30 anos dos cursos diurnos, pois “nossa Universidade parte do pressuposto de que quem estuda durante o dia não necessita trabalhar, ou então que não trabalha mais de seis horas por dia. Redondo engano!”. A prática, que vigorou ainda por anos na Universidade, levou muitos estudantes a reprovações por falta.

O *Poeira* 08 divulga também outra pesquisa realizada pelo DCE e diretórios setoriais em abril de 1975, na qual “a resposta dos estudantes foi quase unânime e incisiva: dos 2.217 alunos pesquisados [...], 89 por cento disseram que o NÍVEL DE ENSINO deve ser a prioridade da Universidade”. A matéria das páginas 16 e 17 mapeia as prioridades entre ensino, pesquisa e extensão e também os cinco principais problemas nos nove centros da Universidade.

As páginas 10 – “Vô batê patu...” – e 22 – “E nossos direitos?” – trazem iniciativas de estudantes e turmas em favor da qualidade de ensino, como documentos de alunos a departamentos propondo mudanças curriculares, reclamando pela falta ou mau desempenho de professores, sugerindo soluções para a falta de livros etc.

Refletindo a conjuntura nacional, em que o Governo Geisel insiste no discurso de abertura política, mas – enfraquecido pela derrota eleitoral para o MDB nas eleições legislativas de 1974 e pela crise da dívida externa –, é desafiado por setores de

extrema direita do próprio regime, o jornal multiplica o noticiário sobre o movimento estudantil em diversas partes do país (“Queremos participar – os estreitos caminhos da abertura”, páginas 02 e 03; e “Quando o muro separa...” na página 21). Também na Universidade de Londrina multiplicam-se os jornais setoriais associados ao *Poeira*, como mostra a matéria da página 17.

Esta oitava edição, com qualidade acima da média do jornal, traz também duas entrevistas especiais com personalidades trazidas a Londrina a convite do DCE: a teatróloga Consuelo de Castro, que falou sobre teatro e censura no Brasil para cinquenta atores, diretores e jornalistas da região, está na página 18 – “Resistir é continuar”; e na página 20, o bispo de Goiás, Dom Tomás Balduino, vice presidente do Conselho Indigenista Missionário, denuncia: “Estão matando nossos índios” (numa palestra sem nenhuma divulgação, pois chegou sem confirmação prévia no avião monomotor que ele mesmo pilotava, Dom Tomás reuniu mais de duzentos estudantes e professores do Centro de Ciências Humanas).

Figura 15 - Páginas 07 e 19 do jornal *Poeira*, número 08.



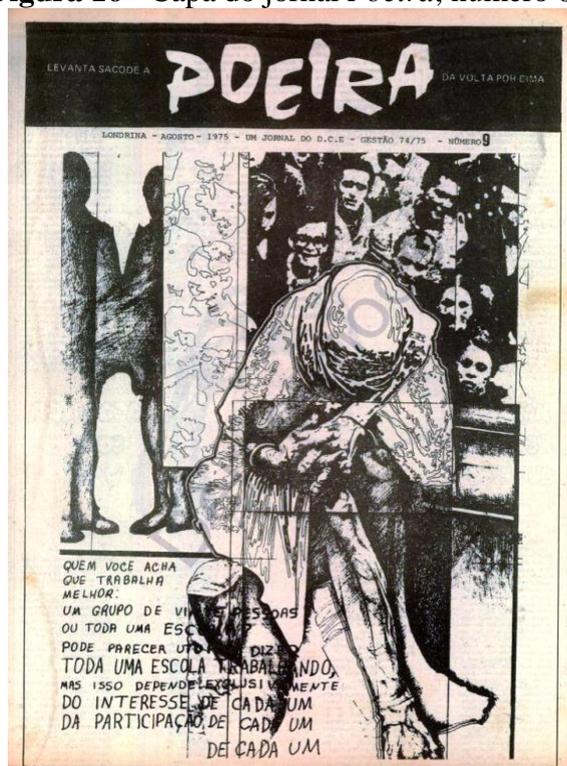
Fonte: Jornal *Poeira* (1975b p.7,19).

A edição termina com duas páginas de humor. Na última, intitulada “A propósito do texto ambíguo do 169 – uma coisa é a idéia da coisa e outra coisa é a coisa mesma”, o jornal relata experiência de um jornalista do *Miami Herald*, que mandou a 300 assinantes adultos do jornal cópia da Declaração de Independência dos Estados Unidos e

obteve as seguintes respostas: “Em cada 100, 28 pensaram tratar-se de um fragmento de obras subversivas”. Também houve sugestões: “Alguém deveria denunciar o autor desse texto ao FBI”. O jornalista também abordou 50 pessoas na rua pedindo que assinassem o texto da Declaração como se fosse um manifesto; “Apenas uma aceitou assinar, desde, porém, que lhes fossem pagos pelo menos 25 cents”.

Na página 23 – “Humor negro” – o personagem diz: “Sou um cara cheio de problemas. Ganho 700 contos por mês e pago 250 pra faculdade, 150 de transporte, tenho que ajudar em casa com pelo menos uns 300 contos [...], nunca compro livros, caderno uso um só, faz dois anos que não compro sapato e uns cinco que não tiro férias. Não tenho tempo de namorar [...]. Não como direito, não vou ao dentista, apenas trabalho. Trabalho demais e corro pra escola [...]. Na classe, tenho vontade de participar, de discutir, mas tenho medo. Da última vez que eu falei, vi a fogueira ardendo bem na minha frente. Foi quando comentei da minha certeza de que a terra era redonda e que girava em torno do sol... Eu sou universitário...”

Figura 16 - Capa do jornal *Poeira*, número 09.



Fonte: Jornal *Poeira* (1975c, capa).

Edição número 09, setembro de 1975, 24 páginas, tablóide

A edição número 09 de setembro de 1975 (Figura 16) não mantém o padrão editorial e gráfico da anterior, a qualidade de textos, títulos, ilustrações, diagramação e arte final está mais para a sétima edição, evidenciando uma oscilação no padrão jornalístico vinculada à disponibilidade dos profissionais no fechamento do jornal, especialmente Marcelo Oikawa, Roldão Arruda e Marcos Villa, este último responsável, além das charges e textos de humor, pela diagramação e parte da arte final.

Este *Poeira* 09 mantém a pauta básica de prioridades, a questão da participação estudantil, neste caso dirigida aos calouros; a federalização como atalho para o ensino gratuito; a luta pelo passe universitário; o Restaurante Universitário, reaberto desde o início de 1975, e que sufoca a Casa do Estudante com um prejuízo mensal de Cr\$ 12 mil; a situação política na universidade brasileira – “A distensão que não veio” (página 13); queixas de estudantes com a qualidade do ensino – “Monstruário” (páginas 16 e 17); notícias do movimento estudantil nacional – “Quando o muro separa...” (página 18).

As novidades desta edição ficam por conta da *I Semana de Atualidades*, do lançamento da primeira edição da revista *Terra Roxa e Outras Terras* e da seção “Vô batê patu...”, que traz cartas da Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro pedindo exemplares do *Poeira*.

A *Semana de Atualidades* foi programada para 25 a 31 de agosto de 1975, no Teatro Universitário, com palestras de Georges Bourdokan (ex *Panorama*) sobre “Oriente Médio, a 3ª Guerra”; do historiador Moniz Bandeira sobre “Presença dos EUA no Brasil”; de Gabriel Romeiro sobre a “Revolução dos Cravos” em Portugal – “Modelo português”; de Raimundo Pereira (editor chefe de *Movimento*) sobre “Imprensa brasileira hoje”; e de Marcos Gomes (editor de economia de *Movimento*) sobre “Economia brasileira hoje”. A programação cultural fica por conta da apresentação da peça “Tiradentes”, pelo Grupo Meta dirigido por Roldão Arruda, e do primeiro show do cantor e compositor João Bosco em Londrina.

Dois pra lá, dois pra cá, Caça à raposa e Mestre sala dos mares são algumas das composições mais famosas de João Bosco, um dos compositores preferidos por Elis Regina [...]. Ele vai estar aqui no dia 28, cantando com muita raça e falando sobre suas composições e a situação do autor musical hoje no Brasil. (1ª SEMANA, 1975, p.3).

Além do show de João Bosco, que foi o maior sucesso de público da Semana, com aproximadamente 800 pessoas lotando os 600 lugares e corredores do teatro, toda a programação atraiu bom público. Em seu depoimento, Marcelo Oikawa destacou a repercussão da *Semana de Atualidades* não só entre estudantes e professores, mas em toda a

comunidade regional. “Lembro dos árabes de Londrina na palestra do Bourdokan, enrolados na bandeira do Líbano” – disse.

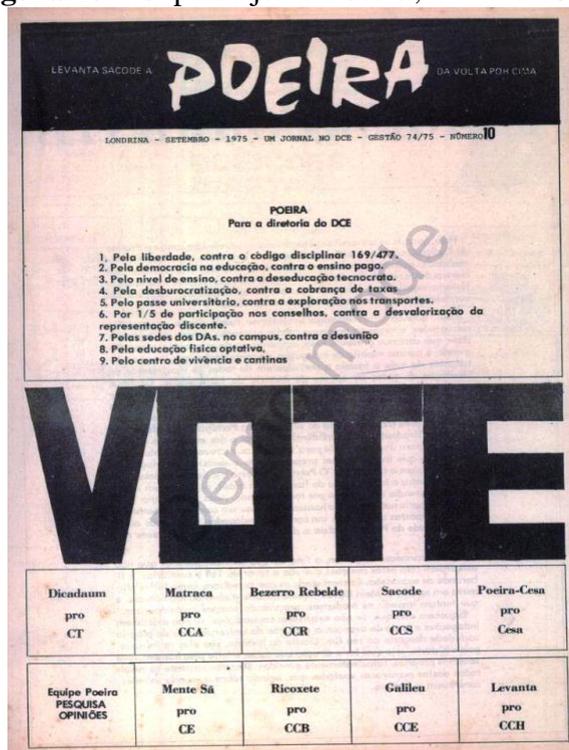
Figura 17 - Capa da revista *Terra Roxa e Outras Terras*.



Fonte: Jornal *Poeira* (1975c, p.7).

A revista *Terra Roxa e outras terras* é lançada na *Semana de Atualidades* com dois artigos de fundo: “Eles são 400 mil na região. Eles são os bóias frias” e “O índio deve morrer”, ilustrados por Cláudio Cambé. Embora seja a primeira edição como revista, a publicação se identifica como “ano 3, número 8”, incorporando as edições anteriores como jornal. “No início, *Terra Roxa e outras terras*” foi um jornal criado pelos modernistas em São Paulo no ano de 1926 [...]. Hoje, quase 50 anos depois [...], ressurgue na forma de revista, com um espírito semelhante ao dos modernistas de 26”.

Figura 18 - Capa do jornal *Poeira*, número 10. Figura 19 - Página 24 da edição.



Fonte: Jornal *Poeira* (1975d, capa).



Fonte: Jornal *Poeira* (1975d, p.24).

Edição número 10, setembro de 1975, 24 páginas, tablóide

O *Poeira* 10 (Figura 18) circula em setembro de 1975 com suas 24 páginas inteiramente dedicadas às eleições estudantis. Começando pela capa, com a manchete “Vote” maior que o logotipo do jornal, e a relação das chapas aliadas para os diretórios acadêmicos setoriais: *Dicadaum* para o Centro de Tecnologia, *Matraca* para o Centro de Comunicação e Arte, *Bezerro Rebelde* para o Centro de Ciências Rurais, *Sacode* para o Centro de Ciências da Saúde”, *Poeira-Cesa* para o Centro de Estudos Sociais Aplicados, *Mente Sã* para o Centro de Educação, *Ricoxete* para o Centro de Ciências Biológicas, *Galileu* para o Centro de Ciências Exatas e *Levanta* para o Centro de Ciências Humanas.

Na parte alta da capa, sob o título “*Poeira* para a diretoria do DCE”, o programa comum das chapas, consolidado após mais uma rodada de pesquisas de sala em sala: “1 – Pela liberdade, contra o código disciplinar 169/477; 2 – Pela democracia na educação, contra o ensino pago; 3 – Pelo nível de ensino, contra a deseducação tecnocrata; 4 – Pela desburocratização, contra a cobrança de taxas; 5 – Pelo passe universitário, contra a exploração nos transportes; 6 – Por 1/5 de participação nos conselhos, contra a desvalorização

da representação discente; 7 – Pelas sedes dos DAs no campus, contra a desunião; 8 – Pela educação física optativa; 9 – Pelo centro de vivência e cantinas”.

Não há, nesta edição e na eleição em geral, o calor e veemência da eleição de 1974, possivelmente pelo fato de o *Poeira* concorrer com chapa única para o DCE, liderada por Nilson Monteiro Menezes, e algumas disputas isoladas em diretórios setoriais, mas todas vencidas pelo *Poeira*. Os resultados da eleição, publicados na edição seguinte, mostram que o grupo venceu para o DCE com 82 por cento dos votos (4.751 a 1.021 votos brancos e nulos) e mesmo no CESA com 77 por cento (1.635 a 489 votos).

Nesse contexto, os destaques do *Poeira* 07 ficam por conta de um longo e filosófico editorial, “Água corrente não apodrece” (páginas 02 e 03), que parte da dialética de Marx e Engels – “Nada existe que não traga em si suas próprias contradições, o velho traz em seu bojo a semente do novo” – para reafirmar sua profissão de fé democrática: “Ninguém está a salvo de erros e temos consciência de que nós todos os cometemos durante o último ano. Afinal, estamos reaprendendo a prática democrática [...]. O importante, porém, é que prevaleceu sempre, com muito ardor, o espírito democrático. E é este espírito que o *Poeira* tem novamente nestas eleições”.

Nas quatro páginas de “Balanço” da primeira gestão, inclusive com as demonstrações contábeis dos recursos recolhidos pela Universidade junto aos estudantes, nas matrículas, e repassados ao DCE e diretórios setoriais, o destaque é para esta nota:

Além da Semana de Atualidades, o DCE e os setoriais, gestão *Poeira*, promovemos um show com o MPB-4, no primeiro semestre deste ano. Em termos financeiros, tomamos na cabeça: o show deu um prejuízo de mais ou menos 10 mil cruzeiros. Gente foi, pelo menos o suficiente pra lotar o cine Ouro Verde nos dois dias. O erro, no final das contas, foi de cálculo: Calouro pagava 5 cruzeiros, veteranos 10 e não estudantes 20 cruzeiros. Barato demais, né? Mas acessível, como poucas coisas hoje em dia por estas plagas. Valeu a pena. Um show inteligente, bonito, constituído de músicas dos maiores compositores brasileiros (algumas delas nunca foram e dificilmente serão gravadas, por causa da censura). O fiasco financeiro dessa promoção pôde ser compensado agora, na Semana de Atualidades; trouxemos o João Bosco pelo dinheiro da bilheteria e ele disse que dava 20% do total pra gente, se ganhasse mais de 5 mil cruzeiros. O teatro ficou lotado e a renda foi de 8 mil. No balanço final, a Semana de Atualidades, com Moniz Bandeira, Raimundo Pereira, Bordokan, Romeiro e todo aquele pessoal, acabou custando uns 4 mil cruzeiros. Só. (QUANDO, 1975, p.6).

Figura 20 - Páginas 14 e 15 do jornal *Poeira*, número 10.



Fonte: Jornal *Poeira* (1975d, p.14-15).

A surpresa humorística desta edição é uma fotonovela de estilo “trash”, encenada na própria Casa do Estudante, intitulada: “O fantasma do oportunismo”. Uma outra surpresa, esta bastante dramática, ocorreu poucos dias após a tranquila eleição estudantil na Universidade, enquanto os vencedores aguardavam a cerimônia de posse, marcada para outubro de 1975: a prisão do professor e diretor do Centro de Ciências da Saúde da UEL, Nelson Ferreira dos Santos, no contexto da chamada “Operação Marumbi”, fato noticiado na edição seguinte.

Figura 21 - Capa do jornal *Poeira*, número 11.



Fonte: Jornal *Poeira* (1975e, capa).

Edição número 11, novembro de 1975, 24 páginas, tablóide

A edição número 11, de novembro de 1975 (Figura 21), traz uma programação visual bastante renovada, fruto de colaboração do jornalista Narciso Kalili, na época já afastado do jornal *Panorama*, mas que continuava residindo em Londrina e editando, juntamente com Rui Fernando Barbosa, o semanário dominical *Viver Londrina*. Tais orientações, transmitidas a Marcelo Oikawa e a este autor, resultaram em uma edição mais parecida com o jornal *Ex*, editado pelo grupo de Kalili que havia voltado a São Paulo, e menos com *Movimento* e *O Pasquim*, modelos que tradicionalmente inspiravam o *Poeira*.

A mudança, que causou surpresa e algumas divergências entre os participantes da edição, mas que acabou aceita, valoriza mais os aspectos jornalísticos do que os políticos ou humorísticos. A começar pela manchete principal – “Higashi é comendador!” –, destacando a honraria recebida por um professor do curso de Medicina, demitido pela universidade de forma unilateral e sem direito a defesa. Uma de várias demissões de caráter político perpetradas pela administração Oscar Alves, visando o controle da instituição.

Outra manchete da capa – “Arriba, Espanha!” – chama para matéria de duas páginas encabeçada por poema de Pablo Neruda, “Franco nos Infernos”, e ilustração de Jaime Leão publicada antes em *Movimento*, mostrando o ditador espanhol, Francisco Franco, com

quepe de general nazista, boca vampiresca e, emoldurando o quadro, diversas caveiras. “No final de setembro último, cinco espanhóis foram condenados por discordarem do regime do Generalíssimo Franco, que há 36 anos governa com mão de ferro a Espanha” – assim começa o texto, que analisa a delicada transição política na Espanha, diante da doença e morte iminente de Franco.

Figura 22 - Páginas 02, 04 e 22 do jornal *Poeira*, número 11.



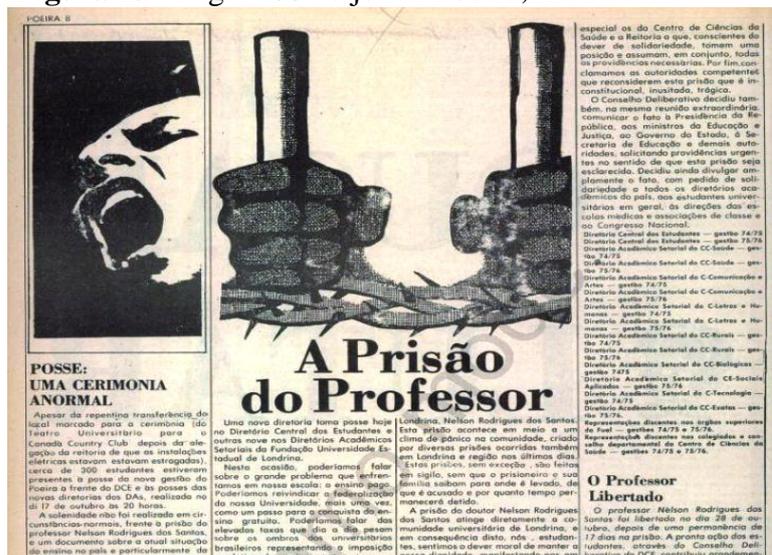
Fonte: Jornal *Poeira* (1975e, p.2,4,22).

A seção “Vô batê patu” ganha espaço e diversidade, com dezenas de notas bem editadas, ilustradas e diagramadas no padrão *Ex*, em colunas de 15 paicas, mesclando cartas, publicações da imprensa alternativa, notícias e comentários diversos.

O destaque político do *Poeira* 11 está na página dedicada à prisão do professor Nelson Ferreira dos Santos, à cerimônia de posse do DCE, única manifestação pública do estado do Paraná a respeito dessa prisão, e finalmente à libertação do professor.

Considerando que essas prisões eram clandestinas, os presos mantidos incomunicáveis por longos períodos e a imprensa proibida de fazer qualquer divulgação, não deixa de ser um feito notável a manifestação em si e também essa divulgação posterior, na página 8 desta edição. Basta lembrar que o evento ocorreu em 17 de outubro de 1975 e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências de órgãos de segurança em São Paulo, aconteceu dias depois, em 25 de outubro.

Figura 23 - Página 08 do jornal *Poeira*, número 11.



Fonte: Jornal *Poeira* (1975e, p.8).

A matéria de abertura – “Posse, uma cerimônia anormal” – diz:

Apesar da repentina transferência do local marcado para a cerimônia (do Teatro Universitário para o Canadá Country Club, depois da alegação da reitoria de que as instalações elétricas estavam estragadas), cerca de 300 estudantes estiveram presentes à posse da nova gestão do *Poeira* à frente do DCE [...] realizada no dia 17 de outubro às 20 horas. A solenidade não foi realizada em circunstâncias normais, frente à prisão do professor Nelson Rodrigues dos Santos, e um documento sobre a atual situação do ensino no país e particularmente na FUEL, que seria lido na ocasião, foi substituído pela carta aberta. [...] Atitudes como esta são facilmente confundidas por agitação. Ao contrário, tal como afirma a carta, movemo-nos obedecendo irrestritamente os ideais de justiça e respeito pela integridade da pessoa humana. Assim nos afirmamos como patriotas, assim nos sentimos verdadeiramente brasileiros democratas. (POSSE, 1975, p.8).

E a nota “O professor libertado”, complementa:

O professor Néilson Rodrigues [sic] dos Santos foi libertado no dia 28 de outubro, depois de uma permanência de 17 dias na prisão. A pronta ação dos estudantes [...] contribuiu grandemente para a sua libertação, como o próprio professor reconheceu. Durante o processo de mobilização [...], a grande maioria dos colegas demonstraram enorme capacidade de organização e coragem, cumprindo rigorosamente com as tarefas designadas, não esmorecendo diante do temor causado pela gravidade da situação. (O PROFESSOR, 1975, p. 8).

Além do *Poeira* 11, os dois jornais locais, *Folha de Londrina* e *Panorama*, divulgaram na íntegra o discurso de posse lido por Nilson Monteiro Menezes, aprovado pelo Conselho Deliberativo do DCE, fato bastante incomum naquele período de censura à imprensa.

Não é coincidência que as dificuldades para a continuidade do jornal se acentuam a partir deste segundo semestre de 1975, com anunciantes e a própria *Folha de Londrina* reportando crescentes pressões políticas e mesmo policiais para cancelarem anúncios e a produção gráfica do *Poeira*, segundo depoimentos de Célia Regina de Souza, Marcelo Oikawa e Cleusa Venâncio Monteiro.

O então presidente, Nilson Monteiro Menezes, reporta que após essa edição foi chamado à Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre a ilustração do general Francisco Franco, elaborada por Jaime Leão mas publicada no *Poeira* sem autoria, que parecia retratar o general presidente brasileiro, Ernesto Geisel.

Na ocasião, a Polícia Federal também exigiu o nome do jornalista responsável pelo jornal, sendo fornecido o de Tadeu Felismino, que era então primeiro secretário do DCE, mas a orientação de que o nome fosse publicado no expediente do jornal nunca foi atendida – o jornal apenas publicava que as matérias eram de responsabilidade do GEIE – Grupo de Estudos e Imprensa Estudantil.

Figura 24 - Capa do jornal *Poeira*, número 12.



Fonte: Jornal *Poeira* (1976a, capa)

Edição número 12, abril de 1976, 24 páginas, tablóide

O *Poeira* 12, que circula em abril de 1976 (Figura 24), faz um recuo nos temas políticos da última edição e prioriza os temas específicos, como a luta pelo passe universitário da manchete principal (“Queremos o Passe! – aplicada sobre a figura do passe escolar da Viação Urbana Londrinense) e as questões do fechamento do Restaurante Universitário e suspensão da admissão de moradores na Casa do Estudante, por falta de verbas.

O “Esclarecimento” publicado na página 11, abaixo do expediente e do editorial “Ousar Vencer”, dá uma medida da conjuntura política e das repercussões da edição anterior:

Logo após a distribuição da nossa última edição, em novembro de 1975, diversos comentários sobre pressões, apreensões e até prisões, começaram a correr, relacionados com o *Poeira* e membros de seu Conselho Editorial. [...] Grande parte desses boatos não possuem fundamento. Tivemos problemas, mas todos em dimensões menores aos comentários que circularam” – diz a nota⁵.

O esclarecimento menciona carta de um anunciante que encerra o vínculo com o jornal, justificando que “somos partidários da revolução de 64, com seus atos e artigos”, a qual é publicada na página 2 com o título “Palavras de um ex-anunciante”⁶, juntamente com carta resposta do DCE⁷.

⁵ “1 – Circulou o boato de que o *Poeira* estava sendo apreendido nas bancas. Ocorre que *Poeira* nunca foi e não é distribuído nas bancas. 2 – Circulou o boato de que *Poeira* estava sendo distribuído em balcões de agência bancárias e, por isso, sendo apreendido. Ocorre que *Poeira* nunca tomou este tipo de iniciativas e também não vê problemas nisto. 3 – Circulou, com insistência, o boato de que membros do Conselho Editorial do *Poeira* estavam sendo detidos. Ocorre que desde que foi lançado o *Poeira* até hoje, abril de 1976, nenhum estudante e membro do Conselho Editorial do *Poeira* ou diretores do DCE, ou diretores dos DAs, foram detidos ou presos. 4 – Circulou com insistência o comentário de que os anunciantes do *Poeira* estavam recebendo pressões, de fontes ignoradas, no sentido de que deixassem de veicular propaganda no jornal. Até hoje, não nos foi possível comprovar a veracidade desse comentário. O que conseguimos são apenas algumas evidências, como suspensão de anúncios, alguns com pedidos de desculpas, na medida em que os anunciantes foram sendo procurados por nós. Um dos anunciantes nos enviou uma carta, assinada, tecendo considerações sobre o jornal e comunicando seu desligamento como anunciante do *Poeira*. 5 – Circulou com grande insistência o comentário de que os diretores do DCE estavam sendo chamados a depor na Assessoria Especial de Segurança e Informação da FUEL e na delegacia regional da Polícia Federal, em consequência do conteúdo das matérias veiculadas pelo *Poeira*. Efetivamente, estivemos, por duas vezes, prestando esclarecimentos na AESI e por uma vez na delegacia de Polícia Federal. Nas três ocasiões, o motivo principal da convocação foi relacionado com os registros do *Poeira* e em nenhum momento foram levantadas sérias dúvidas com relação às matérias veiculadas pelo jornal, que são, temos certeza, justas e honestas em suas abordagens. (ESCLARECIMENTO, 1976, p. 11).

⁶ “Londrina, 28 de novembro de 1975. Ilmo. Srs. Diretores – Jornal *Poeira* – DCE Londrina – Pr. Quando fomos procurados por este órgão estudantil para promover nossa atividade comercial, através de um Jornal de circulação interno, cujo conteúdo seria maior entrosamento entre universitários e a FUEL para soluções de problemas estritamente de ordem escolar, nos propusemos a isso, uma vez que o órgão seria apenas estudantil

Refletindo o clima excepcional do momento, o próprio “Expediente” traz esclarecimentos sobre os valores e princípios do jornal e seu processo de elaboração, em reuniões do Conselho Editorial abertas a todos os estudantes, e ao final informa que esta 12ª edição foi impressa na gráfica do jornal *Panorama*, a primeira portanto não produzida pela *Folha de Londrina*⁸.

O clima pesado afeta o humor do jornal, que está mais sério nesta edição, mas não sua combatividade: Além de priorizar o passe universitário, o *Poeira* 12 insurge-se contra o financiamento estudantil da época, o “Crédito Educativo”, e denuncia um decreto estadual, o “1495 – mais um na família 477-169”, segundo o título, o qual, “com a desculpa de tentar profissionalizar o magistério [...], acabou por botar na rua cerca de 5 mil professores” (página 09).

e não político. Em sua última edição, pudemos observar que artigos nele gravados, vem em desencontro com os princípios que regem a nossa empresa, considerando que há 24 anos estamos desenvolvendo um trabalho comercial junto a escolas e estudantes, com o espírito voltado para a formação de um ideal eminentemente brasileiro respeitando os princípios ditados pela nossa constituição. Vimos pela presente encerrar qualquer vinculação promocional com este órgão, uma vez que, somos partidários da revolução de 64, com seus atos e artigos. Certos da compreensão dos Srs., despedimo-nos cordialmente. LIRAL – Juper Margraf Lopes”

⁷ “Ao Senhor Juper Margraf Lopes, Livraria Reunidas Apucarana Ltda – LIRAL. Recebemos, surpresos a sua carta [...] na qual, tecendo algumas considerações, V. Sa. encerra sua participação como anunciante de nosso jornal. Apesar de tudo, despidos de qualquer outra intenção, gostaríamos de comentar alguns pontos levantados por V. Sas: O jornal *Poeira* é um jornal que sempre procurou ser firme em seus propósitos de ser porta-voz dos anseios e necessidades da maioria dos estudantes da FUEL. Ele representa uma ampla frente de princípios democráticos e, ao contrário do que se procurou caracterizar em sua carta, o *Poeira* sempre procurou soluções de problemas de ordem estritamente escolar. [...] Ele adquire conotações políticas, menos por nossa vontade premeditada do que por forças das injunções da estrutura educacional vigente no país e, em especial na nossa Universidade. Também ao contrário do que se afirma na carta, o *Poeira* tem se batido pela formação de um ideal eminentemente brasileiro, sendo contra a importação mecânica da tecnologia educacional estrangeira. Sem ser xenófobo, respeitando também os princípios ditados pela Constituição, que não contém, que não prevê, atos e artigos como o AI-5 e o decreto-lei 477. Também certos de sua compreensão, não nos despedimos. Colocamo-nos à sua inteira disposição. Atenciosamente, as nossas saudações democráticas. DCE- dezembro de 1975”.

⁸ “EXPEDIENTE - O jornal *Levanta, Sacode a POEIRA e dá Volta Por Cima* é um jornal da imprensa estudantil, que procura reunir os estudantes em torno de seus anseios e lutas por uma Universidade democrática. Seus princípios, sua linha editorial, seu papel na comunidade, são ditados pela grande maioria dos estudantes da FUEL, que são consultados com frequência através de pesquisas – e pelo Conselho Editorial, onde participam dezenas de estudantes das mais diversas áreas de conhecimento na Universidade. [...] *Poeira* é um jornal distribuído no âmbito da Universidade, gratuitamente. Seus custos, normalmente, são cobertos pela comissão estudantil de publicidade. Não mantém jornalistas profissionais, por isso, depende da participação de todos os estudantes. Todos os sábados, às 14 horas, na sede do DCE, à rua Antonina 1.777, reúne-se o Conselho Editorial – que é aberto à participação de qualquer estudantes da FUEL. Toda a produção do jornal é discutida democraticamente pelo Conselho Editorial. Os cargos de coordenação como editoria geral, coordenadorias de redação, reportagem, arte, diagramação, arquivo geral, recortes, fotografias, revisão e provedoria, são ocupados em rodízio. A cada edição, uma nova equipe é eleita pelo Conselho para ocupá-los. Nenhum estudante recebe qualquer tipo de remuneração. A presente edição teve uma tiragem de 7 mil exemplares, impressos nas oficinas do jornal *Panorama*. Colega, teremos um grande prazer em tê-lo conosco nas próximas reuniões. Compareça”.

Figura 25 - Página 17 do jornal *Poeira*, número 12.



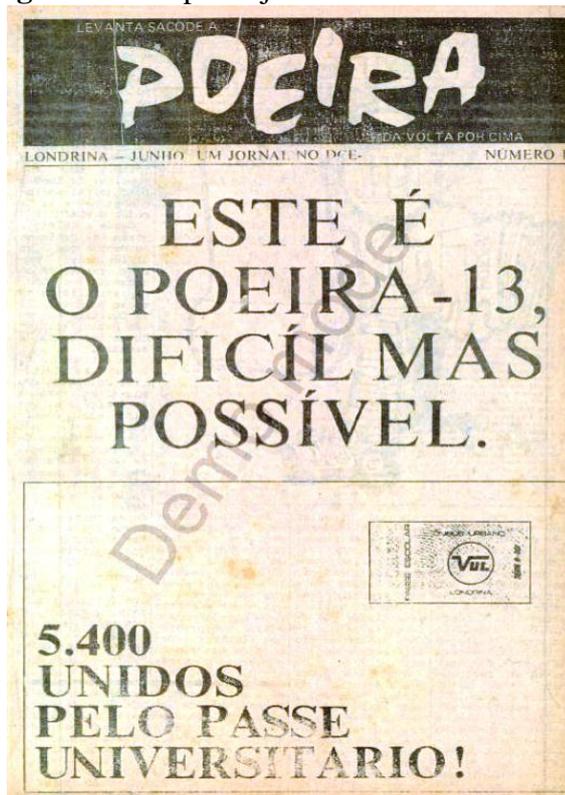
Fonte: Jornal *Poeira* (1976a, p.12)

Também o reitor Oscar Alves, até então pouco mencionado e criticado no jornal, merece uma chamada irônica na capa – “Para Deputado Estadual: OSCAR ALVES!” -, que remete a uma matéria ilustrada por um “santinho” de campanha eleitoral de anos atrás, mostrando Oscar candidato a deputado estadual pelo PDC (Partido Democrata Cristão) ao lado de então prefeito de Londrina, José Richa, para deputado federal, e a inscrição: “O povo quer renovação. Vote em dois moços com idéias novas”.

Indiretamente, a matéria criava uma pressão sobre o prefeito José Richa, do MDB, que até então vinha se opondo à aprovação do passe universitário, lembrando seus antigos vínculos políticos com o reitor, que era da ARENA. Mas o objetivo principal era divulgar o longo depoimento de Oscar Alves a uma CPI sobre a educação do Paraná: Intitulada “HISTÓRIA: 1962 – Oscar Alves, estudante na UPE, defende os interesses estudantis. 1976 – Oscar Alves, na CPI da Educação, dá demonstração de como as pessoas mudam”, a matéria começa assim:

Em fins de março o ‘magnífico’ reitor Oscar Alves prestou um depoimento de mais de cinco horas na Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando a situação do ensino no Paraná. Nessa CPI, o reitor defendeu o decreto-lei 477 e o projeto de código disciplinar 169; criticou severamente a atuação dos estudantes e renovou seu propósito de continuar demitindo professores sem justa causa. Tudo isto depois de uma participante vida universitária, aos vinte e poucos anos. (HISTÓRIA, 1976, p.23).

Figura 26 - Capa do jornal *Poeira* número 13.



Fonte: Jornal *Poeira* (1976b, capa).

Edição número 13, julho de 1976, 14 páginas, formato ofício

As pressões contra o *Poeira* atingem o auge no fim do primeiro semestre de 1976. A edição número 13 (Figura 26), que circula em junho, traz essa crise estampada na manchete principal da capa – “Este é o *Poeira* 13, difícil mas possível” – e no próprio jornal, precariamente impresso em 14 páginas de papel jornal, formato ofício, grampeadas.

O editorial da página 02 – “*Poeira* 13, uma questão de azar?” – detalha as dificuldades desta edição, como as recusas do jornal *Panorama* e da *Folha de Londrina* – “por questões internas” – de imprimir o jornal, a falta de alternativas na região e a inviabilidade das soluções encontradas em Curitiba e São Paulo, tudo levando à decisão do Conselho Editorial de imprimir o número 13, em caráter de urgência, na máquina mini offset marca Remington do DCE, “apesar de todas as limitações”⁹.

⁹ “Assim que circulou a última edição do *Poeira*, no final do mês de abril, o Conselho Editorial do jornal, composto por estudantes de diferentes centros de estudos da Universidade, reuniu-se para uma avaliação crítica do número 12 e para discutir quais as reportagens que constituíram a edição 13. [...] O plano era fazermos circular mais dois números ainda neste semestre. No final do mês de maio, a redação já encerrava os seus trabalhos, sendo formada então uma comissão que acertaria os detalhes de composição e impressão

A página 03 dá mais detalhes sobre as dificuldades, mas sem nunca fazer acusações diretas: “Nas últimas edições, alguns anunciantes começaram a adotar atitudes estranhas e iguais entre si, deixando de anunciar no *Poeira*. Após a edição 12, os estudantes tiveram que prestar esclarecimentos na Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade e na Delegacia local da Polícia Federal. Hoje enfrentamos dificuldades para compor e imprimir o jornal, uma vez que não dispomos de recursos técnicos e os dois jornais da cidade afirmam ter dificuldades para fazê-lo” – diz a nota intitulada “Acomodar e ver as coisas como naturais é o mesmo que acreditar que tudo é imutável”.

Mas a nota conclusiva – “Esta edição é, acima de tudo, uma prova de resistência” – tira uma lição positiva das dificuldades: “Este *Poeira* é o menor que já fizemos até hoje em tamanho, mas é, no momento, o mais importante de todos – ele traz dentro de si o resultado de mais de dois anos de trabalho persistente e organizado. [...] Ele é a prova de que, mais uma vez, o estudante londrinense ‘levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima’”.

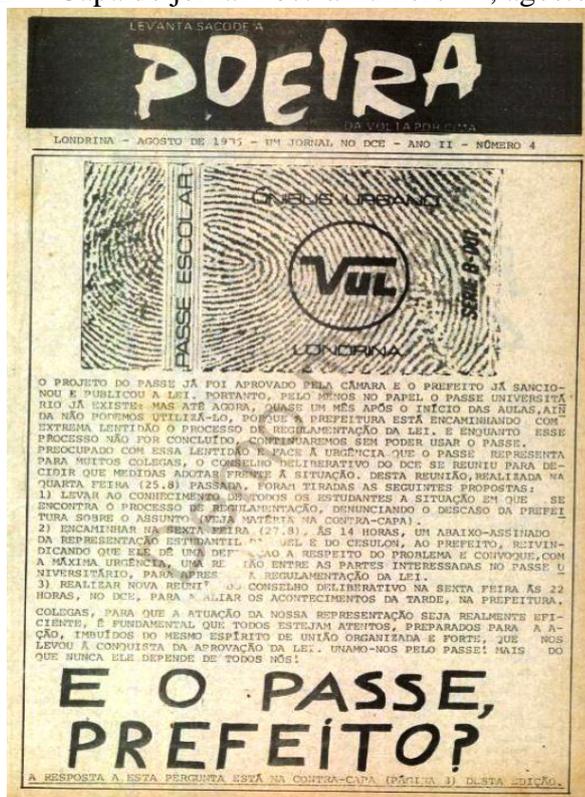
A denúncia das pressões contra o jornal, nunca explicitadas na edição, termina com a matéria da página 04, intitulada “Aqui, o *Poeira* que estava pronto”, que dá um resumo do tablóide de 24 páginas que estava finalizado e não pode ser impresso. A partir da página 05 até a 14, o jornal mergulha totalmente no tema do passe universitário, como que compreendendo que o movimento estudantil precisava de uma vitória consistente para não se ver encurralado.

Além da matéria de capa – “5.400 unidos pelo passe universitário!” – que relata a reunião de uma comitiva de 30 estudantes com o prefeito José Richa, na qual entregaram reivindicação com 5.400 assinaturas, o *Poeira* 13 reproduz diversas matérias de jornais e entrevistas para televisão, e também divulga edições dos jornais setoriais e boletins

do jornal. A comissão procurou a direção do jornal *Panorama*, onde havia sido impressa a edição nº 12. A direção daquela empresa informou que não poderia, provisoriamente, rodar mais nenhuma edição do jornal *Poeira*. Imediatamente, uma outra comissão procurou o sr. João Milanez, da *Folha de Londrina*, que já havia rodado os 11 primeiros números do jornal e que havia encerrado o acordo com o *Poeira* por problemas técnicos. Depois de uma rápida conversa, o diretor da *Folha* disse: “Não temos realmente condições de rodar o jornal de vocês, por problemas de ordem interna”. Ao mesmo tempo ele aconselhou os estudantes que procurassem um jornal de Maringá, se dispondo a fazer uma carta de apresentação do nosso jornal. Nem foi preciso: de imediato o jornal maringense negou-se a rodar o *Poeira*. Desde o início, porém, já havíamos percebido que as dificuldades seriam grandes. E começamos a estudar a possibilidade de rodar o número 13 em Curitiba ou em São Paulo, iniciando contatos nas 2 cidades. No último dia 8, o Conselho Editorial do *Poeira* reuniu-se em caráter de emergência, verificando o seguinte: na região não havia condições de imprimir o jornal. As poucas alternativas que havia em Curitiba e São Paulo se revelaram inviáveis, diante da exiguidade do tempo e dos problemas técnicos em que implicavam. Era preciso uma saída urgente para o impasse. E o Conselho decidiu, então, fazer o número 13 nas próprias máquinas do DCE, apesar de todas as limitações”.

especiais do próprio *Poeira*, todos mobilizando os estudantes para a questão do passe. E termina com uma conclamação na última página: “A luta pelo passe continua nas férias”.

Figura 27 - Capa do jornal *Poeira* número 14, agosto de 1976.



Fonte: Jornal *Poeira* (1976c, capa)

Edição número 14, agosto de 1976, 08 páginas, duplo ofício

A edição número 14 do *Poeira* (Figura 27), que circula em agosto de 1976, é a primeira impressa na máquina marca Multilith 1350, formato duplo-ofício, adquirida pelo DCE junto ao jornalista Hugo Seben, dono de uma gráfica e colunista de Economia da *Folha de Londrina*, como resposta às crescentes pressões políticas contra editoras e anunciantes que ameaçavam a sobrevivência do jornal.

A aquisição da máquina é o tema do longo editorial das páginas 02 e 03, intitulado “Precisamos continuar – vamos continuar!”, que observa: “Na nova máquina o *Poeira* não terá o mesmo tamanho de antigamente [...] mas ganhou conteúdo [...], além de independente em suas opiniões, é independente graficamente”. Mas o tom geral não tem nada de triunfalista: Após enfatizar a “solidariedade dos Diretórios Acadêmicos do CESA, CLCH,

CCS, CCA, CCE e CCR que, unidos ao DCE, amortizaram 10 mil dos 130 mil cruzeiros que pagamos pela máquina”, o editorial termina convocando os estudantes a “uma nova tarefa”, que consiste em “trabalhar para repor o dinheiro gasto na máquina de maneira que ele possa ser re-utilizado nas atividades de defesa dos nossos interesses” (JORNAL POEIRA, 1976c, p.3).

Concretamente, o *Poeira 14* propõe aos estudantes colaborar financeiramente através das atividades da 2ª *Semana de Atualidades*, de 29 de agosto a 3 de setembro, com palestras promovidas por cada um dos diretórios setoriais aliados e um novo show com João Bosco.

Abriremos a semana com o show ‘Galos de Briga’ de João Bosco, que concordou em fazer reverter parte da renda para o pagamento da máquina. [...] O show vai custar 20 cruzeiros para os estudantes e 40 cruzeiros para os não estudantes. A participação é gratuita nos outros dias, salvo se você quiser receber certificado. Se quiser, pode procurar se inscrever no DCE ou nos DAs [...] por 30 cruzeiros. Toda a renda das inscrições e parte da renda do show serão revertidos para o pagamento da máquina off-set. (VAMOS, 1976, p. 3).

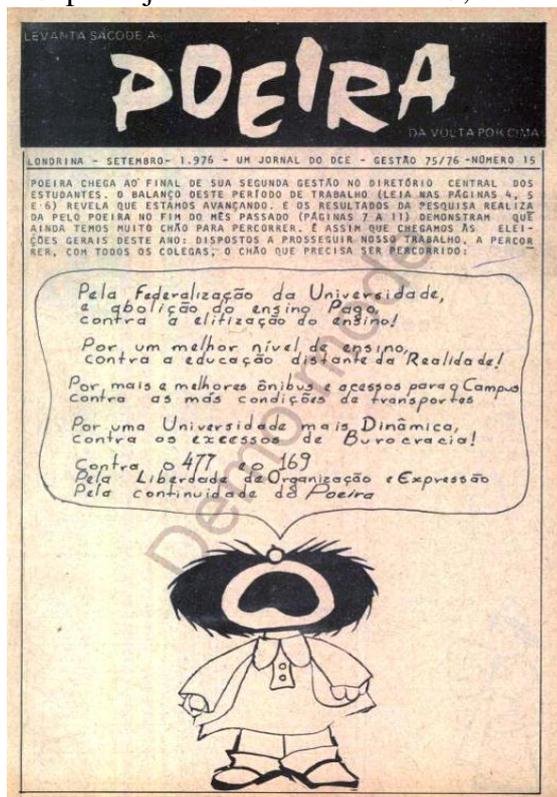
As dificuldades técnicas são evidentes nesta primeira edição impressa na nova máquina, a começar pelo reduzido número de páginas (oito) e pelo próprio cabeçalho da capa, que registra equivocadamente a data (agosto de 1975 – o correto é 1976) e o número da edição (4 em lugar de 14). Segundo depoimentos, as dificuldades decorreram do mau estado de conservação da máquina e da necessidade de estudantes do Conselho Editorial do jornal terem que aprender a operar o equipamento.

Vencidas as dificuldades, porém, o *Poeira 14* se concentra na principal luta do momento, e com uma notícia de impacto na capa:

O projeto do passe já foi aprovado pela Câmara [Municipal de Londrina] e o prefeito [José Richa] já sancionou e publicou a lei. Portanto, pelo menos no papel o passe universitário já existe, mas até agora, quase um mês após o início das aulas, ainda não podemos utilizá-lo, porque a prefeitura está encaminhando com extrema lentidão o processo de regulamentação da lei (E O PASSE, 1976, capa).

Ou seja, também neste tema, tanto na matéria da capa como na página 08, intituladas “E o passe, prefeito?”, o tom geral é de cobrança e não de comemoração, convocando os estudantes a se manterem mobilizados, entendendo que o prefeito aprovou a medida a contragosto e que vai retardar a implementação do benefício da meia passagem aos estudantes universitários, caso a pressão diminua.

Figura 28 - Capa do jornal *Poeira* número 15, setembro de 1976.



Fonte: Jornal *Poeira* (1976d, capa).

Edição número 15, setembro de 1976, 16 páginas, duplo ofício

Há uma sensível melhora na qualidade editorial e gráfica do *Poeira* nesta segunda edição impressa na nova máquina, a de número 15 (Figura 28), que circula com 16 páginas em setembro de 1976, às vésperas da eleição estudantil.

A manchete da capa, apresentada como uma fala da personagem *Mafalda* em sua posição típica de protesto, traz uma novidade entre os temas políticos: “Pela continuidade do *Poeira*”. De resto, o texto da capa anuncia: “*Poeira* chega ao final de sua segunda gestão no Diretório Central dos Estudantes. O balanço deste período de trabalho (leia nas páginas 4, 5 e 6) revela que estamos avançando. E os resultados da pesquisa realizada pelo *Poeira* no fim do mês passado (páginas 7 a 11) demonstram que ainda temos muito chão a percorrer. É assim que chegamos às eleições gerais deste ano: dispostos a prosseguir nosso trabalho, a percorrer, com os colegas, o chão que precisa ser percorrido”.

Como disse Marcelo Oikawa em seu depoimento, a hegemonia política do *Poeira* já era tão consolidada nesse momento, que o grupo que o dirigia pôde dar-se ao luxo

de indicar para a presidência do DCE um estudante de um dos menores centros da universidade (Tadeu Felismino, do Centro de Comunicação e Artes), e para vice a estudante Fátima Pimentel, de Serviço Social, menor curso do CESA. Tal hegemonia transparece na pesquisa de opinião, respondida por 912 estudantes (aproximadamente 14 por cento do total), dos quais “78,5% acharam a gestão *Poeira* ótima ou boa; 16,2% acharam que foi razoável; 3,6% não opinaram; e 1,7% acharam má” (página 7).

Apesar do tom geral da edição sugerir uma eleição tranquila, o processo marcou uma forte tentativa de rearticulação das forças de oposição ao *Poeira*, que organizaram a chapa *Vassoura* para o DCE, mas concentraram suas forças na eleição do CESA com a chapa *Movimento*, em oposição à *Poeira-Cesa*.

Figura 29 - Capa do jornal *Poeira*, número 16.

| | | |
|-----------------------|------------------------|----------------------|
| PARA O DCE | PARA O DCE | PARA O DCE |
| FORÇA-TRAB... 264 | RETRACA... 430 | SP... 236 |
| Movimento... 171 | Branco e Nulos... 31 | DECADAM... 98 |
| Branco e Nulos... 116 | | Branco e Nulos... 25 |
| PARA O DCE | PARA O DCE | PARA O DCE |
| MEEMB... 236 | SALTO-PALHEI... 395 | SE... 179 |
| Branco e Nulos... 16 | Branco e Nulos... 52 | Branco e Nulos... 26 |
| PARA O DCE | PARA O DCE | PARA O DCE |
| FE... 310 | LESIONE-ESTRADA... 505 | CONCRETA... 479 |
| Branco e Nulos... 123 | Branco e Nulos... 78 | Branco e Nulos... 64 |

Fonte: Jornal *Poeira* (1976e, capa).

Edição número 16, setembro de 1976, 10 páginas, duplo ofício

O calor da eleição aparece no *Poeira* 16 (Figura 29), uma edição pós eleitoral que circulou no mesmo setembro de 1976 com 10 páginas. “A esmagadora vitória da

chapa ‘Poeira’ assegura a continuidade de nossas lutas [...]. Para o DCE a chapa ‘Poeira’ fez 69,4% dos votos (4.435) e a ‘Vassoura’ 26,6% (1.659 votos)” – anuncia a manchete da capa.

Mas a maior comemoração foi para a vitória no CESA, 1.264 votos para a *Poeira-Cesa* contra 1.171 para a *Movimento*:

Durante a apuração, colegas de todos os cursos aguardavam ansiosos, madrugada a dentro, os resultados do CESA [...]. Em contrapartida, se a chapa ‘Movimento’ ganhasse no CESA, seu presidente não teria com quem comemorar a vitória, pois seus poucos ‘companheiros de luta’ há muito tinham abandonado a arena de disputa pela vanguarda do movimento estudantil em Londrina. [...] Às 7 horas da manhã, concluída a apuração dos votos, os estudantes do *Poeira*, há 48 horas sem dormir, ainda cantaram para o único representante da ‘Vassoura’ e ‘Movimento’ presentes no Restaurante Universitário, o refrão: ‘Reconhece a queda e não desanima, levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima!’. (AVANTE, 1976, p.2).

O tom de desforra se espalha por todas as demais páginas desta edição, evidenciando o caráter renhido da disputa, apesar da vitória completa e consistente do *Poeira*.

Parte das matérias refuta boatos e acusações veiculadas durante a campanha, especialmente envolvendo a compra da máquina impressora pelo DCE, como a da página 08 – “O *Poeira* não pode parar”, na qual os diretórios setoriais do CESA, CLCH e CCA esclarecem que

sempre representando os anseios dos estudantes, decidimos também participar diretamente da compra da máquina Multilith, fazendo doações de parte de nossas verbas ao DCE. Parte destas doações estão sendo repostas em nossos DAs, através de promoções [...]. Assim, sem interrompermos nossas atividades nos diretórios setoriais, podemos hoje nos orgulhar de ter participado [...] de mais uma conquista na luta pela liberdade de expressão. A máquina, que está quase que totalmente paga, pertence não somente ao DCE, mas a todos os diretórios setoriais e a todos os estudantes da UEL. Esta máquina é a nossa resposta àqueles que pretendem cercar a nossa liberdade de organização e de expressão. (O POEIRA, 1976, p.8).

Outras matérias do *Poeira* 14 denunciam interferências e favorecimentos da administração da universidade às chapas derrotadas, como a da página 03, que enumera:

1) No Centro de Comunicação e Artes a diretora proibiu nossas chapas de passar em sala de aula. 2) Os ‘pupilos do senhor reitor’ – como foram apelidados pelos estudantes, os opositores do *Poeira* – promoveram intensa campanha de difamação e calúnia, particularmente no dia da eleição, quando utilizaram meios de comunicação da cidade para acusar-nos de corrupção, sem permitir nossa defesa. [...] 4) Este mesmo senhor Cleto de Assis [assessor do reitor] foi visto no Teatro Universitário, um dia antes da eleição, numa reunião das chapas ‘Vassoura’ e ‘Movimento’. [...] 6) Outro fato bastante observado e comentado pelos colegas foi a iluminação da placa da

‘Vassoura’ na entrada do Campus, retirada do *spot* que iluminava a placa indicativa dos centros”. (A VASSOURA, 1976, p.3).

Na página 04, uma das matérias detalha um incidente nas últimas horas da campanha: “Durante a madrugada do dia 15 uma silenciosa disputa acontece. A Vassoura e o Movimento, desesperadas ante a iminência da derrota, arrancam os cartazes do *Poeira*. Mas o *Poeira*, firme e sereno, reprega tudo”.

Figura 30 - Capa do jornal *Poeira*, número 17.



Fonte: Jornal *Poeira* (1976f, capa)

Edição número 17, novembro de 1976, 16 páginas, duplo ofício

Atritos e enfrentamentos cada vez mais frequentes passam a ser a marca do relacionamento entre movimento estudantil e administração da universidade, a partir da conflituosa disputa na eleição de setembro de 1976. Após um primeiro ano (1974-75) de certo *fair play* e de estudos de parte a parte, a relação sofreu o primeiro abalo com a manifestação pública contra a prisão política de um professor, na posse da gestão 1975-76, o que

desencadeou pressões políticas e policiais contra gráficas e anunciantes do jornal, e levou à tentativa de derrotar politicamente o *Poeira* nessa eleição de 1976.

O fracasso dessa via eleitoral, somado à autonomia conquistada pelo jornal com a aquisição de sua própria impressora, mais a conjuntura nacional que levava o governo Geisel a um retrocesso em sua política de abertura, em função das derrotas eleitorais de 1974 e 1976, resultaram numa postura de maior enfrentamento da administração da universidade.

O *Poeira* 17, que circula em novembro de 1976 com 16 páginas (Figura 30), registra alguns desses atritos no Conselho de Administração: em um deles, a universidade suspende por três dias 226 estudantes que não votaram nas eleições estudantis, sendo que o representante estudantil (Tadeu Felismino) não participou da reunião por não ter recebido a convocação (página 02). Em outro, o jornal critica resolução do CA sobre promoções culturais: “Oscar Alves afirmou que de agora em diante, os diretórios, para realizar qualquer promoção na universidade, deverão enviar os nomes de seus palestristas [sic] com antecedência mínima de 30 dias para que sejam feitas as devidas averiguações” (pagina 03).

Na página 14, em matéria que recebeu chamada de capa – “Chega de eleições! O reitor quer nomear todo mundo!” –, o jornal denuncia:

Na última reunião do Conselho Universitário, dia 23 de outubro, ele [reitor] obteve duas expressivas vitórias em sua escalada centralizadora: assegurou, para si, o poder de nomear os coordenadores dos colegiados de cursos, que até então eram eleitos dentro dos colegiados [...]. A outra vitória: conseguiu que funcionários burocráticos da Universidade, todos nomeados por ele, participem dos conselhos departamentais dos centros e dos conselhos superiores da Universidade, com direito a voz e voto. (CHEGA, 1976, p.14).

Além de denunciar esses fatos, o jornal ainda faz marcação cerrada sobre o reitor, como na nota “O magnífico e o jogo de palavras”, publicada na página “Monstruário – e o festival de besteira continua...” (página 06). Após registrar discurso na aula inaugural de um colégio da cidade, no qual o reitor afirmou que “não temos um ‘baixo nível de ensino’, em nossa universidade, como alguns querem ver, mas temos fora de dúvida um nível ainda deficiente para as exigências de nossa comunidade”, o jornal ironiza: “Em suma, o reitor disse que x é igual a y , mas y não é igual a x ”.

Em meio às farpas e atritos, o *Poeira* 17 comemora uma vitória: “Estudantes lutam: passe é regulamentado”, diz a matéria da página 07:

Todos os problemas que temos enfrentado na hora de adquirir nossas quotas mensais de passe universitário, vão desaparecer a partir do próximo ano. Isto porque o fornecimento de passes, que está sendo feito num esquema provisório, baseado em quotas mensais fixas e bastante precárias, foi regulamentado através do decreto municipal 388/76. (ESTUDANTES, 1976, p.17).

De resto, o jornal parece já à vontade com a máquina impressora adquirida meses antes, embora ainda longe do padrão editorial e gráfico dos números 11 e 12. O fato é ressaltado em uma nota da página 05 – “Arriba, Poeira”:

Este é o terceiro POEIRA que chega às suas mãos impresso pela máquina off-set, adquirida pelo DCE, em julho passado. [...] A mesma foi adquirida por Cr\$ 132.000,00 [...]. Também é importante explicar que a máquina já está totalmente paga. O que se faz por ora é a reposição da quantia emprestada pelos DAs que colaboraram na sua compra. Nesse sentido já foram realizadas a Semana de Atualidades e a Semana Jurídica [...]. Também os shows de João Bosco e do grupo de música latino-americana ‘Taracón’... (ARRIBA, 1976, p. 5).

Figura 31 - Capa do jornal Poeira, número 18 Figura 32 - Página 17 da edição.



Fonte: Jornal Poeira (1977a, capa)



Fonte: Jornal Poeira (1977a, p.17).

Edição número 18, março de 1977, 20 páginas, duplo ofício

No primeiro semestre de 1977 as escaramuças dão lugar a um confronto aberto entre a administração da universidade e o movimento estudantil. Começando pela apreensão de um boletim especial destinado aos calouros, quando era distribuído durante a matrícula de janeiro, tema das duas manchetes principais do *Poeira* 18, que circula em março com 20 páginas (Figuras 31 e 32).

Outra crise que parece exasperar a administração é a do Hospital Universitário, onde médicos residentes fizeram uma assembleia geral (algo inadmissível na época) e divulgaram um manifesto à comunidade denunciando as más condições de trabalho no HU e cobrando providências solicitadas um ano antes. O editorial “É preciso liberdade e justiça!” (página 02), registra que “numa recente reunião do Conselho Departamental do CCS, o reitor, aos gritos, disse: ‘Chega de diálogo. Daqui pra frente não aceitarei provocações. Eu agora vou passar a agir’”.

A crise do HU acaba gerando outra crise, esta no Conselho de Administração da universidade, conforme matéria das páginas 06 e 07, intitulada “Os incidentes da reunião do conselho”, que relata em detalhes reunião convocada para discutir as reivindicações dos médicos residentes e internos do hospital. Os incidentes surgiram logo no início da reunião, com a proposta do reitor de que a mesma fosse sigilosa, aprovada com o voto contrário do representante estudantil, o que gerou acalorada discussão entre o reitor e o estudante, que terminou com o reitor restringindo o uso da palavra pelo estudante. O sigilo não foi obedecido pelo representante estudantil, que relatou os fatos ao Conselho Deliberativo do DCE e este deu ampla divulgação aos mesmos, acompanhada de uma nota de protesto, e não apenas neste *Poeira* 18, mas também na imprensa regional¹⁰.

Outro ponto de atrito neste início de 1977 foi a decisão da universidade de reajustar as anuidades em 35 por cento, ignorando documento assinado por cinco mil estudantes, pedindo o congelamento das anuidades e reiterando a proposta de transformação da FUEL em Universidade Federal do Norte do Paraná, organizado pelas entidades estudantis, conforme matéria da página 10 – “Luta pelo congelamento: demagogia ou democracia?”

A disposição da administração da universidade para a briga aparece em duas referências a “agentes de segurança”, as primeiras que o jornal registra. Uma na matéria sobre a apreensão do boletim dos calouros: “Ao mesmo tempo apareciam dois dos diversos agentes

¹⁰ A TV Tibagi, do ex-governador Paulo Pimentel, que na época havia rompido politicamente com Ney Braga, divulgou em seus principais noticiários diurno e noturno, a íntegra do relato da reunião, com a chamada “A reunião secreta do senhor reitor”.

de segurança da Reitoria, intimando: ‘Vocês estão proibidos de distribuir esses jornais e se não obedecerem vamos recolher todos eles’”. Mais adiante a matéria diz: “Eram cerca de 9 horas quando, sob o comando do capitão Aparecido Rodrigues, integrante da PM do Estado, membro da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação) e também professor de EPB [Estudo de Problemas Brasileiros], os agentes consumaram a apreensão de parte dos jornais”. (página 17).

A segunda referência, em tom irônico, teve grande repercussão na universidade e indiretamente foi causa de um incidente posterior. Publicada no “Monstruário” (página 15), com o título “Quando a FUEL precisa de ajuda ela chama a SUAT!”, parodiando um seriado de televisão famoso na época, a nota diz:

Com cassete e tudo, a FUEL conseguiu seu grande sonho: já tem sua tropa de choque. O ‘Esquadrão da Morte’, ou mais popularmente conhecido por ‘SUAT do senhor reitor’, tem treinado intensamente lá pelas bandas do setor desportivo sob o olhar incrédulo daqueles que não acreditavam no que as bocas diziam. A todos parecia muito estranho as tropas de choque marchando em pleno ‘Templo da Ciência’ [...]. Se a reitoria diz que aquilo lá é pra evitar roubo de gravador, pra que cassete (e daquele tamanho!) e treinamento de repressão a manifestações massivas? [...] Iluminar o Campus não pode. Cassete pode... (QUANDO, 1977, p. 5).

Figura 33 - Capa do jornal *Poeira*, edição especial de maio de 1977.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977b, capa).

Edição especial, maio de 1977, 04 páginas, duplo ofício

Em um contexto nacional de forte retrocesso político, com o fechamento do Congresso Nacional e edição dos chamados “Pacotes de Abril”, a situação deteriora também na Universidade com o incidente denunciado por um boletim especial do *Poeira*, lançado em maio de 1977 (Figura 33): “SUAT invade sala de aula e ameaça estudantes”. Além do fato em si, a invasão de uma sala do Centro de Ciências Exatas por “três agentes da polícia especial da Universidade Estadual de Londrina”, que “fizeram graves ameaças contra os estudantes do 1º período de Engenharia”, por terem zombado de dois desses agentes, chamando-os de “SUAT”, o boletim alerta para o processo de militarização da universidade.

A apreensão do *Poeira* pela AESI, no início deste ano; o policiamento ostensivo existente no campus com policiais especialmente treinados para reprimir manifestações estudantis (impedindo inclusive agrupamentos de mais de 5 estudantes nos pátios e corredores); a perseguição aos professores que não abdicam de sua dignidade e da defesa dos princípios democráticos (como o professor Vanoly Acosta Fernandes, que foi o único membro do Conselho Universitário, junto com os estudantes, que votou contra a criação da SUAT e que depois foi expulso da FUEL, sem justa causa); a presença dos agentes da AESI – ridiculamente disfarçados – em todas as promoções estudantis; [...] e outras aberrações deste tipo são demonstrações concretas do clima de terror e obscurantismo no qual se pretende mergulhar o estudante londrinense. (BANG, 1977, p. 2).

Figura 34 - Capa do jornal *Poeira*, segunda edição especial de maio de 1977.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977c, capa).

Edição especial, maio de 1977, 02 páginas, ofício

No mesmo maio de 1977, o clima de confronto é agravado por novos e mais sérios incidentes na universidade, a invasão de sedes de diretórios setoriais no campus durante a noite, assim como a depredação de murais e caixas de sugestões do *Poeira*, conforme denunciado em novo boletim especial (Figura 34).

Em Londrina como em todo o país, enfrentamos no momento, com diferentes características, um recrudescimento das medidas repressivas. Nós e nossas entidades estamos sendo desrespeitados e vítimas de atitudes provocativas que estão, claramente, procurando semear a confusão e nos impelir a tomar decisões unilaterais que facilitem uma repressão mais direta. É por tudo isso que nos provocam estragando nossos diretórios, roubando deles coleções de jornais, abrindo e revirando gavetas. [...] Para aqueles que estão por trás desses atentados, temos a dizer que não aceitaremos provocações deste tipo. (POR QUE, 1977, p.2).

O auge desse recrudescimento ocorrerá no início do mês seguinte, junho de 1977, com grandes mobilizações policiais repressivas, uma em Belo Horizonte, para impedir a realização de um Encontro Nacional de Estudantes que pretendia reorganizar a UNE, no qual três estudantes de Londrina foram presos entre mais de 800 de todo o país; outra em Londrina, para impedir a realização de um debate sobre “Direitos Humanos e Constituinte”, com as

presenças do ex presidente do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro, e dois outros convidados. Fatos de grande repercussão nacional que somente serão comentados no *Poeira* 20, de agosto de 1977.

Figura 35 - Capa do jornal *Poeira*, edição especial de julho de 1977.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977d, capa).

Edição especial, julho de 1977, 04 páginas, duplo ofício

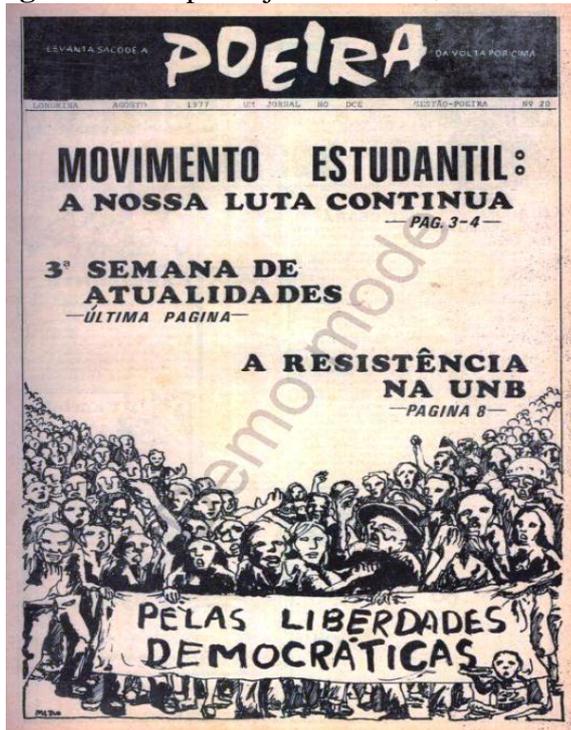
Em julho de 1977, um novo boletim especial é distribuído (Figura 35), desta vez para protestar contra processo instaurado contra o representante estudantil no Conselho de Administração, Tadeu Felismino, pela quebra de sigilo na reunião de fevereiro sobre a crise do HU. O processo havia sido instaurado em março e foi apresentado ao estudante em junho, com apenas cinco dias para defesa, segundo esta edição especial do *Poeira*, que divulga a íntegra do documento de defesa, assinado pelo Conselho Deliberativo do DCE, formado por todos os diretórios setoriais.

O assunto voltou à pauta da edição seguinte do *Poeira* e a repercussão negativa fez a administração da universidade deixar o assunto para a última reunião do representante estudantil como membro do CA, em dezembro de 1977, já em período de férias, quando lhe foi comunicada a punição de advertência.

Ao final, o boletim publica o seguinte comunicado:

No último dia 6 [de julho] os três colegas nossos [Marcelo Oikawa, Marco Antonio Fabiani e Marcia Fugizawa], que foram participar do III° ENE [Encontro Nacional de Estudantes], não realizado, foram intimados a depor na Divisão de Polícia Federal de Londrina. Eles confirmaram, quase que integralmente, o depoimento prestado em Belo Horizonte. Conclamamos todos os estudantes a permanecerem em vigília para novas arbitrariedades que possam acontecer, participando das atividades culturais programadas pelo Comitê de Férias!

Figura 36 - Capa do jornal *Poeira*, número 20.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977e, capa)

Edição número 20, agosto de 1977, 12 páginas, duplo ofício

Curiosamente esta edição do *Poeira* que circula em agosto de 1977, com 12 páginas (Figura 36), “pula” o número 19 da série e sai com o número 20, indicando que os editores devem ter considerado os três boletins especiais de maio e julho como a 19ª edição do jornal.

De resto, nota-se um evidente cansaço dos líderes estudantis, após um semestre de confronto direto com a repressão local e nacional, que transparece na falta de inspiração desta edição, pela primeira vez com uma capa essencialmente política e sem os temas locais, o humor e a mordacidade característicos.

As manchetes da capa – “Movimento estudantil: Nossa luta continua”, “3ª. Semana de Atualidades” e “A resistência na UNB” (sobre a prolongada greve estudantil contra a violenta repressão comandada pelo reitor da Universidade de Brasília, José Carlos de Azevedo, com prisões, suspensões e expulsões de dezenas de estudantes), com a única ilustração de uma multidão segurando faixa com a inscrição “pelas liberdades democráticas” – são a evidência do cansaço criativo.

Nas páginas internas, curiosamente com maior número de anunciantes que as anteriores¹¹, textos longos, quase sempre focados nos temas da repressão, culminando com a página sobre a 3ª. *Semana de Atualidade*, cujo título indefensável, “cometido” por este autor, é “O que está acontecendo agora?” Chama a atenção neste evento, divulgado sem programação e detalhes confirmados, a lista de entidades que o apoiam, evidenciando a ampla articulação do movimento estudantil: Federação Independente de Teatro Amador do Paraná (FITAP), Sociedade Brasil Mulher, Cooperativa de Jornalistas do Paraná, Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP), Associação dos Professores de Londrina (APROL), Associação dos Médicos Residentes de Londrina (AMEREL), os deputados Alvaro Dias, João Olivir Gabardo (federais), Osvaldo Macedo e José Antonio Del Ciel (estaduais), senador Francisco Leite Chaves e o MDB de Londrina.

O editorial da página 03, intitulado “Pelos liberdades democráticas”, faz uma análise da ascensão do movimento estudantil no país, no primeiro semestre de 1977, e seus reflexos em Londrina, “graças a um persistente trabalho de organização, que já dura 4 anos” – diz o texto. Entre os principais eventos do primeiro semestre, o jornal enumera a resistência estudantil ao “cerco de centenas de policiais ao DCE por ocasião do debate da Constituinte com Aliomar Baleeiro, Dalmo Dallari e Sérgio Buarque de Gusmão”, na noite de 03 de junho de 1977; e a realização da primeira “reunião geral” de estudantes no campus, em julho, “quando mais de 800 estudantes cantaram em coro o hino da independência e manifestaram seu irrestrito apoio aos três colegas indiciados na Lei de Segurança Nacional, por terem tentado participar do III ENE em Belo Horizonte” (página 03).

Figura 37 - Capa do jornal *Poeira*, número 21.

¹¹ Anunciam nesta edição: Lanchonete Beto's, Embra Gráfica, Ronaldo Mecanografia, Lab.Med, Ibrahim Presentes, Effes Sorvetes, Livraria Avenida, Gráfica Ipê, Sakuma Produtos Médicos, Escolas Fisk, Lanchonete Top Top, Móveis Galo, Casa das Chaves, Gráfica Off Cópias, Oilon idiomas, ICBEU Idiomas e três anúncios do Cantinho Bar.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977f, capa).

Edição número 21, setembro de 1977, 20 páginas, duplo ofício

A edição número 21, que circula em setembro de 1977 com 20 páginas (figura 37), traz o “pacote” completo para a eleição estudantil, anunciada para 19 de setembro: balanço da gestão 1976/77, pesquisa de opinião, programa e chapas para a gestão 1977/78, no caso do DCE tendo o estudante Antonio Cláudio Leme como candidato a presidente.

O problema é que a eleição não foi realizada na data prevista, porque a administração da universidade, no processo de enfrentamento ao movimento estudantil, baixou novas resoluções alterando os critérios para formação de chapas, com maiores exigências de presença em aulas e notas de aproveitamento escolar para homologação de candidaturas, fato que resultou na necessidade de substituição da maioria dos nomes apresentados inicialmente, inclusive do candidato a presidente do DCE, substituído por Carlos Augusto Dias. Igualmente, a data da eleição ficou indefinida, até ser confirmada para os últimos dias do ano letivo, em 30 de novembro.

Figura 38 - Páginas 03, 07 e 08 do jornal *Poeira*, número 21.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977f, p.3,7,8).

Embora revigorado na forma, exibindo melhor programação visual e ilustrações, este *Poeira* 21 confirma a tendência do anterior, com uma pauta essencialmente política, linguagem discursiva e um tanto sombria, longe do bom humor e irreverência habituais, denotando desgaste com o confronto político prolongado e, pela primeira vez, distanciamento das bases estudantis.

O resultado aparece na pesquisa de opinião junto aos estudantes, na qual “71,1% querem que o *Poeira* continue atuando com as posições de sempre, criticaram erros e sugeriram formas de melhorar”, segundo matéria da página 09. Entre os erros, “deve haver maior diversificação de matérias e informações”, escreve uma aluno do 7º período de Engenharia, e o jornal comenta: “A crítica da repetição tem sido uma das mais constantes. Temos notado que um grande número de colegas manifestam a sensação de que já leram a edição que acabaram de receber” (página 14).

Alguns detalhes sobre os eventos de 03 de junho são acrescentados:

Aqui [em Londrina] o debate é violentamente impedido por tropas do 5º Batalhão da Polícia Militar, que cercaram toda a redondeza do DCE e local do debate. Cerca de 30 colegas ficaram presos no DCE durante 6 horas. [...] Em Belo Horizonte, nossos colegas juntamente com outros 800 estudantes brasileiros eram presos por 24 horas e indiciados na Lei de Segurança Nacional. [...] A proibição do debate ganhou espaço por uma semana consecutiva em noticiários dos jornais mais importantes do país e pronunciamentos de políticos no Senado à Câmara Municipal. (PALMO, 1977, p. 4).

Figura 39 - Capa do jornal *Poeira*, edição especial de outubro de 1977.

Figura 40 - Página 03 da edição.



Fonte: Jornal Poeira (1977g, capa) .



Fonte: Jornal Poeira (1977g, p.3).

Edição especial, outubro de 1977, 08 páginas, duplo ofício

Buscando uma reaproximação com os estudantes, esta edição especial do *Poeira* (Figura 39), distribuída em outubro de 1977 com oito páginas, trata exclusivamente do tema “Transportes: A coisa aqui tá preta”. Nenhum dos diversos conflitos políticos com a reitoria em curso nesse momento pré eleitoral é sequer citado, possivelmente para não reincidir no erro da repetição mencionado na edição anterior.

Figura 41 - Capa do jornal *Poeira*, número 22.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977h, capa)

Edição número 22, novembro de 1977, 20 páginas, duplo ofício

Embora fustigado por diversas iniciativas da administração, como alterações de regimentos da universidade e do próprio DCE, retenção de verbas e imposição de critérios restritivos à participação estudantil nas eleições, o *Poeira* parece reencontrar, nesta edição número 22 (Figura 41) que circula em novembro de 1977 com 20 páginas, sua antiga forma. E, de quebra, consegue formar chapas completas e vencer as eleições do fim de novembro para o DCE, diretórios setoriais e todos os cargos de representação discentes.

A manchete da capa – “O jogo do poder” – remete a oito páginas que detalham a frenética movimentação da administração da universidade nos últimos meses e discutem suas intenções:

As eleições estudantis foram adiadas, centros foram fundidos, as verbas do DCE são boicotadas, o Estatuto da FUEL e o regimento do DCE foram desfigurados, amarrando os diretórios e alijando das disputas eleitorais mais de 50% dos estudantes. De outro lado, fala-se na conclusão do campus para breve e na compra do Cine Ouro Verde pela Universidade. O curso de Agronomia foi criado às pressas e com alarde, a reitoria faz circular o seu jornal, o reitor posa de calção em animada

pernada esportiva, e até uma velha bandeira do *Poeira*, a federalização da FUEL, volta à baila. (O JOGO, 1977, p.10).

Segundo o jornal, tudo não passa de um jogo, envolvendo repressão de um lado e demagogia de outro, para preparar a eleição indireta de Ney Braga para um segundo mandato como governador do Paraná, em 1978.

As páginas 12 e 13 detalham a retenção de verbas das entidades estudantis, pagas pelos estudantes no ato de cada matrícula: “As verbas do DCE estão retidas na reitoria há 11 meses. Por que o boicote?” – pergunta o título, e a matéria responde: “Os fatos demonstram que há um boicote contra o DCE e que este boicote, da mesma forma que as mudanças no Estatuto da FUEL e nos regimentos eleitoral e do DCE, objetiva limitar ou acabar com a atuação do *Poeira* e das entidades estudantis”.

“O pacote de outubro”, título da matéria das páginas 14 e 15, como que antecipando o desfecho do ano seguinte, sustenta que “as principais mudanças promovidas pela reitoria no estatuto da FUEL têm um único objetivo: acabar com o movimento estudantil”.

O texto enumera as principais mudanças no regimento eleitoral, que tornam inelegíveis aproximadamente 50 por cento dos estudantes da universidade, tais como: os que tiveram qualquer reprovação nos dois semestres anteriores (até então a proibição era para os reprovados no semestre anterior à eleição e apenas por falta); os alunos dos dois primeiros e dois últimos semestres de seus cursos; ex-participantes de diretórios com contas não aprovadas. Por fim, o regimento eleitoral prevê que qualquer estudante eleito perderá seu mandato se sofrer qualquer reprovação em seu curso ou punição disciplinar (página 14).

As “más intenções da reitoria”, segundo a mesma matéria, são confirmadas pelo calendário eleitoral: o prazo para inscrição de chapas vai até 18 de novembro, sendo que elas devem estar completas e ser endossadas por trinta estudantes elegíveis (no caso das candidaturas para órgãos superiores, os trinta endossos devem ser de todos os centros da universidade). A reitoria tem até 25 de novembro para aprovar ou impugnar chapas e candidatos. Finalmente, a eleição é marcada para 30 de novembro e a posse para 3 de dezembro, praticamente no início das férias escolares. “Está claro que todas essas restrições têm apenas um endereço: derrubar os estudantes. Mas nós estamos de pé e [...] a nossa chapa está pronta e vai concorrer mais uma vez às eleições” – diz o jornal (página 14).

A página 15 detalha as “Mudanças no regimento do DCE: Um nó cego pra amarrar nossas entidades”, segundo o título da matéria, que explica:

De agora em diante não é mais objetivo do DCE, segundo a Reitoria, promover e participar de campanhas que visem a elevação do padrão de vida do povo brasileiro; a conciliação de nossa independência política e a efetivação de nossa independência econômica ou propugnar pelo disposto na Constituição da República. Essas atribuições a Reitoria considerou muito ‘prolixas’. [...] Em termos de unidade nacional do movimento estudantil, o DCE, pelo regimento aprovado, só poderá se filiar a entidades estaduais e nacionais que forem reconhecidas ou tenham seu funcionamento autorizado pelas autoridades federais competentes. [...] E, para garantir que os estudantes não vão se meter a alterar o regimento elaborado com tanto ‘carinho’ pela FUEL, toda e qualquer mudança, mesmo depois de aprovada pela grande maioria dos estudantes em Assembléia Geral, só entrará em vigor depois de aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Conselho Universitário. (MUDANÇAS, 1977, p. 15).

Figura 42 - Páginas 15, 18 e 20 do jornal *Poeira*, número 22.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977h, p.15,18,20).

A leitura destas páginas do *Poeira* 22 revela, possivelmente, o caso mais emblemático do país de um movimento estudantil que optou por atuar dentro das normas da reforma universitária de 1968, mas sem abdicar da luta democrática, e que persistiu nesse caminho até o fim, testando e resistindo a todos os limites impostos, até não deixar aos apoiadores da ditadura outra alternativa que não a extinção das entidades oficiais, o que se dará um ano depois, em novembro de 1978. Ou seja, o movimento estudantil universitário de Londrina, organizado em torno do jornal *Poeira*, levou a ditadura a decretar a falência da política que ela própria havia criado para controlar os estudantes.

Curiosamente, entre tantas mudanças promovidas pela administração da universidade neste segundo semestre de 1977, a que causou a maior mobilização estudantil foi a fusão de dois centros de estudos, o de Ciências Rurais (CCR) e o de Tecnologia (CT), formando o CCRT. A rivalidade – totalmente despolitizada, por sinal – entre estudantes de

Engenharia e Veterinária levou a uma mobilização espontânea que reuniu, segundo matéria da página 18 (Figura 42), 600 estudantes no saguão do anfiteatro do CCB, onde acontecia reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Apesar dos esforços do DCE para acalmar o ambiente, um grupo bastante exaltado apupou os membros do conselho ao fim da reunião, especialmente o reitor Oscar Alves, que sofreu empurrões e xingamentos ao passar por um “corredor polonês” e teve seu carro bloqueado e chacoalhado pelos estudantes, até que o próprio presidente do DCE intervisse para ajudar a liberá-lo.

Mas o maior sucesso deste *Poeira* 22 é a publicação da irreverente e bem humorada “Fábula medieval: Alvalesoscar, o feitor e a feitoria”, conforme a chamada na capa. Que, na página 19, começa como as histórias infantis: “Num reino não muito distante / nas terras de Logo Ali / viveu um feitor galante / que outro igual nunca vi”¹².

A publicação teve na universidade efeito semelhante aos “virais” da Internet nesta era de redes sociais (2015), bastante superior, por exemplo, à nota que lançou o apelido de *suat* à guarda patrimonial da universidade, antes mencionada. Segundo depoimento de Célia Regina de Souza, que participou da redação da “fábula” juntamente com a estudante de Educação Artística, Margot Ribas, idealizadora do texto, essa reaproximação com a linguagem original do *Poeira* e com os estudantes decorreu de uma autocrítica sobre os rumos anteriores e de um esforço concentrado para reestruturar um núcleo de direção, incorporando novos estudantes.

A retomada do bom humor e irreverência, mesmo nas matérias mais sérias, é o tema do editorial da página 2 que já no título cita o humorista Millor Fernandes - “A

¹² “Alvalesóscar era um pobre moço cheio de ideais. [...] Um pouco paranóico, um pouco incerto e sem idéias brilhantes, mas comprovadamente ele participou das confrarias. Conseguindo alguma projeção nas altas esferas da nobreza, foi tentar a carreira política, e com a ajuda do Rey, candidatou-se. Para frustração da triste figura, o povo negou-lhe o sufrágio. Mas com os bafos da sorte [...] com a filha do Rey Minthas se casou e de presente de casamento, uma bela feitoria ganhou. [...] Agora feitor [...] deixou de vez qualquer dever com a maioria, a luta pela democracia [...]. Além dessas façanhas, mantinha hospedada em seus domínios uma bruxa chamada Repressilda, que soltava quando havia qualquer manifestação de descontentamento. Repressilda era escoltada por uma legião de cavaleiros marrons chamada SUATIS SANCTAS, que tinha a ordem de manter ... a ordem, é claro. Enquanto isso, os discípulos de Logo Ali não suportavam mais os tributos que subiam 35% todo ano, o nível de ensino indo pro fundo do poço (não se esqueçam que, além de tudo, nossa história se passa num tempo de obscurantismo medieval), e sua liberdade tolhida a cada passo pelo Magmínimo (tratamento adequado para se dirigir a um homem desses). [...] Paira ainda no ar e dói mais ainda no peito a história de um tal estatuctus e uma tal fusão de sesmarias de sua feitoria [...]. Foi tal a indignação, que os discípulos em maioria, assaltaram com as armas da razão, sua bela feitoria. E os bobos da corte então / espalhados pelo salão / davam ‘pinotis’ no povo / mostrando sua verdadeira função. [...] Mas como também em fábula valem as leis da história, vale lembrar o que o povo de Logo Ali sempre espalha: Nada que vem é prá sempre / pois o progresso se faz presente / a verdade se fortalece / contra quem nos faz descontentes. E como sem moral não há fábula que se preze, aí vai: Por mais que os bobos da corte rezem / que em terra de Logo Ali não há mal / o que Alvalesóscar aprontou em pessegueiral / não foi nada normal”.

mordança aumenta a mordacidade”, para quem “os tempos de maior opressão são também os tempos de maior ironia [...] um tirano pode evitar uma fotografia mas não pode evitar uma caricatura”. E o editorial diz:

Este *Poeira* é uma prova disso. Podemos ter certeza de que esse período pelo qual estamos passando [...] vem se constituindo num dos tempos mais negros em perseguição ao *Poeira* na FUEL. [...] Ao nosso tempo de opressão nós respondemos com este jornal. À mediocridade respondemos com humor crítico e ironia. À tentativa de dizimação do *Poeira*, respondemos com esse *Poeira* 22. Um *Poeira* vivo, alegre, irônico, cheio de ideias e muito sério, na base da música popular ‘o que dá pra rir dá pra chorar, questão só de peso e medida (A MORDAÇA, 1977, p. 2).

Figura 43 - Capa do jornal *Poeira*, edição especial de novembro de 1977.



Fonte: Jornal *Poeira* (1977i, capa).

Edição especial, novembro de 1977, 04 páginas, duplo ofício

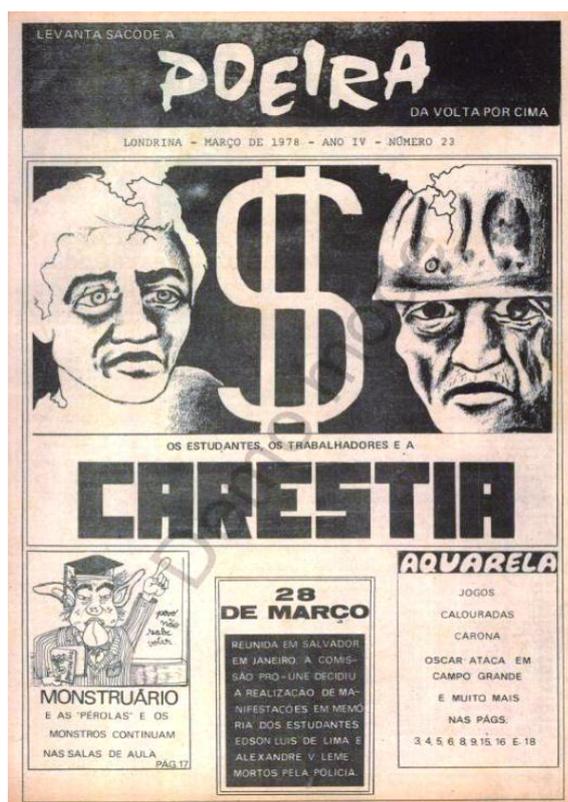
Este boletim especial do *Poeira* (Figura 43) circula com quatro páginas às vésperas da eleição de 30 de novembro, denunciando diversos casos de favorecimento da reitoria à chapa “Tora”, adversária do *Poeira*, e também casos de manipulação, com a inclusão indevida de nomes ligados ao *Poeira* em chapas adversárias.

O texto da capa, intitulado “Eleições, a reitoria concorre novamente”, relata reunião das chapas com a junta eleitoral formada pela administração da universidade: “Ali, a gente pôde constatar, de forma clara, como as nossas eleições estão sendo descaradamente conduzidas para tirar o *Poeira* dos diretórios e transformá-los em entidades fantoches”. Na conclusão, o jornal conclama os estudantes: “Reitoria, os estudantes de Londrina vão ganhar essa eleição. Às urnas! Pela continuidade de nossas entidades! Contra os diretórios na mão da reitoria!”.

Em seus depoimentos, Célia Regina de Souza e Marcelo Oikawa enfatizaram que essa eleição marcou a última tentativa da administração da universidade de ter algum controle sobre o movimento estudantil. Sua estratégia de vencer as eleições no CESA para disputar o DCE no ano seguinte, foi derrotada pela vitória do *Poeira*, surpreendente até para seus membros: “Na primeira apuração para o DCE nós perdemos por 22 votos” – diz Célia – “calculamos que a derrota seria maior para o diretório setorial, mas quando terminou a segunda apuração o resultado virou, ganhamos por 33 votos graças ao pessoal do [curso de] Serviço Social”.

Segundo Marcelo, “depois de toda repressão e manipulação pra vencer essa eleição, a derrota no CESA foi o sinal pra reitoria de que não conseguiria derrotar politicamente o *Poeira*, tal a nossa hegemonia”.

Figura 44 - Capa do jornal *Poeira*, número 23.



Fonte: Jornal *Poeira* (1978a, capa).

Edição número 23, março de 1978, 20 páginas, duplo ofício

A edição número 23 do *Poeira* (Figura 44) circula em março de 1978 com 20 páginas, destacando na capa o tema “Os estudantes, os trabalhadores e a carestia”, com ilustração do artista plástico Cláudio Cambé. A matéria das páginas 10 a 13 associa a luta universitária contra o ensino pago à luta dos trabalhadores, iniciada na periferia de São Paulo, contra a carestia, decorrente da grave crise da dívida externa brasileira.

Outra chamada de capa destaca o avanço na reorganização da União Nacional dos Estudantes, com a realização de reunião de uma “Comissão Pró-UNE” em Salvador, que decidiu realizar manifestações no país em 28 de março “em memória dos estudantes Edson Luís de Lima e Alexandre V. Leme, mortos pela polícia”. Um “abaixo-assinado nacional contra o ensino pago, as autarquias e a carestia”, divulgado na página 20, é outra iniciativa da reunião de Salvador, aprovada pelos DCEs das Universidades Federais de Pernambuco, Paraíba, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais, Juiz de Fora, Fluminense, São Carlos e Rural de Pernambuco, das Universidades Católicas (PUCs) de Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, da USP, UNB e FUEL.

A questão das autarquias, tema da página 12 deste *Poeira* 23, diz respeito a uma tentativa do governo federal de introduzir o ensino pago nas universidades federais, transformando-as em autarquias através de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

O editorial da página 2, intitulado “A história da opressão é também a história da resistência”, tenta mesclar os temas locais com os nacionais:

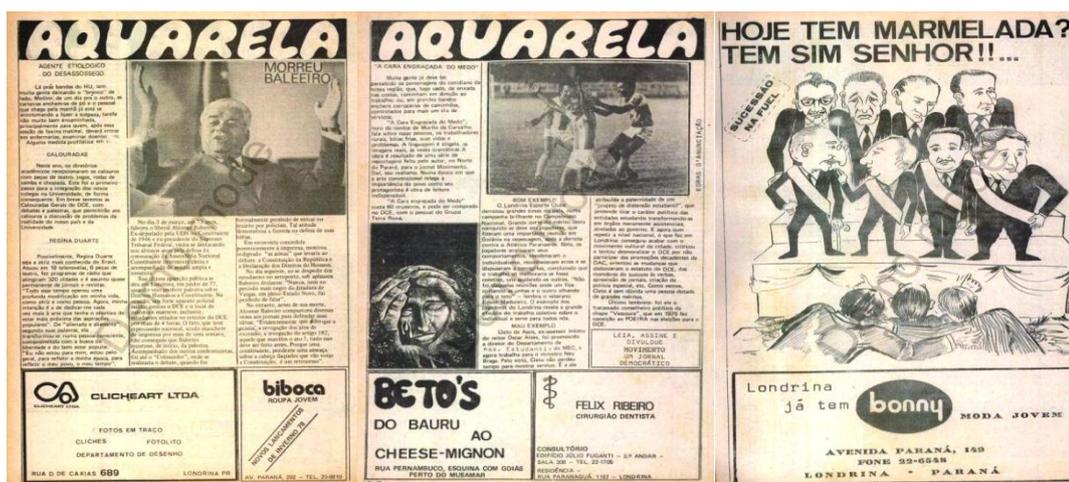
O retorno às aulas coincide também com a reconstatação de que a dureza da vida política brasileira permanece. Os jornais mais combativos continuam sob censura, os que ousam divergir são punidos e perseguidos. E mais uma vez os acontecimentos deste início de ano servem para desiludir aqueles que ainda acreditam, ou acreditavam, que a boa vontade dos governantes nos guiaria à democracia. As recentes prisões de mais de dez pessoas e o sequestro de uma em Curitiba, demonstram que a disposição de manter a situação de anormalidade inclui novas violências contra a pessoa humana. (A HISTÓRIA, 1978, p.2)¹³.

Apesar do “quadro negro”, o editorial destaca avanços do movimento estudantil no ano anterior: “Em Londrina, nosso 77 se findou com uma vitória de todos os estudantes em defesa de suas entidades, com a eleição da gestão *Poeira* 77/78”. E propõe para 1978 dois temas até então inéditos no jornal, além da luta contra a carestia, “a luta pela Anistia ampla e irrestrita aos vitimados pela inexistência do estado de direito, pelas leis de exceção, [que] se organiza e ganha espaço na imprensa, bem como a defesa dos direitos mais primários negados aos exilados brasileiros” (página 2).

Quanto à relação com a administração da universidade, após o ano anterior de confronto aberto, neste 1978 o jornal noticia uma tentativa de negociação para a questão do não repasse de verbas pagas pelos estudantes às entidades, através de uma auditoria das contas. Mas a matéria da página 15 já menciona a intermediação de um advogado a serviço do DCE, indicando uma tendência a judicializar o processo.

Figura 45 - Páginas 06, 14 e 19 do jornal *Poeira*, número 23.

¹³ “A história da opressão é também a história da resistência”, jornal *Poeira*, número 23, março de 1978, página 02.



Fonte: Jornal Poeira (1978a, p.6,14,19).

Para não cair no isolamento do semestre anterior, o *Poeira 23* carrega nos temas específicos e no humor. A página sobre a “Sucessão na FUEL” traz apenas uma charge com os sete candidatos a reitor e o título “Hoje tem marmelada? Tem sim senhor!!...” (página 19).

O “Monstruário” traz “pérolas” proferidas em salas de aulas por professores de EPB (Estudos de Problemas Brasileiros) e de Política, tais como: “Os militares estão no poder porque os civis mostraram que não têm capacidade de dirigir o país”; “a monarquia é a extrema direita e a democracia a extrema esquerda”; “o bom mesmo é que o poder fosse delegado a técnicos [...]. Adianta você ir na feira comprar chuchu, achar caro e protestar? Você nem entende porque o chuchu está caro, os técnicos entenderiam”; “Sabe, eu comecei a ler esse livro, mas tenho um problema muito grande. Não consigo ler um livro até o final. [...] Estou falando pra vocês lerem, não fazer como eu faço, tá pessoal?” (página 17).

Figura 46 - Capa da revista *Terra Rosa e Outras Terras*.



Fonte: Jornal *Poeira* (1978a, p.5).

Neste *Poeira* 23 é lançada a nova edição da revista *Terra Roxa e Outras Terras* (FIGURA 46), com dois artigos de fundo, um questionando o modelo de colonização do Norte do Paraná e outro sobre a rebelião de marinheiros contra os castigos corporais na Marinha brasileira no início do século, a chamada “Revolta da Chibata”.

A edição destaca até mesmo notícia de futebol (Figura 45):

Bom exemplo. O Londrina Esporte Clube derrotou grandes times do país, numa campanha brilhante no Campeonato Nacional. Grande parte do mérito desta conquista se deve aos jogadores, que fizeram uma importante reunião em Goiânia na repescagem, após a derrota para o Atlético Paranaense. Nela, os jogadores analisaram seus comportamentos, condenaram o individualismo, reconheceram seus erros e se dispuseram a corrigí-los, concluindo que o trabalho só melhoraria se fosse coletivo, uns ajudando os outros. (BOM, 1978, p.14).

Outro destaque é a morte, no dia 03 de março, do jurista e político Aliomar Baleeiro (Figura 45), cuja “última aparição pública se deu em Londrina, em junho de 77, quando veio proferir palestra sobre Direitos Humanos e Constituinte” (página 6). A nota relembra sua declaração após o incidente: “Nunca, nem no período mais negro da ditadura de Vargas, em pleno Estado Novo, fui proibido de falar”.

Figura 47 - Capa do jornal *Poeira*, número 24.



Fonte: Jornal *Poeira* (1978b, capa).

Edição número 24, maio de 1978, 20 páginas, duplo ofício

O *Poeira* 24, de maio de 1978 (Figura 47), dedica inteiramente sua capa a temas locais, como a questão do nível de ensino abordada na reportagem principal – “Cursos de férias: Mãos à obra!”, um show de música popular brasileira promovido pelo DCE e a lista sêxtupla aprovada pelo Conselho Universitário para escolha do terceiro reitor da FUEL, esta abusando da crítica e ironia - “Coisa horrorosa: sai daqui um reitor?” – e o complemento: “Para manter tudo como está, mostram uma universidade condenada”.

Em suas 20 páginas, a edição mostra o movimento estudantil em uma fase de normalidade, participando das articulações nacionais para reorganização da UNE (páginas 15 e 16) e da articulação local para organização do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (páginas 13 e 14); participa também do “Primeiro de maio em Londrina: Estudantes apoiam trabalhadores”, segundo matéria da página 06.

Mas são os temas da universidade que dominam este *Poeira* 24, começando pelo editorial – “Um galo sozinho não tece a manhã”, dedicado ao tema da manchete principal – e os cursos de férias incentivados pelo DCE como “solução imediata para um problema de emergência, como são as reprovações em massa na FUEL”, como explica a matéria da página

09. Após enfatizar a presença de 70 estudantes à reunião geral para tratar do assunto, o jornal pondera: “Precisamos ter claro que é uma solução dentro do sistema de créditos, e que o sistema em si está merecendo um questionamento mais sério e profundo, uma vez que não tem, como deformação, apenas o problema das reprovações. São numerosas deformações.” (JORNAL POEIRA, 1978b, p. 9).

Em três páginas de “Aquarela”, dezenas de notas focalizam o show “Três Tempos”, promovido pelo DCE, que reúne o veterano cantor e compositor João de Barro (Braguinha) e dois jovens artistas; declarações dos jornalistas Pompeu de Souza e Murilo Carvalho durante o II Encontro de Jornalismo; filmes da “sessão da meia noite” do cine Vila Rica, como “Esta terra é minha terra”, que conta a história do cantor e compositor folk americano Woody Guthrie; problemas de filas e aumento no preço das refeições, mas também rodas de samba no RU.

A política universitária aparece em quatro páginas: na 07, “Greve na Comunicação” relata a primeira greve da existência da universidade, com três dias de duração, na qual estudantes do curso de Comunicação protestaram contra a demissão do professor Oswaldo Coimbra, por denúncias que fez durante o II Encontro de Jornalismo, em fins de abril, responsabilizando pessoalmente o reitor Oscar Alves pelo clima de autoritarismo que ocasiona uma queda acentuada no nível de ensino da universidade.

Na página 19, a matéria intitulada “Auditoria: Afinal, o que quer a reitoria?” relata que “dois meses depois de amarrar com o DCE uma proposta conciliatória, a reitoria volta atrás e entra na Justiça Comum”. Segundo o texto,

sempre esteve claro, para nós, que o recurso da auditoria vem sendo arditosamente usado pelo reitor [...]. O DCE nunca fez segredo de suas finanças, atendendo a todas as exigências da reitoria, por mais absurdas que elas fossem. Mas, continuamos a não permitir uma auditoria nos moldes propostos pelo reitor, pois isso significa entregar nossos documentos mais valiosos a quem nunca nos deu provas de confiança. (AUDITORIA, 1978, p.2).

A crítica mais contundente vai para o processo sucessório, na matéria “Universidade condenada”, das páginas 17 e 18. O “olho” da matéria diz: “Adolf Hitler vivia dizendo: ‘todo homem culto é um homem perigoso’. Seu assecla Hermann Goering sempre completava: ‘quando se trata de cultura, trato de puxar meu revólver’. A maneira como a lista sêxtupla foi montada e o regime que vivemos nos últimos 4 anos na FUEL, lembram muito o tempo em que a impunidade cobria a ação daqueles homens”.

Criticando o “baixo nível” dos componentes da lista, a matéria diz:

Mas a verdade está aí, nua e crua: José Carlos Pinotti, Teobaldo Navolar, Aldo Hille, Jorge Cernev, Reinaldo Ramon e Wilson Claudino são os nomes ‘reitoráveis’ da ‘democrática’ lista. E, como diz Alberto Roberto [personagem do humorista Chico Anysio], ‘o resto é Figuração’ (UNIVERSIDADE, 1978, p. 17).

Na página 18, o jornal parece se divertir especulando à vontade sobre o processo de escolha:

Dizem até as línguas mais ferinas que Ney Braga já está cheio com tantos problemas em Londrina e agora, com uma lista composta por elementos ‘queimados’, principalmente junto aos estudantes, a ele resta a opção de escolher o menos chamuscado. [...] Dita a nobiliárquica que em pequenezas é preciso sentar à mesa para negociar. Negociemos. Devolver a lista seria a melhor opção para [Jaime] Canet e Ney Braga? Não. Isso traria à tona uma séria divisão da Arena. [...] Aceitar o candidato de Oscar e colocar José Carlos Pinotti (ou mesmo Navolar) na reitoria? É uma hipótese dura de aceitar. Principalmente para Canet e Ney, por significar um atestado de óbito da Arena em Londrina. [...] De qualquer forma todos estão no páreo e é como diz o dito popular: ‘Em tempo de cavalo, todo burro é alazão’. [...]. (UNIVERSIDADE, 1978, p.18).

Sem nenhuma surpresa, o indicado foi Pinotti.

Figura 48 - Capa do jornal *Poeira*, número 25.



Fonte: Jornal *Poeira* (1978c, capa).

Edição número 25, agosto de 1978, 20 páginas, duplo ofício

A edição número 25 do *Poeira*, que circula em agosto de 1978 com 20 páginas (Figura 48), dá uma guinada em relação à anterior, concentrando-se em temas políticos. Um artigo de fundo questiona a universidade brasileira – “Que universidade é esta?”: Segundo a chamada de capa, “em 1808 a serviço da corte portuguesa transferida para o Brasil; hoje a serviços dos latifundiários e do imperialismo econômico que exploram o país, a nossa universidade tem andado a reboque das forças mais conservadoras da sociedade brasileira [...]. E hoje, como nesses 170 anos, o estudante brasileiro está inconformado com este atraso e luta por uma universidade a serviço da maioria da população”.

Outro artigo de fundo, que pela primeira vez no jornal conta a história do regime militar e discute seu destino, é anunciado com a seguinte chamada na capa: “O governo brasileiro é: () Uma laranja () Uma democracia relativa () Uma ditadura militar. Que regime é este?”

Outros destaques da capa são para a reorganização do movimento estudantil em nível nacional – “IV ENE será em outubro” – e estadual – “No Paraná o ME avança”, matérias em que pela primeira vez se menciona uma movimentação em diversas partes do país pela criação de DCEs Livres. Destaque também para “A justa luta dos professores”, sobre uma paralização do magistério paranaense por melhores salários.

O destaque da universidade também é político: “Na primeira greve da FUEL, em junho, a maior do Paraná nos últimos 10 anos, saímos vitoriosos: pela nossa união, criamos condições para que o regimento autoritário, mesmo aprovado, não seja aplicado”. A matéria da página 07, ilustrada com fotos, relata a mobilização estudantil do dia 5 de junho, quando uma passeata saiu do CCH pela manhã em direção à reitoria:

No local da votação, cumprindo uma decisão da Assembléia, que não reconhece autoridade nos membros do Conselho Universitário, os 1.500 estudantes da passeata queimaram uma cópia do Regimento, numa clara demonstração de que não será cumprido e que para os estudantes ele não existe. [...] À tarde, no Pinicão, sete cursos decidiram entrar em greve de protesto contra o Regimento. E nessa noite, mais de 70 professores se manifestavam solidários conosco, pois a luta também era deles. [...] Com o movimento atingindo o seu pico, decidimos levar o nosso protesto ao conhecimento da população, realizando um Ato Público na quarta feira de manhã, na Concha Acústica, centro de Londrina. (A GREVE, 1978, p.7).

A mesma matéria continua:

De manhãzinha, os guardas do pelotão de trânsito e várias viaturas da Polícia Civil e Militar ocupavam o centro da cidade, enquanto a tropa de choque permanecia de prontidão no quartel da Rádio Patrulha. Mas, às 10 horas da manhã, apesar do aparato policial-militar, mais de 2 mil estudantes, num clima de verdadeira vitória, simbolizada pela nossa união, davam início ao Ato Público que marcou a suspensão da greve. (A GREVE, 1978, p.8).

Assim como seu antecessor, que começou o mandato demitindo colegas em seu centro, o CCS, o novo reitor estreia neste *Poeira 25* com a notícia “Pinotti começa demitindo”. A nota, publicada na página 17, diz que um dos primeiros atos de José Carlos Pinotti foi a demissão sem justa causa de um colega seu do Departamento de Psicologia Geral e Experimental do CCB, José Antonio Abib. “A atitude prepotente de Pinotti lembra muito a linha que caracterizou o período de Oscar Alves, seu antecessor (demissões injustas e arbitrárias dos melhores professores da UEL) deixando os estudantes apreensivos” – diz a nota.

Em outra nota da página 17 – “DCE presta contas na Justiça”, o *Poeira* 25 esclarece que “após um ano e meio de protestos, assembléias, reuniões, em que o DCE vem resistindo à tentativa da reitoria da FUEL de fazer uma auditoria com fins políticos em sua sede, foi encaminhada à Justiça, no último dia 15, toda a documentação contábil do DCE. [...] O objetivo desta atitude é esgotar de vez o problema das verbas do DCE, que está com cerca de 120 mil cruzeiros, pagos pelos estudantes, retidos na reitoria”.

Figura 49 - Capa do jornal *Poeira*, edição especial de setembro de 1978



Fonte: Jornal *Poeira* (1978d, capa).

Edição especial, setembro de 1978, 04 páginas, duplo ofício

Na mesma linha da edição anterior, esta edição especial do *Poeira*, que circula em setembro de 1978 com 4 páginas (Figura 49), trata especificamente do IV Encontro Nacional dos Estudantes, marcado para São Paulo neste mesmo mês. E convoca os estudantes da FUEL para uma Assembleia Geral preparatória do Encontro, na qual serão escolhidos os delegados e definidas as propostas de Londrina.

As páginas internas do boletim trazem subsídios sobre os três pontos que formam a pauta básica do IV ENE: 1) Prosseguimento da luta por melhores condições de ensino; 2) Reabertura da União Nacional dos Estudantes; 3) Como votar em 15 de novembro [de 1978], data de eleições diretas para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas e indiretas para governadores e um terço do Senado.

Figura 50 - Capa do jornal *Poeira*, número 26.



Fonte: Jornal *Poeira* (1978e, capa).

Edição número 26, outubro de 1978, 20 páginas, duplo ofício

Esta é a última edição regular do jornal *Poeira* (Figura 50), a de número 26, com 20 páginas, distribuída em outubro de 1978 (o número 27 que circulou em novembro foi uma edição especial sobre a eleição que não houve).

Nesta edição, o jornal dedica a manchete principal – “A luta avança” – a diversas iniciativas locais que se multiplicam na universidade: “Na Vet [Veterinária] estudantes vencem: HV [Hospital Veterinário] é órgão suplementar”; “Estudantes de Engenharia têm seminário nacional”; “MEC derrotado: resolução 30 faliu!”; “No CESA, estudantes querem regulamentar curso de férias”.

Mas se dá ao luxo de dedicar a cabeça da capa a dois temas essencialmente políticos: “Quem apoia este presidente? Na página 18 todos os lances desta eleição sem cheiro de povo”, sobre a escolha do último presidente da ditadura, o general João Baptista de

Oliveira Figueiredo, por um colégio eleitoral; e “O voto é uma arma. Como votar em 15 de novembro”, sobre a eleição que se aproxima.

Na parte inferior da capa, uma notícia nacional “IV ENE – Congresso de Reconstrução da UNE será em 1979”, outra local “Estudantes impedem negócio esquisito da FUEL!”, e uma promoção do DCE e setoriais para arrecadação de fundos “MPB no Tigrão / dia 18/10/78”.

Entre os temas da edição, o editorial da página 02 focaliza as eleições de 15 de novembro de 1978, uma tentativa de não repetir o erro de 1974, quando o jornal se omitiu e vários de seus membros optaram por anular o voto, mostrando total falta de sintonia com a sociedade brasileira, que naquele ano votou em peso no MDB.

Intitulado “Os estudantes e o voto”, o editorial diz que as eleições

surtem num momento de grande crescimento da luta pela democracia no Brasil. [...] Fica cada vez mais claro que a corrupção desenfreada, esse mar de lama em que se converteu a administração pública, a partir do Palácio do Planalto, não ficaria impune como está se os governantes fossem eleitos, se desdessem do voto popular. Da mesma forma, [...] toda a política ditatorial do regime não seria imposta do jeito que é, se todos os setores oprimidos pudessem se organizar livremente e participar das decisões. (OS ESTUDANTES, 1978, p.2).

O texto conclui propondo o voto em candidatos comprometidos com a democracia, as causas populares e com um novo modo de fazer política: “A política deve ser tirada dos gabinetes e entregue ao povo”.

Figura 51 - Páginas 18 e 20 do jornal *Poeira*, número 26.



Fonte: Jornal *Poeira* (1978e, p.18,20).

Outras sete páginas deste *Poeira* 26 são dedicadas às eleições nacionais, começando por “O povo sabe votar!”, na página 14; “Quantas vezes você já votou para presidente?”, na 15; “É hora da política do povo!” e “Por que uma constituinte agora?”, na 16; “Um congresso nacional vai debater a anistia”, na 17, chamando a atenção para essa importante definição que será tomada no ano seguinte, 1979.

A escolha do novo presidente na eleição indireta do colégio eleitoral, com voto contrário do MDB, é o tema de ampla reportagem nas páginas 18 e 19, intitulada “O novo presidente: Eleições sem cheiro de povo”. E conclui na página 20 com “Eu expludo!!! Pérolas do pensamento presidencial”, que cita diversas frases polêmicas do general Figueiredo, tais como: “Estou fazendo uma força desgraçada para ser político. Não sei se vou me sair bem. Mas no fundo, no fundo, o que eu gosto é de clarim e quartel”; ou esta: “Cheiro do Povo?... Prefiro mais o cheiro dos meus cavalos”. Fecha a página o satírico poema “Eu expludo!!!”, de José Roberto Fabrini, do Rio de Janeiro¹⁴.

Figura 52 - Páginas 10 e 11 do jornal *Poeira*, número 26.



¹⁴ “Sou o melhor dos presidentes, / Duro, caladão, sisudo / Escovo todos os dias os dentes / E quando me zango, eu expludo. // Sou o bamba da equitação / Sou intelectual, sou tudo / Democrata temporão, / Se contestado, eu expludo. // Fui eleito com um só voto / sou um camarada sortudo / Se alguém quiser estrilar / Eu me enfureço, eu expludo. // Existem uns descontentes / eu sei disso, não me iludo / Pinto, Brossard, Euler Bentes... / Muito cuidado. Ou eu expludo. // Um general dissidente / fez relatório taludo / Mas não falou frente a frente / pois se fala, eu expludo. // Se minha escola perder / no desfile deste entrudo / rasgo minha fantasia / e não duvidem: eu expludo. // Sou arrogante, imodesto / só sei tratar com graúdo / os humildes eu detesto / pra cima deles, eu expludo. // Para o povo brasileiro / recomendo: fique mudo / se bancar o fogueteiro / estejam certos: eu expludo.

Fonte: *Jornal Poeira* (1978e, p.10-11).

Entre os temas locais, a matéria das páginas 09 a 11 comenta diversas mobilizações em curso da universidade, tais como: “Veterinária: a volta do [jornal] Bezerra [Rebelde]”, “Comunicação: os poetas se movimentam”, “Medicina: a luta pelo internato remunerado”; “Direito: pela regulamentação do curso de férias”.

Na página 03, a matéria “Estudantes impedem negócio esquisito da FUEL” diz:

Faz de conta que você é reitor de uma Universidade. Responda: você receberia em doação uma indústria que deve mais de 20 milhões de cruzeiros, tem vários títulos protestados, pedido de falência nas costas, um rombo nas contas de 7 milhões, desaparecidos misteriosamente, e uma linha de produção muito restrita? Um negócio tão ruim ou pior do que esse foi proposto ao nosso Conselho Universitário no mês passado: a doação da Biopar – Indústria Paranaense de Produtos Científicos, à FUEL. Mas, graças ao trabalho dos nossos representantes naquele conselho, a grande maioria dos conselheiros votou contra o próprio reitor José Carlos Pinotti, que defendia ardorosamente a proposta. Apenas Pinotti e menos de dez dos 36 conselheiros votaram a favor, fato raríssimo no C.U. (ESTUDANTES, 1978, p.3).

Detalhe, a citada empresa foi anunciante assídua o *Poeira*, presente na maior parte de suas edições até então.

O confronto político com o novo reitor é mais direto na página 5: Após questionar a sinceridade de suas declarações a favor da participação política dos estudantes, na matéria intitulada “Pinotti é um liberal?”, o jornal desafia-o a rever as mudanças promovidas pela gestão Oscar Alves um ano antes, no texto “Regimento eleitoral: um bom teste”. Prevendo as eleições estudantis para o dia 21 de novembro, o jornal reivindica o cancelamento da alteração dos regimentos interno e eleitoral e também as fusões de centros, e conclui: “Vamos ver se com o novo reitor, que se diz mais liberal, a vontade dos estudantes vai ser respeitada...”

Sobre o tema que será a causa alegada pela administração da universidade para o cancelamento das eleições, fechamento das entidades e confisco de seus bens, o *Poeira* 26 traz duas notas: “Na Justiça as contas do DCE” esclarece que

o juiz não aceitou os originais da documentação [contábil], mais de mil folhas, exigindo, com base na lei, que xerocássemos tudo. Apenas no último dia 10 de outubro, depois que alguns bons amigos se dispuseram a fazer de graça as cópias para nós, conseguimos, finalmente, entrar pra valer com a papelada em juízo. Com isso, esperamos pôr fim aos quase dois anos de boicote da reitoria às verbas do DCE, pagas pelos estudantes nas matrículas de janeiro e julho de 77 e 78, e sair da situação contraditória em que nos encontramos. Temos mais de 110 mil cruzeiros retidos na reitoria, mas vivemos com o telefone cortado por falta de dinheiro para pagar a conta. (NA JUSTIÇA, 1978, p.6).

“Após 2 anos sem verbas, o DCE continua”, diz a nota da página 7:

Todo mundo sabe que já vai indo pra dois anos que o DCE não vê nem a cor da parte que lhe cabe daqueles 35 cruzeiros, que a gente paga toda matrícula. [...] A tentativa era forçar a entidade máxima dos estudantes a fechar suas portas e calar a boca, por falta de dinheiro pra se manter. Porém o tiro saiu pela culatra. [...] pingadinho, o dinheiro sempre aparecia daqui e dali, vindo das promoções culturais [...], vendas de revistas *Terra Roxa* e publicações do *Movimento*, plásticos, camisetas e propaganda do *Poeira*, apoio da comunidade etc. Demos a volta por cima. Hoje, estamos calejados o suficiente pra saber que mesmo que a reitoria não libere nossas verbas, o DCE não vai se esfacular. Mas também não abriremos mão dessa verba; é dinheiro que os estudantes destinam para as entidades e é pra onde esse dinheiro vai ter que ir. (APÓS 2 ANOS, 1978, p.7).

Figura 53 - Capa do jornal *Poeira*, número 27.



Fonte: Jornal *Poeira* (1978d, capa).

Edição número 27, novembro de 1978, 12 páginas, duplo ofício

A história do jornal *Levanta, Sacode a POEIRA e dá a volta por cima*, iniciada em março de 1974, termina com esta edição especial de 12 páginas (Figura 53)

dedicada à eleição estudantil, que circula com o número 27, em novembro de 1978, a última impressa na máquina Multilith 1350¹⁵.

A manchete da capa, “Sacode a poeira!”, está impressa com má qualidade e pouco contraste sobre fotografia do ato público de junho na Concha Acústica, centro de Londrina. Ignorando as intenções da administração da universidade de cancelar as eleições, fechar as entidades e confiscar seus bens, o jornal convoca os estudantes a votar na chapa *Poeira* para o DCE, presidida pelo estudante de Medicina Marco Antonio Fabiani, e marca a data de 29 de novembro.

O título “Sacode a poeira” aparece em quase todas as páginas, como a ideia-força da edição e da campanha eleitoral, e é explicado na página 2 com a matéria intitulada “Os estudantes avaliam o DCE em 1978”, que inicia diversas páginas sobre a pesquisa de opinião respondida por 1.001 estudantes. Segundo o texto, a avaliação da quarta gestão do *Poeira* nos diretórios teve 59,1 por cento de bom e ótimo contra 32,4 por cento de razoável e 5,6 por cento de má. Embora positiva, é inferior à media histórica próxima de 70 por cento de bom e ótimo e o jornal enfatiza opiniões críticas à sua atuação, tais como: “Falta mais empenho para problemas locais, diários, que afligem diariamente os estudantes – explica Myriam, de Comunicação. Falta mexer com a passividade dos estudantes, movimentar, promover mil coisas’. [...] E o Olívio, da Química, pergunta: ‘Cadê a velha coragem?’”

Recapitulando sua atuação em 1978, o jornal observa que, “com exceção da greve de junho contra o regimento, que foi um marco na evolução do movimento estudantil de Londrina [...], nenhuma outra conseguiu empolgar a universidade, romper o marasmo e arrebataram os espíritos”. E conclui: “A palavra de ordem, hoje, mais do que nunca, é vencer o desânimo e a apatia, sacudir a poeira e dar a volta por cima”.

Avaliando as prioridades da nova gestão, matéria da página 03 diz:

Na opinião da esmagadora maioria dos estudantes, os três principais problemas que os diretórios devem combater junto com todo mundo são, pela ordem, a baixa qualidade do ensino, o ensino pago e a falta de liberdade. Mas é contra o ensino pago que todo mundo está doido pra brigar agora: 85,5 por cento dos estudantes são veementemente contrários ao novo aumento das anuidades, de 38 por cento, que o Conselho de Administração pretende aprovar neste final de ano. (ASSIM, 1978, p.3).

¹⁵ Houve dois boletins *Poeira* posteriores, em 1979, tratando especificamente da resistência contra a ocupação da sede do DCE na rua Piauí pela reitoria e do processo de organização do DCE Livre da UEL, mas tais edições não constam do acervo do CDPH e nem foram localizadas pelo autor. Por outro lado, as mesmas já foram produzidas em um momento e por uma equipe bastante diferentes, uma vez que todos os fundadores do jornal já estavam formados ou fora da universidade.

Sobre os problemas do ensino, a página 05 destaca: “Falta de recursos humanos e materiais e o conteúdo altamente conservador do nosso ensino, eis o problema que mais aflige a maioria dos alunos da FUEL – o nível do nosso ensino”. E fecha com a frase de um aluno como título: “É o mesmo de 1900” (Gerson – Economia).

Em meio a críticas pelas restrições impostas pela reitoria à participação dos estudantes nas eleições, como na matéria da página 11 “É obrigatório votar, é proibido concorrer”, o jornal antecipa também o que será a prioridade do movimento estudantil em 1979, mesmo sem prever o fechamento das entidades oficiais: “No meio do nosso caminho há um DCE Livre”, diz a matéria da página 06, que esclarece: “Nós estamos convictos de que a união necessária ao sucesso de nossa luta por entidades livres e desatreladas da burocracia da FUEL virá em breve, dentro dessa nova perspectiva dos estudantes de sacudir a *Poeira* e dar a volta por cima”.

5.2 O FIM DAS ENTIDADES OFICIAIS

Figura 54 - Foto do sequestro da máquina impressora do DCE.



Fonte: Acervo pessoal do ex estudante e morador da CEUEL, Danilo Defilippo.

A fotografia acima (Figura 54) é, possivelmente, o único registro do ato que simboliza a extinção das entidades oficiais de representação estudantil da Universidade Estadual de Londrina e do próprio jornal *Poeira*. Captada por um morador da Casa do Estudante (CEUEL), mostra um grupo de funcionários da UEL removendo a máquina impressora do jornal, a Multilith 1350, através de uma parede arrombada do edifício.

O fato ocorreu na tarde de 27 de novembro de 1978, data em que o Conselho de Administração aprovou a cassação de todos os mandatos então vigentes, o fechamento das entidades e confisco de seus bens. Segundo estudantes da CEUEL, o grupo de funcionários esteve a postos durante toda a tarde, com um caminhão estacionado em frente à Casa, sem informar seus objetivos. Tão logo ocorreu a decisão do Conselho, rapidamente arrombaram a parede e transportaram a máquina para o caminhão e dali para local não informado, possivelmente no campus universitário.

A operação evidencia a importância que a própria administração da UEL e seus órgãos de segurança atribuíam ao jornal *Poeira* como órgão de divulgação do movimento estudantil. E, ao que tudo indica, foi preparada com meses de antecedência, começando com pressões para que o DCE retirasse sua sede da Casa do Estudante, na rua Antonina 1777 (atual avenida Juscelino Kubitschek, esquina com rua Paranaguá); tais pressões envolveram também moradores da CEUEL, aparentemente cooptados pela AESI e que tiveram vínculos com chapas adversárias do *Poeira*.

O Conselho Deliberativo do DCE acabou por aceitar a oferta da reitoria, de uma sede no campus universitário, no Centro de Convivência do Centro de Ciências Exatas, conforme nota na página 7 do *Poeira* número 26; mas adiou sua mudança para esse local, transferindo sua sede para a casa onde funcionava o Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências da Saúde, no centro da cidade (rua Piauí esquina com rua Prefeito Hugo Cabral).

Foi nessa sede que membros do Conselho Deliberativo se reuniram na tarde de 27 de novembro de 1978, para aguardar a decisão do Conselho de Administração sobre as eleições estudantis. Presente nessa reunião, este autor recorda que havia fortes indícios de que a administração preparava alguma surpresa, a começar pelo fato de que já era praticamente impossível a realização das eleições naquele ano letivo, faltando poucos dias para as férias escolares.

No fim da tarde, os prenúncios se confirmaram com o telefonema do representante estudantil no Conselho de Administração, Fábio Mesquita, informando a deliberação do CA. Logo em seguida, um telefonema da Casa do Estudante comunicou a operação de sequestro da máquina impressora da antiga sede do DCE.

Enquanto ainda tentavam assimilar o baque, a sede da rua Piauí foi visitada por uma comitiva do Conselho de Administração, liderada pelos professores José Aloyseo Bzunek, diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes, e Wilson Claudino, do Centro

de Ciências Exatas, pelo assessor jurídico da Universidade, Luiz Aranda, e pelo capitão Aparecido Rodrigues, da AESI, que veio acompanhada de funcionários da guarda patrimonial, com a ordem de desocupação do imóvel.

Os estudantes presentes, inclusive este autor, afrontaram a comitiva, questionando diretamente aos dois professores se não sentiam vergonha de “se prestar ao papel de policiais”; ao passo que os dois diretores demonstravam constrangimento e nervosismo, o capitão Aparecido Rodrigues se tornava agressivo e ameaçava usar a força para desocupar o imóvel. Como, porém, o local rapidamente se enchia de estudantes, atraídos pela notícia da decisão do Conselho de Administração, os três membros da comitiva oficial concordaram em retirar-se e esperar a decisão dos estudantes do lado de fora. Minutos depois, possivelmente temendo enfrentamentos, desistiram da desocupação e retiraram-se do local.

Desta forma começou o processo de resistência do movimento estudantil de Londrina, já sem as entidades oficiais, nessa única sede não confiscada pela reitoria. A resistência consistiu em uma vigília ininterrupta de 24 horas por dia, na qual estudantes se revezavam na sede dia e noite para impedir a desocupação. Marcos desse processo foram o ato público de protesto contra a decisão da Universidade, no dia seguinte ao fato; a criação do DCE Livre da UEL, em 1981; e, finalmente, a desocupação da sede por ação da Polícia Militar, cumprindo ordem judicial, em março de 1981, ainda na gestão do reitor José Carlos Pinotti, em uma madrugada em que apenas duas estudantes dormiam no local e o movimento já dava sinais de exaustão.

Revedo a coleção do *Poeira* hoje (2015), quatro décadas depois, especialmente as últimas edições, percebe-se o jornal em sua maturidade editorial e gráfica, com pautas diversificadas mesclando temas gerais e específicos, boa programação visual e qualidade razoável de impressão, presença constante de anunciantes e sólida aceitação não somente entre estudantes, mas em toda a comunidade universitária e também fora da universidade.

Ou seja, não fosse a decisão da administração de cancelar as eleições de novembro de 1978 e extinguir as entidades oficiais, decretando assim o fim do modelo de representação estudantil da ditadura militar na UEL, possivelmente o jornal teria plenas condições de continuar sua trajetória.

Mas tudo indica que o jornal estava mesmo fadado a existir dentro daquele momento histórico, em que a ditadura militar não deixava às forças de oposição outra

alternativa senão a atuação em uma ampla frente pró democracia, que era justamente a proposta do jornal *Poeira*. Possivelmente já no ano seguinte, 1979, com a decretação da anistia política e a liberação para criação de novos partidos políticos no país, as dificuldades para manutenção da frente estudantil do jornal *Poeira* seriam bem maiores.

Nesse contexto, a experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina, nos anos 1970, constituiu – seguramente – o caso mais expressivo de todo o país de uma representação estudantil exercida inteiramente nos marcos do modelo concebido pela própria ditadura militar brasileira, com o objetivo de controlar o movimento estudantil, e a contestar esse modelo “por dentro”, colocando em cheque o discurso que buscava legitimar como democrático o regime político do país.

Nesse sentido, o jornal *Poeira*, e o movimento estudantil a que ele serviu, foram plenamente bem sucedidos, constituindo o caso mais significativo do país de imprensa e movimento estudantil no contexto de entidades oficiais ou “atreladas”.

5.3 OS SUJEITOS AVALIAM A EXPERIÊNCIA

Neste capítulo, extraímos dos depoimentos dos sujeitos desta pesquisa, tanto nas entrevistas ao autor como no debate de 30 de maio de 2014, os conteúdos específicos que permitem uma avaliação da experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina nos anos 1970.

As abordagens estão estruturadas em nove partes, sendo a primeira sobre os antecedentes políticos e culturais que tiveram influência na experiência; a segunda sobre os princípios e valores que fundamentaram a experiência; a terceira sobre as influências mais diretas e decisivas; a quarta sobre os fatores determinantes do sucesso da experiência; a quinta sobre alguns momentos decisivos e marcantes; a sexta sobre os principais erros e fragilidades; a sétima sobre o alcance e repercussões da experiência; a oitava sobre os processos e experiências posteriores; e a nona sobre atuais posicionamentos e perspectivas de vida dos protagonistas.

Os demais conteúdos dos depoimentos, envolvendo “histórias de vida”, de caráter mais abrangente, estão publicados no Capítulo 6.

5.3.1 ANTECEDENTES

Para Marcelo Oikawa, o passado político da região Norte do Paraná foi determinante para a experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil de Londrina nos anos 1970, especialmente o episódio do levante popular de Porecatu entre 1944 e 1951, objeto do livro de sua autoria *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram* (OIKAWA, 2011).

O sucesso do *Poeira* é fruto de uma conjunção de fatores. [...] Eu acho que a fundação do Partido Comunista em Londrina e a Guerrilha de Porecatu foram eventos fundadores de uma mentalidade na região. Por isso a Arena [Aliança Renovadora Nacional, partido de apoio ao regime militar] nunca ganhou eleição aqui. Por isso sempre se falou que o londrinense era do contra, uma cidade de rebeldes [...] uma cidade vermelha, metade da cidade participou da fundação do diretório do Partido Comunista. (OIKAWA, 2014).

Na avaliação de Marcelo, esse legado comunista determinou principalmente a linha de trabalho adotada pela esquerda local desde o movimento estudantil dos anos 1960:

A linha de massa era uma coisa sagrada, sempre foi, desde Porecatu: juntar gente. Teve doze ligas camponesas no Norte do Paraná, de Cornélio Procópio até Porecatu, ninguém nunca soube, cada uma tinha trezentas famílias. E essas ligas camponesas angariavam donativos, faziam campanhas do movimento, mutirões mobilizavam as pessoas; isto é, você vai ao encontro dos anseios da pessoa simples, não são elas que têm que te acompanhar; tanto é que em Londrina, naqueles anos todos, não teve um trotskista enchendo o nosso saco, nem revisionista¹⁶. [...]

Esse objetivo de travar a luta política sempre tentando mobilizar as pessoas era uma coisa sagrada para aqueles velhos, e transmitiram isso pra gente. Nós tínhamos isso muito claro, eu, o [Paulo] Nassar, o Paulo Barreira. E você não junta gente se não for amplo. Se fica querendo juntar gente pra pegar em armas e assaltar banco, não aparece um, é lógico. (OIKAWA, 2014).

Já Roldão Arruda e Nilson Monteiro Menezes enfatizam o ambiente cultural existente em Londrina como fator preponderante para a experiência dos anos 1970:

¹⁶ “Revisionismo diz respeito à revisão da doutrina marxista elaborada por Eduard Bernstein e Karl Kautsky no fim do século XIX, frequentemente associado à socialdemocracia” (Wikipedia). Era a linha política atribuída ao PCB, por “revisar” as teorias originais de Marx, Lenin e Stalin sobre a revolução socialista, em favor de reformas democrático-burguesas. “O trotskismo é uma doutrina marxista baseada nos escritos do político e revolucionário ucraniano Leon Trótski, [...] apresentada como vertente do comunismo por oposição ao stalinismo” (Wikipedia). No Brasil estava associada a grupos considerados “pequenos burgueses”, que defendiam ações radicais contra o regime militar e o sistema capitalista.

Em Londrina era uma efervescência fantástica. Nós éramos amigos do Arrigo Barnabé e do Paulinho Barnabé, que era cineasta, do Roldão [Arruda], do Apolo [Teodoro], da Nitis [Jacon], do Itamar [Assunção] e da Denise Assunção, que eram do teatro, Letícia Faria nas artes plásticas; tínhamos proximidade com o grupo de médicos mais progressistas, Luiz Carlos Jeolás, João Carlos Thomson, Maria Leocádia de Oliveira, Bruno Piancastelli, José Luiz da Silveira Baldy, Nelson Ferreira dos Santos, Eliana Wanderley, entre outros. Então era uma ebulição em todas as áreas, e o movimento estudantil vinha respaldado por essa base cultural, antropológica e política. Havia política institucional sendo discutida, em 1968 tinham sido eleitos vereadores de Londrina o Álvaro Dias, o Délio Cesar, o Edson Gradia, que eram pessoas mais à esquerda, o próprio prefeito era do MDB. Londrina dava caldo para a criação. (MENEZES, 2014).

Londrina já tinha uma certa efervescência cultural quando surgiu o *Poeira*. Lembro de ir à sede da Associação Médica assistir peças de teatro dirigidas por Edilson Leal e Linda Bulik, entre outros, e que faziam parte do então emergente Festival de Teatro. Assisti lá à peça chamada *O Assalto*¹⁷, que tinha feito sucesso em São Paulo e no Rio. Fiquei muito impressionado com o texto e a encenação. Londrina também já tinha um cine clube, com o Carlos Eduardo Lourenço Jorge à frente. (ARRUDA, 2014).

Também contribuiu para o êxito da experiência do movimento estudantil e do jornal *Poeira*, segundo seus protagonistas, o perfil dos antagonistas, os quais, embora ligados ao regime militar, tinham certos valores e pretensões políticas, que contribuíram para uma atitude de relativa tolerância em relação ao movimento estudantil, como enfatizam Célia Regina de Souza e Marcelo Oikawa:

Fato importante nesse período foi a transição para o governo Geisel, que nomeou o Ney Braga para ministro [da Educação]. Na sequência, outro lance importante é que o Ney Braga nomeia o genro dele, Oscar Alves, para ser reitor da universidade, e ele vinha com o discurso de que tinha sido do movimento estudantil, da UNE, da Democracia Cristã, isso também deu uma abertura pra nós. Então o Ney Braga assume em 15 de março de 1974 e o Oscar Alves em 10 de junho de 1974. Pra completar, a Universidade de Londrina é a primeira do país já criada nos moldes do acordo MEC-USAID, as outras aderiram, mas a UEL – que na época era FUEL – já nasceu conforme, fundação, ensino pago, sistema de crédito, constrói um campus e muda tudo pra lá (SOUZA, 2014).

Oscar Alves *et caterva*, vários em torno dele, eram todos da Juventude Católica, da Democracia Cristã. Então não era um pessoal reacionário e eles faziam questão de manter essa imagem de tolerância. A Ação Popular vem da Juventude Católica, quando começa a crescer a Teologia da Libertação, ocorre a cisão da Juventude Católica, e a esquerda dela vai fundar a AP [Ação Popular]. A turma do Oscar tinha um projeto de poder dentro da Universidade, fazer com que a UEL tivesse um papel político na região (OIKAWA, 2014).

¹⁷ O Assalto. Texto do dramaturgo Zé Vicente, escrito em 1967. Sua primeira encenação ocorreu em 1969, no Rio de Janeiro.

5.3.2 FUNDAMENTOS

A partir desses legados, o movimento estudantil da Universidade de Londrina fez algumas escolhas fundamentais, que o caracterizaram e das quais nunca se afastou. A primeira dessas escolhas foi pela chamada “linha de massa”, como diz Marcelo Oikawa:

A tal da linha de massas, que virou um jargão, era uma coisa muito séria em Londrina. Ninguém admitia nenhuma ação política que não fosse para organizar as pessoas, fundar uma associação, fundar um clube. [...]. Por que a gente era contra o foco? Porque a tradição da região era a linha de massa; você não faz nada se não tiver um monte de gente [...] A nossa preocupação o tempo todo, o princípio de tudo, era que a aglutinação das pessoas a partir dos seus interesses é sagrada, isso esteve presente o tempo todo.

Isso parece simplório e óbvio hoje em dia, mas não era muito naquele tempo: no final dos anos 60 e nos 70, as lideranças dos movimentos estudantis do Brasil que foram presas e depois pra clandestinidade, eram todas foquistas. Eram os militaristas contra os massistas. A gente cansou de ser xingado de pequeno burguês, de vacilante, de covarde. Tinha um pessoal em Apucarana que era foquista, um deles [Antonio dos Três Reis Oliveira] vinha em casa armado pra tentar convencer a gente pra posição dele, mais tarde ele foi metralhado no fundo de uma pensão em São Paulo.

Hoje em dia, quando a gente revê a coleção do *Poeira*, tem a sensação até de que aquilo ali era uma coisa ingênua, não parece nem que era coisa de comunista, de tão amplo que era. Só que foi feito dentro de um contexto que exigia que a gente fosse cauteloso. A gente cunhou uma frase, não podemos ser tão rápidos que pareça provocação e nem tão devagar que pareça vacilação. Isso a gente pesava o tempo todo.

Parece presunçoso e cabotino, mas aqueles anos todos, por ter internalizado tanto esses valores, eu nunca tive nenhuma dúvida, eu sempre soube o que tinha que fazer e como. Porque quando você tem claro um princípio, tem que ser criativo em relação a ele, não pode ser mecânico... (OIKAWA, 2014).

A opção pela linha de massa, segundo Célia Regina de Souza, foi muito reforçada pela decisão do grupo de participar das entidades oficiais da Universidade:

O trabalho de massa não foi só uma escolha nossa. Porque nessa representação estudantil atrelada à estrutura da universidade, um dado importante é que o voto era obrigatório, todo estudante tinha que votar para os diretórios e representantes em órgãos da universidade. Isso teve um lado bom, foi um limão com o qual nós fizemos uma limonada.

Por que o nosso movimento foi de massa e os outros não? Porque a gente tinha que ganhar eleição, na urna, com o voto dos seis mil estudantes, não adiantava fazer apenas uma assembleia... E tinha que ganhar para os diretórios e os cargos discentes, ou ficava sem legitimidade. E pra participar das eleições não podia reprovar, nem por falta nem por nota, então tinha que ser bom aluno, estar na sala de aula. Isso tudo forçou a gente a seguir um caminho que no final foi feliz,

a gente não podia ter outra escolha que não fosse por um trabalho de massa, representativo, que chegasse aos estudantes.

Isso era muito diferente de quando estávamos na ULES, lá a gente fazia muita coisa bacana, mas não precisava ganhar voto de estudante. Na universidade não – e a gente sempre ganhou tudo com 70 por cento dos votos no geral e, mesmo no CESA, onde as vitórias eram por 20 ou 30 votos graças ao [curso de] Serviço Social. Mas o ponto é esse, a gente tinha sim uma vocação para trabalho de massa, mas bem que poderíamos ter sido um grupinho de esquerda como tantos outros.

Isso foi a grande coisa que fizemos: o Ney Braga projetou a Universidade de Londrina para ser o grande modelo nacional [da reforma universitária], nós entramos na estrutura e trituramos o projeto deles, não sobrou pedra sobre pedra. A primeira coisa que caiu foram os diretórios oficiais, que eles fecharam [em 1978]; eles passaram anos sem repassar a verba que os estudantes pagavam [para os diretórios no ato da matrícula], o primeiro estrangulamento que tentaram foi o financeiro, não adiantou nada.

Nós transformamos aqueles diretórios ‘atrelados’ em coisas maravilhosas, nem os diretórios livres tiveram tanta participação quanto os nossos, teoricamente vinculados à estrutura da universidade. Depois o resto [da reforma universitária] foi caindo, o regime de fundações, o sistema de crédito, o ensino pago, o código disciplinar interno, não sobrou nada. (SOUZA, 2014).

Para Marcelo Oikawa, a opção pela participação nas chamadas entidades “atreladas” desde o início foi tão acertada, que colocou o movimento estudantil de Londrina em posição de vanguarda em relação ao nacional:

A gente exerceu uma influência danada no movimento estudantil brasileiro porque, com a reforma do ensino, a maioria dos estudantes do Brasil ficaram contra participar de atividades atreladas, ou era entidade livre ou nada. Tanto que chegaram a organizar centros acadêmicos livres na clandestinidade, foram perseguidos pela repressão, só dois anos depois eles fizeram a autocrítica e começaram a participar.

Como a gente se antecipou, estávamos bem na frente, com um movimento estudantil muito bem estruturado. Tanto que, no final de 1976, na primeira tentativa de organizar um encontro nacional dos estudantes, fomos eu, o Roldão e a Célia pra Campinas, com a tarefa de dirigir o encontro nacional. Já naquela época a gente era uma referência – não sei se por causa do partido... (OIKAWA, 2014).

5.3.3 INFLUÊNCIAS

As escolhas do movimento estudantil de Londrina nos anos 1970, baseadas na cultura e tradição política dos movimentos de esquerda da região, ganharam consistência,

segundo os protagonistas, com a presença de Marília Andrade e Manoel Costa, membros do Partido Comunista do Brasil, que viveram semi clandestinamente em Londrina de 1970 a 1974 e eram instruídos pelo dirigente comunista Pedro Pomar, crítico das tendências foquistas do PC do B que levaram o partido à trágica experiência da Guerrilha do Araguaia.

O depoimento de Célia Regina de Souza demarca bem o que foi a influência do PC do B no jornal *Poeira* e no movimento estudantil de Londrina.

Eu acho que houve um grupo com intenção política, e isso ficou claro desde o começo. Recebíamos orientação política, sabíamos que o que a gente estava fazendo era parte da luta mais geral, de uma estratégia maior, que essa orientação vinha do PC do B, principalmente através da Marília.

Na metodologia, acho que nossas origens – poesia, teatro e linha de massas... – ajudaram muito, porque eles [Manoel e Marília] não vieram para o Paraná fazer movimento estudantil, mas fazer qualquer coisa, já que não tinham ido para o Araguaia. Era para estudar a questão agrária, retomar a tradição que havia, de Porecatu, juntou também o conhecimento e interesse que a Marília tinha sobre Lima Barreto, a revolta de João Cândido, a situação dos boias-frias no Norte do Paraná (na *Folha* eu fiz uma matéria sobre boias-frias em 1974, no Dia do Colono, mas o artigo era dela).

Isso tudo ter virado movimento estudantil, eu não sei se era o principal objetivo, mas foi o que teve impacto e envolvimento muito grande da Marília.

Em 1975 já havia uma crise dentro do PC do B por conta da Guerrilha do Araguaia, a gente acompanhava através de documentos. Também estudávamos alguns textos do marxismo, gostávamos muito do Lenin e do Mao Tsé-Tung.

Nossa linha era stalinista, mas não tínhamos ligações orgânicas, tipo correia de transmissão, não recebíamos ordens que deviam ser cumpridas, apenas orientações. E como a gente tinha um contato grande com as pessoas [no ME], a gente meio que mediava.

Entre táticas e estratégias, a gente tinha que desenhar nosso caminho, não tinha ninguém desenhando o caminho pra nós. E a gente desenhava esses caminhos coletivamente, primeiro nesse grupo menor, o centralismo democrático, e depois amplamente.

Eu sempre mantive meu vínculo com o PC do B, ninguém me convidou, eu entrei de oferecida. Eles desconversavam, eu fazia de conta que acreditava, mas continuava, eu me considerava [membro do partido]. Nunca tive uma reunião fora nesse período, não tinha uma célula, a única coisa era o nosso grupo do centralismo democrático. Ali a gente lia os documentos [do partido] e a piada era que a gente sabia o milagre mas não o santo.

Ou seja, a gente sabia que a linha era do PC do B, que a Marília vinha de vez em quando se reunir com a gente, mas não tinha uma coisa explícita, [vínculo] formal, não tinha carteirinha. Eu me considerava porque já tinha conhecido o Pedro Pomar, já tinha ido cobrir ponto. Nunca fui convidada e depois, quando disseram que não tinha mais nada, me fiz de besta. (SOUZA, 2014).

A avaliação de Marcelo Oikawa vai na mesma direção. Durante o debate de 30 de maio de 2014, ele declarou:

Éramos moralistas e stalinistas, para o bem ou para o mal [risos]. A orientação do PC do B através do Mané e da Marília foi uma grande influência, eu tenho certeza hoje que o movimento estudantil não teria acontecido, ou talvez não tivesse acontecido daquela maneira, sem os dois. (OIKAWA, 2014).

Em seu depoimento ao autor, Oikawa destacou a força do grupo que participou diretamente da experiência do jornal e do ME:

Mas acho que grande parte do mérito foi daqueles jovens, a gente escolhia bem as pessoas, me lembro de você [Tadeu] entrando em cada saia justa com os caras, numa fleuma, não é para qualquer um, não.

A ideia inicial do partido em Londrina, que eu cheguei a ouvir dele [Manoel Costa] muito de leve, era tentar arregimentar pessoas para a Amazônia. Isso começou com a orientação de separar o pessoal por áreas de atuação para evitar conflitos; eu fiquei responsável pelas áreas de Saúde, Biologia, Comunicação; na área de Saúde a gente organizou um grupo de estudos, começamos a fazer uma pesquisa sobre os boias frias, estudar saúde comunitária, Medicina na China, etc; formamos também um grupo de estudos sobre comunicação rural, estudamos a televisão rural no Japão.

Eu percebi que isso era uma instrução que estávamos recebendo com o propósito de preparar pessoas para ir para a Amazônia, enquanto o movimento estudantil corria muito intenso. Mas logo em seguida mudou para a ideia de enviar pessoas insuspeitas para a região em busca de sobreviventes, parece que o Mané foi até lá, o partido descobriu que não havia sobreviventes no Araguaia e então não se falou mais nisso. (OIKAWA, 2014).

Marcelo enfatiza também o papel de Manoel Costa que, mesmo não sendo estudante da Universidade e participante direto do ME, influenciou em decisões importantes:

O Mané teve um papel muito importante, porque via de regra, a Celinha discordava de mim, dava um trabalho danado nas reuniões do centralismo democrático pra unificar as discussões. Geralmente quem dirimia as dúvidas, e geralmente a meu favor, era o Mané. E quando ele resolvia, estava resolvido.

Lembra o episódio da compra da máquina de impressora? Ficou impossível imprimir o *Poeira*, com todo aquele processo de perseguição aos anunciantes, depois perseguição aos impressores, a gente mudou de cidade várias vezes. Chegou uma hora em que, ou compra uma máquina, ou acabou o *Poeira*.

Eu achava que devia comprar máquina, de qualquer maneira; a Celinha era contra, não sei por que cargas d'água – acho que ela achava que a gente não conseguiria pagar. Quem dirimiu a dúvida foi o Mané Costa, ele falou ‘ou compra essa máquina, ou o *Poeira* acabou’.

Nessa época [1976] ele e a Marília vinham muito esporadicamente para Londrina, teve época que eles ficaram mais de um ano sem aparecer, mas quando apareciam, a contribuição do Mané era muito eficaz. (OIKAWA, 2014).

A abordagem de Roldão Arruda sobre a influência do PC do B tem um viés crítico:

A segunda coisa [característica] básica [do ME de Londrina] foi a existência de um partido clandestino de esquerda, que, eu vim a saber depois, era o PC do B. O que é essa estrutura de partido que o Lenin [Vladimir Ilitch] inventou lá atrás? Trata-se basicamente de um grupo de pessoas ultra disciplinadas, organizadas, coesas, formadas de acordo com as diretrizes do partido, que obedecem a uma direção central e são preparadas para agir em situações extremamente adversas, de guerra, de clandestinidade, com dedicação total. O militante suprime a vida pessoal. Além de não pertencer ao PC do B, eu nunca soube ao certo quais pessoas eram filiadas ao partido em Londrina. O curioso é que tem gente que até hoje procura fazer segredo disso. Vi há pouco uma entrevista do Marcelo na qual ele se recusa a falar a respeito. Não entendi. Qual é o problema em dizer? Lembrei do Sebá em Paris [risos] [último exilado brasileiro em Paris, personagem do humorista Jô Soares]. O Paulo Urquiza, por outro lado, em outro depoimento que eu vi, não hesitou em apontar os nomes de todos os filiados. Citou Marcelo, Cleusa, Jacira, Rubens, Célia. Ouvi também que a Irene Vicentini era, que você (Tadeu) era também. (ARRUDA, 2014).

A presença e influência do dirigente comunista Pedro Pomar no movimento estudantil de Londrina é bastante destacada por alguns dos protagonistas dessa experiência. Marca que se tornou também emocional e afetiva após sua morte em dezembro de 1976, durante a chamada “Chacina da Lapa”, em que forças da repressão flagraram uma reunião clandestina do Comitê Central do PC do B, executaram a tiros dois membros e prenderam os demais.

A ligação direta de Pomar era com Manoel e Marília. Em seu depoimento ao autor, Marília disse:

O Pedro deve ter ficado com a gente porque nós fomos dos poucos que não fomos para o Araguaia, porque eu estava grávida. [...] Por isso ele aparece do nada em Londrina, em 70, e aí voltava a cada três meses, passava uns dois dias com a gente, falando da conjuntura; quando não dava ele marcava com a gente num ponto em São Paulo, geralmente aqui em Moema, sempre avisando ao vivo quando vinha a Londrina. Foi a única pessoa com quem eu falei de 1970 a 1976, tirando minha família, que eu visitava uma vez por ano. Interessante que em toda a nossa convivência, de 1970 a 1976, nós nunca soubemos ao certo quem era ele, se o Pedro Pomar ou o João Amazonas, sempre o conhecemos por Mario, e como a Elena o achava parecido com um tio meu chamado Crispim, lá em casa ele era o tio Pim. E ele sempre aparecia do nada, ou então falava que ia aparecer em dois ou três meses, ou marcava algum ponto em São Paulo e a gente ia, aí ficava circulando de carro ou de ônibus, uma vez fomos pra beira de uma represa, eu levava a Elena junto.

Eu só fui perceber a importância dele depois que ele morreu, passei três anos abaladíssima, chorava o tempo inteiro, escondida. (ANDRADE, 2014)

Dos demais membros do movimento estudantil, somente Célia Regina de Souza teve contato direto com Pedro Pomar:

Para nós que vínhamos de um crescendo de conquistas no combate à ditadura, a queda da Lapa e a perda do Pedro Pomar, em 1976, foi terrível, uma perda amorosa, uma coisa muito simbólica, eu sentia um vínculo moral com ele, tipo ‘eu não vou decepcionar esse velhinho’.

Eu achei muito bonitinho o Cesar Kohatsu, na entrevista para a Comissão da Verdade, quando perguntaram ‘Por que você ficou, se todo mundo foi embora?’; ele falou: ‘Porque eu tinha assumido um compromisso’. É duma simplicidade, mas é verdade. Eu tinha compromisso com as pessoas, histórico.

Eu nunca tive ambição de ter poder, mas eu tinha a ambição de ser uma peça importante nesse mecanismo, e no que dependesse de mim iria funcionar. Essa consciência eu tive desde muito nova, eu tinha noção das minhas fragilidades, mas também da minha força, e o trabalho coletivo fortaleceu isso. (SOUZA, 2014).

Reforçando a percepção de Célia e de Marcelo, de que a influência do partido sobre o movimento estudantil de Londrina foi mais de orientação – ou mesmo de inspiração – do que de comando, Marília relata outra influência:

Ele [Pomar] nos dava assistência total, mas de movimento estudantil ele não sabia como organizar, então eu me inspirava em Belo Horizonte, meu irmão estava no DCE [da Universidade Federal de Minas Gerais], fazia jornal e revista, agitava, eles eram trotskistas e nós stalinistas, mas o Pomar não ligava. Eles tinham o jornal *Gol a Gol*, nome dado por esse amigo, o Flávio Carvalho Serpa, assim como Celinha e eu demos o nome do *Poeira* inspiradas na música do Vanzolini. Como o Pomar não tinha experiência de trabalho com movimento estudantil, eu copiava de BH. (ANDRADE, 2014).

Durante o debate na Universidade de Londrina, em 30 de maio de 2014, Marília voltou a enfatizar essa influência prática de seu irmão Flávio Andrade, que era ligado ao grupo “Centelha”:

O arquivo do DOPS dizia que eu era pombo correio do DCE de Minas Gerais, e eu fiquei muito contente quando vi que era o máximo que eles conseguiram descobrir de mim. E era verdade, porque uma vez por ano eu ia a Minas visitar minha família, e chegava de surpresa por que eles não sabiam onde eu morava, e meu irmão estava lá no movimento estudantil. Tudo que eu tentei fazer aqui, aprendi vendo eles lá – fazer pesquisa, jornal, essa coisa mais democrática de não ficar cutucando demais, não provocar, organizar. (ANDRADE, 2014).

Outra influência destacada por Célia Regina de Souza foi o jornal *Movimento*, o qual

teve um papel importante, porque ele passava essa linha nacional, que era muito identificada com o PC do B, tinha lá o Tiago Santiago, o Duarte Pereira [...]. Isso ajudou a gente a não ficar tão perdidos. Mas a nossa forma de organização foi do nosso jeito, no nosso trabalho sempre teve esse tom pessoal. (SOUZA, 2014).

O protagonismo de um jornal como elemento de organização do movimento estudantil, na opinião de Célia, decorre de outra influência marcante:

Nossa formação leninista era muito baseada na imprensa [...]. O Lenin sempre nos dirigiu bem, não no sentido da homogeneidade, mas de pensar sobre as coisas. Lembro que a gente criou a rotatividade no DCE muito em função de ler *O Estado e a Revolução*, *O que fazer?*, de ver quanto o poder acomodava, então a gente não podia se acomodar. Em suma, acho que a gente conseguiu, com alguns deslizes, extrair o melhor do que nos foi dado. (SOUZA, 2014).

E Marília destaca a importância do curso de jornalismo organizado pelos diretórios estudantis, como fator que viabilizou o *Poeira*: “A experiência do GEIE – Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil foi ideia do Marcelo, como não tinha curso de jornalismo na UEL, nós criamos um no DCE aos sábados à tarde, que é onde depois o *Poeira* virou realidade”.

5.3.4 A EXPERIÊNCIA – PONTOS FORTES

Nos depoimentos ao autor e no debate de 30 de maio de 2014, os sujeitos desta pesquisa apontaram os fatores que consideraram decisivos para o sucesso do jornal *Poeira* e do movimento estudantil de Londrina nos anos 1970.

Objetivos Claros

Para Célia Regina de Souza, a objetividade foi o primeiro fator de sucesso da experiência:

A gente estava na hora certa, no lugar certo com as pessoas certas. Tínhamos um projeto mais amplo, uma estratégia, um projeto de sociedade, um sonho de liberdade, a gente queria muita coisa! Mas naquele momento a gente sabia que o trabalho básico era enfrentar o pessoal que tinha ganho o DCE.

Não era nada pessoal, mas eles representavam o projeto da ditadura, da Arena Jovem, de transformar as entidades estudantis numa coisa amorfa, sem nenhum movimento. Eles eram ótimos pra mandar cartãozinho de aniversário, fazer baile do calouro, fazer festa, mas não colocavam nenhuma questão da vida do país ou até mesmo da universidade.

Isso foi importante no *Poeira*, a gente tinha objetivos claros, a gente queria fazer um jornal de oposição pra retomar o DCE.

O próprio nome tinha essa ideia, veio de um conto da Marília, *Poeira Vermelha*. Acabamos ficando com *Poeira* e então lembramos do refrão do Paulo Vanzolini *Levanta, sacode a Poeira e dá a volta por cima*.

No *Terra Roxa* o pessoal fazia um trabalho sério também, mas não era amplo assim. [No *Poeira*] a gente organizou um trabalho de massas, sem a perspectiva de manipular essas massas. [...] Acho que a gente sempre teve um relacionamento honesto com todo mundo, embora não fosse totalmente sincero [risos]. Tanto é que todo mundo tem orgulho de ter participado do *Poeira*. (SOUZA, 2014).

Para Nilson Monteiro Menezes, “os adversários também facilitaram muito, porque aquela gestão do Nilo [Dequech] foi um desastre, no sentido de menosprezar a capacidade dos universitários como sempre a direita faz, tudo isso somou”.

Outra lição aprendida da experiência anterior do *Terra Roxa*, segundo Marcelo Oikawa, foi manter o jornal independente do DCE:

A gente aprendeu com o *Terra Roxa* que tínhamos cometido um erro ali, fundamos um jornal ‘do’ DCE, quando perdemos a eleição [de 1973], perdemos o jornal também. Então, quando a gente fundou o *Poeira*, fizemos questão de que o *Poeira* fosse um jornal ‘no’ DCE, porque – acontecesse o que acontecesse – o jornal iria com a gente. (OIKAWA, 2014).

Humor

Uma das características fundamentais do *Poeira* foi incorporar o humor, mesclando características dos principais jornais alternativos da época, a seriedade e profundidade de *Movimento* e a irreverência d’*O Pasquim*. Célia Regina de Souza comenta:

Sobre o humor, tem uma frase maravilhosa do *Livro Vermelho* do Millor Fernandes, acho que foi o Marcelo Oikawa que trouxe para o *Poeira* desde o início. Ela pra nós virou um mantra, um guia pra ação, um farolete, que dizia: ‘Um tirano pode evitar uma fotografia, mas não pode evitar uma caricatura, a mordação aumenta a mordacidade’.

Essa máxima deu o tom, foi um lema, uma vertente que o *Poeira* seguiu. Se você olhar as primeiras edições, ele é mais leve que o *Terra Roxa* mas ainda é bem sério, aos poucos ele vai aliviando mas se tornando mais crítico e mordaz, cria o *Monstruário*, o humor vai aprimorando junto com a crítica, fica cada vez mais politizado também.

E o mais importante, as pessoas gostavam e a gente também gostava dessa linguagem, combinava mais com a gente do que algo mais sisudo.

O pulo do gato foi a Marília aparecer com a *Mafalda*, do [cartunista argentino] Quino, uns meses depois. Quando definimos o cartaz para a eleição do DCE, em fundo laranja, com a Mafalda em preto gritando ‘Vote Poeira’, que a gráfica Ipê imprimiu, aí matou!

Mas não chegamos nisso de repente, começou com o humor das charges, fotofococas como a da estátua do Mercúrio ao lado da reitoria da UEL, que dizia ‘o Deus do comércio no lugar certo’, criticando a universidade paga.

O Marcos Villa teve uma grande colaboração nisso, inclusive na elaboração de anúncios criativos. Quando a Mafalda entrou, aí não teve pra ninguém, encaixou direitinho, ela passou a dar o tom, porque era um humor consciente, mas era humor, era engraçado. (SOUZA, 2014).

Marcelo Oikawa também valorizou este aspecto:

O humor foi uma arma importante, até o Nilo Dequech ria: quando ele escreveu [no *Terra Roxa*] a ‘Fala do Presidente’ e a gente escreveu a ‘Fala do Estudante’, ele ria. A gente era muito esperto nisso, criava frases de efeito, títulos engraçados, coisas diferentes e que contribuíram muito, na minha opinião, na luta contra a ditadura, pela democracia. (OIKAWA, 2014).

Linguagem

Outro fator de sucesso do jornal e do movimento estudantil, segundo seus protagonistas, foi buscar uma linguagem compatível com a chamada “linha de massa”, fugindo dos “dialetos” da esquerda. Célia Regina de Souza comenta:

Na eleição que a gente perdeu [no ano anterior] para o Nilo Dequech, o *Terra Roxa* trouxe na capa um editorial com o título ‘A respeito de letargia, mancomunicações...’ não sei o quê, nada acessível ao estudante, e o Nilo Dequech respondeu com aquele dedão do tio Sam, colorido, e a frase ‘Opção é a solução’.

Lembra da propaganda do *Terra Roxa*? Era a chaleirinha fervendo e a frase ‘esquente a cabeça, vote *Todomundo*’, tudo muito inteligente e sofisticado, mas nada popular.

Nós fizemos uma opção clara de linguagem, de não usar aqueles chavões e jargões típicos do ME, tipo ‘as massas isso ou aquilo’, que acabam virando uma espécie de dialeto, o pessoal pensa que os estudantes estão entendendo, mas não estão.

Nós até ficamos com a imagem, junto ao pessoal do movimento estudantil de outras cidades, de que éramos muito certinhos, limpinhos, organizados, meio caretinhas. E realmente a gente nunca adotou aquela linguagem, nem no texto nem na fala.

Quando íamos para as salas de aula a gente usava uma linguagem bem normal, um tom de voz normal, nada daqueles discursos raivosos, ardidados, histriônicos, que assustam as pessoas. Nenhuma liderança do nosso pessoal usou esse tipo de linguagem. Com isso a gente tinha muita proximidade com os estudantes.

E na medida que o trabalho de massa foi evoluindo, muita gente nova foi chegando. A gente sempre gostou de trabalhar com muita gente. E o legal é que elas eram pessoas ‘normais’, não estereotipadas.

Vinham pessoas refinadas como a Ingrid Rizzi, a Gisele, e também pessoas extrovertidas como a Regina Bortolo, mais reservados como o [Eduardo] Franzon, os meninos da Medicina. Eram os estudantes... de todos os tipos.

E a gente, que estava na liderança e que podia virar uma coisa diferente, a gente optou mesmo por ser bem igual a todo mundo. Também fomos ficando mais leves, convivendo com essas pessoas novas que chegavam. (SOUZA, 2014).

Roldão Arruda também identifica na linguagem uma das forças do jornal:

Um dos aspectos mais legais do jornal *Poeira*, que sucedeu o *Terra Roxa*, é que ele foge do padrão do jornal de esquerda, que normalmente é panfletário e chato. O *Poeira* era divertido, uma forma de atrair a atenção dos estudantes.

Acho que foi inspirado no jornal do DCE da UFMG, idealizado em grande parte pelo Flávio de Carvalho Serpa, com quem trabalhei no jornal *Movimento* anos depois, e que se chamava *Gol-a-Gol*. Eles tinham uma posição de esquerda, mas sem dogmatismos. Lutavam contra a ditadura de maneira divertida. Era a época do divertidíssimo e provocador semanário *O Pasquim*, uma bíblia pra todo mundo. (ARRUDA, 2014).

E Marcelo Oikawa reitera como a escolha da linguagem era uma opção consciente dos dirigentes do jornal e do movimento:

Sabe por que o *Poeira* não era censurado? Porque ele não era censurável. Ele era uma expressão da realidade, muito cuidadosamente encarada por nós. A nossa prioridade era juntar gente, só começamos a politizar o *Poeira* depois de três, quatro anos.

Outras providências que eram simplórias até, mas muito boas. Por exemplo, o pessoal ficava na frente do espelho ensaiando, para ir às salas de aula, a gente previa as perguntas que eles [estudantes] podiam fazer e preparava respostas, eram coisas muito elaboradas, fruto de um comprometimento muito grande. (OIKAWA, 2014).

Pesquisa de Opiniões

Dentro da linha de massa adotada pelo jornal *Poeira*, as pesquisas de opinião junto aos estudantes tiveram papel decisivo na hegemonia política alcançada pelo

grupo no movimento estudantil da UEL. Segundo Marília Andrade, “imitando BH, começamos com a pesquisa de sala em sala [1974], para colocar o protesto na boca dos estudantes. O que aprendi mesmo em minha temporada em Londrina foi jornalismo e pesquisa”.

Para Roldão Arruda as pesquisas de opinião funcionaram como um freio a impulsos esquerdistas:

Faziam parte dos interesses da Marília, que estava sempre fazendo prospecções, sugerindo coisas. Eu acho fenomenal. A pesquisa fazia parte da educação política dos militantes do movimento estudantil.

Quando eles perguntavam à massa de estudantes quais os interesses deles, quais bandeiras gostariam que fossem defendidas por seus representantes, as respostas nem sempre eram as que gostariam de ouvir. A massa parecia sempre um pouco atrasada, demasiado reformista.

Mas os militantes consideravam as manifestações da massa e seguiam, de maneira geral, o que ela queria. Para se ter uma ideia, enquanto nós queríamos derrubar a ditadura, a massa queria passe estudantil. (ARRUDA, 2014).

Marcelo enfatiza o caráter amplo das pesquisas:

Não era uma pesquisa por amostragem, era um questionário pra cada estudante. Essa pesquisa se revelou um instrumento poderoso, porque a gente passou a montar nosso programa de trabalho anual com base no que os estudantes falavam. E era uma coisa tão precisa que a gente já sabia quantos votos teríamos na eleição, que eram muitos votos, 70, 80 por cento. (OIKAWA, 2014).

Lembrando a primeira pesquisa, aplicada na primeira eleição do *Poeira*, em 1974, Célia Regina de Souza diz:

Aí veio a pesquisa, que foi antes da eleição [de 1974], e também a formação das chapas, que teve grande adesão, era um clima muito bom que eu atribuo a essa conjunção de pessoas, talentos, ideias. Além do rumo político, a gente tinha uma definição clara por um trabalho amplo com as pessoas, de massa mesmo. (SOUZA, 2014).

Qualidade Jornalística

A qualidade editorial e gráfica do jornal, que frequentemente atingia um nível de jornalismo profissional, apesar de elaborado por dezenas de estudantes de todos os cursos da Universidade, é outro fator de sucesso da experiência, segundo seus protagonistas.

O que eu vi de muito legal no jornal [*Poeira*] foi primeiro o nome, e também a qualidade, porque Londrina já tinha uma qualidade gráfica que se via em poucos lugares. No início, o diagramador era o Verçosa.

O jornal seguia a realidade do mercado editorial, tinha qualidade e vivia da venda de anúncios, que eram bem feitos, criativos. Atribuo isso à conjugação de pessoas das mais variadas formações, gente do jornalismo, da poesia, de música, do visual, juntou o Verçosa com o Marcos Villa, depois o Bravus que era cartunista com traço parecido com o do Jaguar. E mais a persistência e a seriedade no cumprimento de prazos, que a gente mantinha. (SOUZA, 2014).

Nilson Monteiro Menezes valoriza a presença de jornalistas profissionais entre os fundadores do jornal:

Não que o jornalismo tenha sido o pai do movimento estudantil, porque houve muitos outros fatores, mas um jornal feito com característica profissional, que fala uma linguagem clara o que os estudantes estavam querendo, não podia dar erro.

O movimento *Poeira* estava correto ao se revestir de caráter político numa hora em que a sociedade ansiava por isso. E o *Poeira*, além de político, tinha esse caráter profissional, na minha interpretação essa combinação deu quase cem por cento de votos. (MENEZES, 2014).

E Marcelo Oikawa destaca uma contribuição de peso no amadurecimento do projeto editorial e gráfico do jornal:

Eu acho que o *Poeira*, do ponto de vista da aparência, deu um salto de qualidade muito grande com a contribuição do Narciso Kalili¹⁸, foi outro jornal, completamente diferente. A gente aprendeu que podia tocar em assuntos sérios de forma saborosa. E a gente conseguiu fazer isso não só no *Poeira*, pega os jornais setoriais, os jornais-laboratório [do curso de Jornalismo], são de uma qualidade que você não vê na imprensa. Acho que a contribuição do Narciso ajudou muito. (OIKAWA, 2014).

Processo de produção

¹⁸ Após seu afastamento do jornal *Panorama*, Kalili continuou vivendo em Londrina por alguns meses, período em que editou, juntamente com Rui Fernando Barbosa, o semanário *Viver Londrina*. Nesse período, colaborou na definição de um novo padrão visual para o *Poeira*, especialmente na edição nº 18.

Compatibilizar a qualidade jornalística com o processo democrático de produção do jornal, sempre foi um dos grandes desafios do *Poeira*. Segundo Célia Regina de Souza,

uma coisa boa foi que a gente criou as comissões de edição, de diagramação, de impressão. Elas foram uma escola, sempre com uma pessoa mais velha, um meio experiente e um mais novo em cada comissão. Lembro de você [Tadeu] ensinando e o Marcão e o Menoli aprendendo a diagramar.

Na comissão de redação, que aprovava ou não os textos (na primeira leva, porque depois era o conselho que decidia), tinha uns dois mais velhos e sempre tinha um aprendiz de feiticeiro. (SOUZA, 2014).

Para Marcelo Oikawa, aquele processo democrático foi “altamente inovador” e poderia funcionar ainda hoje:

Claro que em um jornal hoje você não vai conseguir fazer uma discussão tão minuciosa, tão intensa, mas existem maneiras de criar variações, de estabelecer uma redação por área de conhecimento com discussão livre, do ‘foquinha’ até o editor – coisa que o jornalismo não faz hoje.

O funcionamento de um jornal continua sendo bem feudal, cada um com seu ‘feudozinho’, se muda o diretor de redação, muda a redação inteira, porque o cara que vem traz a corriola dele. Mas o nosso método foi muito bem sucedido. (OIKAWA, 2014).

Roldão Arruda diz que chegou a duvidar da eficácia do processo, mas mudou de opinião:

As reuniões semanais de pauta do *Poeira* também eram didáticas. Havia abertura para qualquer pessoa falar o que quisesse. Quanto ao resultado final delas, ou seja, a definição da pauta, eu não sei se refletia mesmo o conjunto daquelas opiniões todas. Eu sempre tive a impressão de que todo mundo estava lá meio por figuração. Mudei essa minha impressão recentemente, ouvindo depoimentos de várias pessoas que participaram. Vejo agora como elas se sentiam importantes, como viam os resultados de sua participação. (ARRUDA, 2014).

Além do *Poeira*, o movimento estudantil da UEL inovou na disseminação de diversos jornais setoriais:

Outro instrumento importante no processo de fortalecimento do movimento estudantil foram os jornais setoriais, como o *Ferro*, *Matraca*, *Bezerro Rebelde*, *Galileu Galilei*. Cada jornal setorial se incumbia de cobrir sua área de estudos, quando o assunto local ganhava relevância, ia para o *Poeira*, já com uma estrutura de matéria.

Esses jornais davam capilaridade, porque o *Poeira*, não tinha uma frequência tão grande; a gente se antecipou como técnica jornalística, porque naquela época ninguém fazia isso. (OIKAWA, 2014).

Democracia Interna

O espírito democrático, segundo os sujeitos da pesquisa, permeou não apenas o jornal mas todas as atividades do movimento estudantil.

Tínhamos total democracia, as decisões eram coletivas no conselho deliberativo do DCE, o cargo não valia nada, não havia personalismo, não havia vaidades. O Nilson escreveu um artigo muito feliz anos depois, que dizia: ‘o *Poeira* não teve um rosto, teve muitos rostos. (OIKAWA, 2014).

Célia Regina de Souza também acentua a “democracia participativa” como um dos pontos fortes da experiência do movimento estudantil de Londrina:

Nossa primeira decisão é que cargo não tinha importância, tudo ali era responsabilidade de todos nós, independente de cargos. No DCE tinha uma cadeira gigante do presidente que a gente nunca usou, isso foi simbólico e muito importante, porque aquele nosso início [no DCE] foi bem pesado. E a gente se preocupava que aquilo podia ser o nosso fim, se nos enclausurássemos ali dentro com aqueles problemas, tivemos que ser muito cuidadosos nesse período. Nisso nossas leituras de esquerda ajudaram, lembro do *O que fazer* [de Lenin], que alertava como o poder acomoda, a importância de fazer rodízio das pessoas no poder, por isso fazíamos tudo em comissões, coletivamente. (SOUZA, 2014).

A democracia interna foi bastante favorecida por uma férrea disciplina na organização de reuniões, aspecto bastante enfatizado por Marcelo e Célia.

Para organizar nossas reuniões, pegamos o Regimento da Câmara de Vereadores e demos uma adaptada, a gente buscava alternativas para que todo mundo falasse, para que as reuniões fluíssem. Era um respeito absurdo para o tempo das falas, tinha o rigor para se chegar no horário (a multa em caso de atraso era vender camisetas). (SOUZA, 2014).

Quando você [Tadeu] foi falar na Câmara [junho de 1977], eu vi que os vereadores usavam o tal regimento, o comportamento era bem disciplinado, as nossas reuniões eram uma zona, eu falei: ‘pô, tá aqui’, pedi uma cópia na secretaria, eles deram, aí eu e você sentamos lá na mesona do DCE e começamos a ‘canetear’: ‘vamos mudar aqui, mudar ali...’. Foi uma somatória de felizes providências. (OIKAWA, 2014).

Centralismo Democrático

Em um nível restrito, um grupo de líderes, considerado de maior confiança, reunia-se sigilosamente, fora do DCE, para discutir previamente as estratégias do movimento estudantil antes das reuniões do Conselho Deliberativo do DCE, segundo Marcelo Oikawa:

O centralismo democrático é um método usado pelos comunistas desde a época do Lenin. Quando o movimento estudantil começou a crescer, foi outra providência do Manoel [Costa].

Nas discussões do conselho havia muita divergência entre nós, era uma zona, então uma forma de dar mais objetividade ao conselho era criar uma instância para dirimir as divergências; era uma busca de consenso mesmo – o que eu acho uma coisa bem boa, permitia a discussão de qualquer assunto, não só do jornal.

Inclusive porque a essa altura tinha muita gente que tinha avançado bastante, principalmente o nosso grupo da Saúde. Todas as pessoas que participaram do centralismo até hoje lembram que aprenderam a organizar suas ideias e a escrever com clareza lá no *Poeira*.

E quem era o centralismo democrático? Eu, Celinha, Roldão, você [Tadeu], Paulo Urquiza, Ruba [Rubens Pinheiro de Souza], a turma da Saúde - Marcão, Menoli, César, éramos uns oito ou nove no começo: O Nilson não chegou a participar, a Cleusa também não, já tinha se formado e estava na APLP [Associação dos Professores Licenciados do Paraná]. (OIKAWA, 2014).

Célia Regina de Souza comenta as divergências no interior do grupo:

O centralismo era o núcleo político mais pensante, principalmente do ponto de vista estratégico. Participavam desse grupo inicial, no DCE, os mais velhos, como o Marcelo, Roldão, Cleusa, Tiemi, Tadeu, Ruba, Paulo Urquiza... Depois formamos grupos assim por área, onde entraram os mais novos, sempre acompanhados por um de nós. O Marcelo tinha o grupo da Saúde, o do CCH era com a Tiemi, eu tinha o grupo do CESA...

O Marcelo sempre foi um estrategista brilhante. Eu questionava bastante, até ter certeza se o rumo era aquele mesmo. A gente divergia muitas vezes, mas nossas diferenças eram mais na forma de fazer as coisas, não na essência.

Buscávamos a hegemonia das ideias não pela força, mas pela discussão, pela sedução, mostrando na prática que as coisas funcionavam. O que a gente não tinha era homogeneidade, o que era bom. (SOUZA, 2014).

Roldão Arruda guarda uma visão crítica da experiência do centralismo democrático, mas atenuada pelo “jogo de cintura” de seus membros.

Tínhamos sujeitos que pertenciam ao núcleo duro do partido trabalhando lado a lado com quem não era do partido. Você [Tadeu] e eu éramos arrastados pelo ímã do núcleo duro. Mas outras pessoas próximas, como o Carlos Alberto Verçosa, o Domingos Pellegrini Jr, o Marcos Villa, o Bravus e outros, não se submetiam. E eram criticados, pelas costas, como liberais.

Eu nunca combinava muito com o Marcelo, que era uma das principais cabeças pensantes do partido e do movimento estudantil, mas sempre tinha alguém que fazia o meio-de-campo.

E o Marcelo nessas horas era democrático e cumpria o que o coletivo determinava, ou seja, a direção local desse grupo tinha um bom jogo de cintura, levava a sério a ideia de que para vencer a ditadura era necessário trabalhar com uma frente ampla. E foi isso que deu certo. (ARRUDA, 2014).

A convivência entre a estrutura centralizada e a diversidade é um dos pontos fortes da experiência de Londrina, na visão de Roldão:

O que eu achava legal no *Poeira* era o conjunto de cabeças diferentes. Tinha uma química, uma mistura que funcionava e dava bons resultados. Escrevi muitos artigos e editoriais com a Célia, que, soube mais tarde, fazia parte daquele núcleo duro do PC do B.

Ela ficava me monitorando ideologicamente. Fazíamos uma boa dupla. Discutíamos palavra por palavra, parágrafo por parágrafo. Havia um cuidado muito grande para não se fazer provocações gratuitas ao regime, não abrir brechas para eles nos destruírem. Tinha-se noção de que o tempo não era bom para essas coisas. A proposta era de avançar sempre com o apoio dos estudantes. (ARRUDA, 2014).

Comprometimento

Este é outro aspecto enfatizado pelos sujeitos da pesquisa, como determinante do sucesso do jornal *Poeira* e do movimento estudantil de Londrina.

Marcelo Oikawa:

Num cenário em que o movimento estudantil no país era feito por um bando de ‘porraloca’, Londrina fez um movimento estudantil com um bando de jovens bem-comportados, muita seriedade. Por isso eu considero o período histórico não 1973 a 1978 e sim de 1968 a 1983, uns quinze anos. Foi um trabalho muito cuidadoso, disciplinado. (OIKAWA, 2014).

Célia Regina de Souza:

Tudo que a gente fazia era de uma seriedade absurda, a venda de camisetas se tornou uma coisa fantástica, os shows, a organização financeira. O [Roberto] Menoli como tesoureiro era o cão... A Sesac [Semana de Saúde Comunitária] deu lucro! A gente até fretou um táxi aéreo para um palestrante, o Fausto Cupertino, que tinha perdido o

voo – e ele nem era do PC do B, era do partidão [risos]. Lembro até hoje da reunião da Sesac nacional, em que o pessoal caiu de pau em cima de nós porque a gente tinha feito uma coisa dessas... Mas no fim, ainda sobrou dinheiro, porque era tudo muito organizado, com muito respeito pela coisa pública. (SOUZA, 2014)

Roldão Oliveira Arruda:

A gente trabalhava bastante, aos sábados à tarde, aos domingos. Para nós jornalistas, que tínhamos uma insatisfação muito grande com a situação política, aquilo era uma forma de extravasar.

Não havia censura direta no *Poeira*, mas nós tínhamos uma autocensura muito forte. Havia os mais medrosos e os menos medrosos – e um grupo estava sempre controlando e pressionando o outro.

A distribuição do *Poeira*, feita de sala em sala, era um acontecimento na universidade. E tinha a participação de todo mundo, dentro da condução do partido: você escrevia, mas também precisava dirigir a Kombi, distribuir o jornal, fazer tudo. (ARRUDA, 2014).

A seriedade e comprometimento, segundo os protagonistas, tinha como foco principal a busca constante por uma “comunicação dialógica” com os estudantes, segundo Célia:

Nós nunca tivemos uma visão tipo ‘eu escrevo e vou jogar um monte de coisa em cima dos estudantes’. Sempre buscamos uma comunicação dialógica, com um profundo respeito pelos estudantes, pelas pessoas, a gente era do bem mesmo nessa coisa.

A gente não entrava numa sala de aula desrespeitando professor, a gente batia na porta, pedia, porque a gente queria ser bem recebido, queria ser escutado. Até o tom de voz, a gente tinha o cuidado de não gritar, de usar um tom de voz normal.

Então, mesmo que o professor não quisesse que entrássemos, mesmo num curso tido como direita como o curso de Direito, que era terrível, os alunos falavam “entra, entra!”. Nós tínhamos uma disciplina muita séria, a gente levava muito a sério o que fazia. (SOUZA, 2014).

A proximidade com os estudantes era também uma estratégia de segurança, segundo Marcelo Oikawa:

Coisa que pouca gente lembra, a Casa do Estudante e o Restaurante Universitário foram fundamentais pra nós; aqueles estudantes que moravam em cima [do DCE] ou que vinham comer no RU na hora do almoço, serviam como proteção pra gente.

Era um período de muita ameaça, a Luzia [Yamashita Deliberador] chegou aligar pra mim em casa, o Leonardo Henrique dos Santos, que foi meu chefe de reportagem na *Folha* [de Londrina], também: “Marcelo tudo bem com vc?”; “Tudo, porque?”; “Porque tá rolando uma notícia que você foi preso”.

Então, o RU e a Casa tinham esse papel político fundamental, era sempre muita gente em volta da gente por ali e isso servia como proteção. (OIKAWA, 2014).

Finalmente, segundo Célia Regina de Souza, a seriedade e comprometimento significavam também a recusa a um procedimento comum em certas áreas do movimento estudantil, o dos “estudantes profissionais”:

A gente tinha uma concepção muito clara de que não íamos virar estudantes profissionais, desses que entram [na Universidade] e nunca mais saem, com quarenta anos ainda estão na juventude estudantil.

A gente tinha mais coisas pra fazer no mundo, vamos ser médicos, profissionais, vamos pra não sei aonde, vamos tocar em frente, porque tem um país inteiro pra mudar, não é só universidade.

Onde você vai, encontra pessoas que fizeram parte desse movimento, pessoas de ponta, fazendo coisas importantes. (SOUZA, 2014).

5.3.5 MOMENTOS MARCANTES

Ao longo da presente pesquisa, os protagonistas do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina identificaram alguns momentos críticos, cujo enfrentamento adequado foi decisivo para o desenvolvimento da experiência.

Derrota em 1973

Segundo Marília Andrade,

Em setembro de 1973 nós perdemos a eleição do DCE porque, na minha avaliação, o Márcio [Almeida] errou em querer por o Tercílio [Turini] para presidente, Medicina, que é um curso com poucos alunos-eleitores, já tinha feito o primeiro presidente, o segundo tinha que ser do CESA [Centro de Estudos Sociais Aplicados]. O Márcio insistiu e a chapa *Todomundo* – que eu dei o nome – perdeu de lavada para o Nilo Dequech.

Na eleição seguinte, a primeira do *Poeira*, fomos buscar um presidente do CESA, o Marcelo trouxe o nome do Paulo Silva, bonitão, progressista (tinha participado de 1968) que era da Economia. (ANDRADE, 2014).

Outro fato destacado por Marília é o apoio da *Folha de Londrina*, tanto ao *Terra Roxa* como ao *Poeira*, apoio que durou até o final de 1975:

O *Terra Roxa* era o jornal do DCE, então ele tinha recursos, não precisava tanto da publicidade como o *Poeira*, que nasceu fora do DCE, como oposição, e que manteve a independência mesmo quando ganhou o DCE. E o que ajudava muito era o apoio

da *Folha*, que no final sempre nos dava bons descontos. Eu morro de saudade daquele ambiente da *Folha*, as máquinas, as pessoas...

Coisas que me marcaram nesse período do *Poeira*: as aulas de jornalismo do Marcelo, eram muito boas; as madrugadas na *Folha de Londrina* imprimindo o jornal; no final da campanha do *Poeira* [1974] eu fiquei três dias e três noites sem dormir no QG da campanha, que era no DATA [Diretório Acadêmico Treze de Agosto, do Cesulon, atual Universidade Filadélfia], experiência intensa, a Mafalda como nosso símbolo, a Elena como nossa mascote, muito emocionante. (ANDRADE, 2014).

Crise em 1974

A conquista do DCE em 1974 representou a primeira crise do *Poeira*, segundo Célia Regina de Souza:

A coisa ficou pesada mesmo, porque o DCE era um poço de problemas, com uma Casa do Estudante e um Restaurante Universitário que não tinham como se sustentar.

No caso do RU, a diretoria anterior [Nilo Dequech] tinha aberto pra ganhar votos na eleição do DCE, e nós resolvemos fecha-lo porque não tinha verba pra sustenta-lo. Nós dizíamos que o dinheiro das entidades estudantis [pago pelos estudantes no ato da matrícula] não podia ser usado para atividades assistenciais.

Esse foi o motivo do racha [na diretoria do DCE], que o Tercílio [Turini, vice presidente] renunciou. Lembro da ata dessa reunião, feita pela Ingrid Rizzi, em que a gente dizia 'o tempo vai se encarregar de dizer quem está com a razão'.

Isso está documentado também na edição do *Poeira*, logo após nossa posse. Nós só reabrimos o RU e iniciamos a Casa do Estudante depois que uma comissão dos primeiros moradores topou trabalhar pra conseguir recursos em Brasília. (SOUZA, 2014).

Em meio a essa primeira crise, o grupo político encontrou uma saída criativa para a questão do ensino pago, aproveitando a oportunidade de uma audiência com o então presidente, general Ernesto Geisel:

Nós saímos com tudo com a questão da federalização da universidade, não lembro bem como chegamos nisso, mas foi uma estratégia inteligente de jogar a questão do ensino pago em cima do novo ministro [Ney Braga], que era do Paraná, sem radicalizar a questão. (SOUZA, 2014).

Mas logo depois, no início de 1975, Célia destaca uma dura lição:

Fizemos a primeira besteira, que serviu de lição pro resto da vida: foi na recepção aos calouros de janeiro de 1975, organizamos aquele show com o MPB4 no [cine]

Ouro Verde, duas noites, estudante pagava meia e calouro não pagava. Lotamos o cinema nas duas noites, de sair gente pelo ladrão, foi um sucesso, mas tivemos um grande prejuízo. O número que ficou na minha mente foi quinze mil, não lembro qual era o dinheiro da época, e a gente não tinha como pagar. No fim, o Paulo Silva (que era empresário e presidente do DCE) pagou e nós tivemos que fazer das tripas coração pra pagar a ele depois. Por isso ficamos tão craques em vender camisetas e outras promoções para arrecadar dinheiro. Foi duro, mas serviu pra gente aprender que não podíamos ser ingênuos nessas coisas. (SOUZA, 2014).

Consolidação em 1975

Após uma certa desaceleração do movimento no primeiro semestre de 1975, em função do engajamento profissional de vários de seus membros no projeto do jornal *Panorama*, Célia destaca uma retomada no segundo semestre desse ano:

O Marcelo, você [Tadeu] e eu saímos do *Panorama* e entramos de cabeça de novo no *Poeira*, daí veio a eleição do Nilson, a vitória nos diretórios setoriais, foi um período de construção do movimento estudantil, também começamos relacionamentos com pessoal [do ME] de fora, ficamos sólidos, tivemos vitórias consistentes como a derrubada do exame obrigatório, depois o passe universitário, o [regimento] 169 que a gente já tinha enterrado, após a luta da federalização levantamos a bandeira do ensino gratuito, aí entramos na questão das liberdades democráticas, já politizando um pouco mas mantendo aquela linguagem da *Mafalda*, sem perder a referência do trabalho de base. Enfim, até fim de 1976 o trabalho ia num ótimo astral. (SOUZA, 2014).

Prisões Políticas

De todas as crises vividas pelo movimento estudantil nesse ciclo do jornal *Poeira*, certamente a mais decisiva foi a tomada de posição frente a prisões políticas da “Operação Marumbi” em 1975, em plena ditadura, às vésperas da morte de Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI em São Paulo.

No final da primeira gestão do *Poeira*, quando ia haver a transmissão de cargo do Paulo Silva para o Nilson [Monteiro], houve as prisões da Operação Marumbi, entre as pessoas sequestradas estava o Nelsão [Nélson Ferreira dos Santos, diretor do Centro de Ciências da Saúde da UEL].

Esse episódio foi o primeiro teste importante para o movimento estudantil, porque se tratava de um acontecimento político extremamente grave; a gente soube das prisões e, poucos dias depois, começaram boatos de que várias pessoas estavam sendo torturadas.

Foi um momento muito delicado, porque se você não fizesse nada [em relação às prisões], ia se desmoralizar, e se fizesse algo fora do tom, ia perder o apoio dos estudantes, tinha que achar o tom certo.

Como eu estava incumbido da área de saúde e a prisão do Nelsão atingia diretamente essa área, e por outro lado havia o risco de o pessoal se assustar e debandar, nós decidimos que íamos denunciar só a prisão do Nelsão, que nos correspondia. (Até hoje a mulher do Luiz Gonzaga [presidente do MDB de Londrina], que tinha sido preso também, não me cumprimenta). Era uma escolha que a gente tinha que fazer para poder reagir àquela prisão.

A maneira como a gente escreveu o manifesto sensibilizou muito os estudantes, porque foi visto mais como um ato de solidariedade do que de confronto. Se você ler hoje todo o material nosso, fora daquela conjuntura, despido daquela carga emocional da época, você vai achar até meio pueril...

Interessante que o Nelsão foi libertado em trinta dias e, daquelas pessoas presas, foi o único que não foi torturado. O Laércio [Souto Maior] foi preso junto, ele nem entendeu direito, porque não era do partidão, mas foi torturado; o [João] Einecke foi barbaramente torturado, o [Luiz] Gonzaga também; o Abelardo [Araujo Moreira, médico] acho que chegou a levar uns safanões. (OIKAWA, 2014).

E Nilson Monteiro Menezes, que leu o discurso divulgado na íntegra pelos jornais da cidade, comenta: “Aquela noite foi um marco da transformação do *Poeira* em uma força política, era uma conjugação de forças com a comunidade”.

Pressões Contra o Jornal

Analisando hoje a trajetória do jornal *Poeira*, observa-se claramente como aquela manifestação política foi um divisor de águas na relação do jornal e do ME com as forças de repressão. No debate de 30 de maio de 2014, Nilson relatou um episódio após a distribuição da edição número 11, em novembro de 1975:

Na matéria do ‘Arriba Espanha’ houve uma ilustração do Franco que era a cara do Geisel, ou vice-versa. O delegado da Polícia Federal aqui em Londrina me chamou, eu era o presidente do DCE na época, mais uns dois ou três, ele pergunta: ‘Por que vocês estão fazendo isso com o Presidente da República?’. E nós: ‘Não, esse não é o Presidente da República, esse é o ditador da Espanha’. ‘Não, isso aqui é o Presidente da República’. ‘Pô, mas se o Senhor quer acreditar que é o cara, é o cara, mas pra nós esse é o Franco’.

E nós passamos cinco horas lá, o cara tirou o revólver dele e botou como se fosse essa camiseta [em cima da mesa]. Eu nunca fui preso, mas aquela vez eu falei: ‘Filha da mãe, vai me ferrar a vida porque um filha da puta desenhou a cara do Franco na cara do Geisel’.

O desenho era do Jaime Leão, que é um outro amigo, morreu esses dias; ele era ilustrador do jornal *Movimento* e esteve aqui com a gente no *Panorama*, trazido pelo Narciso [Kalili], esse povo também dava respaldo ao movimento estudantil. (MENEZES, 2014).

Na sequência, começaram as pressões contra anunciantes e as gráficas que imprimiam o jornal:

Lembro de carta da Liral (livraria) dizendo que não ia mais anunciar, a gente via que estava ficando difícil. A *Folha* também era muito parceira, e não só o Milanez, todos os funcionários se tornaram fãs do *Poeira*, o Diniz, o Tarzan, o Jacaré, o Luizinho, o Alvaro Grotti; lembro que quando a gente ganhou o [prêmio] *Parker Pen*, colocamos um agradecimento a todos eles no jornal, com a Mafalda gritando os nomes deles. Compramos uma caneta e levamos pro Alvaro Grotti em agradecimento também, nós éramos muito educadinhos e reconhecidos.

Apesar disso, lembro do Milanez falando pra nós que não estava dando pra continuar [imprimindo o jornal] – eles imprimiram até começarem as pressões [fim de 1975].

Em 1976 a gente rodou uma edição em Maringá e a primeira edição que imprimimos no DCE foi o *Poeira* 13, ‘Difícil, mas possível’, em julho de 1976.

Ou seja, a *Folha* rodou o *Poeira* dois anos. Ter começado lá foi bom, porque o jornal era bem visto por sua qualidade, a gente pagava sempre corretamente. Mas depois embolou. (SOUZA, 2014).

A Compra da Impressora

A resposta às pressões foi a compra da máquina Multilith 1350, que imprimia em formato duplo ofício, em agosto de 1976, aquisição que deu ao movimento estudantil e ao jornal plena autonomia. Após a tomada de decisão, difícil pelos valores envolvidos e mediada por Manoel Costa, segundo relato de Marcelo Oikawa, o desafio era pagar o investimento: “Lembro que a gente pagou uma boa parte dessa máquina com os shows da *Semana de Atualidades* e com a ajuda do Paulo Silva; quando iam vencer as promissórias, a gente saía catando cavaco pra tudo quanto é lado, era um auê, mas conseguimos” - disse Oikawa.

Para Célia Regina de Souza, apesar da importância dessa máquina, o marco da virada do jornal foi uma edição anterior, o *Poeira* 13:

Ele foi feito numa ‘mini off set’, a gente imprimiu com papel-jornal e aquilo enroscava, era o inferno. A outra máquina [Multilith] ficou mais famosa, mas aquele momento foi emblemático.

O número 13 é o *Poeira* que eu mais amo e o que mais me emociona, feito em letra set e na máquina IBM do DCE. ‘Difícil, mas possível’, era o título da capa e, do ponto de vista de resistência, ele foi a virada, o que a gente perdeu em qualidade gráfica, a gente ganhou em decisão, consciência.

O *Poeira* deixou de ser tão bonito e bem-feito, graficamente, mas se fortaleceu como nosso símbolo de resistência. (SOUZA, 2014).

Debate com Aliomar

A autonomia do jornal num contexto nacional de enfraquecimento do regime militar, pela crise econômica, e crescente politização do movimento estudantil, gerou, no caso de Londrina, um ambiente de confronto cada vez mais direto com as forças de repressão, internas e externas à Universidade. O auge desse processo ocorreu em junho de 1977, com a operação policial militar que impediu o ex presidente do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro, de falar aos estudantes sobre “Direitos Humanos e Constituinte”.

O debate com Aliomar Baleeiro em 1977 foi fundamental, porque deu um grau de politização absurdo! A *Folha de Londrina* fez uma baita reportagem, [a edição] esgotou, cobriu o assunto vários dias, repercutiu nacionalmente, entrou até no guia da [editora] Abril de datas nacionais importantes. Esse fato colocou a discussão política num patamar elevado e trouxe grande apoio da sociedade ao nosso movimento. (SOUZA, 2014).

5.3.6 PONTOS FRACOS

“Sobre os pontos fracos, eu não sei se já estou estourando o tempo [risos], não vou ficar procurando muito defeito na gente não, deixa pros outros acharem depois”, disse Célia Regina de Souza no debate sobre os 40 anos do *Poeira*, no dia 30 de maio de 2014.

As principais críticas à atuação do grupo *Poeira* partiram de Roldão Arruda e estão mais relacionadas a conceitos e preconceitos em questões pessoais, comportamentais e a conflitos entre cultura e política no interior do grupo.

Anti-intelectualismo

Torciam o nariz pra quem era intelectual, nunca prezaram muito os artistas, mas sabiam que precisavam deles pra divulgar, pra atrair pessoas. Por causa desse viés antiacadêmico, anti-intelectual, os que pertenciam ao partido e as pessoas mais próximas, como eu, nunca fomos muito estimulados a ser pesquisadores acadêmicos.

Acho que isso repetia o erro da revolução cultural chinesa. Eles poderiam ter valorizado mais as pessoas que estudam, que gostam mais da pesquisa científica, da investigação. Talvez não o tenham feito porque achavam que estávamos na iminência de uma revolução.

Se você fizer uma comparação entre o *Poeira* e os jornais alternativos da época, que circulavam para o público mais amplo, o *Poeira* estava mais para jornal *Movimento* do que para o *Ex* – que era um jornal de altíssima qualidade, sem estar vinculado a nenhum partido. (ARRUDA, 2014).

Conservadorismo

O *Poeira*, se você analisar com atenção, é um projeto adiantado e bem sucedido do ponto de vista político, mas atrasado do ponto de vista comportamental. Nunca teve matérias sobre comportamento. No meio estudantil dizia-se que o pessoal da *Caminhando*, a tendência do movimento estudantil paulista com a qual o *Poeira* se identificava, trepava de pijama. Para sinalizar nosso conservadorismo.

Nós não tínhamos muita preocupação com isso no grupo – o que acaba se refletindo no jornal. Um exemplo: por que o DCE nunca teve uma presidente? Era só porque nós achávamos que a massa não aceitaria, ou era por que nós tínhamos dificuldade? Por que nós nunca impusemos uma mulher e tentamos convencer os estudantes? Por que só pusemos homens, do tipo bonito: Paulo Silva, Nilson, Tadeu, Dias? (ARRUDA, 2014).

Preconceito Sexual

Eu era homossexual, enrustidíssimo, e não tinha espaço nenhum para conversar sobre isso. Pelo contrário, sempre senti uma certa hostilidade com os homossexuais. Ouvia no grupo que eram perigosos porque, quando caíam nas mãos da repressão, abriam todo o jogo, contavam tudo. Também eram mais vulneráveis, de acordo com essa concepção, porque podiam ser facilmente seduzidos por um agente da repressão bonito.

Enfim, as atitudes da esquerda na área de comportamento eram conservadoras e estavam todas refletidas naquele nosso microuniverso. Foi uma falha do *Poeira*, por influência do partido.

Tanto que quando reuni coragem e, numa das minhas visitas a Londrina, falei com pessoas do grupo que eu estava tendo dúvidas a respeito da minha sexualidade, não encontrei ninguém muito disposto a conversar, a falar daquilo abertamente. Senti até uma certa repulsa.

A primeira reação do grupo foi me aconselhar a procurar um psicólogo. Acho que a ideia deles era me curar. Me indicaram um amigo, um antigo militante do movimento, que havia se formado em Psicologia e estava trabalhando em Belém. Fui até lá atrás dele. Ele, por sua vez, me indicou uma terapeuta em São Paulo, que seguia a linha behaviorista. Foi um desastre. Ela acreditava mesmo que podia me curar. Mas a partir daí a história não tem mais muita coisa a ver com o *Poeira*. (ARRUDA, 2014).

Interferências Pessoais

Ainda lá atrás, tem aquele episódio, no qual uma das meninas do grupo engravida. O casal de namorados, os dois estudantes de Medicina, querem ter o filho, mas, como são militantes do partido, devem submeter essa decisão ao grupo. O assunto é debatido coletivamente.

Fui um dos que defenderam de maneira mais enfática que ela não deveria abortar, não porque sou contra o aborto, mas sim porque a questão envolvia o amor e a individualidade dos namorados.

Não era atribuição do partido ou do coletivo. Até hoje a mãe me agradece por ter feito um discurso em defesa do direito dela decidir. (ARRUDA, 2014).

Sobre este episódio, Célia Regina de Souza tem uma recordação distinta:

Teve situações engraçadas também: aquele caso do Fabio e da Agnes, por exemplo. Eles fizeram reunião do Conselho Deliberativo do DCE pedindo autorização pra casar... Vê se isso era assunto de reunião [risos]. E eram duas crianças, então o coletivo falou não. Mas aí eles casaram mesmo assim e, lógico, todo mundo fez festa! Daí a Agnes já estava grávida, foi mais festa ainda! [risos]. (SOUZA, 2014).

Sobre os excessos de interferência na vida pessoal dos membros do grupo, Marcelo Oikawa pondera:

Eu não vejo muitos erros [risos], mas eu vejo um que é importante. O fervor de servir ao povo se misturava ao comportamento fortemente intolerante, várias pessoas sofreram com isso e carregam ainda hoje algum rancor, alguma mágoa.

Eu não senti isso porque eu fui dos integrantes que inflingiu o sofrimento [risos]. Eu achava aquilo certo, hoje em dia eu acho que foi um exagero. Uma luta política exigia disciplina, mas penso que ela podia ser aplicada de outra maneira.

E sem exceção, pega PCdoB, PCBR, PECEZÃO, pega AP, é tudo assim. Ao mesmo tempo eu percebi que os comunistas construíram uma tradição de métodos e técnicas de organização na linha de massas. E isso me interessa muito, porque eu acho que as lições pro futuro estão todas aí. (OIKAWA, 2014)

Célia Regina de Souza se justifica:

É aquela coisa da música ‘Perdoem a cara amarrada’... A repressão, a clandestinidade ou semi-clandestinidade, vão tornando as coisas muito rígidas.

Estou lendo aquele livro ‘O Homem que Amava os Cachorros’ do [escritor cubano] Leonardo Padura, e na abertura ele fala da URSS, o que o Trotsky sofreu lá. Se nós seguissemos o que o Stalin dizia, iria terminar naquilo. Mas o Trotsky também fez a mesma coisa para garantir o sucesso da revolução, depois ele mesmo analisava que foi vítima de uma coisa para a qual, por um período, ele mesmo fechava os olhos. E o cara que o matou também era de uma militância bastante dogmática. Esse é o lado ruim.

Tem o argumento das questões de segurança, mas às vezes também a rigidez vira hipócrita, porque as pessoas começam a fazer as coisas às escondidas. Eu sempre fiz as coisas por acreditar, por conta da minha origem cristã e humanista, sempre levei

tudo muito a sério. Mas, assim como a militância, que também me trouxe valores muito importantes, isso também tem muita coisa ruim, muito moralismo, opção pela fé cega.

Eu não sei direito como fazer diferente para ter os mesmos resultados, a gente foi produto daquele momento histórico. Felizmente nunca tivemos um grande radicalismo, mesmo no núcleo mais central [centralismo].

O fato é que a gente era muito exigente, muito críticos e autocríticos, tipo *Assim Foi Temperado o Aço*. E nem todo mundo tinha vocação para ser aço, nem queria muito. Mas eu acho que a gente nunca pesou a mão, as pessoas também tinham poder de divergir, às vezes não divergiam e no fim se conformavam, porque o resultado geral era bom.

Eu era questionada e também questionava, por conta das perspectivas futuras de cada um, depois do movimento estudantil. ‘Vou para onde a causa precisar’... Mas, às vezes, essa decisão pesava para algumas pessoas.

Lembro que um dia eu disse pra uma companheira que estava sofrendo com essa questão: ‘Também não é assim, ninguém é obrigado a ir a lugar nenhum...vai quem quiser’. Mas, a verdade é que você ficava super mal se não seguisse um determinado caminho, parecia que estava abandonando a luta, e isso era muito duro mesmo.

E aí juntam as características pessoais, eu era muito incisiva, animada e não tinha muita dificuldade de falar o que queria ou não queria. Agora, alguém ter que sofrer por que não sabe se vai querer ir depois para o campo (como a gente pensava...)?

No fim, nós tivemos alguns equívocos mas fizemos as coisas com a seriedade que achávamos que tinha que ter. O que nos salvou é que a nossa prática era mais ampla, se a gente ficasse restrito a um grupo pequeno acho que a gente se matava [risos]. (SOUZA, 2014).

5.3.7 REPERCUSSÕES

A influência do jornal *Poeira* foi além do movimento estudantil na Universidade Estadual de Londrina, irradiando-se para o movimento estudantil estadual e nacional e para outros movimentos sociais.

A gente alcançou tal nível de influência que extrapolou completamente o movimento estudantil. Chegou uma época em que a gente tinha também o magistério na mão, através da APLP [Associação dos Professores Licenciados do Paraná], tinha a imprensa na mão, através da Cooperativa dos Jornalistas, tinha o movimento popular bem organizado – a gente fundou a CEPEP [Centro de Estudos e Pesquisas do Paraná]. Ou seja, a gente estava estruturado e em condições de fazer isso que faltou, de começar a exercer uma influência maior, começar a ocupar espaços fora da universidade. (OIKAWA, 2014).

Nilson Monteiro Menezes destaca a influência e penetração do *Poeira* na imprensa regional:

O *Poeira* teve total apoio da mídia em Londrina, isso tem a ver com a gente, que somos jornalistas. Todo movimento do *Poeira* tinha respaldo absoluto na *Folha de Londrina*, no *Panorama*, na TV Tropical, na TV Coroados, nas rádios,

principalmente na rádio Alvorada, que era uma rádio de padres, foi se tornando maioria absoluta.

A *Folha* refletia o que o *Poeira* falava, deu matérias sobre a questão do passe universitário, do exame obrigatório. O *Panorama* deu manchete sobre o exame obrigatório. Nós dávamos as matérias, mas a imprensa repercutia. E o *Poeira* era feito por jornalistas.

Preciso fazer uma certa justiça, é certo que a grande imprensa brasileira bancou o golpe de 64, mas depois a grande imprensa brasileira bancou a queda da ditadura. A notícia da guerrilha do Araguaia vinha no *Estadão* cifrada, pra nós jornalistas dava pra entender.

Aqui em Londrina, a *Folha*, do jeito dela, combatia o *status quo* e sempre deu guarida pra nós, que trabalhávamos lá. Era uma época em que o Walmor Macarini [diretor de redação da *Folha*] recebia proibições [da Polícia Federal] por telefone, por bilhetinho. Tinha um mural na *Folha* onde a gente botava os recadinhos, na época mais braba da ditadura, o Walmor [Macarini] pregava os telex do que era proibido falar – prisão, dom Hélder Câmara, tudo. (MENEZES, 2014).

Um caso relatado por Marília Andrade, durante o debate de 30 de maio de 2014, dá a dimensão das marcas deixadas pela experiência do jornal *Poeira*:

Estava em Pequim em setembro do ano passado, porque o filme que minha filha fez estava passando lá, e houve uma festa na embaixada do Brasil, comemorando a Independência do Brasil. Lá eu conheci um diplomata de Londrina, novinho, Germano Correia, alguém conhece? Ele me contou que o pai dele tinha participado do movimento estudantil aqui de Londrina e que tinha influenciado a cabeça dele. Ai eu falei pra ele: Foi Mao Tsé -Tung que me mandou pra Londrina! [risos]. (ANDRADE, 2014).

Marcelo Oikawa lembra uma dessas “ironias do destino”:

O Dias [Carlos Augusto] participava intensamente do movimento estudantil, mas era um aluno exemplar, então a reitoria não conseguiu impedir que ele fosse candidato a presidente do DCE, ele se elegeu, exerceu o mandato, mas no fim foi cassado, como todo mundo [em 1978]. Ele se formou médico e médico muito bom, foi trabalhar no INCOR [Instituto do Coração] em São Paulo. Numa madrugada, ele de plantão, quem é que chega lá infartado? O reitor que fechou o DCE e cassou o mandato do Dias [José Carlos Pinotti]. (OIKAWA, 2014).

E Célia Regina de Souza finaliza com a emoção de um reencontro:

Eu era radialista, estava participando do movimento pela libertação do Juvêncio Mazzarollo e teve uma reunião na sede do DCE [em 1983]. De repente eu escuto um barulhinho, o pessoalzinho do DCE começa a rir e falam ‘É o que você está pensando?... Era a máquina impressora rodando, eles tinham recuperado. Para eles também era uma coisa muito simbólica, eles foram atrás. Então, até essa gestão houve uma continuidade, depois eu acho que esvaziou. O jornal deles era o *Outras*

Palavras, mas era impresso na máquina do *Poeira*, fazia essa homenagem. (SOUZA, 2014).

5.3.8 DISPERSÃO

A partir de 1979, com todos os sujeitos desta pesquisa já fora da Universidade, houve uma tentativa de manter o grupo aglutinado em torno de outro jornal, o *Fala, Paraná*, que buscava reeditar a experiência do *Poeira* em âmbito estadual, articulando uma frente de forças de esquerda contra a ditadura nas diversas regiões do Paraná. Marcelo Oikawa comenta as circunstâncias políticas que levaram à dispersão do grupo.

Mas aí, com a anistia e a redemocratização, começaram as divisões, uma turma foi para o PT, outra não foi, uma turma saiu do PC do B, outra ficou, a gente perdeu a eleição do DCE Livre em Londrina. Eu, pessoalmente, comecei a sentir uma desarticulação do nosso pessoal que estava em São Paulo, a gente deixou de ter retorno deles. Inclusive o Mané Costa não foi para o PT, mas a Marília e a Celinha foram. A gente compôs a Comissão Provisória do PMDB e estava firme na articulação da Tendência Popular [do PMDB], mas o Heitor [Furtado, ex-deputado federal do PMDB] foi morto...

Essa desarticulação, na verdade, começou em dezembro de 1976, após a morte do [Pedro] Pomar. Depois disso, a gente tentou segurar, mas não conseguiu. Em 1982, um pouco antes de você [Tadeu] se eleger vereador, depois de uma cisão no PC do B, a turma do Mané [Costa] ficou meio solta e fez a tentativa de manter a coisa articulada, a gente então formou um comitê regional em Londrina, com Urquiza, Giba, Marcão, você [Tadeu].

Quando você se elegeu a gente já tinha se afastado, porque eu percebi que a tal da dissidência do PC do B, embora estivesse correta na avaliação crítica do Araguaia, com a morte do Pedro Pomar se desarticulou completamente. Eles tentavam dar alguma aparência de organização, mas não tinha organização nenhuma, era mais um encargo pra gente, e fiquei pensando: 'Pô, vou assumir responsabilidade por mais esse grupo de pessoas? Não vou'. (OIKAWA, 2014).

Célia Regina de Souza recorda a ruptura do projeto *Fala, Paraná*:

Mantive um relacionamento com a Marília de amizade e discussões. Quando começou o *Fala Paraná*, tinha a equipe de São Paulo, lembro que uma vez eu escrevi criticando o jornal e causou a maior confusão, por meu jeito de falar, inclusive criticando você [Tadeu] na diagramação, era tudo meio exagerado, mas parece que causou mágoas.

A gente continuou discutindo com as pessoas daqui [de Londrina], mas lembro que o Marcelo foi pra São Paulo, nos encontramos e ele falou: 'A gente não está a fim de continuar, está com muita dificuldade'. Isso era mais em relação ao PC do B, pois estávamos acompanhando as discussões da Dissidência. Enfim, o pessoal de Londrina decidiu que não queria mais participar e parece que não foi tão fácil assim, porque eu recebi uma carta cheia de críticas, fiz uma resposta um pouco veemente e

a coisa ficou estremeçada. Aí o *Fala Paraná* continuou, mas a gente não continuou mais, nem o Mané nem a Marília. (SOUZA, 2014).

Acompanhando esse processo de dispersão com uma perspectiva mais cultural que política, Roldão Arruda tem uma avaliação positiva do mesmo:

Mais tarde, quando descobrimos que o socialismo real não tinha dado certo, a gente foi se reconstruindo. Alguns foram para o PT, outros para o movimento ambientalista; mas, para quase todos os lados em que se olha, é possível perceber que o sentimento e o desejo de transformar o mundo permanece para a maioria. Naquela época nós tínhamos um inimigo comum, que era a ditadura. Quando ela acabou, a frente desmoronou.

Outra coisa a se notar sobre as mudanças é que a fase estudantil é uma fase de passagem, em toda a história é assim: os estudantes saem à frente dos movimentos, são mais impetuosos, mais dispostos. O que eu acho triste na universidade hoje é que o sujeito já entra focado quase exclusivamente no mercado de trabalho, é um conformista. A gente estimulava a iconoclastia, o inconformismo, o questionamento. A presença da *Mafalda* como símbolo do jornal e do grupo é uma prova disso. (ARRUDA, 2014).

Roldão se preocupa também com a volta à pauta nacional do discurso golpista que caracterizou o período pré 1964:

O que me assusta é que o mesmo pensamento da elite que em 1964 justificou um golpe de Estado, um ato antidemocrático, sob a alegação de que a democracia estava ameaçada, ainda está por aí.

Eu posso não gostar do que o PT faz, posso querer alternância de poder, mas sempre vou defender que isso ocorra dentro das normas democráticas. Corrupção existe em todos os países, o que difere um do outro, o que torna um melhor que o outro são os instrumentos de controle, de transparência.

Acho que o grande drama da humanidade é a desigualdade. O Brasil é um campeão da desigualdade. Sob esse aspecto acho que continuo o mesmo daqueles anos do *Poeira*, com a nossa ideia socialista de um mundo mais igual, mais humano. (ARRUDA, 2014).

5.3.9 PERSPECTIVAS DE VIDA

Marcelo Eiji Oikawa:

Eu acho que nós estamos nos primórdios de uma nova síntese. Houve o predomínio do Estado até a década de 1990. Depois, um grande fortalecimento da iniciativa privada. E a grande lição dessa crise é: nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Existem regulações que o Estado precisa fazer e existem áreas em que o Estado não deve se meter.

A esquerda ortodoxa fica latindo contra isso. Eles dizem: ‘Está vendo só? Eles querem mercado livre, mas quando a coisa aperta, eles apelam para o Estado’. Mas não é isso, o que há é um processo dialético. Por isso eu acho que as pessoas tiveram seu papel, e foram várias pessoas, não meia dúzia de gato pingado; mas você tem que colocar uma perspectiva científica. (OIKAWA, 2014).

Roldão Oliveira Arruda:

Eu hoje militaria mais na área dos direitos civis, em movimentos contra a homofobia, pelos direitos humanos, do que num partido. Eu hoje me considero um defensor intransigente da democracia, que tende a se consolidar, embora nos apresente um desafio novo a cada dia.

Eu gosto de várias coisas que tenho visto. Uma delas é essa geração que não viu a luta contra a ditadura, na qual o PT teve um papel importante. Para essa geração, o nível de exigência é outro, eles não tomam como parâmetro o que tínhamos na ditadura e os avanços que ocorreram depois dela. Eles têm outros parâmetros. Acho legal surgir gente querendo mais.

Os movimentos e organizações não-governamentais também chamam a atenção. O movimento gay é um exemplo. As gerações, como a minha, que cresceram reprimidas, sem poder se mostrar, hoje convivem com gerações que já despontaram no interior de um ambiente mais receptivo, menos agressivo para os homossexuais, embora a homofobia ainda seja muito forte no País.

O Eduardo, meu companheiro, participa, na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, no Centro Acadêmico Onze de Agosto, de um grupo de voluntários cujo objetivo é assessorar e ajudar travestis e transexuais na defesa de seus direitos. Tratam mais especificamente da mudança de nomes dessas pessoas.

Esses voluntários são gays em sua maioria e não têm problema em demonstrar a sua orientação sexual. Circulam com seus namorados e, na maioria dos casos, não têm problemas com as famílias. Estamos falando de famílias da elite e de uma das melhores universidades do país, senão a melhor, na área do Direito, e de jovens que não estão acomodados, pensando apenas no mercado de trabalho. São pessoas que querem transformar o mundo. (ARRUDA, 2014).

Celia Regina de Souza:

Virei uma militante muito convicta das políticas públicas. Tive uma experiência muito legal trabalhando na questão da AIDS, e depois fui trabalhar no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, lá em Brasília, ainda na primeira gestão do Lula. Foi outra experiência muito rica, eu digo que meu cargo era de assessora de assuntos diversos, mas na verdade eu era assessora de assuntos ‘adversos’, porque acompanhei um pouco de tudo. E pude assistir de perto o *Bolsa Família* nascer e levar muita pedrada.

Acho que o Brasil agora está chegando no nível que a Europa está lutando para não sair, que é o Estado de bem-estar social. Isso não é nem uma política socialista, comunista, é dentro dos padrões burgueses.

Antes, o pobre entrava pela porta dos fundos na Santa Casa, para ser atendido. A construção desses direitos a partir da Constituição de 1988 foi um grande avanço, meu intuito todo é reforçar isso.

Agora mesmo eu vi a construção do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que também acho fundamental. É uma discussão que o país está se devendo. Eu acho que a partir daí, os desafios que a gente vai ter pela frente são imensos.

Vejo muita coisa interessante na periferia, gente que faz poesia, movimento cultural, reivindicam, participam, discutem, mas não têm visibilidade. Essas manifestações são um sintoma de que tem muita coisa se mexendo. Quando você vê um Criolo, rapper da periferia, ele vem desse caldeirão. Conheço muita gente desse caldeirão, gente boa de luta, que continua lá, e cujas demandas ainda não foram resolvidas.

Pra gente continuar avançando, fazendo políticas corretas, esses movimentos têm que continuar existindo, têm que refletir sobre suas demandas e fazer isso criativamente. Mas não vejo isso representado nesses movimentos que assustam a população, botando fogo, aonde isso leva? É uma estratégia discutida ou é uma coisa do lumpesinato que resolve se revoltar?

Agora, o país melhorou, a vida da maioria da população melhorou, eu não acho que outros fariam isso com a mesma seriedade. Não fosse a dedicação de gente com a mesma estirpe e trajetória como a nossa, do *Poeira*, um *Bolsa-Família* não existiria, porque foi um trabalho de militância. Não sei para onde eu vou, eu só sei que vou em frente. (SOUZA, 2014).

Marília Furtado Andrade:

Fui trabalhar um tempo no governo, Ministério dos Direitos Humanos, tentar salvar o Lula quando o Ibope estava mais baixo. Eu não podia fazer nada, mas só de estar em Brasília pra o que desse e viesse... Eu tinha aprendido a meditar, então toda manhã eu meditava e pra mim isso ajudou a salvar o Lula [risos].

Agora, pela primeira vez na vida, estou fazendo um projeto que vai atender só a mim, ou melhor, é um projeto que os outros gostem ou não eu quero fazer e já comecei. É o *Laguinho Pensante*, pra estudar indicadores comparativos da realidade brasileira, dentro do país e em relação a outros países. Eu sinto uma falta enorme dessas informações e quero tê-las.

Como eu tenho fundos familiares pra investir, montei uma redação em São Paulo, aproveitando uma estrutura montada pra lançar o filme de minha filha na Internet. Vamos desenvolver infográficos pra entender a realidade, sem ser chapa branca. Na mesma linha, vamos usar essa base pra gerar informações isentas sobre a Copa do Mundo [2014].

Agradeço por estar viva pra ver essa redenção do meu país, da minha geração, dos meus amigos e amigos de meus amigos, ter o facebook [risos]. Agora minha próxima meta é essa: quem souber fazer infográficos, vem nos ajudar, temos que estudar a realidade brasileira. Precisamos de profissionais pra isso. (ANDRADE, 2014).

6 A TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS – HISTÓRIAS DE VIDA

Os textos publicados neste capítulo resultam de entrevistas individuais concedidas ao autor, complementados por trechos do debate sobre os 40 anos do jornal *Poeira*, realizado em 30 de maio de 2014, subtraídos os trechos publicados no capítulo anterior¹⁹

Embora estes depoimentos extrapolem o objeto de estudo da presente pesquisa, abordando vivências anteriores e posteriores aos anos 1970, período em que transcorreu a experiência do jornal *Poeira* e do Movimento Estudantil da UEL, optamos por mantê-los no corpo da dissertação, e não como anexo, pela relevância dos mesmos para a compreensão dos *habitus* que caracterizam os protagonistas desta história.

Tanto assim que diversos aspectos destes depoimentos são mencionados nas Considerações Finais, que formam o Capítulo 7.

6.1 MARÍLIA FURTADO ANDRADE

Depoimento ao autor em 1º de fevereiro de 2014:

Cheguei em Londrina no dia 18 de abril de 1970, de ônibus ao amanhecer, vi o sol nascer, estava um lindo dia. Eu que me pergunto, por que o PC do B escolheu Londrina? Acho que eles não sabiam pra onde nos mandar, devem ter fechado o olho e colocado o dedo no mapa [risos]. Brincadeira, talvez por ser perto de regiões de posseiros, fronteira agrícola...

A coisa mais engraçada é que quando eu sai de Belo Horizonte, em janeiro [de 1970], para fazer um contato no Rio com alguém do PC do B que ia nos dizer pra onde ir, minha mãe me perguntou pra onde eu ia, eu disse que não sabia e se soubesse não podia falar. Então ela me disse que se alguém perguntasse de mim, ela falaria de Londrina, uma cidade que ninguém de lá ia, mas que ela conheceu, tinha visitado a fazenda do Manoel Garcia Cid com meu pai. O incrível é que depois de três meses no Rio, o partido nos mandou exatamente para Londrina. Aí eu liguei pra

¹⁹ No caso de Marília Furtado de Andrade, houve também o aproveitamento de trechos de um segundo depoimento gravado em Londrina, em 30 de maio de 2014, para o projeto “Depoimentos para a História, a resistência à ditadura militar no Paraná”, da entidade DHPaz, colhido e editado pela jornalista Silvia Caciollari (ANDRADE, 2014b).

minha mãe e falei, ‘Londrina não é uma boa, inventa outro lugar’, ela não desconfiou e disse: ‘Tá bom, então vou falar de Jussara, Goiás’.

Minha mãe sabia que eu militava numa organização clandestina, não sei se ela sabia do PC do B, mas da militância sim. Foi um processo muito difícil porque minha família era liberal anti comunista, em 1964 quase mudamos para os Estados Unidos antes do golpe. E de repente a filha namora um comunista, que fala em guerrilha, foi muito sofrimento pra eles.

Sou nascida em 1950, na adolescência tinha depressão de falta de sentido da vida. Em 1966 eu tinha dezesseis anos e estudava num colégio de freiras, então conheci o Mané [Manoel Costa], irmão da Eliane, minha amiga do colégio, foi o primeiro homem que conheci que lia. Ele era charmoso, estava voltando de Nova York, onde ficou amigo de um livreiro no Village que lhe ensinou marxismo e rudimentos de budismo, foi paixão à primeira vista.

Logo ele foi fazendo minha cabeça, me deu livros pra ler, Gorki, Eric From, Krishnamurti, meditação, ele aprendeu tudo isso no Village em Nova York. Outro amigo me deu Engels, *Origem da família*, que tinha a hipótese de uma sociedade matriarcal, aí eu descobri, puxa mulher tem vez, pode usar o cérebro no coletivo pra ajudar a humanidade, eu falei, eureka!!! Achei o sentido da vida que eu tanto buscava, que ia procurar em Nova York, Paris, Holywood, mas encontrei aqui, vou nessa!

Nós mal começamos a namorar e ele disse que ia pra Cuba fazer treinamento de guerrilha. Saiu em abril de 1967 pra um tour de mochila pela América Latina, chegou no México em agosto mas acabou repatriado, porque frequentava a casa do [exilado] Francisco Julião, ia frequentemente na embaixada de Cuba pedir visto, ficou visado. Quando foi numa delegacia do México pedir revalidação de seu visto, acabou preso e repatriado.

Militância na Ação Popular

Quando ele chegou em agosto, eu tinha mudado para um colégio estadual e já estava na militância do movimento estudantil pela [organização clandestina] Ação Popular, já tinha sentido o cheiro do gás lacrimogênio na minha primeira passeata.

A AP passou da Teologia da Libertação antes do golpe militar para o maoísmo em plena revolução cultural da China, eles visavam formar um núcleo proletário. Continuamos no movimento estudantil por mais de um ano, até depois do Congresso de Ibiúna em outubro de 1968, no qual fomos presos e ficamos detidos no presídio Tiradentes por uns oito dias.

Larguei o colegial em outubro, os professores queriam me ajudar a passar, eu dizia ‘nunca mais vou estudar, vou ser guerrilheira’; jovem que queria ser revolucionário tinha que ser operário, camponês. Eu nem lembrava como tinha sido essa filiação, até que um dia desses um amigo, o jornalista Flávio Carvalho Serpa, lembrou que foi no quarto dele, num barracão nos fundos da casa de seus pais.

Nessa altura eu tinha casado com o Mané, depois de um ano de militância, falando em revolução, derrubar governo, foi um inferno pra minha família.

Então fomos mandados pra Cidade Industrial de Belo Horizonte, isso em novembro de 1968, logo depois da greve de Contagem e Osasco. Tinha feito um curso de alfabetização de adultos do método Paulo Freire e dava aulas particulares e fazia traduções do inglês desde os 17. Em Contagem eu queria e achava que ia ser operária mas o pessoal da AP não deixou, me achavam muito nova; então, a contragosto, mas disposta, fui dar aula de alfabetização pras mulheres de alguns dos operários politizados.

O Mané chegou a trabalhar em fábrica, por pouco tempo. A gente se sentia vietcong, guarda vermelho, sintonizando secretamente, todo dia às 20 horas, a rádio Pequim, enterrava livros, de noite tirava pra ler, era uma conspiração tipo cristão primitivo, morar em bairros pobres, atender e conscientizar a população carente.

Entrada no PC do B

Em maio de 69 nós passamos para o PC do B [Partido Comunista do Brasil], que já era aliado de AP; Marvin, um estudante de Economia nicaraguense é que foi ao Rio buscar um contato do partido, veio um cara que ficou em BH até o fim do ano. Do nosso pequeno grupo que entrou no PC do B todos foram para o Araguaia e morreram, só salvou o Mané e eu porque eu estava grávida – fiquei grávida em março de 1969.

Em setembro de 1969, coincidentemente nos dias do sequestro do embaixador americano, fomos de BH até um aparelho em Jacarepaguá [RJ] o Mané, eu, um dos operários, Vitória, e o cara que foi fundar o PC do B em Minas, Ciro Flávio Oliveira Salazar, que depois morreu no Araguaia. Nos reunimos com um líder do PC do B, Lincoln Oest (Lauro), um veterano do Comitê Central que seria fuzilado ali mesmo pelo exército dois anos depois. O mesmo que em abril do ano seguinte nos indicaria Londrina como nosso destino. Sem mais...

Durante três dias e três noites ele contou “tudo” sobre o partido e muito sobre sua temporada na China. Foi ele quem nos contou sobre o sequestro do embaixador americano, porque tínhamos ido até ali de olhos vendados, estávamos incomunicáveis, e ele vibrando com a notícia. Então eu perguntei, ‘nós não somos contra o foquismo?’ Ele riu e disse, ‘mas é impossível não ficar alegre com uma notícia dessas’. Lembro dele olhando pra minha barriga e algum comentário de condenação...

Voltamos pra BH, a Elena [filha] nasceu em dezembro, não podíamos ficar em Minas, onde a repressão estava muito pesada, com muitas quedas, então em janeiro [1970] fomos para o Rio e ficamos até abril esperando o PC do B decidir pra onde iríamos.

Em abril fomos pra Londrina, morar na Vila Casoni, num terreno com três casinhas, a casa tinha água e luz, era um *up grade* em relação a Minas, o vizinho da frente era um motorista de ônibus, a do lado era lavadeira. O dinheiro que tínhamos era seis mil dólares que meus pais deram quando casei. Esse dinheiro durou uns cinco anos, mas logo o Mané também começou a trabalhar como vendedor de remédio...

Ficamos de abril a agosto sozinhos, sem saber o que fazer, sem conhecer ninguém, o Mané saía de manhã como se fosse trabalhar, pra não chamar a atenção dos vizinhos, foi um período muito chato, eu torcia pra ser presa ou exilada, meu marido não deixava porque ele era segurista, não podia fazer nada que tivesse risco.

Pedro Pomar

Em agosto [1970] bate na nossa porta o Pedro Pomar, foi a primeira vez que o vi, ele tinha a idade e era parecido com meu pai. Incrível que ele foi tão marcante na minha vida, mas por anos a gente o conhecia como Mário, era o tio Mário ou Tio Pim, como a Elena o chamava. Só em 1976 tivemos certeza que era o Pedro Pomar. E ele também era intransigente com a segurança, ‘conta o milagre mas não o santo, vai devagar, não provoca’. Ele dizia ‘vivemos uma situação de fascismo, deem graças a Deus que estão vivos’.

E era isso mesmo, porque todos de Belo Horizonte que passaram de AP para o PC do B e foram pro Araguaia estão mortos e muitos dos que ficaram em AP também morreram. É o que digo, no Brasil foram só trezentos [mortos], mas eram todos meus conhecidos, meus amigos.

E ele disse, ‘sua tarefa é organizar o movimento estudantil’. E eu falei, ‘como? Fui dar aula no Mobral [Movimento Brasileiro de Alfabetização] à noite e me matriculei em Pedagogia à tarde, que era mais curto e não tirava meu tempo com a Elena. Eu queria mesmo Medicina, pra ser médica da guerrilha, mas tive medo de não passar e não entrar na universidade. Como não tinha o diploma do colegial, fiz [o curso] Madureza em Apucarana, pra ter documento.

Fiz também um cursinho de atendente de enfermagem e fui trabalhar no Hospital Universitário, antes de virar professora (dei aulas num [curso de] madureza e num cursinho, várias matérias), ganhava salário mínimo e tive que abrir conta no banco pra receber, foi aí que eu conheci a Cleusa [Venâncio Monteiro], ela era caixa no banco, ficamos amigas no ato.

Depois encontrei a Celinha [Célia Regina de Souza] numa palestra do Dinho [Domingos Pellegrini Junior] sobre os hippies, na ULES; ela, a Jussara [Rezende] e a Lúcia [Carvalho] que depois foi morar em Brasília, achei a palestra excelente, fiquei animada, puxa, tem vida inteligente nesta cidade! Fiquei amiga delas também, a Celinha tinha dezesseis anos e eu vinte.

Também fiz aquele cursinho famoso para o vestibular, na rua Sergipe [Curso Universitário], foi quando saiu o *Pasquim*, foi outra luz pra gente.

No fim desse ano fui visitar minha família em BH, não via desde janeiro, meu irmão tinha se politizado também, entrou na faculdade de Economia, a gente trocava ideias. Voltei com baterias carregadas, entrei na universidade em 1971, mas o nível do curso [Pedagogia] era atroz, não dá nem pra falar, tinha que fingir que era burra, quis desistir mil vezes, o Mané não deixava, mas ele mesmo não estudava...

Terra Roxa

Na época nosso curso ficava ali no centro [colégio Hugo Simas], então eu conheci algumas pessoas do CCH [Centro de Ciências Humanas] e da Saúde, o primeiro que foi muito hospitaleiro comigo foi o [Antenor] Bertone, muito simpático. Então comecei a fazer um jornalzinho no mimeógrafo, que distribuía na Pedagogia e nos cursos próximos.

Eu soube da primeira eleição do DCE [setembro de 1972] em cima da hora, então não participei dessa primeira. Mas procurei o Márcio [Almeida] dias depois da eleição e propus a ele fazermos um jornal, que foi o *Terra Roxa*.

Nessa época a Celinha tinha ido pra Curitiba, mas eu já tinha começado amizade com o Roldão [Arruda] e o Marcelo [Oikawa], que também tinham entrado na UEL, através da Cleusinha, que nessa época trabalhava na biblioteca da Medicina e estudava Letras. Propus ao Dinho fazermos uns eventos culturais em maio sobre a escravidão, enchemos as paredes de poemas subversivos do Castro Alves.

Começamos o *Terra Roxa* em 72; o Roldão era editor responsável e muito simpático, ele me apresentou o [Carlos Alberto] Verçosa, que fazia a diagramação, e também o gerente da *Folha de Londrina*, Sr. Alvaro Grotti, que nos abriu a gráfica a preços módicos. Tivemos o Bravus e também o [Marcos] Villa, já no *Poeira*, que fazia o horóscopo.

O nome *Terra Roxa* era disfarce pra terra vermelha, bandeira vermelha. Depois fizemos a revista “*Terra Roxa e Outras Terras*”, nome que achei já morando em São Paulo, aqui na biblioteca da USP, de uma revista publicada pelo Mário de Andrade.

Em Londrina ninguém jamais me perguntou sobrenome, nada, achei incrível, porque em Minas a primeira coisa que as pessoas querem saber é o nome de família. Outra coisa que estranhei em Londrina era a mania das pessoas de abraçar, em Minas não tem isso, a Cleusa e a Celinha viviam me abraçando, no fim acostumei e gostei. Fiquei amiga do Apolo [Mário Teodoro] porque ele era responsável pela matrícula na universidade, mas um dia ele me viu com o Mané, que não aparecia em nada, e ficou ressabiado, pensou que eu era espiã... e me deu gelo por um tempo.

Em 1974 vim a São Paulo inscrever o *Poeira* e o *Terra Roxa* no Prêmio *Parker Pen* [concurso nacional de imprensa estudantil], entreguei os exemplares ao Vladimir Herzog, que trabalhava na revista *Visão*, ele foi muito simpático; e nós ganhamos 3 mil (não lembro a moeda).

Em setembro de 1973 nós perdemos a eleição do DCE. Depois, lembro de uma reunião em dezembro de 73, histórica pra mim, no apartamento do Marcelo, ele, a Cleusa e eu, pra avaliar a derrota e definir a estratégia pra recuperar o DCE. Foi incrível, tudo que nós planejamos deu certo, o curso de jornalismo, a criação do jornal, as pesquisas, incrível, uma unidade que eu nunca vi!

No começo a gente se reunia na casa do Marcelo, ainda na rua Antonina [atual avenida JK], ali estudávamos obras de Marx, Mao, Gorki, Pulitzer; a gente estudava mesmo, página por página. O Roldão escreveu poesia sobre operário, lembro dele declamando todo orgulhoso...

O Poeira

A experiência do GEIE – Grupo de Estudos de Imprensa estudantil foi ideia do Marcelo, como não tinha curso de jornalismo na UEL, nós criamos um no DCE aos sábados à tarde, que é onde depois o *Poeira* virou realidade.

Eu ia me ambientando em Londrina, a gente lia diariamente o *Estadão* de cabo a rabo. Tanto que em 1973, quando o pai do Mané (que era deputado e presidente da AL em Minas, pela Arena/PDS) teve um infarto intestinal, eu soube pelo *Estadão*. Liguei pra ele [Manoel], que estava em Curitiba a trabalho, ele foi direto pra BH.

A Cleusa, a Celinha e eu éramos as três Marias, como na revolução dos cravos em Portugal. A Cleusa também deu aula no Mobral, eu tive que parar e ela pegou, achei tão bacana, porque a remuneração era menos que a passagem de ônibus! Tinha até um aluno que eu achava que tinha futuro, eu estava politizando ele, e ela continuou. Quando ela começou a namorar o Nilson, que era muito artista – o Pedro Pomar dizia que artista é difícil de se engajar – eu falei ‘ai Cleusa!!!’ [risos]. E depois a Celinha começou a namorar o Roldão, outro artista, e eu ‘ai Celinha!!!’ [risos].

O que aprendi mesmo em minha temporada em Londrina foi jornalismo e pesquisa; eu tinha aprendido o método Paulo Freire pra dar aula de alfabetização de adultos em Belo Horizonte, então em Londrina eu dei aulas no Mobral em cinco bairros, várias vezes fui com os alunos [boias frias] derriçar café, pra aprender como eles viviam.

Também queria ganhar o Dinho, então organizamos um evento sobre os cem anos da morte do Castro Alves, acho que foi sugestão do Pedro Pomar, ele sempre sugeria ações sobre o negro como Lima Barreto, João Cândido. Eu estranhava, porque em Londrina quase não tinha negro. E através da Celinha eu já tinha virado amiga do Marcelo, Roldão, Cleusa, Nilson, todos mais novos que eu, essa turminha fazia teatro, jornalismo, atividades culturais, tinha trabalhos em bairros com o Alfredo [Fonseca], que era um padre episcopal, cunhado do Shô [David Shosque Ono]. Então nós forramos a universidade de cartazes com as frases mais subversivas do

Castro Alves, e eles não podiam nos reprimir porque era do Castro Alves. O Dinho montou um jogral.

Foi uma época boa, eu fiquei tão amiga do pessoal... Lembro da primeira vez que fui na casa do Marcelo, era tipo um aparelho [risos], o pessoal se via todo dia, mas cada encontro eles se abraçavam, banzai! Eu estranhava aquilo, porque em Minas nós somos mais contidos, em minha família também. Mas aí fui acostumando a ficar com aquele grupinho de jovens, praticar jornalismo com eles, a coisa começou a desenvolver bem.

Logo depois, ainda em 1972, todos eles foram pro *Novo Jornal*, eu queria muito ir, mas o Mané e o Pedro Pomar não deixaram, eu não podia aparecer, foi muito triste. Mas no jornalismo estudantil eu podia, porque meu nome não aparecia. E toda vez que eu ia a BH eu trazia mil ideias de lá, meu irmão me passava, ele tinha morado um ano no Chile (1972), tinha muitas ideias legais. O Pedro Pomar passava as ideias mais gerais, estudo do marxismo, maoísmo, conjuntura internacional, mas na prática eu usava ideias do pessoalzinho trotskista de Belo Horizonte. E o Pomar deixava.

Em minha militância, todo líder que eu encontrava eu fazia duas perguntas: qual o papel do Stalin? (que eu não engolia), e a segunda, minha família é inimiga ou aliada? Deixava os caras em maus lençóis...

Repressão

O ambiente no país e mesmo na FUEL era um horror: Tentaram me enquadrar no [decreto federal] 477, o sargento Raul [Silva, assessor de segurança e informações da UEL] abriu inquérito policial militar que durou quarenta e quatro dias úteis no final de 1973, porque fizemos um abaixo assinado para tirar uma professora muito fraquinha, por orientação da própria chefe do departamento. Fui salva por uma reportagem no *Novo Jornal* feita pela irmã do Roldão [Rose Arruda]. Eles intimaram as estudantes pra depor, cada tarde uma delas passava a tarde toda depondo, depois me diziam que eles queriam que elas me delatassem, mas ninguém o fez, até porque eu procurava manter uma atuação *low profile*.

Quando saiu a matéria a professora pediu demissão e o inquérito foi encerrado. Não tinham informação sobre mim, na minha ficha do DOPS constava que eu era pombo correio do DCE da UFMG em Londrina; por sorte, eu tinha dois RGs, quando fui casar o cartório insistiu que eu mudasse de nome, então eu coloquei Marília da Silva Costa, que foi o nome que eu dei no congresso de Ibiúna, onde fui presa; alguns anos depois até foram na casa dos pais do Mané me procurar, mas disseram que estávamos no sul de Minas plantando batatas (o pai do Mané foi presidente da Assembleia Legislativa de Minas por anos, pela Arena, mas era um liberalzão do antigo PSD mineiro). Em Londrina, e até hoje, eu era Marília Furtado Andrade.

Teve um episódio interessante, o Pedro Pomar disse que o Ronald Rocha, que era da diretoria secreta da UNE, tinha sido preso e estava sendo barbaramente torturado, ‘temos que salvar a vida dele’. Então ele sugeriu elaborar uma carta pra enviar anonimamente pra todo mundo que pudesse ajudar, eu fiz isso e mandei pro DCE [de Londrina]. Um dia eu chego na reunião do DCE e um membro aparece com a carta, olha que absurdo, subversão, vamos investigar quem fez isso, dá pra descobrir pela máquina de escrever, e vamos botar essa pessoa na cadeia! Eu fiquei bem quietinha, tinha datilografado numa máquina Olivetti que o Mané ganhou da empresa (laboratório de medicamentos) por ter sido o melhor vendedor. Na verdade ele tinha ganho uma geladeira, mas eu pedi pra trocar pela máquina de escrever.

Outro incidente foi com o Nilo Dequech na campanha de 1974, ele chegou no jardim do CESA gritando de dedo em riste: ‘sua subversiva, o que está fazendo aqui,

vou mandar te prender’, virei as costas e sai chorando, será que vou por tudo a perder? Eu tinha me formado em junho, não podia estar ali circulando.

Sai de Londrina no começo de outubro de 1974, a gente tinha acabado de conquistar o DCE, uma colega da História, Vera Lúcia, veio me dizer que ouviu o Raul Silva comentando numa aula de EPB [Estudo de Problemas Brasileiros] que eles iam prender uma subversiva responsável pelo movimento em Londrina, que era de Minas Gerais, ela achou que ele estava falando de mim e correu na minha casa me avisar. Achei aquilo estranho, mas já tinha havido o episódio do 477, depois aquele com o Nilo Dequech, pra não estragar o momento da conquista do DCE, nem vacilamos, saímos de Londrina na mesma noite e viemos pra São Paulo, fomos morar num bairro aqui da Zona Oeste, Caxingui. Só que eu tive que ir embora no momento em que estava bom. Então, se no início eu só queria ir embora de Londrina, depois que eu fui eu só pensava em voltar... Era um momento fantástico, um coletivo forte, muito movimento, cultura, jornalismo.

Em São Paulo

Fiquei em São Paulo dois anos, de outubro de 74 a abril de 76, só por conta desses estudos, escrevendo sobre a ‘revolta da chibata’ e a colonização do Norte do Paraná – depois, quando fui trabalhar em colonização no Pará, foi com base nesse estudo; o Pedro Pomar sempre insistia pra gente pesquisar sobre a questão do negro no Brasil, Lima Barreto, Castro Alves.

Pra mim foi uma espécie de mestrado, mas fiquei isolada, o Mané foi mandado pra outro lugar, finalmente eu não precisava mais representar a família perfeita, já posso divorciar; ele mandou o Mané por quatro meses pra me torturar com a solidão, pra ver se eu desistia de divorciar. Ai o Mané volta contando do coletivo de Belém do Pará, com o filho do Pedro Pomar, que estava fervendo a crítica ao Araguaia, coisas que o Pomar não comentava. Só aí tivemos a confirmação de que era mesmo o Pedro Pomar.

O Pedro deve ter ficado com a gente porque nós fomos dos poucos que não fomos para o Araguaia, porque eu estava grávida. Nosso primeiro contato foi com esse Ciro Flávio de Oliveira Salazar, estudante de arquitetura que veio fundar o PC do B em Minas em maio de 1969; ele nos passou pro Lincoln Oest, porque ele [Ciro] já estava de partida pro Araguaia - a gente não sabia, pensava que estavam mandando gente pra todas as partes do Brasil, porque ia estourar uma revolução, na verdade era uma ação foquista, embora o partido fosse contra o foco. Então esse Lincoln Oest deve ter falado com o Amazonas e o Pedro Pomar o que fariam conosco, que não íamos pro Araguaia porque eu estava grávida.

Por isso ele aparece do nada em Londrina, em 70, e aí voltava a cada três meses, passava uns dois dias com a gente, falando da conjuntura; quando não dava ele marcava com a gente num ponto em SP, geralmente aqui em Moema, sempre avisando ao vivo quando vinha a Londrina. Foi a única pessoa com quem eu falei de 1970 a 1976, tirando minha família, que eu visitava uma vez por ano.

Uma vez aconteceu uma coisa incrível: o Pomar disse que o partido estava recolhendo armas, o Mané tinha uma espingarda velha da família dele, não servia pra nada, mas ele trouxe pra SP; aí eu tinha um ponto na [rua] Pedroso de Moraes, a arma embrulhada, ninguém apareceu dois dias seguidos e o combinado era voltar um mês depois. Nesse dia estava o Mané, a Elena e eu no fusquinha, a arma no chão do banco de trás, o Pomar chegou e disse ‘vamos pra Registro’. Numa rua em Moema tinha uma batida do Exército, nós vimos dois carros na frente, eles revistando tudo, tirando as pessoas do carro, revirando tudo, apalpando etc. Nós

ficamos mudos. Mas o carro listado de azul e branco do laboratório Carlo Erba [empresa de medicamentos] nos salvou, um velhinho de óculos na frente, uma mulher com criança atrás, nos deixaram passar. Foi no mesmo dia que morreu um líder de Angola, Amílcar Cabral, lembro porque fomos pra um hotelzinho em Registro e na manhã seguinte, no café da manhã, o Pedro comentou a notícia de que o Amílcar Cabral tinha morrido.

Então ele nos dava assistência total, mas de movimento estudantil ele não sabia como organizar, então eu me inspirava no meu irmão, o movimento deles era o *Centelha*. De todo o pessoal de Londrina, acho que só a Celia teve contato direto com o Pedro Pomar. Porque depois que eu vim pra São Paulo [outubro de 1974], eu é que voltei umas três vezes a Londrina, pra dar assistência ao pessoal.

Belém, Pará

O Mané foi mandado pra Belém do Pará, ali surgiu a ideia dele procurar emprego na zona rural pra iniciar um trabalho – não de guerrilha, mas de organização política, nos moldes que o Pedro preconizava, de organização de base. Como o Mané não tinha experiência rural e meu pai tinha comprado uma fazenda no norte de Minas em 1970, falei pro Mané ‘vai falar com ele, pede pra fazer um estágio, ele vai gostar, depois você inclui a experiência no currículo’.

E lá fomos nós pra Belo Horizonte, meu pai arregalou o olho, pois ele nem sabia onde a gente morava, mas ele gostou, aí o Mané passou um mês lá na fazenda, fez um relatório, aí meu pai convidou a gente pra trabalhar em Minas, nós dissemos que queríamos ir pra Amazônia. Ele disse sem titubear que a empresa [Andrade Gutierrez] tinha obras na Amazônia e que os governos de lá cobravam não apenas fazer obras (tinha isenção de impostos pra obras na Amazônia), mas investir na região. Ele falou, ‘se vocês quiserem estudar um projeto, o Manoelzinho pode viajar pela região, a gente apoia’

Mas ele queria mesmo que eu voltasse, até disse ‘pô, vocês podiam falar lá com seus chefes pra ir um de cada vez’, porque nessa época éramos eu, minha irmã e meu irmão militando, ele trotskista, minha irmã ativista estudante de Medicina. Eu fui a primeira a sair, mais velha e influente, essa minha irmã era sete anos mais nova, minha protegida, eu era madrinha dela. Meu irmão, que era um ano mais novo que eu e ficava curioso com o que eu fazia, entrou na faculdade, encontrou o pessoal que sobreviveu às prisões e clandestinidade, foi passar um ano no Chile de curiosidade e voltou mais ativo ainda. Começou a estudar Mandel e foi um dos fundadores da DS [Democracia Socialista]-Centelha e também do PT.

E então lá fomos nós pra Belém do Pará fazer um projeto de colonização em parceria com a Andrade Gutierrez. O Pedro Pomar ia lá morar com a gente, porque a mulher dele tinha tido um aneurisma gravíssimo em 1976 e ele resolveu dar um tempo pra ver se ela melhorava. Ele disse ‘vocês vão lá pra Belém, preparam tudo, arrumam um quarto pra nós na casa de vocês, no dia 17 de dezembro eu vou pra BH e de lá vamos pra Belém’. Nós fomos em outubro e voltamos em dezembro, pegamos a Elena na casa da minha mãe, estava terminando o prezinho.

A morte de Pomar

No dia 17 o Pedro Pomar não aparece, nós abrimos o jornal e tem lá a notícia de que ele foi fuzilado em 16 [de dezembro de 1976]. Pra mim foi terrível! Durante três anos ele estava dentro da minha cabeça, tudo que eu pensava, imediatamente perguntava o que ele ia dizer. Incrível que nos seis meses antes da chacina tive

quatro pesadelos recorrentes, terríveis, de acordar chorando desesperada; via o Pedro numa casa cercado pelo Exército, eu procurava uma saída secreta mas não achava, muitas vezes falei pra ele ir embora daqui, morar no exterior...

Foi muito traumático, eu via a imagem dele na rua. E eu não fiz terapia porque não sabia, tinha que ser forte, mas eu chorei muito, foi muito terrível pra mim. Ainda hoje estava aqui, antes de você [Tadeu] chegar, preparando um livro sobre o filme [Elena], eu falava com minha amiga sobre a linha do tempo, quando chegamos nesse ponto eu não aguentei e comecei a chorar, ainda hoje é muito forte.

Ele [Pomar] era como meu pai, era parecido fisicamente com ele, no jeito. E eu sou muito ligada a meu pai, que sempre foi liberal, o anticomunismo dele não é ideológico, militante, ele sempre ensinava a argumentar, sempre me incentivou a estudar Sociologia, Padre Lebret, embrião da Teologia da Libertação. Ele teve um colega comunista no ginásio, Marco Antonio Coelho, foi preso em 1974, tinha um grupo de estudo. Enfim, ele era mais um desenvolvimentista.

O Pedro então foi uma substituição, só que mais velho, meu pai de 1926 e o Pedro de 1913. Era muito intelectual, prezava a máxima do Drummond ‘Lutar com palavras / a luta mais vã / no entanto começo / mal rompe a manhã’. Insistia muito comigo pra estudar, escrever. Dizia sempre, ‘não somos partido de classe operária, somos uma organizaçõzinha positivista, nem sabemos ainda o que é o marxismo, temos que ser humildes, estudar e aprender’. Eu sempre queria mais, mas ele se recusava a transmitir experiências, mandava estudar e aprender.

Eu só fui perceber a importância dele depois que ele morreu, passei três anos abaladíssima, chorava o tempo inteiro, escondida.

O massacre da Lapa

Ele morreu em 16 dezembro 1976, estava numa casa em São Paulo numa reunião do partido pra votar uma crítica da guerrilha do Araguaia como foco, ou como ‘suicídio coletivo’ que eu chamo. Aí o Exército cercou a casa, eles tinham infiltrado [cooptado] um membro do comitê central do partido que havia sumido [por uns tempos] e o João Amazonas deu contato [o pegou de volta] porque ele votava com o Amazonas no comitê. Aliás, nem era pro Pedro estar nessa reunião, ele devia ir à China pra uma reunião, mas como a mulher dele teve um aneurisma, o Pedro resolveu ficar e o João foi pra China...

Até acho que o Amazonas indiretamente entregou pro exército para o Pomar cair. Porque o cara que entregou a reunião [no bairro da Lapa em São Paulo, onde dois foram fuzilados], Manoel Jover Teles, que era militante, a viúva do Pedro me disse que ele tinha sumido vários pontos [de encontro] com o partido, e o João Amazonas pegou ele de volta no primeiro ponto que ele apareceu, isso era proibidíssimo, o cara que não vai num ponto fica na geladeira um tempão.

Recentemente fiquei sabendo por amigos ex-militantes que a viúva do militante que foi no ponto recuperar o Jover, a mando do Amazonas, contou-lhes que o marido morreu faz poucos anos carregando a culpa. Outro ex-militante confirmou que esse militante teria lhe dito na época, logo após ter retomado o contato com Jover: “O Pomar vai ficar puto, pois proibiu de recuperarmos o Jover, mas como o Amazonas mandou”...

Aí o João Amazonas viajou pra China e o Pedro caiu, os únicos que se salvaram [no massacre da Lapa] foram esse cara [Manoel Jover Teles] e o Zé Novaes, que estava no mesmo carro que não foi atacado – daria muito na vista prender só o Novaes e deixar o outro. Nessa reunião foi votada a posição do Pedro contra o Amazonas, mas todos os outros foram presos ou mortos, aí o Amazonas voltou da China e tomou

conta do partido e eu já me considereei fora dele. Em fevereiro [1977] a rádio Tirana deu 'João Amazonas assume a secretaria geral do partido'. O Pedro sempre dizia que nunca o partido teria um chefe, sempre seria um coletivo.

Um mês antes, quando eu fui de mudança pra Belém, o Pedro falou, vai lá no Círio de Belém e faz uma promessa pra minha mulher. E eu, mas nós somos ateus! E ele, Ah, mas nessas horas tudo é válido! E eu fui lá e fiz e a mulher dele viveu mais doze anos. Ele que foi... Quando ele morreu, tinha acabado de ser lançado o disco do Chico Buarque "O que será que será", essa música pra mim ficou como a da morte do Pedro Pomar, só há pouco tempo eu consegui ouvir ela de novo. Ele foi meu pai, minha coluna, meu orientador. Meu pai nem tem ciúme, eu conto isso pra ele.

Quando eu comecei a superar o luto pela morte do Pedro, eu pensei, agora eu nunca mais vou sofrer a morte de ninguém. E na época a gente era metido a ser forte, não contar pra ninguém, só meu marido sabia o que eu estava passando, mais ninguém. Então nós fomos pra Amazônia pra fingir de burguês, fazer um projeto de colonização da empresa de minha família, um projeto bem maluco...

Eu tenho impressão, pra mim, que o Pedro vislumbrava a abertura política que viria, ele chegou a me dizer em 75-76 que todos (exilados) iam voltar, o Brizola, todos. Então ele já tinha mandado o filho dele, Vladimir, pra Belém, depois mandou o Mané, imagino que ele queria se estabelecer no seu estado natal pra fazer um trabalho como ele achava que devia ser, com a turma dele...

Colonização no Pará

Quando estava no Pará, encontrei a Celinha e contei essa história, ela quase caiu de costas, não sabia de nada. Daí convidei ela pra irmos a Foz do Iguaçu fazer um estudo sobre os colonos que iam ser removidos da barragem de Itaipu [para o projeto do Pará]. Chegando lá tentamos falar com o Zé Carlos Vieira [ex membro do *Poeira* que trabalhava como advogado da Itaipu], não encontramos, então pedi pra falar com o representante da Andrade Gutierrez na obra. Ele nos levou até sua casa e de lá ligou para o Zé Carlos, que depois brincou com a mulher: 'Elas são loucas, como é que vão parar na casa do meu chefe, vão me fazer ser demitido'. Quando a Celinha contou ele não acreditou, quis ver meu RG... foi divertido.

Fiquei no projeto do Pará quase quatro anos, até 1980, todo aquele processo pra conseguir a terra do Incra, licitação, aprovação no Senado. O nome (Tucumã, de uma fruta da Amazônia), era uma homenagem ao Pedro Pomar. Na hora de aprovar o projeto no Senado, aconteceu uma coisa engraçada, apareceu uma denúncia nos jornais de que o projeto iria expulsar índios de suas terras, era o começo do movimento ecologista, e o autor da denúncia era um deputado, Horácio Martins Carvalho, que eu sabia que era ligado ao PC do B... Eu já não me considerava mais do partido e sim uma dissidência anti [João] Amazonas, esperando meus amigos [ligados a Pomar] saírem da cadeia (saíram no ano da anistia, 1979). Nessa altura meu irmão estava em São Paulo organizando o [jornal] *Em Tempo*, participando das greves [do ABC], apoiando o Lula, e eu já estava mais interessada nisso.

Mas fui em Brasília falar com o senador que denunciou, eu disse 'eu trabalho nesse projeto', e ele 'trabalha nada, mostra tua mão', aí mostrei, ele passou a mão e sentiu os calos das minhas, de trabalhar no jardim... Aí ele falou, 'vamos lá ver esse projeto'. No dia seguinte pegamos o aviãozinho e fomos, ele adorou tudo, voltou todo pintado pelos índios nossos vizinhos, conseguimos aprovar no Senado sem pagar nenhuma propina. Esse senador, Dirceu Cardoso, foi o mesmo que leu o discurso de renúncia do Jânio, que não era pra ser lido, ele já era meio doidinho...

Aí fomos pra Belo Horizonte discutir a implantação do projeto e a direção da empresa decidiu que os engenheiros iam implantar, não nós. Pra mim aquilo foi

minha liberação daquele projeto, que era muito audacioso e difícil pra gente fazer sozinho, sem equipe, eu achava que não tinha capacidade, o Mané achava que tinha, até continuou trabalhando como assessor. Mas eu pedi demissão. Na verdade eu estava louca pra voltar pra São Paulo, tinha havido a anistia, meu irmão mudou pra cá e estava fazendo o *Em Tempo*, o *Movimento* era ótimo, eu queria trabalhar lá, o Roldão e a Celinha estavam por aqui.

Tucumã

O projeto do Pará ficou sob a direção dos engenheiros, era uma área enorme de 400 mil hectares, três mil colonos. Deu certo em parte porque a área foi loteada, mas como invasão porque os engenheiros não souberam lidar com os atrasos em obras do governo, como estradas, havia uma briga política entre o governador e o [senador Jarbas] Passarinho, também houve aquela crise terrível de 1983, ninguém tinha dinheiro.

Quando chegou 1982 papai falou que ia devolver as terras para o Exército porque estava dando tudo errado. Eu estava grávida da Petra, mas não contei pra ele, então pedi pra voltar lá porque eu não me perdoaria de devolver as terras pro Exército. Fiquei mais um ano e meio lá tentando salvar, mas quando voltei os engenheiros abandonaram, até que na eleição da constituinte [1988] o PMDB deve ter organizado a invasão da área, coisa mais eleitoral, acho. Quase tudo no projeto original se perdeu, como as reservas florestais, e o pessoal deve estar sem título até hoje, mas pelo menos não tem latifúndio naquela área, o que é um consolo – é uma área de terra roxa, hoje maior produtor de cacau e segundo de leite do Pará. Eu até brincava que seria a maior reforma agrária do governo Sarney. Depois meu pai me disse que eu devia ter brigado pra dirigir o projeto, mas eu falei que preferia estar em São Paulo discutindo política.

O Mané não gosta de falar nada disso, até hoje ele é cheio de barreiras. Ele fala que o PC do B aceitou a gente ir pra lá [Pará] que era pra procurar guerrilheiros vivos, ele e o Vladimir Pomar falam isso, mas eu nunca ouvi essa história – e se fosse isso tinha que procurar no [rio] Araguaia e não no [rio] Xingu, onde estava nosso projeto. O partido não influenciou nada nossa ida pra lá, como dizia o Pedro, ‘era uma organizaçõzinha de merda’. Eles estavam mais empenhados em tirar poder do João Amazonas, porque ele divergia do Pomar, e foi ele [Amazonas] que fez esse suicídio coletivo do Araguaia, só ele sabia disso.

Elena

Eu vim pra São Paulo, encontrei a Celinha, fui trabalhar no jornal *Movimento*, fazer política, que era o que eu queria, foi o melhor ano da minha vida [1980-81] em termos profissionais, aprender jornalismo pra valer, trabalhar com o Raimundo Pereira, pena que o jornal fechou... Também escrevia para o jornal do meu irmão, *Em Tempo*, que era trotskista, eu navegava pelas várias correntes, não me considerava sectária asceta, achava que devia viver com o mínimo possível.

Acho que cometi um pouco de exagero nisso e a Elena acho que maltratei muito, quis criar uma guerrilheira espartana, erreí muito na criação dela, com a Petra já procurei corrigir. Mas isso não vou comentar aqui, vocês assistam [o filme] *Elena*²⁰

²⁰ *Elena* é um filme brasileiro de 2012, dirigido por Petra Costa e produzido pela Busca Vida Filmes. É um documentário baseado na vida da atriz Elena Andrade, irmã mais velha de Petra. Foi premiado em diversos

e quem sabe algum dia eu conto mais detalhes. A ideia do filme partiu só da Petra, mas ela disse que é porque eu sempre falava 'ah fica sempre passando esse filme na minha cabeça, o que eu podia ter feito, o que não devia ter feito', fiquei nisso por dez anos, consegui sair mas demorou dez anos pra enxergar uma luz.

Quando fazia seis anos da morte da Elena, eu senti força pra fazer uma coisa em memória dela, que vários amigos tinham sugerido. Então criamos o Centro Cultural Elenko, com k mesmo pra homenagear a Elena e um primo, Kiko, que tinha acabado de morrer, jovem também, de hepatite c, sobrinho da Ligia Clark. Criamos o centro e, pra variar, fizemos uma pesquisa com estudantes de 13 a 18 anos da zona oeste de São Paulo, foram quase mil questionários, quem aplicou foi o fundador do Datafolha, que é amigo nosso. E deu que eles não queriam cursos de nada (teatro, dança, música), que era nossa ideia inicial, eles queriam bar, boate, danceteria, centro de convivência, só balada. Falei, vou ter que me render, vamos fazer balada junto com cursos.

A Celinha já estava no projeto, na hora de definir a música só tinha dado três por cento de preferencia pelo forró, mas aí eu falei, pelo menos vou colocar a música que eu gosto. E aí o forró bombou!

Interessante que nesse lugar tinha funcionado a editora que meu irmão e eu tocamos, que imprimia jornais e livros de esquerda, ele começou em 1978 e eu entrei em 1980. Depois da morte da Elena, ficou muito difícil e nós fechamos tudo. Era muito triste chegar lá e ver aquele lugar fechado, parecia um cemitério, um horror. Na época eu tive um sonho, via jovens saindo dali por várias as portas, no sonho eu pensava, o que será isso, um pensionato? Mas eu me senti parte daquilo e acordei com o coração aquecido. Só que depois eu deletei esse sonho, fui morar na França pra ficar longe das memórias de onde eu tinha estado com a Elena. Depois voltei pra tentar trabalhar na campanha do Lula.

Eu só fui lembrar daquele sonho no dia da inauguração do Centro Cultural Elenko, em 07 de junho de 1997, no prédio que tinha sido da nossa gráfica, em Pinheiros, ao ver aquela moçada toda. Mas me dava medo, não sabia lidar com adolescentes, tive que ir aprendendo. Pra mim foi a maior laborterapia, porque tinha que trabalhar dia e noite, muito bom! Esse projeto foi até 2005, essa geração foi embora, pra faculdade, fechamos.

Novos projetos

Depois disso eu fui trabalhar no governo, Ministério dos Direitos Humanos, tentar salvar o Lula quando o Ibope estava mais baixo. Eu não podia fazer nada, mas só de estar em Brasília pra o que desse e viesse... Eu tinha aprendido a meditar, então toda manhã eu meditava e pra mim isso ajudou a salvar o Lula [risos].

Depois fizemos uma ONG, meu pai, minha mãe e amigos. Minha mãe descobriu que estava com Parkinson, meu pai quis que eu ficasse mais perto, minha filha Petra estudava fora do país... Então criamos a Sertãoobras, no começo pra defender a legalização do queijo de leite cru, que é da região que meu pai nasceu em Minas, a Serra da Canastra, onde eu também fui concebida e criada. Era um jeito de ficar perto de meus pais e também fazer uma luta, porque o queijo da Canastra não podia chegar em São Paulo porque era ilegal.

festivais ao redor do mundo e aclamado pela crítica, considerado uma experiência única no cinema contemporâneo, por extrair de um tema difícil - o suicídio - sua força poética e cinematográfica. Em 2014, ganhou publicação em livro pela Arquipelago Editorial: "Elena - O livro do filme de Petra Costa". ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Elena_\(filme\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elena_(filme))).

Depois começamos uma campanha pra defender o tuk-tuk [triciclo motorizado] que eu conheci no Peru em 2005, num retiro de meditação zen na selva, quando também virei vegetariana. Achei o tuk tuk ideal pro Brasil, porque aqui nós estamos perdendo 30 mil jovens por ano em acidentes de motocicleta. E lá no Peru, em um ano, uma morte no tuk tuk, e ainda assim por atropelamento de caminhão. É um veículo bem mais seguro, coberto; o Piauí é recorde mundial em mortes com motocicletas.

Mas é o que diz meu pai, ‘você só escolhe lutas impossíveis’... Nem tanto, no caso do queijo já tem uma portaria assinada pela [presidente] Dilma que está com os burocratas mineiros pra legalizar, se o [Fernando] Pimentel ganhar vai ser mais rápido. O Lula já tinha assinado uma, mas não funcionou porque os assessores colocaram pontos falhos no texto.

Sobre o filme, demorei muito pra conseguir assistir ele inteiro. A Petra me mostrou uma cópia em 2012, não acompanhei a produção, só as entrevistas que eu dei. Aliás, ontem [31/01/2014] o *New York Times* trouxe uma matéria sobre o filme e comentou a presença sepulcral da mãe... Acho que na entrevista eu voltei a sentir o desespero de antes, mas eu já consegui superar muita coisa.

Aos amigos militantes que reclamam do jeito que apareço no filme, eu digo o filme é da Petra. A única coisa que não gostei foi ela por no filme que, com dezessete anos, quando eu já pensava em guerrilha, eu sonhava em beijar o Frank Sinatra; esse sonho era de nove anos de idade... Mas o filme é dela e ela não quis mudar.

Só quero agradecer, fazia tempo que eu queria vir [a Londrina], pesquisar nos arquivos, mas tinha medo de vir sozinha, ficar deprê, porque todo mundo dispersou, foi um pouco triste. Fazer parte disto aqui, rememorar, encontrar esses jovens, ver essa Londrina que eu quase nem reconheço, o Nilson chorando a toa, foi muita emoção, ainda estou em estado de choque!

Agradeço por estar viva pra ver essa redenção do meu país, da minha geração, dos meus amigos e amigos de meus amigos, ter o facebook [risos]. Agora minha próxima meta é essa: quem souber fazer infográficos, vem nos ajudar, temos que estudar a realidade brasileira. Precisamos de profissionais pra isso.

6.2 NILSON MONTEIRO MENEZES

Depoimento concedido ao autor em 08 de fevereiro de 2014:

Nasci em Presidente Bernardes-SP, estou a caminho dos 63 anos de idade, casado, três filhos, dois netos, jornalista há 43 anos, londrinense de alma.

Comecei a participar de ME, sem saber bem o que era isso, em 1967-1968 em Campinas. Fui estudar o colegial lá e participava de um grupo do grêmio estudantil, chamado *Brasinha*, o símbolo era um diabinho com tridente. Eu estudava, trabalhava e jogava futebol em Campinas. Algumas professoras mais legais nos levavam pra ver peças de teatro em São Paulo, soubemos do quebra pau na peça *Roda Viva*, comecei a perceber que a vida é luta, não é um mar de rosas.

Numa outra ocasião, de ônibus urbano, passamos em frente ao Batalhão da PM cantando refrãos de músicas de protesto, do Vandrê, sem saber bem o que significavam, o cântico juvenil irritou os policiais e eles prenderam o ônibus. Quem nos liberou foi o motorista do ônibus, um figuraça chamado Zezo, que sempre

dirigia cantando músicas do Elvis Presley sem saber uma palavra em inglês. Foi uma passagem pequena, que rendeu uma crônica minha em homenagem ao Zezo.

Londrina

No segundo colegial vim estudar em Londrina e encontrei o Marcelo [Oikawa] e o pessoal que fazia movimento estudantil, tanto na ULES como no [Colégio] Vicente Rijo, onde eu estudava. Comecei a participar desse grupo, até fui mal recebido, soube depois que eles pensavam que eu era dedo duro, porque eu cheguei com um monte de material do *Brasinha* de Campinas, ‘como é que esse cara chega com dois quilos de documentos e sai distribuindo?’ Eu não tinha muita noção, embora na época da Guerra-Fria o mundo se dividisse em americanos e russos e, se você tivesse alguma informação, inclusive nós, que éramos contra o acordo MEC-USAID, entre outras coisas, seríamos antiamericanos.

Depois fiquei amigo de todo esse pessoal, a Cleusa, o Marcelo, o Paulo Nassar, Tiemi, a Celinha, Paulo San Martin, Carlos Barbosa, era o pessoal que fazia teatro e literatura na ULES, eu me enturmei, namorei algumas meninas lindas ali, isso já em 1969 para 1970.

Nós tínhamos um grupo que ensaiava na casa do Alfredo [Fonseca], cunhado do Sho [David Shosque Ono], ele era religioso da Igreja Anglicana, que é uma igreja progressista; o Alfredo na verdade era um anglicano meio porraloca, mas a casa dele virou palco de ensaios de teatro e também de boas conversas políticas. Dali saiu o grupo de teatro, muitos namoros e o movimento estudantil do colegial.

Eu era meio arredio porque jogava bola, faltava muita reunião pra jogar bola, mas sentia que a barra estava pesando. Fiz grandes amizades na época, o Ademir Joel Cardoso, o Carlão Preto [Carlos Roberto de Souza], o Paulo Nassar, com eles eu conversava muito.

Depois fomos pra Universidade (1971), entramos em diversos cursos, o Marcelo foi para Psicologia, a Cleusa e o Roldão para Letras, eu pra História. Antes nós demos uma de heróis, eu, Marcelo e Roldão fomos a São Paulo prestar vestibular para Jornalismo na [faculdade] Casper Líbero, mas não estávamos preparados, levamos pau, valeu pela aventura, fomos de trem.

Novo Jornal

Nessa mesma época que entramos na Universidade, o Domingos Pelegrini, que era nosso amigo e que já era repórter da *Folha*, foi convidado a montar uma redação para o *Novo Jornal*, pelo empresário do projeto, Gladston Ramalho, dono da Brasil Gráfica, e pelo Cleto de Assis, que ele trouxe de Curitiba para coordenar a parte gráfica do jornal. O jornal era um semanário, o projeto gráfico era lindo, mais do que dos jornais de hoje, o Cleto de Assis era um monstro! O Domingos então convidou o Caximbo [Airton Procópio] para fotografar, o José Flávio Garcia pra comentar música e o Marcelo, o Roldão e eu como repórteres, porque ele sabia que nosso sonho era sermos jornalistas.

Minha experiência era uma coluna que eu fazia com o Paulo San Martin no jornal do Edson Maschio, o *Diário de Londrina*, uma coluna absolutamente infantil, chamada *No Mundo Estudantil*, ali a gente punha nossas ideias revolucionárias... Hoje eu leio aquilo e penso ‘como é que pode dois imbecis assinarem isto?’

O Paulo era de família de comunistas, ele achava que tinha uma missão, eu achava que minha missão era jogar bola [risos]. Embora eu soubesse que tinha muita coisa errada, era mais intuição que conhecimento, mas como eu queria ser jornalista,

queria entrar nesse meio. O jornal nesse tempo era feito a quente, na base dos linotipos.

Aí o Pellegrini convidou os caras que ele achava que poderiam ser jornalistas, o Roldão já trabalhava na *Folha*, mais eu e o Marcelo. A gente fazia reunião de pauta, discussão de matéria, foi maravilhosa aquela experiência. E mais: o Dinho dava chance pra gente brigar com ele, porque ele era muito cagão, a gente brigava muito e ganhava com isso. E o Roldão foi um cara que me ajudou muito nesse início, porque ele lia minhas matérias e fazia crítica antes, durante e depois da matéria sair.

Eu sempre estudei muito linguagem, letras, como escrever, pra mim escrita é fundamental. Se o cara quer ser jornalista e não sabe escrever, é melhor ele ser bancário, médico. Eu queria ser jornalista e estudava para isso, então teve essa experiência com o Pellegrini.

Num segundo momento, ampliou a redação, veio o Verçosa, que era um cara criativíssimo, ele somava as duas coisas, planejamento gráfico e texto. Veio a Rose Arruda para fazer a coluna social e cuidar de arquivo, fotos, essas coisas. O Caximbo, além de ser o fotógrafo, um puta de um fotógrafo!, passou a assinar também uma coluna de automobilismo. Aí o Pellegrini quis sair, veio o Leonardo Henrique dos Santos para chefiar a redação. O jornal durou por volta de um ano e meio, eu acho.

Quando terminou aquele jornal, eu fui para a *Folha* e comecei minha carreira, que dura mais de quarenta anos.

Universidade

Eu entrei em História, mas a cada seis meses eu era expulso do curso, porque brigava com alguém. Briguei com o padre Carlos Weiss, porque eu achava ele uma anta quadrada; respeitava muito, porque ele tinha um conhecimento de História profundo, só que ele fumava charuto e não respeitava ninguém. Eu já tinha sido expulso do colégio Bom Jesus aqui em Curitiba porque um padre jogou fumaça na minha cara. Saí de História e fiz o vestibular de Letras Vernáculas; depois, por causa do movimento estudantil, que eu não ia à aula, eu fui para Letras Anglo, e aproveitei também para transferir para Letras Franco, meu diploma é em Letras Franco.

Enquanto fazia Franco, eu fiz um cursinho de especialização em Comunicação Rural, com a Luzia Yamashita, o Leornado, a Yoshia Nakagawara. Todo mundo acha que eu fiz Comunicação por causa daquele curso, mas era só um cursinho que nem nota tinha. De lá, não parei de ser jornalista até hoje.

Quando estávamos na *Folha* e já na universidade, começamos a discutir o movimento estudantil. Por isso eu digo que o Márcio [Almeida] foi fundamental: em 1972, tinha uma grande discussão dentro da UEL (na época era FUEL, nós pagávamos) de criar o DCE, que seria atrelado à estrutura universitária, o Márcio, como liderança e ligado ao PCB [Partido Comunista Brasileiro], defendia ardorosamente a criação do DCE, os diretórios setoriais de Odontologia, Direito, Economia, eram contra. E o pessoal de Medicina, que era o Márcio, o Tercílio [Turini], o Aoki, o Paulão Tanaka, eles eram favoráveis. Outro cara que teve papel fundamental foi o reitor da época, o Ascênsio Garcia Lopes, que também defendia que os universitários deveriam criar o DCE.

Quem articulou a discussão foi o Márcio, e o Marcelo Oikawa chamou a gente, amigos dele. O Márcio, junto com outras pessoas, fez uma chapa muito ampla – tinha o Luiz Carlos Haully e Eloi Zamberlan, da Liga Atlética, que faziam Educação Física. Fomos eu, a Cleusa e outros fazer parte da chapa do Márcio, que foi a primeira gestão. Foi então composto o primeiro DCE. Havia grupos dentro do DCE,

porque era uma chapa muito ampla, grupos da Medicina, nós do CLCH (na época, Diretório Acadêmico Rocha Pombo) – a Tiemi, o Amaral, eu... O vice-presidente do Márcio era alguém de direita, que eu não me lembro.

Na primeira gestão do DCE, igual se fazia na ULES, foram criados grupos de base de literatura, grupos de teatro, grupo de imprensa estudantil, grupos de esporte (que eu dirigia com o Eloi e o Haully), concursos de literatura; e isso tudo foi criando, dentro da ‘quase existindo’ universidade, um ‘quase existindo’ movimento estudantil de massas. Eu ficava mais nos grupos de literatura e de esportes.

No grupo de literatura, é óbvio que as coisas acabavam em política, ditadura, repressão, etc., mas eram discussões literárias. A Dulcinéia Novaes não sabia o que estava acontecendo, mas fazia bons textos. Ela ganhou um concurso de contos e nós a levamos para a *Folha*. O Márcio sempre trabalhou com essa visão do PCB, de criar grupos, espalhar. Eles tinham o [Arnaldo] Bertone, o Maurício [Saraiva], que foi para a Holanda quando o pau quebrou aqui... E a questão política foi ficando mais séria para nós. Nós tínhamos notícia de gente que estava no Chile, como o [Arnaldo] Bertone, o [Luís] Cordoni, o José Serra.

Todo Mundo

O jornal que o grupo de imprensa da primeira gestão fez era o *Terra Roxa*, inclusive, era o *Terra Roxa* que fazia os concursos literários. Esses núcleos que davam vida para o DCE e, evidentemente, havia um pessoal mais à frente politicamente, cada um com a sua linha, encarando o DCE não como grupo de literatura, esporte, mas de política mesmo. Isso era 1972. Na sucessão do Márcio, foi feita uma chapa chamada *Todo Mundo*, houve racha na discussão, quem seria presidente, formou-se uma chapa ampla também, o Tercílio (Turini) como candidato a presidente; o Aoki e o Paulão, da Medicina; do CCH tinha o Dorival Zemuner, a Cleusa, eu, a Marília.

A Cleusa me desmente que a gente distribuiu bolacha *Maria*, mas eu tenho certeza disso até hoje, nós éramos contra o trote, mas os universitários eram a favor. Nós até lançamos o *slogan* ‘Trote é coisa para cavalo’ e fizemos uma festa pra recepcionar os calouros, uma festa com chá e bolacha *Maria*. Foi a queda do III Reich! Foi no Hugo Simas que nós recepcionamos os calouros, houve uma reação igual aos rolezinhos de classe, a classe se viu ultrajada pelo chá, acho que a gente não confiava na capacidade dos caras de querer cachaça e cerveja e querer outra coisa com o movimento estudantil. É um detalhe que a gente brinca, mas foi importante, porque o Nilo [Dequech], que foi adversário do Tercílio na campanha, disse isso em todas as salas de aula, ‘esses caras estão aí querendo dar chá e bolacha *Maria* para vocês’.

E ele usou um cartaz, bastante autoritário, mas convincente, o *I want you*, o Tio Sam chamando os caras para a guerra do Vietnã. Ele tinha um marketing que acabou sendo melhor que o nosso. E ele tinha respaldo do governo do estado, do Ney Braga, Oscar Alves e toda essa ala mais, digamos, direitista da Arena, que eram contra nosso projeto. Aliás, como a gente tinha trinta linhas diferentes, nem havia um projeto, isso só foi amadurecer com o *Poeira*. Aí a gente tomou um ferro no DCE e em alguns diretórios. Eles ganharam o CESA, que era o maior. Nós ficamos com o do CCH (Humanas) e a Saúde.

Quando nós perdemos, fizemos uma discussão sobre o por quê da derrota, que ia desde a bolacha *Maria* até a falta de clareza sobre o que a gente ia fazer e a divisão de grupos. Quem dirigia a reunião, naturalmente, era quem tinha mais cancha política: o Marcelo, a Marília, a Cleusa. E nessa reunião alguém falou: ‘Pô, vamos

levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima!'. Isso deu o mote para tudo o que viria depois no movimento estudantil.

E o Nilo facilitou muito, porque o pessoal dele era muito burro, autoritário e muito fácil de identificar com a ditadura. Todo o pessoal dele, o Roberto Coutinho, Milton de Castro, esse jeito facilitava uma possibilidade de reação. E nós começamos a discutir tudo de novo. E aquele grupo, com vários que já eram jornalistas, principalmente o pessoal que estava na *Folha*...

Quando a gente terminou o *Novo Jornal*, o Walmor Macarini me convidou e eu fui, com a maior alegria do mundo, para a *Folha de Londrina*, eu, o Roldão e o Marcelo. E nós criamos uma página chamada *Perspectivas*, uma página inteira sobre o movimento estudantil, feito só por quem não estava no DCE na época. Quando nós ganhamos no DCE, com o Paulo Silva, continuou a página *Perspectivas*. E antes dela, eu editava uma página chamada *Rascunho*, sobre literatura, que abrigou também muita gente que era do movimento ou simpático ao movimento.

No início do *Poeira*, a gente vivia reunido de madrugada. O Marcelo um dia falou: 'vamos fazer uma pesquisa na universidade; a gente precisa ampliar o movimento, não vale a pena ficar em cima só do que a gente pensa.' Foi uma coisa legal, nós fomos ouvir os caras, eu fui eleito presidente do diretório do CLCH com quase cem por cento dos votos. Para o DCE o presidente tinha que ser do CESA, que era o maior centro, e o Paulo Silva, que venceu o Milton de Castro, era simpático, lindo, a mulherada votava nele.

Medo

Nós, como estudantes, enterramos muitos livros. Tem gente que minimiza isso. Eu, como democrata, condeno qualquer ditadura, seja de direita, seja de esquerda, na escola, qualquer ditadura, é um mal para a evolução humana. Nós enterramos muito livro em Londrina, até a encíclica *Rerum Novarum* nós tivemos que enterrar. E na nossa profissão, é óbvio que sentíamos a barra pesar.

Mas nós encontrávamos saídas muito inteligentes. Se você pegar aqueles folhetos de poesia, conto, crônica, que a gente fazia, você vê... E isso não dá para personalizar, era uma coisa coletiva, é óbvio que o talento é individual, mas a coisa era da massa mesmo. E a gente gostava de fazer esses folhetos coletivos. O Pellegrini nunca deixou um texto dele, porque ele morria de medo; uma vez a gente queria colocar um texto dele chamado *Ana*, sobre uma mulher e uma chuva, ele mandou arrancar.

Sentir medo era próprio das pessoas na época, era uma coisa massacrante, não era de covardia. Outro dia me perguntaram se eu fui preso, mas precisava? Hoje a gente é preso pela violência em excesso, as pessoas vivem presas dentro de suas casas e os assassinos estão soltos. Naquela época era o contrário, você se sentia preso, era uma coisa indefinida, obscura. Eu andava pela [avenida] Higienópolis com medo de sair alguém de trás das árvores, a Celinha, tinha medo de atravessar a rua, em frente ao DCE, e ser atropelada. Isso é medo, é pavor; não precisa prender ninguém.

O *Poeira* foi fundamental para eleger o Paulo [Silva] e, com ele, agora se tinha uma linha política de oposição, contra as arbitrariedades na universidade, contra o exame obrigatório e as coisas que nós achávamos erradas, como a maioria dos estudantes. Acho que houve uma transição muito grande nesse período em que o Paulo foi presidente do DCE, porque aí realmente nós começamos a pesquisar o que o estudante queria, via *Poeira*. E o *Poeira* sempre crítico, um jornal que marcou época no país e chamou a atenção para o movimento estudantil em Londrina.

Então na gestão do Paulo esse grupo foi se organizando, agregando muita gente – o Belinatinho [Roberval Belinati], as irmãs do [Antonio] Belinati [ex prefeito de Londrina], muita gente que poderia ter tomado um rumo diferente. E ele tinha uma linha política, mesmo que alguns não fossem de partido nenhum.

Quando houve a minha eleição, em 1975-1976, nós fizemos a mesma pesquisa e deu contra o 169 [regulamento interno da UEL], a favor do passe universitário, ensino público gratuito... Minha eleição foi uma covardia, porque só tinha uma chapa. O *Poeira* tinha se tornado uma coisa única, havia uma minoria contra. Tanto que no centro de Letras, que tinha bastante gente (a maioria, mulher), votava-se cem por cento *Poeira*, os professores faziam campanha pra nós.

Esse processo começou lá atrás, era uma saída para quem não tinha saída. Lembro das apostilas [de jornalismo] do Edilson Leal, ele e aquele povo ligado ao Partido Comunista é que davam aula, isso tudo veio se somando e muita gente do grupo virou jornalista. Em Londrina não foi um Jesus Cristo que baixou e plantou essas ideias na cabeça das pessoas, foi uma convergência.

O *Poeira* tinha outra característica de alguns órgãos da imprensa brasileira numa certa época, e que hoje é uma piada nessa imprensa industrial que está aí: ele era democraticamente discutido, pauta por pauta. O *Poeira* ganhou dois prêmios *Parker Pen* (de imprensa estudantil), não era de graça que acontecia.

Isso acabou se refletindo na minha eleição, 1975-1976. Tinha em torno de cinco mil e oitenta votos na universidade inteira (a *Folha* deu manchete disso), e quatro mil novecentos e setenta votaram na gente, era o soviete inteiro! Era uma eleição limpa e reveladora do que os estudantes queriam.

A Posse

A cerimônia de minha posse [na presidência do DCE em outubro de 1975] foi marcante, eu nem sei dizer se naquela época eu sabia o alcance que aquele gesto teve. Eu fiz aquilo com muita coragem, sabia que o pau estava comendo, mas não tinha ideia do que aquilo... A minha raiva era tanta pela prisão dos professores, da operação *Marumbi*, que eu faria qualquer coisa. Mas, politicamente, eu não sabia na época avaliar. Eu sabia que nós tínhamos a maioria absoluta da universidade do nosso lado. Nós tínhamos uma universidade arbitrária, que fechava os olhos para a prisão de professores e diretor de centro. Havia a necessidade de nós, que tínhamos os veículos de comunicação na mão, denunciar, tanto que a *Folha* e o *Panorama* cobriram a posse.

A posse tinha sido marcada para o Teatro Universitário, e no dia o pessoal da reitoria e da polícia disse que tinha que mudar de lugar porque teria bomba. Era o terror. O discurso não seria aquele, era um discurso democrata, de abertura, de dizer que a gente ia lutar por uma série de coisas, não tinha aquela contundência política. Como a gente tinha essa coisa fermentando no dia, e os caras foram presos dias antes, foi discutido aquele discurso. E como, mais ainda, minha raiva pessoal era incomparável, dantesca, eu faria o discurso onde fosse, contra a prisão arbitrária do Nelsão [Nelson Ferreira dos Santos], do Geneci [Souza Guimarães], do João Einecke... e teve mais professores da universidade, que as pessoas se esqueceram. Então, quando foi proposto esse discurso, eu falei ‘nós vamos pro pau’. Quando falaram que teria que cancelar por causa da ameaça de bomba, nós falamos com um cara do clube Canadá, porque a reitoria achava que mudando o lugar, eles iam esvaziar a posse. E eles não souberam que nós ficamos em frente ao teatro Universitário, encaminhando todo mundo que chegava lá, foram umas duas centenas de pessoas. Tinha muita gente da Polícia Federal – vários que nós conhecíamos, inclusive.

Na hora do discurso eu pensei: bom, eu tenho que fixar a questão nessas letras aqui, eu sou ruim pra falar, até hoje eu não consigo fazer um discurso sem chorar. E aquele eu consegui falar sem chorar, tamanho era o sentimento de indignação com aquilo que eles estavam fazendo com os professores. E eu olhei para a mesa e fui muito tranquilo, porque também todo nosso pessoal estava ali na frente.

Aquela noite foi um marco da transformação do *Poeira* em uma força política, era uma conjugação de forças com a comunidade. Isso eu notei no dia seguinte, com pessoas da comunidade ligando, dizendo ‘Vocês fizeram a única defesa desse pessoal que foi preso’.

O Laércio Souto Maior, que foi preso na mesma operação, tempos depois me disse que o Nelsão comentou com vários amigos que os caras da repressão não encostaram a mão nele, na prisão, com medo da repercussão universitária em Londrina. Então foi um discurso marcante, não foi um discurso meu, pessoal, foi do grupo, como tudo no *Poeira*, e deu o caráter político para o DCE.

Conquistas

E dali pra frente a gente continuou, teve uma reivindicação do passe universitário perante o [José] Richa, que era prefeito na época, foi a principal conquista do período. E o Richa, claro que ele tinha os interesses dele e das empresas que tinham ajudado na campanha, mas ele se mostrou desde então um democrata, porque ele sentiu que tinha levado ferro na discussão com o DCE e com os diretórios setoriais. Isso somava uma conquista no campo universitário com uma vitória política, e ajudava a defesa política que o *Poeira* fazia das questões democráticas – a abertura do país, anistia, etc..

Importante era aquele caráter de movimento, se fosse uma coisa isolada, os caras tinham acabado, não precisava nem polícia. Eles não conseguiram acabar comigo e com a Celinha no Conselho Universitário porque a gente representava cinco mil pessoas. Então quando a gente falava contra o 169 [projeto de regimento interno] dentro do Conselho, a maioria era contra nós, uns quarenta. Só que tinha o Vanoly Fernandes que era a nosso favor, o Jorge Cernev que passou a ser a nosso favor, e tinha cinco mil bancando aquele jogo, não eram só dois universitários.

Então nós tínhamos a estrutura da universidade, tínhamos o jornal, havia o respaldo parlamentar, do MDB, do Álvaro Dias (para quem nós fizemos a campanha para deputado federal em 1978, e ele foi o cara mais votado do Paraná). Nós não estávamos desligados da comunidade.

Aos poucos eu fui ficando de fora do DCE, eu estava terminando a graduação e ficando mais nos empregos em que eu trabalhava. Casei em 1973, o primeiro filho foi o *Poeira* [risos] e o segundo foi o Thiago, que, assim como a Elena, da Marília, era filho da coletividade, eles brincavam juntos; o Thiago é meu filho, fui eu quem fiz, em parceria com a Cleusa. Então era uma coisa muito legal, fora a questão política, porque nós tínhamos e temos divergências políticas muito grandes, isso é fato, mas isso não quer dizer que sejamos inimigos nem adversários. Ao contrário, somos amigos apesar das divergências.

6.3 CÉLIA REGINA DE SOUZA

Depoimento ao autor em 03 de março de 2014:

Sou nascida em Londrina, fiz o primário no Colégio Pio XII, um colégio misto dirigido por freiras mais modernas que as do [colégio] Mãe de Deus, eram freiras muito jovens e com um forte viés cultural. Então, desde bem cedo eu me interessei e participei de atividades culturais, como dança, festas, música, teatro, eu fui a Dona Baratinha [risos].

Também tinha curiosidade, desde criança, por episódios da história de Londrina de 1963, 64, como a grande queima de café por causa de preço, o loteamento do [jardim] Londrilar, feito por um polonês chamado Jan, ele tinha uma casa muito bonita perto do [lago] Igapó que lembrava a arquitetura de Brasília; ligava isso com a eleição de 1961, a chapa Jânio e Jango – Jan-Jan – contra o Marechal Lott, porque afinal o Jan aqui de Londrina vendia lotes e tinha uma casa que lembrava Brasília [risos]. Esta foi a minha primeira intriga política, era tudo muito confuso pra mim e eu queria entender...

Quando teve a “redentora” em 1964, eu fiquei muito incomodada e fui perguntar pra freira o que estava acontecendo. Ela explicou que os comunistas queriam pegar a bandeira verde-amarela e pintar de vermelho, eu achei eles meio atrevidos de quererem fazer uma coisa dessas. Depois teve a campanha ‘Dei ouro para o bem do Brasil’ e eu, toda interessada, fui lá no prédio da Câmara Municipal, de voluntária, e doe o único anelzinho que eu tinha de rubi para o bem do Brasil, ganhei aquela aliancinha que eles davam, guardei por muito tempo.

Enfim, eu tinha uma preocupação social, mas sempre com uma vertente cristã, eu me comovia muito com as histórias dos santos. Também tinha muita pena de quem morava em casa de aluguel, de alunos de escolas públicas que usavam aqueles guarda-pó brancos, não podiam usar os vestidos bonitos do colégio particular, que eu usava.

Música

Até a gente [família] perder tudo o que tinha e o que não tinha, foi uma grande crise após 64, eu tinha dez anos. Na mesma época eu fui pra escola pública, o IEEL [Instituto Estadual de Educação de Londrina], fazer o ginásio. Na medida em que a crise piorava, a televisão foi entrando em casa, eu comecei a ler, ouvia muito rádio, mas o que amava era assistir a todos os programas de música popular brasileira da TV Record – o *Bossaudade* da Elisete Cardoso, o Simonal, o *Pra ver a banda passar* do Chico Buarque, *Esta noite se improvisa*, assistia o Agnaldo Rayol nos fins de semana e *O fino da bossa* que era o máximo, minha ‘ídala’ Elis Regina e Jair Rodrigues.

Eu sabia todas as músicas de cor. Era uma época de muita música boa, com conotação social, isso foi fazendo minha cabeça. Então, desde muito novinha, eu sabia de cor e salteado letras como *Terra de Ninguém* – ‘Mas, o dia vai chegar / que o mundo vai saber...’ – eu nem sabia bem o sentido, mas entendia que no Nordeste as pessoas sofriam, que os que tinham terra exploravam os que não tinham, e eu ia ficando do lado dos que sofriam na MPB. A música do Marcos Valle, ‘Gente que entende / que não deve dar / porque nunca na vida / sofreu por não ter’. *Viramundo*, tudo do Gil. E eu chegava em casa e minha mãe dizia que já tinha copiado o começo da letra de uma música nova do Gilberto Gil, eu ficava no rádio esperando ela tocar pra copiar o resto.

Então, foram essas músicas, e não os livros, que despertaram essa temática social em mim, ou seja, meios de comunicação de massa [risos], principalmente rádio e televisão. Lembro que na época era um horror mulher tocar violão, e na televisão tinha uma tal de BB, Berenice Barros, que entrava no intervalo comercial tocando

violão, porque era filha do patrocinador, eu achava uma ousadia e me atraía isso de fugir do padrão. Tinha até uma música que dizia ‘Tão bonita que ela é / cabelo liso como eu nunca vi / camisa esporte sobre a calça Lee ... cigarrinho aceso em sua mão / toca moderninho um violão’ – era a estética que me agradava.

No IEEL, a partir de 1965, eu fui ler a revista *Realidade*, fiz alguns trabalhos sobre ela, lia muito as crônicas do *Cruzeiro*, adorava o Rubem Braga e o Paulo Mendes Campos, os professores pediam pra gente resumir, esse estilo me pegou também. Daí nós criamos um grupo de música pra se apresentar no colégio, festa do dia dos pais, etc; era eu, a Lúcia Carvalho, que depois virou deputada distrital em Brasília, a Ana Schiavinato, uma turminha de cinco. A gente cantava todas as músicas dos festivais, *Gabriela*, *Alegria-Alegria*, *Roda Viva*, *Ponteio*, e quem nos incentivou e dirigiu foi a professora Elzinha, mulher do Pedro Marczak, também nosso professor.

Teatro

Quando foi 68, o Roldão, que estudava em outra classe, escreveu uma peça de teatro e convidou a Ana Schiavinatto pra ser a mãe, eu pra ser a irmã [dele], era uma peça que misturava seminarista com movimento estudantil, morte, detetive... Eu guardei muito tempo o texto e brincava de fazer chantagem com o Roldão com sua primeira obra de arte [risos]. Apresentamos a peça no fim do ano, foi a única apresentação, mas um grande sucesso no colégio.

Após o ginásio, eu fui fazer o Clássico [ensino médio] no Vicente Rijo, perdi contato com o pessoal, só encontrava de vez em quando a Ana Schiavinatto, que era uma pessoa curiosa, culta. Até que um dia encontrei o Roldão no centro da cidade, quando contei que estava no Vicente Rijo, ele disse que estudava no [colégio] Champagnat e participava de um grupo de teatro – o Kubículo, da ULES [União Londrinense dos Estudantes Secundaristas], dirigido pelo Dinho [Domingos Pelegrini] – e que em breve ia se apresentar no Vicente Rijo, me convidou pra assistir. Eu fui, gostei e soube que eles estavam fazendo umas palestras na ULES, aos sábados.

Fui com a Ana Schiavinatto, essa primeira palestra era sobre a guerra do café solúvel, com o Hélio Duque. Pra mim, que adorava o estilo de vida americano que a TV mostrava, papai, mamãe e filhinhos felizes, foi uma porrada, já saí da palestra meio nacionalista. No sábado seguinte a palestra era sobre os crimes de guerra americanos no Vietnã, com o Edilson Leal, baseada no livro do Bertrand Russel. Aí eu já saí vietcong [risos]. Depois achei o livro do Antonio Callado, comecei a ler também muita poesia, gostava do Vinicius, do Drummond, fui achando um viés, tinha uns 15 anos.

Foi quando soube que tinha outros grupos na ULES, como o *Senzala*, que era do pessoal do Vicente Rijo, que tinha o Marcelo, o Nilson, a Cleusinha, o Carlão (da minha classe), o Paulo Silva, pessoal também do Clássico mas que estava um ano à minha frente. Logo depois um pessoal resolveu criar outro grupo, só de pirralhos, que tinha o Paulo San Martin, os irmãos dele Zão e Leza, eu, a Rosélia, a Jussara Rezende, nós começamos a montar peças e apresentar na ULES. Tivemos a montagem de um texto do Paulo Nassar, *A declaração dos direitos dos bichos*, eu fiz a arara [risos], foi um sucesso!

A partir daí fui entrosando com os meninos dos outros grupos, participava de festivais de poesia. A gente ajudava a interpretar com músicas, declamando, viramos tipo um grupo cultural. Mas isso era 1970, um período muito pesado, houve uma grande queda aqui em Londrina do pessoal do PCBR, do POC, Manoel Jacinto e Elza [Correa] foram presos. Eu não sabia muito sobre coisas clandestinas, mas

tinha consciência que alguns viam a gente como subversivos. E também percebia que os meninos às vezes tinham umas conversas meio enigmáticas – uma vez eu perguntei algo e me disseram que a conversa era sobre alguém que ia trazer umas calças Lee do Paraguai, ou seja, contrabando, sendo que ninguém do grupo usava calça Lee [risos].

ULES

Ouvindo o depoimento do Marcelo [Oikawa] pra Comissão da Verdade, parece que algumas pessoas do PCBR tinham uma relação política mais próxima com o pessoal da ULES. Também percebia que algumas pessoas como o Belucci, o Maurício [Saraiva], o Arnaldo Bertone, tinham uma relação com o pessoal do DARP [Diretório Acadêmico Rocha Pombo], de Humanas. E vi que muitos deles fugiram de Londrina nesse processo, foram pro Chile ou outros lugares. O Paulo Nassar também sumiu, assim como um cara do POC que vivia na ULES – este caso era engraçado, porque esse era clandestino e foi fazer magistério no IEEL, era o único homem da turma, o apelido dele era Mané Barra Curta, passou totalmente incógnito... [risos] – até ele sumiu. A família dos meus amigos, do grupo de teatro, foi pra Espanha. E eu lia jornal e via do que eram acusados, fui tomando pé da situação.

Nisso houve uma eleição da ULES, eu participei e ganhamos, mas como todo mundo foi embora, eu acabei ficando lá sozinha com um cara, que era o presidente. E como só sobrei eu, fui subindo de cargo [risos]. Mas não sabia bem o que fazer, estava tudo desmantelado, então tentei organizar uns ciclos de palestras, se tinha funcionado pra mim, devia funcionar pra outros.

Foi na primeira dessas palestras, num fim de semana, que apareceu uma moça bonita, era a Marília [Andrade]. Eu estava por ali com a Jussara Rezende, preocupada se ia aparecer gente, a gente tinha pouca divulgação, só uma coluna da Folha *Escolas e Estudantes*, que era feita pelo Dinho, mais tarde o Roldão e o Nilson fizeram.

Lembro que tinha saído o disquinho do Chico Buarque com a música *Apesar de Você*, que estava tocando, aí a Marília chegou e perguntou se eu gostava da música, eu disse que sim, ela também, fiquei animada, muito pretenciosa já comecei a pensar que ia ganhar a novata pras atividades [risos].

Isso era 1970, setembro, mas a ULES foi esboroando, as poucas pessoas que iam lá – o Edmilson (Zé Mirso, irmão da Elza Correia) o Clério Pellegrini (que tocava um lindo violão)... Então ficou a convivência mais pessoal com a Cleusinha e os meninos, Marcelo, Roldão, Nilson, eles continuaram escrevendo poesia, imprimiam em mimeógrafo, vendiam a centavos, a gente foi convivendo cada vez mais, estávamos sempre na casa do Marcelo, ouvindo música, cantando, lendo poesia.

Periferia

Voltei a encontrar a Marília no [colégio] Castro Alves, eu dava aulas de História no supletivo e ela de Geografia, isso em 1971. Aí a Marília fez a proposta da gente dar aula de alfabetização [de adultos], as opções eram o [parque] Ouro Branco ou o jardim Paraiso, ela queria onde tivesse boia fria, no Ouro Branco nessa época estavam construindo a rodovia e o pessoal trabalhava nessa obra, então fomos pro Paraiso, onde tinha bastante boia fria. Não era fácil, o ônibus ia até o [parque] Ouro Verde, a gente tinha que andar até o Paraiso [2 km], e íamos em horários diferentes, sozinhas.

Nessa época [1972] eu tinha terminado o colegial e fui trabalhar na Cipasa [concessionária Volkswagen], e apesar do clima de viuvez, pelo que tinha acontecido com o pessoal de esquerda em Londrina, a gente continuava se reunindo na casa do Marcelo. Até porque eu tinha encontrado em São Paulo, em 71, alguns desses que tinham fugido de Londrina. Esses reencontros de pessoas que a gente tinha perdido um ano antes, mais a chegada da Marília, animaram um pouco.

Os meninos [Roldão, Marcelo, Nilson] trabalhavam nessa época no *Novo Jornal*, eu cheguei a escrever algumas matérias no início, inclusive uma entrevista com Dom Geraldo Fernandes sobre a construção da nova catedral de Londrina, que deu capa, só que eu nunca recebi e fui trabalhar como secretária na Cipasa, também passei no vestibular de Ciências Sociais do Cesulon.

Nesse meio tempo, por proposta da Marília, formamos um grupo de estudos, começamos lendo Máximo Gorki, acerca da literatura... Mais pra frente, chegou à nossa mão o *Cinquenta anos de luta*, do glorioso PC do B. Ninguém perguntava nada mas eu percebia que a Marília sabia essas coisas de cor.

Às vezes eu ia chamar para a reunião do grupo de estudos e o Roldão e o Nilson ficavam me enrolando pra responder. Ai eu provocava, ‘você são uns alienados, o que você querem?’ e eles cantavam ‘eu quero uma casa no campo / onde eu possa plantar meus amigos, meus discos e nada mais...’ e acabava tudo em risos.

Em Curitiba

No fim de 1972 eu fui pra Curitiba e fiquei fora da primeira eleição do DCE da UEL. Em compensação, tudo aquilo que até então era teoria virou prática, porque o Mané convidou meu namorado à época, para militar no PC do B. Convidou o meu namorado, não eu...

Em Curitiba, o Pedro Pomar foi nos visitar, junto com o Mané, a gente morava numa casa muito pequena, uma edícula, sem portas entre a sala, a cozinha e o quarto. Eu ficava no quarto ouvindo tudo, até que me convidaram a participar, mas só um pouco [risos]. Eu tinha dezoito anos, meu namorado também.

Falando sério, na avaliação deles eu era muito juvenzinha e imatura, mas eu já fui tomando responsabilidades. Sem saber direito o que fazer fui atuar do movimento estudantil secundarista, como já tinha terminado o colegial, me matriculei num curso de técnico de enfermagem, porque nessa altura eu já sabia da guerrilha do Araguaia, que acompanhei desde o início pelo *Jornal da Tarde*. Quem sabe o curso poderia ser útil pra lá também...

Então fui pra UPES [União Paranaense de Estudantes Secundaristas], pra ganhar a UPES. Fomos em um grupo, tentando fazer teatro lá. A UPES era como a ULES, tinha um grupo lá tomando conta e a gente foi chegando. Se bobeassem, a gente ganhava a entidade por dentro. Era uma idéia...

Ainda em Curitiba, eu trabalhava em uma empresa e nos fins de semana ajudava a vender coisas na feirinha do Largo da Ordem. Era uma meia dúzia de banquinhas. E aí a gente comprava o *Estadão* pra ler na praça e ainda brincava: vai que estourou a Guerra Popular e ninguém nos avisou... Mas só tinha a edição cheia de receitas e dos Lusíadas, no lugar dos textos censurados do jornal.

O problema é que nesse meio tempo, por questões pessoais e políticas daquele tempo pesado, acabei saindo de Curitiba, era 1973 e acabei passando uns meses em São Bernardo do Campo (onde trabalhei numa livraria) e em Campinas.

Em relação ao PC do B, depois daquele contato inicial, a relação esfriou quando nós saímos de Curitiba. Eu cheguei a cobrir um ponto com o Pedro Pomar em Curitiba,

naquele relógio das flores, e então marcamos outro ponto em São Bernardo, mas depois da nossa partida brusca eles desconversaram, disseram que não tinha mais nada de partido. Foi depois disso que eu resolvi voltar pra Londrina, fazer o vestibular e entrar na faculdade, em janeiro de 1974.

Poeira

Chegando aqui [de volta a Londrina] eu procurei a Marília e falei, ‘já que não tem mais nada de partido, o que a gente vai fazer?’ [risos]. Aí surgiu a proposta de fazer o *Poeira*, que já estava começando. Minha ideia era fazer História mas acabei indo pra Economia porque no CESA precisava mais de gente. Lembro que no vestibular eu respondi uma pergunta contestando o conteúdo reacionário da questão e a Marília me deu uma bronca, ‘desse jeito você não entra na faculdade’ [risos]. Em Campinas eu tinha participado de um jornal com uma menina legal, filha de um advogado trabalhista famoso, Mário Carvalho de Jesus, através dela eu conheci um pessoal da Economia, que me passou alguns textos e gostei daquele caldeirão, por isso acabei optando pela Economia.

Eu já era do *Poeira* quando fiz o vestibular, passei e já começamos trabalhar a primeira edição. Na época a gente tinha só o DARP [Diretório de Humanas], com o Nilson, Roldão, Cleusa, o diretório da Educação, que era do curso da Marília, e o DATA (do Cesulon). Depois conseguimos o CCS [Saúde]. Começamos a distribuir o jornal no CESA porque o diretório colocou um anúncio no *Poeira* do baile de calouros, aí não paramos mais. O presidente era o Jackson [Proença Testa], ele ficou meio neutro na eleição [de 1973], mas deu essa abertura pra nós.

Eu não conhecia a maioria do pessoal, que veio daquela luta da primeira gestão do DCE. Lembro do Grupo Base de Literatura, que reunia e mobilizava bem as pessoas, o próprio DARP tinha uma boa tradição nessa coisa de concursos literários – lembro do Antenor Bertone, a Dulcineia Novaes. Eu não escrevia poesia, mas acompanhava tudo, já tinha participado de concurso de declamação do DARP, tinha declamado *Nêga Fulô*, do Jorge Lima, tinha cantado para uma poesia do Nilson em outro concurso.

Tinha também o Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil, que editava o *Poeira*. Nessa época eu trabalhava no *Novo Jornal*, ‘o retorno’ [risos]. Roldão, Tadeu, Hilton Libos, o Ponti. Durou pouco essa segunda fase do jornal.

Lembro de uma matéria sobre o passe universitário que foi feita pelo Robervalzinho Belinati, a irmã dele, Sirlene, também participava, o grupo não era grande mas era bem amplo.

O pulo do gato foi a Marília aparecer com a *Mafalda*, do [cartunista argentino] Quino, uns meses depois. Ou seja, a gente deve grande parte de tudo o que fizemos ao Quino...e nós nunca pagamos direito autoral pra ele, mas sempre reconhecemos o mérito, foi um impacto impressionante.

As camisetas por exemplo? Eu tenho uma foto antiga no Facebook vestindo uma delas escrito só *Poeira*, é das primeiras, a gente fazia uma máscara de cartolina e imprimia direto na camiseta; depois a Vera Heringer, estudante de Medicina, se bem me lembro, conseguiu algumas camisetas produzidas pelo pai dela (que tinha uma indústria de confecções) e só mais tarde a gente colocou a Mafalda na camiseta, aí todo mundo queria...

Uma das matérias bacanas do *Poeira*, na primeira gestão do DCE, foi *Arriba, Espanha!*, feita pela dupla José Carlos Vieira e Ingrid Rizzi – os coitados voltaram [tiveram que reescrever] tantas vezes com o texto, mas no fim ficou lindo. Mas ali já tivemos um probleminha com a ilustração do Jaime Leão sobre o General Franco

[ditador da Espanha], que parecia o Geisel retratado e os caras [Polícia Federal] se doeram. (O destino nos ajudou trazendo o Jaime para Londrina, ele fazia as capas do *Panorama*. Aliás, você lembra que o Miltainho [Milton Severiano da Silva, ex editor de texto de *Panorama*] fez uma charge para nós no *Poeira*? Esses caras leram nossos textos, ajudaram, foram uma escola para nós).

Lembra daquela formatura no Moringão [ginásio de esportes], em que a turma de Psicologia colocou o *Poeira* como nome de turma? (a turma de Serviço Social, mais para frente, também colocou). O Nilson e eu éramos do Conselho Universitário, na hora que o Oscar Alves foi falar, nosso pessoal abriu uma faixa lá atrás do Moringão: ‘O DCE saúda os formandos e pede a continuidade do seu apoio na luta pelo passe universitário’. O público começou a bater palmas e os formandos viraram para trás e também aplaudiram.

Panorama

No primeiro semestre de 1975 eu também fui pro [jornal] *Panorama*, mas logo decidi sair, achava que não dava pra tocar as duas coisas. Lembro duma conversa com o Narciso Kalili, ele dizendo ‘pô Celinha, enfia esse DCE no c..., este aqui [*Panorama*] é o nosso jornal’. Eu respondi: ‘não é, Narciso, é do Paulo Pimentel’. Na última vez que encontrei o Rui [Fernando] Barboza ele dizia, ‘lembro de você, Celinha, na casa do Narciso, depois que todo mundo foi demitido, dizendo ‘não avisei?’ [risos]. Mas realmente não dava, tanto o DCE como o *Panorama* eram 24 horas por dia.

Depois veio o episódio da prisão do Nelsão [Nelson Ferreira dos Santos, diretor do Centro de Ciências da Saúde] em 1975, entre a eleição e a posse do Nilson, que seria no Teatro Universitário. Na hora H, a reitoria ligou dizendo que havia ameaça de bomba no teatro e a posse foi transferida para o Canadá Country Club. Recuperei o texto do discurso do Nilson na *Folha de Londrina*, que o reproduziu. Até procurei a pedido da Natalina [Ribeiro], porque o Nelsão estava na banca de doutorado dela e ela queria entregar o texto pra ele, de presente.

O texto do discurso é maravilhoso, começa dizendo que ‘gostaríamos de falar sobre a qualidade do ensino, o ensino pago’, ou seja, falando tudo que a gente gostaria de falar, ‘mas infelizmente não podemos falar de nada disto porque temos que comunicar que o nosso professor foi preso assim-assado, em tais circunstâncias’ e termina conclamando o reitor, as autoridades presentes e toda a comunidade universitária a se juntar a nós na luta pela integridade física do professor, pela sua libertação etc.

Como a nossa capacidade de mobilização era grande, o lugar estava lotado, mas havia muita tensão porque tinha muita polícia também. Então, era o Nilson lendo o discurso e a gente falando junto cada frase. E tinha aquela coisa de posse, muito pai, mãe e familiares presentes, o final foi uma explosão e um grande alívio, porque nós pudemos dizer aquelas coisas e eles não puderam ter reação.

É bom lembrar também que, nessa altura, a gente já tinha ganho o primeiro lugar no prêmio *Parker Pen* [de jornalismo estudantil] e a UEL tinha que nos respeitar... A Marília inscreveu o *Poeira*, era um concurso nacional. Aqui vale lembrar que eu ganhei menção honrosa com uma matéria sobre a participação do estudante na vida nacional que estava assinada por mim no jornal. Mas quem fez a matéria, na verdade, foi o Marcelo Oikawa. Como eu era candidata [na eleição estudantil da UEL], resolveram colocar o meu nome. Tinha esse desprendimento, mas o verdadeiro autor era o Marcelo. E a outra matéria premiada (sobre show do Chico

Buarque em Londrina), feita pelo Roldão e o Dinho para o *Terra Roxa*, que era ótima, eu que inscrevi, porque gostava muito dela.

PC do B

Em dezembro de 1976, pra quem acompanhava mais de perto e pra mim que o conheci pessoalmente, a morte do Pedro Pomar foi um baque muito grande. Até porque a Marília e o Mané estavam mais distantes e já estavam passando um contato [do PC do B] pra nós.

A gente ia se organizar partidariamente mesmo, pela primeira vez. Até chegamos a marcar um ponto [em Londrina], mas houve desencontro. Nessa época, lembro de chegar em casa num domingo à noite, tinha passado o dia num acampamento (fizemos um acampamento de meninas pra nos vingar dos meninos, que faziam acampamentos e não convidavam a gente, mas foi um desastre) [risos]. Era dois de novembro de 1976, e minha mãe disse que um senhor de idade, que se apresentou como seo Mário, tio da Marília, tinha estado lá me procurando, ficou lá em casa assistindo o *Fantástico* com meu pai e minha mãe, e deixou recado num bilhete cifrado, marcando um ponto. Saquei na hora que era o Pedro Pomar, até saí procurando perto de casa pra ver se ainda o encontrava...

Esse ponto [marcado por Pomar] deu certo, foi no fim de novembro em Londrina. Era com um casal recém-chegado a Londrina. Quem veio foi a mulher e marcamos outro ponto em 20 de dezembro – vê se isso é data de marcar ponto! Imagina o baque no dia 16 de dezembro [1976], quando eu abro o jornal e vejo a foto do Pedro Pomar, o óculos caído ao lado, ele estava de cabelo pintado..

Aí eu fiquei naquela, o que eu faço? Se correr eu dou bandeira, resolvi ficar quieta pra ver o que acontecia, não sabia como encontrar a Marília, tive que segurar a onda porque tinha aquele ponto marcado – marcamos num ponto de ônibus do aeroporto, num fim de tarde, olha que lugar pro pessoal passar e sumir com a gente e ninguém nunca mais ter notícia! No dia marcado fiquei naquela dúvida, mas pensei – esse pessoal do partido tem mais vivência, se eles acharem por bem, eles que não compareçam, mas eu vou.

Estava ali na [rua] Quintino Bocaiuva esperando o ônibus pra ir até o ponto marcado, quando o ônibus chega quem desce? A mulher que eu ia encontrar, ela disse, ‘que bom!’, e eu ‘que bom mesmo!’. Depois conheci o marido dela, que era professor na UEL. Acho que o contato não foi logo com ele por causa disso, seria fácil a gente se reconhecer publicamente.

(Não vou mencionar os nomes porque não pedi autorização para isto. Continuo contando o milagre mas não o nome dos santos...)

Eles também estavam sem contato, com a queda da Lapa. Eles perdidos e nós também. Aí juntamos nossas forças. Eram pessoas muito corretas, muito dignas e, de cara, disseram que não iam se meter a dar diretriz pra nós no movimento estudantil, porque a gente é que sabia o que tinha que fazer ali. Sobre as coisas gerais, estávamos sem contato, então o negócio era segurar a onda, fomos avançando nas discussões e eles também passaram a desenvolver outros trabalhos na região.

Seguimos assim até que começou a discussão sobre a guerrilha do Araguaia, que num nível legal era através do jornal *Movimento*, nesse momento o casal consegue retomar um contato e a orientação que veio era para abrir o partido. Foi nesse período que começamos a falar de partido com as pessoas mais próximas.

Nesse período todo [1977-78] em que ficamos sem contato, nosso movimento avançou, fomos muito bem, estabelecemos laços nacionalmente [com o ME], parte

do nosso pessoal foi pro movimento de professores, nós ficamos meio auto sustentáveis.

O fim das entidades

Na eleição de 1977 a reitoria começou a mudar as regras [para composição de chapas], já não podia participar estudante com reprovação por falta ou nota, com as novas normas nenhum dos nossos melhores alunos passava no crivo. Cada dia a gente tinha um candidato a presidente do DCE, foi o Marcão [Fabiani], o Claudinho [Leme], eles impugnavam, mas os estudantes vinham oferecendo seus nomes, ‘pode colocar o meu’, e a gente ia trocando, já não tinha importância o nome. No fim foi o [Carlos Augusto] Dias, que atendia todos os conformes, além de ser muito competente e inteligente.

E isso foi no DCE, em todos os diretórios setoriais e todos os cargos de representação nos órgãos da universidade, uma coisa absurda [de exigências]. E nós conseguimos atender e ganhar totalmente a eleição e de uma forma diferente dos anos anteriores, porque sempre a gente ganhava com chapas aliadas, desta vez não, quem deu o nome sabia bem no que estava entrando, foi uma vitória acintosa.

Foi nessa eleição que, na noite toda [da véspera], estudantes que estavam no campus, tipo casais de namorados, avisaram que nossos adversários estavam arrancando todos os nossos cartazes, então nós passamos a noite fazendo bandeirinhas do *Poeira*, logo de manhãzinha fomos pro campus e forramos as paredes com nossos cartazes, inclusive colando por cima dos adversários, o [Roberto] Coutinho, que era candidato no CESA, ficou furioso, nós falamos, ‘quem mandou arrancar os nossos’ [risos]. E ganhamos a eleição.

Em 1977-1978 a gente já estava saindo da universidade; o Roldão tinha ido para o *Movimento*, e tinha a decisão clara de que ninguém ia ficar como estudante profissional, até porque havia outras tarefas a serem desenvolvidas.

Eu acho que foi um crime com a universidade a criação da AESI [Assessoria Especial de Segurança e Informações] e o papel que atribuíram a ela. Pelo que eu pude ver, a AESI foi o grande serviço de informação não só sobre os estudantes, mas do movimento dos professores e de todo mundo na cidade e no Paraná. Teve ‘extensão universitária’, estava em qualquer manifestação que acontecia. A nossa felicidade é que eles eram bem incompetentes, mas também tiveram uns lances bem interessantes. Por exemplo, olhando no arquivo eu vi que eles pediram uma ficha de informação da Marília no dia 23/11/1976, a queda da Lapa foi em 16/12/1976, então eles podiam estar farejando, alguma coisa tinha.

As informações que eles punham eram ridículas. Na minha ficha, eu era amante do Tadeu Felismino, ‘e os dois são vistos com frequência na sede do DCE’ (15/03/1977) [risos]. Falavam que eu era do comitê de anistia, coisa que eu nem era – na verdade a gente estava em tudo. Falam que eu estive no dia do seu pronunciamento na Câmara Municipal [junho de 1977], o bom é que eles dão as datas. Falam que eu fui para Minas Gerais fazer movimento estudantil lá, sendo que eu tinha ido participar do *Movimento*.

Agora o Oscar Alves, que está no Conselho Estadual de Educação, posa de democrata. Alguém perguntou: ‘Esse aí não é aquele que perseguia os estudantes?’. [E ele:] ‘Isso é uma calúnia!’. Calúnia, é? Mas eles não tiveram como usar de violência maior contra nós, porque nós tínhamos um apoio de massa grande.

Outras palavras

No caso do *Poeira*, eu considero que tudo o que saiu depois, ainda como *Poeira*, também fez parte, porque foi, como diria o Brecht, aquilo que foi dado para essa moçada viver. Eles tiveram que fazer uma militância em condições totalmente adversas, diferentemente da gente. A gente também tinha como princípio que não ia ficar eternamente. Tentamos formar pessoas para fazer jornal, acho que fomos bem-sucedidos, mas essa etapa foi se esgotando. Acho que foram mesmo os estertores da resistência, e as pessoas que participaram têm profundo orgulho disso. Eu estava no DCE quando já era a chapa do Reginaldo [Melhado], que se considera também da história do *Poeira*, a chapa era *Outras Palavras*.

Eles não tinham a formação e militância de jornalista que a gente tinha e o momento já era outro, de luta mais geral e de formação dos novos partidos. Lembro que vim a Londrina participar de um debate sobre o *Poeira*, que vocês promoveram, e um menino perguntou: ‘Você não considera que na época era mais fácil, porque o inimigo era mais definido?’. Eu falei: ‘Se eu estivesse na universidade hoje, eu não faria mais o *Poeira*, porque ele corresponde àquele tempo. Mas eu faria um jornal e já tenho um nome para ele: *Índios, com a mais bela tribo*; porque não é possível que vocês não tenham sonhos, não tenham várias tribos querendo várias coisas, que se possa expressar num jornal’.

Quanto à imprensa alternativa, houve o estrangulamento econômico. Porque ou você sustenta nos moldes do mercado, ou nos moldes leninistas, como uma missão, trabalhando com um pagamento bem abaixo do mercado, em condições precárias. É uma militância. A imprensa alternativa no Brasil, em uma análise rasa, ou era feita por uma militância, ou tinha a sustentação de algum poder econômico – como o pessoal brincava, tinha um burguês que bancava. Os caminhos são difíceis. Porque o bom burguês, quando ele põe dinheiro, ele também tem ideias, pagar o projeto dos outros, só, não existe. Tem que ter essa noção: alguém é dono.

Experiências posteriores

Tive uma experiência muito legal trabalhando na questão da AIDS e depois fui trabalhar no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, lá em Brasília, ainda na primeira gestão do Lula, pude assistir de perto o *Bolsa Família* nascer e levar muita pedrada. Eu acompanhei toda a crítica, mas vi o impacto que estava tendo nos pequenos municípios, era incrível: eu pedia a informação de quantos por cento dos titulares eram mulheres, eram 98 por cento. Pedi o recorte de raça, era majoritariamente para negros. Até escrevi algumas coisas sobre isso. Na época até gente do próprio PT metia a boca, nas reuniões diziam que eram medidas assistencialistas, perguntavam: ‘Quando a gente vai ter porta de saída?’. Eu me lembro do ministro Patrus [Ananias] falar: ‘Meu filho, os pobres estão há quinhentos anos na pobreza, agora que eles entraram, você já quer que eles saiam? E eu vou dizer uma coisa: tem alguns que não vão sair nunca’.

Eu me encantei e defendo muito [o *Bolsa Família*], agora até os setores contrários elogiam, mas era um ‘joga a pedra na Geni!’...

Quando voltei para São Paulo, eu fui para o mestrado em políticas sociais, fiz todas as disciplinas e tinha até um projeto na área de saúde, mas depois abandonei.

Esse é o rumo e difere muito de qualquer concepção de Estado neoliberal, de Estado mínimo. Eu não acho que ele deve ser inchado, mas que ele tem um papel a cumprir, principalmente em relação à maioria da população, que é pobre.

Não domino as discussões no campo da economia, só sei que há um profundo incômodo na sociedade com o fato de esse modelo, que começou a ser implantado

com o Lula, ter tido sequência. Acho que tinha uma esperança que com a Dilma, por ela ser mulher, tudo se acertasse com uma grande aliança, houve até um ensaio de uma grande aliança com partes do PSDB, o Serra. Só que há um ódio instalado contra o PT no poder, principalmente em setores - não digo do PSDB - mas que o PSDB reproduz.

Tem editoriais que falam: 'Dezesseis anos de PT no país é demais.'. Quanto tempo está o PSDB no governo de São Paulo? Eu também acho que para o PT é um desafio, tem que se aprimorar, se não se aprimorar tem que perder, não tem problema. Tem que ganhar quem apresente alternativas novas face aos novos problemas, e não quem quer retomar trajetórias que já passaram. O FHC falou uma coisa certa: 'Meu tempo e o da minha turma já passou.'. Ele não está mais lá, mas a turma dele está, sedenta. Tem um pessoal de São Paulo que o sangue escorre..., depois falam do PT... Acho que não tem virgem na zona, eu tenho amigos peessedebistas, mas é um ódio que eu não entendo... Eu não tenho ódio por eles, só não concordo.

Acho que isso foge às raias do racional e impede uma discussão mais elevada. Gozado que até pessoas que têm uma postura mais ampla, inclusive amigos, se referem a petistas como 'petralhas'. Eu nunca me referi de maneira desrespeitosa a pessoas do PSDB, até admiro alguns. Infelizmente a discussão em nível elevado entre as forças pensantes do país está esvaziada.

E tem coisas para ser resolvidas, por exemplo, na questão da reforma agrária, como os pequenos produtores vão enfrentar o agronegócio? E esse movimento que começou com a questão da passagem [transporte público], sofreu uma repressão desproporcional que lhe deu uma radicalidade que não estava colocada, tanto que esvaziou?

Quanto aos *black blocs*, eu não tenho muita simpatia, porque eu não vejo clara a politização, a representatividade. E acho que uma coisa que assusta a população não pode levar para um bom caminho político, porque você começa a ter medo, dá margem para tudo. Eu sou pelo velho movimento de massas, que pegue nas questões centrais. Hoje, com a internet, os canais para a mobilização estão ampliados, mas não para a reflexão... Pelo contrário, há muita confusão.

Outra coisa: quais são os desafios para avançar? Eu sempre tive consciência de que quando você tem uma massa de pessoas amorfas, você não precisa ter medo dela. Agora, quando você as ajuda a levantar na vida, você cria demandas. Eu acho que estamos nesse momento, é essa questão da nova classe média. A Marilena Chauí falou uma coisa interessante: não se criou uma classe média mas se aumentou a classe trabalhadora, que não é necessariamente a classe operária e nem obrigatoriamente com carteira assinada, simplesmente são novos trabalhadores. Eu também tenho vontade de que essa discussão flua.

Militância no PT

Depois que me desconvidei do PC do B, participei da conferência da Dissidência em 1981, 1982; aí foi formado o PRC [Partido Revolucionário Comunista]. Eu não participei dessa discussão e nem fui, também não me lembro de ter sido convidada, mas vários companheiros da dissidência foram para o PRC, como o [José] Genoino. Eu estava ainda no *Movimento*, depois voltei para Londrina por um curto período, que foi o início do PT, acompanhei a greve de São Bernardo do Campo, fui ao primeiro comício do Lula. Quando formalizou a abertura e surgiram PT e PMDB, eu não tinha ido para nenhum, mas já comecei a simpatizar com o PT e resolvi entrar.

Militei um tempo na Democracia Socialista (DS), fui chefe de gabinete da [vereadora de São Paulo] Tita Dias, que sempre foi ligada à *Articulação* do Lula, do Gushiken [outra corrente do PT]. Ela não me conhecia, eu cheguei e falei: ‘Eu nunca fui da *Articulação* e não pretendo ser, também sou jornalista responsável do *Em Tempo*, é problema pra você?’ Ela falou que não. Quando foram reclamar com ela, ela falou rindo : ‘Você não sabe da pior, ela foi do PC do B’ [risos]. Aí fiquei nessa militância do PT.

Depois vim para Londrina, na campanha do Cheida [pelo PT a prefeito de Londrina, 1992], fiquei no projeto da prefeitura, não na instância partidária, até fui cobrada por isso, mas coloquei projetos na rua, como o orçamento participativo. Depois continuei participando, como na campanha do Cheida, já pelo PMDB, em dois mil e pouco. Trabalhei com o Gilberto [Martin], no governo estadual do PMDB.

Eu gosto de coisas que me entusiasmem, tenho grande identidade com as políticas públicas, principalmente as de cunho social, mas sempre busco uma prática criativa. Consegui meu registro de jornalista em São Paulo, em 1988. Depois da Anistia, o sindicato reabriu para os retornados, eu fiz cópias de tudo o que eu tinha feito e falei: ‘Vocês abriram para os exilados, para quem estava preso, e nós, que estávamos pulando de galho em galho, lutando contra a ditadura?’ E meu registro saiu.

Depois fiz uma especialização na ECA/USP, em Gestão de Processos Comunicacionais. Então agora eu sou uma Gestora de Comunicação. E quando me perguntam o que eu faço, eu digo: “Eu organizo o movimento, eu oriento o carnaval, eu inauguro o monumento...” [risos].

6.4 ROLDÃO OLIVEIRA ARRUDA

Depoimento ao autor em 27 de junho de 2014:

Nasci em Jaguapitã, a minha Macondo²¹, cidadezinha de características rurais, no Norte do Paraná, a cerca de 60 quilômetros de Londrina. As ruas não tinham asfalto, não havia serviço público de abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica era precário.

Meus pais eram semianalfabetos. Assinavam o nome e liam com dificuldade, mas tiveram a preocupação de fazer com que os filhos estudassem. Minha mãe, que era cabelereira, se esforçou para que eu e meus três irmãos fossemos alfabetizados numa escola particular, de freiras. A escola pública naquela época, no entanto, era boa. Assim que começou minha alfabetização com a cartilha *Caminho Suave*, me tornei um ávido leitor de gibis e também de fotonovelas.

Mais tarde, talvez pela influência das freiras e do padre da nossa paróquia, disse a meus pais que queria estudar no seminário dos padres xaverianos que então funcionava na cidade. Estudei com eles o primeiro ano do ginásio. Davam uma boa formação, com estímulo à leitura, ao estudo de línguas. Dedicávamos várias horas diárias aos estudos. Eu tinha acesso a uma pequena biblioteca e estudei latim e italiano. No segundo ano eles disseram que eu não tinha vocação religiosa e que

²¹ Macondo, cidade imaginária do romance *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel Garcia Marquez.

deveria deixar o seminário. Na verdade acho que me dispensaram porque estava contestando muito as regras, as normas, as punições, a obediência cega.

Nessa mesma época, a minha família, com dificuldades econômicas cada vez maiores e os filhos chegando à idade de fazer o colegial e entrar na universidade, mudou-se para Londrina. Fiz o ginásio numa escola pública, o Instituto Estadual de Educação de Londrina (IEEL). Foi ali que, em 1968, montei minha primeira peça de teatro, já com a participação da Celinha [Célia Regina de Souza], minha colega de escola. Era uma pequena esquete, que abordava, de raspão, os protestos estudantis.

Acho que esse interesse pelo teatro e pela área cultural surgiu meio naturalmente. No seminário, como já disse, devorei os livros da pequena biblioteca, quase todos de inspiração religiosa. Lembro de títulos como *Quo Vadis*, *Ben Hur*, *Os Últimos Dias de Pompeia*. Apesar do ambiente repressivo, existia certo estímulo cultural no seminário. Havia sido assim também no colégio das freiras, o Educandário Divina Providência de Jaguapitã, onde fiz o primário. Lembro de ter participado de esquetes teatrais e de ser escolhido como orador da turma na formatura da quarta série primária.

Quando cheguei ao IEEL, no final da década de 60, encontrei professores interessantes, discutindo a realidade do País, o movimento estudantil que estava explodindo, as manifestações de contestação ao governo militar. O AI-5 ainda não havia sido promulgado e havia certa efervescência política e cultural. Lembro de uma professora de OSPB [Organização Social e Política do Brasil], chamada Lindaura, não lembro o sobrenome, que era extraordinária para estimular debates; do professor de português Pedro Marczak; e da esposa dele, a professora Magnólia. Eu peguei esse clima efervescente que antecedeu o AI-5. Depois dele os professores ficaram mais medrosos e domesticados.

A ideia da peça no IEEL surgiu de um trabalho para um professor de português, se não estiver enganado. O texto era o samba do crioulo doido, coisa de adolescente, misturava crime e investigação policial com conflito familiar e protesto estudantil. O personagem principal era estudante e havia apanhado da polícia. E a Celinha, como disse, já estava lá, interpretando.

A biblioteca do IEEL era horrorosamente pobre. Tão pobre que, por falta de opções, acabei lendo quase uma coleção inteira do A. J. Cronin, de quem quase não se fala hoje²². Eu era ruim de briga e de futebol. Tão ruim que era sempre o último a ser escolhido pelos chefes de equipe nas aulas de educação física. Então eu fui por esse caminho, dos livros. Uma das obras que mais me impressionaram naqueles anos do ginásio foi *O Ateneu*, de Raul Pompeia. Tinha muito a ver comigo.

Colegial

Depois do IEEL, fui fazer o colegial, que hoje chamamos de ensino médio, no Colégio Marcelino Champagnat. Foi quando deixei de estudar durante o dia e passei a ir à escola à noite, para poder trabalhar. Os cursos noturnos eram sempre de menor qualidade que os diurnos. Entre outras coisas, porque os alunos chegavam cansados à escola, após uma jornada de trabalho que se estendia por oito horas ou mais.

No Champagnat comecei a participar de concursos de contos. Ganhei alguns, o que me estimulou a continuar escrevendo. Continuei lendo muito. Por essa época reencontrei o Paulo Barreira, que tinha mais ou menos a minha idade e com quem eu tinha mantido contatos em Jaguapitã, quando fizemos o curso de admissão ao ginásio. Por meio dele passei a conhecer pessoas com pensamento de esquerda,

²² Archibald Joseph Cronin (1896-19810). Escritor escocês, autor de vários romances, entre eles *A Cidadela*.

como o Paulo Nassar, um rapaz engajado politicamente e que também escrevia contos e poesia. O Nassar me levou ao Marcelo [Oikawa], que estudava no Colégio Vicente Rijo e militava no movimento estudantil.

A casa do Marcelo, na rua Paranaguá, era um dos principais pontos de encontro desse grupo de estudantes. Foi lá, seguramente, que, além de debater questões políticas nacionais, comecei a gostar de Tom Jobim; foi lá que ouvi Maria Bethânia cantando *Carcará*; foi lá que descobri os prazeres da literatura brasileira, com João Cabral de Mello Neto, Mário de Andrade e tantos outros. Eu e o Paulo Barreira gostávamos de cantar as canções do Geraldo Vandré.

A partir daí comecei a participar mais e cheguei à ULES [União Londrinense de Estudantes Secundaristas], que na época estava na mão de estudantes pelegos. Há muitos anos no comando da organização, eles haviam se acomodado e não faziam críticas ao governo. Ajudei a organizar uma chapa que venceu a eleição. Eu confesso, no entanto, que estava mais interessado no salão que existia na sede da ULES. Me parecia ideal para teatro e também para palestras.

Nessa época eu já havia participado da organização, ao lado do Paulo Barreira, de um grupo de teatro estudantil, chamado *Kubículo*. Também faziam parte dele o Pedrão, o Rique, o Emílio, a Shirley. Não lembro mais o sobrenome deles.

Convidamos Domingos Pelegrini Junior para nos dirigir. Ele já era escritor, já fazia teatro na universidade e era um exemplo para nós. Ele topou. Nossa primeira e única montagem foi uma colagem de textos que ele organizou – um belíssimo jogral contra o racismo. Muita gente lembra até hoje daquela montagem. Minha irmã, [Rose Arruda] ainda canta alguns trechos. Foi um sucesso, era um jogral diferente, bem teatralizado, com danças, canções, diálogos rápidos, tudo muito bem ensaiado. Apresentamos em diversas escolas, igrejas. Viajamos por várias cidades do Paraná. Mas o nosso grupo, que era um bando de moleques bem azougues, não tinha espaço pra ensaiar ou apresentar. Então, quando surgiu essa oportunidade da ULES, eu fiquei interessado no salão para teatro. Formamos a chapa, com uma aliança política bem ampla, ganhamos a eleição e eu fui pro departamento cultural. Após a vitória, a primeira coisa que fizemos foi construir um palco na ULES. Lembro que fizemos uma campanha para arrecadar madeira para a obra.

Por essa época o Marcelo Oikawa também resolveu formar um grupo teatral. Ele viu que teatro juntava gente, abria espaço para debates e então criou o *Senzala*.

Nesta altura, já com o AI-5 em vigência, as dificuldades na área política e cultural eram bem maiores. Para encenar uma peça era necessário levar os textos à sede da Polícia Federal, com oito cópias, e esperar meses até a liberação. Lembro que encenamos algumas peças no palco da ULES. Uma delas foi *Piquenique no Front*²³. Era teatro do absurdo, parecia meio sem sentido para aquele momento político, eu fui criticado por isso, mas era uma forma de falar sobre repressão e o absurdo da guerra.

Depois montamos um texto do Marcelo, *O bobo*. Fazia uma crítica à manipulação das pessoas pelos políticos. O bobo, apesar de desprezado por todos, era o único que conseguia perceber a manipulação. Eu fui convidado para dirigir a peça e por isso deixei o *Kubículo*.

Universidade

²³ *Pique Nique no Front*. Texto do autor espanhol Fernando Arrabal. Faz parte do chamado teatro do absurdo.

Fiz o vestibular e entrei no curso de Letras da Universidade de Londrina (*UEL*). Na época ainda não tinha Jornalismo.

O primeiro reitor da universidade, o médico Ascêncio Garcia Lopes, chamou o Márcio Almeida, que estudava Medicina, para ajudar a construir o Diretório Central dos Estudantes. Estávamos no meio da reforma universitária, que implantava o sistema de créditos no País e também previa um sistema de representação estudantil, com a criação de diretórios estudantis. Era uma obrigação da universidade, uma formalidade.

Mesmo que fosse só pro forma, pra cumprir o organograma, o reitor chamou o Márcio e ele me convidou. A gente não se conhecia, mas acho que ele precisava de alguém da Faculdade de Letras. Devem ter indicado meu nome a ele e assim fui o secretário da primeira gestão do DCE da UEL, em 1972.

A reitoria construiu a sede provisória do DCE na esquina das ruas Pernambuco com a Piauí: um pequeno galpão, com paredes e teto de Eternit. Eu fiquei encarregado das questões culturais. Organizei o primeiro concurso de contos [1973], do qual você [Tadeu] foi um dos vencedores. Recebemos apoio de vários professores. Lembro de uma professora querida, que nos ajudou muito, a Zita Kiel. Ela coordenou o julgamento dos trabalhos.

Aqui é preciso dizer duas coisas básicas, para entender esse período e chegar à questão que interessa mais a você, que é o *Poeira*: a primeira delas é que Londrina já tinha uma certa efervescência cultural quando surgiu o *Poeira*. Na UEL organizamos uma jornada de palestras e debates, uma espécie de atividade precursora da *Semana de Atualidades* – que seria uma das marcas do *Poeira*, anos depois. O Hélio Duque foi falar sobre a guerra da indústria nacional contra os monopólios estrangeiros, os grandes cartéis multinacionais. Ele estava muito envolvido com a questão da implantação em Londrina de uma indústria de café solúvel, a Cacique. O jornalista Edilson Leal apresentou um painel sobre as grandes tensões internacionais, com foco na América Latina. E assim por diante. Eram intelectuais locais. Os debates atraíam gente, assim como as peças que montávamos. Outra coisa que precisa ser lembrada é que existiu uma geração de militantes do movimento estudantil anterior à minha, do Marcelo, da Célia, enfim, do *Poeira*. Lembro de nomes como [Luiz] Cordoni, [Beluce] Belluci, [Arnaldo] Bertoni, Ademir [Joel Cardoso], entre outros. Alguns foram perseguidos pelo regime militar. Também existiam em Londrina grupos de literatura, o pessoal da geração mimeógrafo, que imprimia e distribuía poesias. Até hoje tenho cópias de coletâneas de contos e poesias impressos em mimeógrafo. Lembro de vir uma vez a São Paulo com o Marcelo Oikawa e outros amigos para participar de uma feira cultural na Praça da República, na qual eram vendidos pôsteres com poemas, folhetos de contos e poesias. Tudo isso acontecia em Londrina naqueles anos.

PC do B

A segunda coisa básica foi a existência de um partido clandestino de esquerda. Como é que a revolução socialista, que Marx previu que aconteceria num país operário como a Alemanha, foi acontecer num país camponês como a Rússia? Acho que tem muito a ver com a estrutura partidária super organizada, que foi a grande contribuição do Lenin para tudo que aconteceu no século XX na China, no Vietnã, em Cuba. Eram revoluções comandadas por partidos muitas vezes sem muito suporte de massa.

Em Londrina esses militantes partidários de esquerda se aproximaram das pessoas que já estavam naquele caldo cultural do qual falei há pouco. Não sei por que cargas

d'água, eles tiveram um certo jogo de cintura, uma certa tolerância, o que não é comum – essa estrutura partidária tende a ser fechada, dogmática. Eles procuraram se aproximar, especialmente nos primeiros momentos, de todas essas pessoas que estavam envolvidas em atividades culturais e, de alguma maneira, faziam críticas ao regime militar. Jornalistas, cartunistas, escritores, músicos, atores, houve uma aproximação em todas essas áreas.

As duas coisas começaram a funcionar paralelamente. O PC do B tinha o núcleo duro deles, com cinco, seis, sete pessoas, que se reuniam aos domingos, às sete horas da manhã pra leituras e sessões de crítica e autocrítica. Cheguei a participar de uma ou duas sessões dessas. Eram ferozes na crítica e autocrítica. Também decidiam ali o que ia ser feito na semana.

Depois eles iam para as reuniões ampliadas do DCE e de outros movimentos, como o dos professores, com as diretrizes no bolso. Comportavam-se como se nada tivesse sido decidido previamente, como se não existisse um partido por trás, o que era lógico, considerando que os partidos de esquerda viviam na clandestinidade. No fundo, eles iam para as reuniões ampliadas apenas para buscar apoio para as propostas deles, para o que haviam decidido. Essas decisões, aliás, às vezes nem eram do grupo de Londrina. Vinham lá de cima, da direção central do partido.

E havia um viés antiacadêmico, anti-intelectual, que repetia o erro da revolução cultural chinesa. O que o Mao [Mao Tsé-Tung] fez? Tentou acabar com a distinção entre trabalho intelectual e trabalho braçal. Disse que todo mundo tinha que ir pro campo plantar batatas... Cara, no movimento estudantil em Londrina eu virei motorista [risos]. Lembra que nós fomos impressores do jornal? [risos] Todo mundo era igual, não era?

A Marília (Li An) tinha uma certa preocupação com a questão dos estudos. Aqueles artigos que ela fez pra revista *Terra Roxa* mostram isso. Mas também não tenho certeza. Não sei se a intenção real dela era, no fundo, obter mais subsídios para a guerrilha rural que o partido dela defendia – e que chegou a tentar no Pará.

Enfim, resumindo, acho que houve essa conjunção cultural e política em Londrina. Ainda a esse respeito, lembro que o MDB, partido da oposição consentida pela ditadura, era forte na cidade. Elegeu o Dalton Paranaçu [prefeito de Londrina] em 1968.

Jornalismo

Quando comecei a fazer jornalismo estudantil no *Terra Roxa*, que antecedeu o *Poeira*, eu já tinha passado pela *Folha de Londrina*. Fui uma espécie de estagiário, porque ainda era menor de idade. Fiz rádio escuta, que consistia no seguinte: ouvia e gravava a *Voz do Brasil*. Seleccionava as notícias principais, degravava e passava em laudas para as pessoas das diferentes editorias. Eu trabalhava num lugar horrroso, no vão de uma escada.

Com o tempo fui abrindo espaço. Ajudei o Dinho a editar uma coluna chamada *Escolas e Estudantes*. Mais tarde eu o sucedi na edição da página *Rascunho*, um espaço que a *Folha* abria aos domingos para contos e poesias. Um espaço bem destacado. O Dinho sempre me deu muito apoio em tudo. A primeira máquina de escrever que comprei era dele, uma Remington semiportátil usada que tenho comigo até hoje.

Aí, o Leonardo Henrique dos Santos, o primeiro chefe de reportagem que tive na vida, começou a me pedir algumas matérias. Quando fui para o *Novo Jornal*, o segundo veículo de comunicação no qual trabalhei, já tinha uma experiência de redação. O *Novo Jornal* me marcou muito.

No DCE, o Márcio, que tinha uma boa proximidade com o Ascênsio Garcia Lopes, tentava ocupar os espaços disponíveis na estrutura legal de representação estudantil. No Conselho Universitário, por exemplo. Para a esquerda mais radical aquilo era uma participação consentida e que devia ser rejeitada. Mas nós achávamos que eram brechas que deviam ser aproveitadas. Mais tarde, o pessoal do PC do B também vai valorizar muito esses espaços.

Após o primeiro mandato, o Márcio formou uma chapa para a sucessão, que reuniu, além dele, que era do Partidão [PCB], o pessoal do PC do B e gente que não era de partido nenhum. Foi uma ‘frentona’ que não deu certo. A chapa não se elegeu, perdendo para um grupo de perfil mais conservador, mais próximo da Arena, o partido de sustentação política do governo militar.

Aí, na terceira eleição, o pessoal do PC do B resolveu formar uma chapa puro-sangue para disputar. O *Poeira* surge nesta época.

Não havia censura direta no *Poeira*, mas nós tínhamos uma autocensura muito forte. Havia os mais medrosos e os menos medrosos – e um grupo estava sempre controlando e pressionando o outro.

Eu sentia a censura de outra forma, porque continuei a fazer teatro e as nossas peças eram censuradas. Depois da peça pronta o censor tinha que vir ver o ensaio final. Mais tarde também senti a violência da censura no jornal *Movimento*, aqui em São Paulo.

Também convivi com a censura na *Folha (de Londrina)*, havia um quadro na parede no qual eram afixados os telegramas enviadas pela censura sobre o que podia e o que não podia ser dito. Dom Helder Câmara, que havia denunciado no exterior a ditadura no Brasil, era um nome interditado. Foi uma das coisas que mais chamaram minha atenção na redação daquele jornal quando entrei lá pela primeira vez.

Chico Buarque

O *Poeira* ganhou o prêmio *Parker Pen* de jornalismo estudantil [1975] porque era um jornal bem editado. Eu ganhei um dos prêmios por conta de uma matéria com o Chico Buarque. Nós saímos com a missão de entrevistá-lo para o jornal, acho que ainda era o *Terra Roxa*, mas, quando chegamos lá, o Chico não quis dar entrevista. Gentilmente, explicou: “Olha, tudo que eu estou falando dá problema com a censura, depois eu sou chamado para dar explicações na polícia, por isso resolvi não dar mais entrevista”.

O Dinho, que me acompanhava, e eu ficamos meio desorientados. Mas não desistimos. Fizemos a seguinte proposta: “Então você deixa a gente ficar do seu lado, sem falar nada”.

Ele topou e, nessa noite, tive a grata satisfação de ouvir Chico Buarque cantando no banheiro no quarto do hotel. Tenho até uma foto com ele, o MPB-4 e o filho da Joana Lopes. Virou uma casa da mãe Joana aquele quarto. Entrei no camarim ao lado dele e vi como bebia. Bebeu uma garrafa de uísque sozinho, enquanto o MPB-4 bebia outra garrafa.

O Dinho, que sabia que o Chico bebia bastante, falou assim que começamos a matéria: “Vou beber o que o Chico Buarque beber”. No final do show tive que arrastá-lo pelo [ginásio de esportes] Colossinho [risos].

Estávamos fazendo o *Poeira* quando surge em Londrina o [jornal] *Panorama*, com jornalistas de São Paulo. Ele significou uma revolução para nós em termos de aprendizado jornalístico. Não sei até que ponto isso influencia no *Poeira*.

Eu vim pra São Paulo em 1977 porque havia ocorrido um racha no jornal *Movimento*, pelo qual tínhamos grande admiração, com a saída de um grupo de

jornalistas, que depois fundaram o jornal *Em Tempo*. O editor do *Movimento*, o Raimundo Pereira, foi a Londrina para uma palestra e disse que estava precisando de gente para continuar tocando o jornal.

Na mesma hora o Marcelo falou: “O Roldão tá aqui! Ele pode ir” [risos]. A impressão é de que me tratavam como militante do partido, a serviço dele. Nessa época a gente tinha a informação de que alguns nomes de mais destaque no movimento estudantil estavam na mira da reitoria. Soubemos que a AESI [Assessoria Especial de Segurança e Informações] estava montando dossiês, e que a coisa ia endurecer. O Daniel Martinon [fotógrafo da *Folha* e da UEL], foi quem nos informou. Ele falou que tinha sido encarregado de providenciar fotos de tais e tais pessoas para os arquivos deles. Começamos a nos preocupar.

Eu era um dos visados. Achamos que, saindo de Londrina, eu sairia da mira imediata e ainda abriria espaço para gente nova. Este foi um dos motivos de eu ter vindo para São Paulo. É bom lembrar também que o *Movimento*, assim como o *Poeira*, estava na área de influência do PC do B.

Os que eram considerados mais avançados no grupo, do ponto de vista político, liam Stálin [Josef]. O voluntarismo era muito elogiado. Também circulavam entre nós livros do realismo socialista. Eu me encantei certa época com o romance *Assim Foi Temperado o Aço*. Gostei tanto que passei a recomendar e emprestar para os amigos e militantes do movimento estudantil. Passado algum tempo, porém, comecei a ver que era uma porcaria, uma apologia do voluntarismo, da entrega cega ao partido. Tive vontade de recolher o exemplar que havia emprestado e queimar. Não fiz porque não achei mais.

Compreendo o contexto em que tudo aquilo ocorria e que éramos frutos de uma época. O Stálin, embora já fosse criticado e condenado por vários setores da esquerda, ainda era incensado no PC do B.

Sexualidade

É bom lembrar que os movimentos de maio de 1968 também trouxeram com eles uma revolução de costumes, com maior liberação sexual; que, nos Estados Unidos, na década de 1970, havia uma explosão do feminismo e, no rastro dele, o surgimento de uma subcultura gay muito forte. Os jovens estavam rompendo com as famílias, com os padrões tradicionais de organização familiar.

No ME de Londrina havia um preconceito, que não era uma invenção londrinense. Era reflexo da pesada carga de preconceito que a esquerda tradicionalmente teve em relação aos homossexuais. Eles foram perseguidos em Cuba, na China, na União Soviética. Os grupos leninistas e seus movimentos revolucionários abriram espaço para as mulheres, mas mesmo aí foram comidos. Não me lembro de mulheres presidindo comitês centrais.

Quando li o livro do Hobsbawm [Eric] sobre o século XX [*A Era dos Extremos*] percebi como isso ocorreu de forma generalizada por todo o mundo. Pegamos ainda a época da Guerra Fria, das grandes oposições, em que as atitudes libertárias na área do comportamento eram quase sempre identificadas como fraquezas do capitalismo. Confesso que, quando vim para São Paulo, me senti um pouco aliviado por sair daquela pressão. Não percebi isso de imediato, é claro, porque continuei por algum tempo muito próximo a Londrina, mas sim aos poucos.

Quando o Gabeira [Fernando] volta do exílio e põe aquela tanga de crochê e começa a falar sobre questões de comportamento, o pessoal do *Movimento* ficou com um pé atrás. Eu insisti para que ele fosse entrevistado e cheguei a falar com ele por telefone. Para muita gente de esquerda ele era apenas um desbundado.

Certa vez, quando dei uma opinião sobre um assunto qualquer, durante uma reunião de pauta do *Movimento*, e ela foi considerada muito liberal, alguém disse, em tom de brincadeira: “Agora só falta usar sunga de crochê.”

Stalinismo

Eu nunca fui ligado ao PC do B. Mas sabia que tanto o *Poeira*, em Londrina, quanto o *Movimento*, em São Paulo, eram da área de influência do partido. Também nunca fui convidado, em Londrina, para ingressar no partido. Acho que me consideravam muito liberal.

Em 1980, quando tentaram me recrutar, em São Paulo, eu não quis. Teve um fato decisivo para mim em relação a essa questão. Logo depois da anistia política, em 1979, o João Amazonas, um dos bambas do partido, foi visitar a redação do *Movimento*.

Foi um alvoroço, apareceram muitas pessoas para vê-lo. Não havia nenhuma sala capaz de acomodar todo mundo e por isso teve gente que ficou ouvindo no quintal. Ele começou a falar e foi bem enquanto falou o que quis, enquanto todo mundo concordou com ele. Perdeu a pose, porém, quando fizeram a primeira pergunta sobre a Guerrilha do Araguaia.

Ele não gostou e deu uma de chefe do Comitê Central. Cortou a pergunta, como se não tivesse ouvido. Eu disse para mim mesmo que não era aquilo que eu queria para mim.

Até hoje o PC do B não fez uma autocrítica real do Araguaia. A esse respeito é bom lembrar que faltou pouco para começarem a recrutar estudantes em Londrina para irem para a guerrilha. Esse era um dos objetivos deles por lá.

Os informes sobre a guerrilha eram ilusórios. As pessoas já estavam sendo massacradas por lá, mas a Rádio Tirana, da Albânia, transmitia boletins em português dizendo a guerrilha caminhava para a vitória.

O dogmatismo é que sempre atrapalhou. Quiseram implantar no Brasil, de maneira mecânica, um movimento que havia dado certo na China, com a pregação de Mao de que o campo iria cercar a cidade. Foi uma aventura, uma loucura. Gente jovem, universitários, idealistas foram para o Araguaia convencidos de que esse era o caminho da revolução.

Reconstrução

A Marília [Li An] é um exemplo de pessoa que foi se reconstruindo. Hoje ela tem outra visão de mundo e dos processos de transformação.

A gente tinha uma visão de derrubar a ditadura e, no processo, ir fazendo uma transformação mais profunda. Mas aí a vida vai dando umas tacas na gente. Por exemplo: queríamos uma anistia ampla, geral, sem os militares. Mas tivemos que engolir a anistia com a inclusão dos militares como anistiados. Queríamos uma constituinte exclusiva, mas tivemos que engolir uma assembleia meia-boca.

A gente está evoluindo, mas com um risco de retrocesso, com o avanço do fundamentalismo religioso. Depois da Revolução Francesa houve um esforço muito grande – e bem sucedido na maioria dos casos – para separar Estado e religião. O Iluminismo possibilitou avanços sensacionais para a humanidade. Com o nazismo e o fascismo houve um retrocesso grande, seguido de um novo e longo período de abertura, de avanço das democracias. Depois da queda da antiga URSS, porém, houve uma retomada das guerras étnicas e religiosas, um avanço da barbárie.

O primeiro e mais autêntico momento do movimento de junho de 2013, que ocorreu logo no seu início, é de insatisfação com as condições de vida nas cidades. Nos últimos cinquenta anos, a população do Brasil vivendo na zona rural caiu de 80% para menos de 20%. As metrópoles e também as cidades menores incharam e agora estamos percebendo que as pessoas vivem muito mal nas cidades. O transporte público em São Paulo, que foi o estopim do movimento de 2013, ainda é horrível, caro, demorado.

Procuo ver coisas positivas. Sei que é difícil construir uma democracia. E sei que vai ser muito difícil superar as desigualdades. Mas é isso que nós temos que construir.

6.5 MARCELO EIJI OIKAWA

Depoimento ao autor em 01 de setembro de 2014, complementado em 03 de setembro de 2014:

Por que é que eu fui revelar uma sensibilidade para a questão social? Uma influência veio por parte do meu pai, que é de uma família budista. O primeiro monge budista que botou os pés no Brasil veio no [navio] Kasato Maru. Um irmão mais velho de meu pai foi discípulo desse monge e fundou igrejas budistas no norte do Paraná – inclusive a de Curitiba, foi um desbravador, a colônia japonesa era muito grande no norte do Paraná...

Quando esse meu tio morreu (com setenta e poucos anos), ele era como um arcebispo aqui no Brasil. Na minha primeira infância, dos seis, sete até os doze anos, eu já era órfão de pai e convivi muito com esse tio, pai de um primo da mesma idade que eu, crescemos juntos. Essa vivência budista foi muito marcante na minha infância.

Outra influência veio da minha vó por parte de mãe. Minha vó é de uma região do Japão onde os portugueses chegaram no século XVI, então é uma região com uma certa influência católica. Era mergulhadora e caçadora de pérolas no sul do Japão, casou-se e emigrou com o marido para o Brasil na década de vinte, mas enviuvou cedo e criou dez filhos. Tinha uma particularidade que também marcou muito minha infância, lia muito, lembro de minha avó sempre de avental e um livro na mão. Outra particularidade: era muito ativa nos trabalhos coletivos da colônia japonesa e uma de suas atividades prediletas no *kaikan*, o clube japonês, era o teatro. No teatro japonês é comum a troca de gêneros, o homem fazendo o papel de mulher, e vice-versa – minha avó, por sua estatura e compleição, tinha vários papéis masculinos, uma das cenas de minha avó grudadas em mim é ela representando um samurai.

Então, minha mãe era católica, meu pai budista, quando casaram, ela se tornou budista. Minha mãe também enviuvou cedo e também gostava de ler.

No budismo que eu vivi a palavra primordial é compaixão por todos os seres vivos ou inanimados, solidariedade sem reservas, o sentido da vida estava em ser bom. Mas alguma coisa não se encaixava para mim, como ficavam as maldades desse mundo, as injustiças, as diferenças? Eu senti na pele o preconceito contra os japoneses por serem diferentes, ou por terem lutado na 2ª Guerra do outro lado.

Eu era esse menino quando cheguei em Londrina em 1964, tinha doze anos e fui ao Cine Londrina assistir a um filme chamado *Vidas Secas*. Esse filme foi uma

revelação para mim, me despertou para a realidade brasileira e me deu um caminho, foi um impacto de despertar para a consciência da diferença entre os bem aquinhoados e os desprovidos.

Esse mesmo sentimento encontrei anos depois no *Livro Vermelho* de Mao-Tse-Tung, que pregava servir ao povo. Então eu fico pensando: o que movimentava a gente era muito mais o amor ao povo simples do que o ódio aos burgueses. Pega a Marilena Chauí na convenção nacional do PT agora. Aquele discurso dela: ‘eu tenho ódio à classe média, etc.’. E depois se vangloria de que o governo Lula incluiu na classe média cinquenta milhões de pessoas. Alguma coisa, então, está errada aí.

Mané Jacinto

A gente foi morar na rua Paranaguá, e, vizinhos nossos, moravam o Zoca [Antonio Almeida e Souza], que tinha se separado da mulher, e a Maria Luísa, filha dele. A gente passou a conviver muito com eles e o Manoel Jacinto aparecia muito lá, era muito amigo deles.

O Zoca tinha sido um próspero comerciante de café, um dos caras mais ricos da cidade nos primeiros tempos de Londrina, ele vivia numa mansão em Londrina, em cima ele dava recepção para a elite da cidade, e embaixo estavam lá o João Saldanha, o pessoal do Partido [Comunista Brasileiro], escondidos. O cunhado dele era do PCB, o seo Carlos, fundador do partido em Londrina.

A irmã dele [ex mulher de Zoca], que é a mãe da Maria Luísa, era muito ativa em Londrina também – em defesa da agricultura familiar, da turma de Porecatu e tal. Depois que se separou do Zoca, ela foi embora para São Paulo, se tornou professora de artes e se aposentou na USP. O nome dela era Maria do Céu, ela compôs uma música chamada *Não Mande a Geada*, o grupo *Tarancón* gravou, é uma oração do pequeno agricultor.

Ali a gente respirava um clima cultural e político muito intenso. O Mané Jacinto ia quase todo dia na casa do Zoca, ele tinha ficado preso muitos anos, nesses períodos era o Zoca que cuidava da família dele, ajudava a comprar roupa, comida. Quando acabou a guerrilha de Porecatu, ele caiu na clandestinidade e ficou dez anos, ninguém sabia onde ele andava, nem a família.

Uns dois anos antes do golpe, o Partido Comunista viveu um período de semilegalidade, nessa época o Mané Jacinto ressurgiu em Londrina. Ele viveu a vida dele puto com o Partido, porque [o PCB] não permitiu que os posseiros negociassem com o governo do Paraná, ele achou que aquilo foi um erro brutal, podia ter sido uma vitória, mas perderam tudo. O Mané Jacinto passou a vida criticando essa atitude. E quando houve o golpe ele ficou puto com o Partido de novo, por não ter se preparado, de ter confiado no esquema do João Goulart e não ter reagido.

Quando teve o racha dentro do Partido Comunista, em 1962, que formou o PC do B com a turma do João Amazonas e Pedro Pomar, o Mané Jacinto resolveu ficar com a turma do [Carlos] Marighela, que queria mudar o partido por dentro. Mas em 1966 essa turma saiu pra fundar o PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário] e o Mané foi junto.

Em 1967 os filhos dele (Elza e Zé Mirso) entraram no colégio Vicente Rijo e ele começou a orientá-los pra organizar o movimento estudantil secundarista. Um ano depois entramos eu, o Nilson, a Cleusa e a Jacira na mesma turma. E a turma mais avançada era a Elza [Correia], a Liria [Oikawa, irmã de Marcelo], o Ademir [Joel Cardoso].

Nunca recebi um convite formal para entrar no PCBR, não era assim, a pessoa ia se habilitando, mas participei de todas as discussões. A nossa turma rachou com o

PCBR porque o partido, que era contra ações armadas para assaltar banco, de repente começou a defender assalto a banco para poder comprar armas para a guerrilha rural.

Aí a nossa turminha, eu com dezessete anos, o [Paulo] Nassar mais novo e o Bá [Paulo Barreira San Martin] mais novo ainda, tinha uns quatorze anos, começamos a discutir se os fins justificam os meios, e a turminha achou que não... E o nosso exemplo era o próprio Mané Jacinto, que tentou abortar um assalto a banco na guerrilha de Porecatu, ele era contra porque você deixa de ser um posseiro para virar um bandido (o assalto não aconteceu porque o comandante Celso não conseguiu um veículo, mas o Mané Jacinto correu lá pra tentar impedir).

Em 1968 algumas pessoas próximas fugiram de Londrina, eu e o Nassar não fugimos, já de cara a gente falou ‘não vai acontecer nada com a gente’, porque a gente já tinha se afastado do PCBR por causa das divergências. Foi quando a gente resolveu ir pra ULES.

Igreja Anglicana

O Alfredo [Rocha da Fonseca Filho] e o Sho [David Shosque Ono] entram na história da seguinte maneira: quando a gente se afastou do PCBR, estávamos encantados com a tal da linha chinesa, por causa do Jean-Paul Sartre, que foi quem difundiu no ocidente a Revolução Cultural chinesa, era chique naquela época.

No PCBR também se pensava em fazer a revolução a partir do campo, o Brasil não tinha uma classe operária significativa, então era do campo que deveria vir o cerco. E o Carlos Barbosa começou a aparecer nessas reuniões defendendo essas posições. Aí veio o AI-5 e o Carlos Barbosa falou que não ia poder continuar vindo, ele morava em São Paulo: ‘nós vamos ter que fazer uma outra estrutura; eu vou passar vocês para um pastor anglicano chamado Alfredo’. Era a igreja que a mulher dele [Carlos] frequentava.

Torcemos o nariz e ficamos discutindo ‘vamos falar com o Alfredo, não vamos falar...’. Aí a gente resolveu fazer uma sondagem, elegemos o Nassar e o Ademir para ir conhecer o pastor Alfredo, para ver se ele era gente boa ou não. E foram os dois, correndo risco, porque pô, pastor, né? [risos] E ficou o resto da turminha, a gente se reunia no bar do pai do [Luís José] Baso e no salão [de beleza] da minha mãe. O pai do Baso fechava o bar às onze da noite e a gente ia para lá fazer as reuniões.

Dias depois o Nassar e o Ademir voltam e falam ‘o cara é quente, sabe tudo, tá na linha chinesa também’. Incrível que só agora, trabalhando meu livro sobre Porecatu, eu fui descobrir que o Alfredo era da AP [Ação Popular], ele veio para Londrina de Santo André, da classe operária. Rui [Fernando] Barbosa [irmão do Carlos], Narciso Kalili, Duarte Ferreira²⁴, todos eram da AP, era uma corriola só.

E o Sho era um menino lá da roça de Pereira Barreto [SP] que veio para Londrina fazer cursinho para vestibular, era cunhado do Alfredo. Então éramos nós com o Alfredo, ele tinha um porão na casa dele, uma casa grande na rua Paranaguá, a gente botou a sede do nosso grupo de teatro no porão da casa dele.

O Alfredo fez coisas malucas, ele estava construindo uma igreja lá no Jardim Bandeirantes, que era a vila popular da época, e interrompeu a construção da igreja

²⁴ Rui Fernando Barbosa, jornalista londrinense com atuação em grandes veículos de comunicação do país, voltou a Londrina em 1974 para fundar o curso de Comunicação Social da UEL e, mais tarde, o jornal *Panorama*, de Paulo Pimentel, para o qual convidou Narciso Kalili, um dos fundadores da revista *Realidade*. Duarte Ferreira era editor do jornal *Movimento*, em São Paulo, ao lado de Raimundo Pereira.

pra construiu um teatro, pra gente fazer teatro popular para o povo. E os anglicanos de Londrina são todos japoneses, ficaram putos com ele, ele acabou sendo expulso da igreja anos depois.

ULES

Quando a gente viu que a coisa ia engrossar, resolvemos nos infiltrar na ULES [União Londrinense de Estudantes Secundaristas], pra ir às escolas através da cultura. Foi onde a gente conheceu o Roldão, ele era do Instituto de Educação [IEEL], quando chegamos na ULES ele já estava no departamento cultural, aí se juntou com a gente. A Celinha, acho que também era do IEEL, ia lá de vez em quando, no finalzinho da nossa permanência na ULES ela e a Lúcia [Carvalho] começaram a participar, mas logo depois a gente saiu fora, porque a coisa pretejou para o nosso lado também.

Depois a gente fez um jornal na ULES. Você lembra que a gente tirava no *Poeira* três mil exemplares e achava muito? Na ULES a gente fazia cinco mil exemplares. Chegou uma hora em que a gente tinha influência, virou moda, todo mundo nas escolas formava grupos de jogral, foi uma coisa espetacular. Na ULES, a gente fundou o *Senzala* (eu e o Nassar); Dinho, o Apolo e o Paulo Barreira fundaram o *Kubículo*; eram dois grupos. A gente começou a montar jogral, montar peça de teatro, começamos a ir às escolas. A gente entrava na maior moleza nas escolas, os diretores elogiavam, incentivavam os alunos a irem para o grêmio, começaram a fundar grupos de teatro... E a gente ali fazia nosso papel em Londrina.

Também viajamos muito, fomos até Foz do Iguaçu em um avião da FAB [Força Aérea Brasileira], num congresso de estudantes... Viajamos aquela região toda: Assaí, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Arapongas, sempre escrevendo poesia, contos. Nessa época que os literatos se revelaram – Dinho, Barreira, Nassar, Nilson, Roldão... O Roldão escrevia contos, escrevia muito bem. Eu também escrevia, mas eu estava mais interessado em política, sempre com essa preocupação de fazer uma organização a mais ampla possível, pra arregimentar gente.

Teve o curso de Jornalismo, na ULES, quem dava era o Edilson Leal. A Miriam Paglia Costa, o Carlos Eduardo Lourenço Jorge, o Ricardo Sampaio, que virou juiz do Tribunal Superior do Trabalho, são dessa primeira turma. A Cleusa diz que fez o curso com o Roldão, mas isso já foi lá no GEIE [Grupo de Estudos da Imprensa Estudantil], que foi a base do *Poeira*, e que foi descendente do nosso cursinho lá atrás. E a gente começou a promover palestras na ULES, que são antepassadas da *Semana de Atualidades*.

Da nossa turma, a Jacira [Venâncio Oikawa] participava pouco, o Nilson e a Cleusa não participavam dessas discussões [políticas], eles participavam do teatro, dos concursos de literatura, mas eram área próxima, não eram ‘eleitos’, entende? Dos ‘eleitos’ sobramos eu, o Paulo Silva e o Sílvio Fernandes. O Sílvio Fernandes não participou do *Poeira*, ele se focou no curso de Medicina, mas acabou sendo secretário municipal de Saúde na gestão do PT – ele fundou o PT em Ponta Grossa.

Linha de massa

A tal da linha de massas, que virou um jargão, era uma coisa muito séria em Londrina, que era uma cidade vermelha, metade da cidade participou da fundação do diretório do Partido Comunista, até o Hosken de Novaes [advogado, ex prefeito de Londrina e ex governador do Paraná] foi; a UDN e o PCB eram aliados políticos contra o PTB do Getúlio. O Hosken de Novaes foi uma espécie de Sobral Pinto de

Londrina, vivia nas cadeias soltando comunistas. Ele é muito respeitado pelos velhos comunistas por causa disso, era um cara muito correto.

O pessoal do Partidão [PCB] começou a chegar em Londrina com a faculdade de Medicina. Interessante que o Newton Câmara, que foi grande médico e fundador do partido [PCB] em Londrina [nos anos 1940], nunca acompanhou o Partidão. Ele era primo do Diógenes Arruda Câmara [dirigente nacional do PCB], que o mandou para Londrina. Em 1972, quando a gente já estava na militância, ele escondia preso político na fazenda dele, na região de Porecatu. Ele nunca participou mais ativamente do PC do B, do PCBR, mas também nunca foi um revisionista.

A crítica ao foco, a gente fez naquela época: meia-dúzia de gato pingado pega em armas e sai assaltando banco, achando que a população vai acompanhar – não vai. Por isso que quando teve a crítica do Pedro Pomar em relação ao Araguaia, para mim foi muito fácil entender, porque aquilo [guerrilha do Araguaia] realmente era mais sofisticado, mais elaborado, mas não passava de um foco. Em vez deles terem recuado, bestamente quiseram resistir. O Osvaldão era um que defendia o recuo, ele era um mineiro de Passa Quatro, campeão de boxe e um dos principais comandantes na guerrilha do Araguaia.

Em Porecatu teve rota de fuga, com alimento, munição, remédio... escondidos em rota de fuga. No Araguaia eles tinham tanta certeza de que iam ganhar, que eram contra fazer rota de fuga. E são coisas que têm ligação, por exemplo: o Arildo Gajardoni, que foi comandante de um agrupamento em Porecatu, morreu depois em Trombas e Formoso²⁵, morto pela polícia, e o pessoal em Trombas e Formoso foi para o Araguaia. Existe um fio histórico ligando.

Então, a questão do foco a gente discutiu; a questão se os fins justificam os meios a gente discutiu; na década de 1960 a gente já tinha discutido tudo isso.

Médici, milagre econômico, copa de 1970, o Brasil empolgado e, por baixo do pano, o pessoal [da ditadura] pegando todo mundo. De 1970 para 1971 começou um boato de que haveria mais prisões em Londrina e que dessa vez iriam pegar o Nassar e o Barrera. Aí o pai do Barrera o levou para a Espanha, eles tinham parentes lá. E o pai do Nassar o levou para São Paulo. Ficamos eu, o Paulo Silva, o Sílvio, o Nilson e a Cleusa em Londrina. Num refluxo, numa tristeza, numa depressão de que... acabou tudo, né?

Maurício [Saraiva], Beluce [Bellucci], Arnaldo [Bertone], Ademir [Joel Cardoso], Edmilson [Correa] e Carlão [Roberto de Souza] fugiram, porque eles estavam comprometidos mesmo com o PCBR, estavam se organizando para fazer guerrilha rural, acho que o Mané Jacinto chegou a comprar uma área de terras no oeste do Paraná para treinamento. Só que iriam morrer na primeira semana...

PC do B e PCBR

O Mané Costa veio para Londrina para fazer contato com essa turma, para tentar levar para o Araguaia, mas não deu certo. Eu perguntei para a Marília [Andrade] algumas vezes, por que, afinal de contas, ela foi parar em Londrina. Ela me disse, todas as vezes, que foi de castigo, porque tinha ficado grávida.

Eu li um livro chamado *Uma Vida em Vermelho*, do Vladimir Pomar, sobre o pai dele [Pedro Pomar]. Nesse livro ele diz: ‘foi Pedro Pomar, meu pai, que enviou Manoel da Costa para Londrina’, não diz para quê. Depois eu perguntei para o Mané Costa, ele respondeu: ‘Eu fui organizar o partido’. Só que eu já sabia que ele tinha

²⁵ Conflito de terras no norte do estado de Goiás, que opôs camponeses e grileiros de terras entre 1950 e 1957, com participação do Partido Comunista Brasileiro no período de conflito armado.

feito contatos com o Mané Jacinto, o Mané Jacinto já tinha me contado lá atrás, na época do movimento estudantil. Mané Jacinto era esperto, sabia tudo que estava acontecendo.

Na verdade, o negócio do Mané Costa para o Mané Jacinto não deu certo porque o Jacinto já estava muito doente. E a turma mais próxima dele tinha ido para o Chile. O Mauricio Saraiva, após o golpe do Chile foi pra Alemanha, se fixou lá e voltou com a anistia, se estabeleceu aqui em Londrina, virou fotógrafo da Funai, morreu já. O Bellucci, após o golpe do Chile, foi para a França, fez economia na Sorbonne e foi pra África, ficou vinte e tantos anos lá, voltou e está no Brasil agora, em São Paulo, também não estava aqui. O Arnaldo (Bertone), com o golpe do Chile foi para o Rio de Janeiro e foi baleado roubando um carro, se recuperou, veio para Londrina e não aconteceu nada com ele.

O Ademir e o Edmilson foram chamados pelo Manoel Jacinto para voltar; responderam ao IPM [Inquérito Policial Militar] em liberdade e foram absolvidos. Os outros foram condenados à revelia, mas a três, cinco anos; quando eles voltaram já tinha prescrito. Carlão voltou por conta dele, ficou aqui em Curitiba, depois voltou para Londrina, e não aconteceu nada com ele. A situação dele era igual à minha e a do Nassar; ninguém sabia que a gente existia. Eu sempre fui muito cuidadoso, não aparecia...

O Nassar nunca mais voltou. O Paulo Barreira voltou anos depois, com a Celinha [Célia Regina de Souza]. E os dois, no partido [PC do B], foram enviados aqui para Curitiba, e um ano depois a Celinha voltou sozinha. Nunca perguntei ao Paulo Barreira o que é que tinha acontecido.

O PCBR foi destruído, acabou junto com aquelas organizações, tipo VAR-Palmares, que se mataram com a luta armada urbana. Essa questão [luta armada urbana] a gente discutiu naquela época também, tinha gente que era contra; a gente não era contra por causa da experiência de Porecatu, você nunca descarta *a priori* nada. Às vezes você tem que se defender em uma situação histórica e pegar em armas, como é que vai condenar isso? Também não pode achar que é só pelas armas que vai acontecer, como achava o pessoal da guerrilha urbana, [que] não precisava de massa, outra burrice.

Mané e Marília

Quem me apresentou o Mané e a Marília foi o Paulo Barreira. Essa é outra história que não está muito bem explicada, porque na lembrança da Marília, a Cleusa trabalhava na biblioteca do CCS, a Marília frequentava o lugar e fez amizade com a Cleusa ali. Só que a Cleusa contou a seguinte história, que também é verossímil: a Celinha e o Paulo Barreira faziam cursinho (a gente estava na faculdade, mas eles faziam cursinho), então a Marília conheceu eles ali. Eu conheci a Marília porque o Paulo Barreira e a Celinha foram em casa me procurar. Isso foi em 1971, porque em 1972 o partido fez cinquenta anos e eu já estava bem comprometido com eles; cheguei a viajar para colocar no correio documentos comemorativos dos cinquenta anos de luta.

Não tenho lembrança [de ter sido convidado], assim como não tenho lembrança do PCBR... mas eles me passaram todos os documentos do Partido; eu fiz aqueles anos todos um monte de reunião clandestina. O Sho, por exemplo, era muito próximo do [Pedro] Pomar, e nesses anos todos ele sempre falava: 'Poxa, o Pomar sempre falou de você'.

Eu ia perguntar ao Manoel Costa sobre duas pessoas do partido [PC do B] que trabalhavam na sucursal do *Jornal do Brasil* [em Curitiba], eu trabalhei com eles – o

[Luiz] Manfredini era um, a outra era a Telia Negrão, eu queria saber se ele sabia disso, mas acabei não perguntando. Uma pessoa que me deixa intrigado, você se lembra do Marcus Vinicius Zamuner²⁶? Ele trabalhava em laboratório de remédio e o Manoel Costa também, o partido tem dessas coisas, ele planta as pessoas e não fala nada pra ninguém. O Sidnei Gobetti²⁷ foi uma coisa surpreendente ele ter aparecido dentro do PC do B, não era pra ser; eu tenho até hoje a impressão de que o pai do Sidnei, que era dono de farmácia, era um cara próximo, lá do tempo de Porecatu. São coisas muito interessantes.

O Fabio e a Agnes²⁸ eu não sei, o Milton Laprega²⁹ recebeu eles, alguém passou e não fui eu, porque o Fabio era muito voluntarioso e eu tinha muita reserva de levar gente desse tipo, porque é muito perigoso, é gente que faz coisas sem pensar. A característica do nosso pessoal é ser mais tranquilo, mais sensato, que pesa mais as coisas.

Movimento estudantil

Esse momento de refluxo maior coincidiu com o fato de que a gente estava entrando na faculdade, em 1971 [primeiro ano da UEL], então mudou o foco de atuação. Eu lembro de uma conversa nas escadarias da casa onde minha mãe tinha o salão, eu, o Paulo Silva e o Sílvio: ‘estamos entrando na faculdade, vamos continuar na linha de massas no movimento estudantil’. A Universidade tinha criado os diretórios acadêmicos setoriais atrelados e tinha discussão entre os estudantes do Brasil inteiro, de que aquilo era coisa da ditadura, do acordo MEC-USAID, ninguém queria participar. E a gente resolveu participar mesmo assim.

O Márcio [Almeida] foi o primeiro presidente do diretório acadêmico setorial do CCS [Centro de Ciências da Saúde] e CCB [Centro de Ciências Biológicas], era tudo junto. Nesse diretório estavam o Tercílio [Turini], o Aoki, o [Luiz] Cordoni, eu... Eu trabalhava no *Novo Jornal*, era jornalista, fui para o departamento de imprensa. O Chaves [Antonio Marcos] sucedeu o Márcio [no CCB], ele era muito amigo da Magrela [Edna Machado], que foi colega minha no ginásio, a gente tinha se tornado muito amigos, então eu botei os dois pra pegar o diretório do CCB, e a coisa foi caminhando assim.

Importante lembrar que na gestão do Márcio a gente conseguiu fazer algumas coisas, apesar do Márcio... Não foram só o concurso literário e as primeiras aulinhas do grupo de estudo de imprensa estudantil que o Roldão montou. A gente trouxe o Francisco de Assis Barbosa, o Clovis Moura, aquilo foi uma sequência do que a gente fazia na ULES e foram eventos precursores da *Semana de Atualidades*, que teve um papel que na época, eu tenho certeza, muitos não se tocavam.

A *Semana de Atualidades* foi o melhor instrumento para ganhar a comunidade toda, não só os estudantes. Era um momento em que toda a comunidade regional se interessava por aqueles shows, pelas palestras. Por exemplo, a palestra do Bourdokan³⁰ sobre o Líbano, veio a comunidade libanesa inteira, gente enrolada na

²⁶ Foi estudante de Jornalismo na UEL e presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Comunicação e Artes, com atuação discreta no movimento estudantil; atuou como representante de laboratório farmacêutico e membro do PC do B no sudoeste do Paraná.

²⁷ Foi estudante de Medicina e presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências da Saúde, viveu em Marília, SP, onde atuou médico e vereador pelo PC do B, até sua morte em dezembro de 2012.

²⁸ Fábio Mesquita e Agnes Soares, estudantes de Medicina.

²⁹ Milton Laprega, médico paulista ligado ao PC do B, foi professor da UEL e secretário de Saúde de Cambé, Pr.

³⁰ Georges Bourdokan, jornalista que tinha sido um dos editores do jornal *Panorama*, especialista em temas do Oriente Médio.

bandeira do Líbano. Quer dizer, a gente foi muito eficiente nisso, ganhamos não só os alunos, mas os pais dos alunos; não só os professores, mas os pequenos empresários comerciantes também.

Sobre a derrota em 1973 [na segunda eleição do DCE], na época a gente fez uma avaliação, a Marília participou o tempo todo, que a derrota se deveu ao isolamento mesmo. Esse costume de, quando surge um problema, ao invés de ir para a sala de aula discutir, você vai para a reitoria. Às vezes, tudo bem, você resolve rápido, mas o estudante não fica nem sabendo do que aconteceu. A gente atribuiu a derrota ao isolamento em relação aos estudantes. Tínhamos algumas rugas com o Márcio [Almeida] por causa disso, a gente achava que tinha que ir para a sala de aula, e ele pegava a pastinha dele e...

Esse processo foi culminar com a crise do Tercílio³¹, mais uma vez eles achavam que tinha que resolver na reitoria e a gente achava que tinha que fechar provisoriamente [a Casa do Estudante e o Restaurante Universitário] para por tudo em dia. Porque tinha mais essa também: a política tradicional tinha o costume de renegar o que o outro fez, mas também de esquecer as mazelas que o outro fez. A gente achava que não, que tinha que denunciar tudo, denunciar toda a gestão do Nilo [Dequech], que tinha sido horrorosa, tudo com os deputados da Arena...

Influência

Teve um episódio no começo do *Poeira*, na nossa primeira eleição: O jornal fazia um relativo sucesso, a gente já tinha feito a pesquisa, mesmo assim, a gente não tinha certeza se venceria as eleições, principalmente do DCE. Foi o Mané [Costa] que fez a engenharia junto comigo da formação das chapas. E qual foi o macete? ‘Vamos escolher um candidato do maior centro da Universidade’, que era o CESA; ‘e quem é a pessoa de confiança que nós temos lá?’ Paulo Silva. E vamos colocar como vice um estudante de um centro que não é o maior, mas é um dos grandes centros, equivalente ao CCH, uma pessoa que não é ‘nossa’, mas que não é um reacionário de direita: o Tercílio Turini. Essa engenharia da primeira eleição foi o Mané que bateu o martelo.

Nessa mesma eleição [1974], a gente não tinha o controle do diretório da saúde, fomos lá negociar com o Charles Daher e com aquele japonês, o Issao Udihara, que eram da turma mais próxima do Nilo Dequech. Eles não quiseram nos apoiar, no fim a gente lançou o Sidney Gobetti e ganhamos deles, porque, claro, o *Poeira* já exercia uma influência relativa boa, mas essa engenharia foi importante.

A segunda eleição foi a mesma coisa: quem pode ser o candidato de um centro com bastante estudantes? Nilson, do CCH. Quem pode ser o vice dele? O José Carlos Vieira, do CESA, pessoa que estava chegando e era mais próxima. Na terceira eleição a gente não teve que se preocupar, a hegemonia já era tão grande que pegamos você [Tadeu], que era de um centro ‘desse tamanho’ [Comunicação], com a Fátima Pimentel, que era de outro curso ‘desse tamanho’ [Serviço Social]. É importante lembrar essas coisas, porque são demonstrações fáceis de entender de como houve um processo consciente, estudado.

Prisões políticas

³¹ Tercílio Turini renunciou à vice presidência do DCE, na primeira gestão do *Poeira* (1974-1975) por discordar do fechamento da Casa do Estudante e do Restaurante Universitário, inaugurados apressadamente às vésperas das eleições estudantis de 1974 pela antiga diretoria do DCE, até que recursos oficiais para a manutenção daqueles serviços fossem assegurados.

O episódio da prisão do Nelsão [Nelson Ferreira dos Santos] durante a operação Marumbi [setembro de 1975] foi o primeiro teste importante para o movimento estudantil, se a gente não fizesse nada ia se desmoralizar, e se fizesse algo fora do tom, ia perder o apoio dos estudantes.

Escrevemos um manifesto bem cuidadoso, denunciando a prisão do professor e exigindo a libertação dele, a ideia era passar um abaixo-assinado pelo Centro de Ciências da Saúde. Nesse ponto tem uma divergência: o Marcão [Fabiani] diz que quando a gente tentou passar o abaixo-assinado, os professores, amedrontados, não concordaram, e a gente acabou não fazendo. O Cesar [Kohatsu] e o Ruba [Rubens Pinheiro de Souza] dizem que não, que a gente fez o manifesto, que inclusive foi o Ruba que passou o abaixo-assinado nas salas. No fim das contas, a gente decidiu reescrever o discurso de posse do Nilson, com base no manifesto da área de saúde.

Nessa época eu já tinha organizado o grupo *Sanitas Populi*, que tinha atraído uma porção de estudantes da área de saúde, começamos uma pesquisa sobre a saúde do boia-fria, era um processo muito rico de transmissão de conhecimento, de discussões, de formação mesmo. Também tinha o grupo da área de humanas, formado pela Ingrid [Rizzi] e pela Tiemi [Oikawa], para estudar o Contestado [movimento camponês do sudoeste do Paraná no início do século XX].

Mesmo com todo o cuidado que tomamos, a gente perdeu várias pessoas da área de saúde – o Bigode [Luiz Alberto Fernandes] deixou de frequentar o DCE, o Quico *Boquita de Cereza* [Henrique Balalai], o Oscar [Tacla], os dois japonesinhos que vieram com o Cesar [Kohatsu], o Minhocão, o Celso Fernandes. Mas ficaram os melhores – o Cesar, o [Roberto] Menoli, Marcão [Fabiani], Giba [Gilberto Martins]. Foram questões fundamentais para o fortalecimento do *Poeira*, foi o primeiro confronto, e a gente não estava tão forte ainda.

A expectativa de todos os meninos da área de Saúde, até praticamente a formatura, era de ir para o interior, não cheguei a discutir com eles o negócio de ir para a Amazônia [projeto do PC do B], mas todo mundo se preparava para ir para o interior. Fazer o quê, ninguém sabia.

Pós Poeira

A gente cometeu um erro capital: pela primeira vez na minha vida, até hoje não sei por que, a gente abdicou do movimento de massas. Te elegemos pra vereador [1982], ainda embasados por essa turma toda [do ME], principalmente a turma do movimento popular, mas no processo essa coisa foi também se desmanchando, como na nossa primeira gestão [do DCE], a gente já não representava ninguém.

Eu escrevo aqui: ‘Como em *Rashomon* [filme de Akira Kurosawa], cada personagem, a partir da sua percepção pessoal, tem a sua versão dos acontecimentos’. Cada um de nós eu tenho certeza que tem uma percepção daquilo tudo, cada participante do movimento estudantil também tem a sua. Se você pegar a percepção de cada um, é diferente uma da outra, mas se você analisar o quadro geral, vai ver que isso se encaixa. Então chegou um momento, ainda no seu primeiro mandato [de vereador], que a gente não representava mais ninguém.

E aconteceu outra coisa comigo. Teve a greve na *Folha de Londrina*, que, ou eu assumia a redação, ou estava fora. Eu falei ‘não vou assumir jamais’, aí eu tive que sair da *Folha*. Tentamos fazer aquela empresinha com o [Osvaldo] Macedo [deputado federal do PMDB], que não deu em nada. Eu fiquei sem meios de sobrevivência em Londrina, foi a pior fase da minha vida. O que me salvou foi que o Jaime Lechinski me ligou, perguntando se eu não queria vir para Curitiba, para

organizar a comunicação da principal secretaria de governo do Álvaro, que era a do Rubens [Bueno, Secretaria do Trabalho]. Nessa fase eu tive de novo uma experiência do que é organizar um monte de gente para fazer uma coisa.

Mas, objetivamente, na minha versão, a gente passou por um momento de transição, novamente, de uma desarticulação muito grande. A gente teve um momento de agregação em 1968; depois desagregação; depois uma forte agregação no *Poeira* e depois desagregação. E pegou a gente numa série de contratempos que, somados, explicam o que aconteceu com a gente, na minha opinião.

Se a gente tivesse ganhado a eleição com o Macedo [para prefeito de Londrina, 1982], como teria sido? A gente não se preparou para o caso de ele perder e você ganhar. Por que a gente não pensou naquele momento, você com o mandato de vereador, em a gente ter fundado o PT em Londrina? A gente teria controlado o PT até hoje, só com a nossa turma.

Você lembra a crítica que a gente fazia ao PT? Era o movimento sindical e o movimento da igreja, duas instituições que não prestam contas dos seus atos, principalmente em relação a dinheiro. Então a gente sabia que não ia dar boa coisa esse PT. É uma regra leninista: o movimento sindical tem que ser independente, não se mistura.

Mas acho que houve uma conjunção de problemas políticos e, no meu caso, de problemas pessoais, eu estava com duas crianças pequenas e sem meios de subsistência. Eu já tinha me sacrificado quando eu saí da redação [da *Folha*] e fui assessorar o Walter [Macarini] no [departamento] comercial; aquilo já foi terrível, eu me obriguei a fazer aquilo para não sair de Londrina, faz parte do processo.

Fala, Paraná

Demorei dez anos pra me formar, em 1980. Depois da intervenção no DCE [1978] fiquei ainda um ano, depois fui organizar o [jornal] *Fala, Paraná* com o Mané [Costa]. A ideia inicial era fazer do *Fala Paraná*, no estado, o que foi o *Poeira* na universidade. Pra você ter uma ideia, ele funcionou menos de um ano, mas daquele grupo que participou do jornal eu mantive uma amizade sólida com duas pessoas que eram coordenadoras de núcleos do jornal. Um era o Laércio [Souto Maior, de Maringá], e o outro era o Adolfo Mariano [da Costa, de Medianeira]. Se não fosse o Mariano (ele foi diretor da Imprensa Oficial do Paraná), eu não tinha conseguido pegar esses documentos todos sobre o *Poeira* e também os arquivos de Porecatu, ele escancarou todo o arquivo público para mim,

Outro contato do *Fala Paraná* era o Ivo Soma, advogado japonês de Umuarama. Eu passei a história dele pro Roldão, que fez uma matéria, ele [Soma] contando que a tarefa dele era dar cobertura para o Zé Dirceu [ex deputado e ministro do governo Lula, que viveu clandestinamente no noroeste do Paraná]. Eu não consegui provar isso na minha pesquisa porque houve uma ruptura no caminho, mas eu acho que quem botou o Zé Dirceu em Umuarama foi o Mané Jacinto. E o Zé Dirceu é o único sobrevivente dos que voltaram de Cuba. O [jornalista e escritor] Élio Gaspari falou: ‘todos que voltaram de Cuba que responderam esse questionário morreram’. Era o caminho montado pelo Cabo Anselmo, o sujeito saía de Cuba pelo caminho do Cabo Anselmo, chegava no Brasil era preso, submetido a tortura. A única pessoa que desconfiou e resolveu vir por outros meios foi o Zé Dirceu; e acho que quem botou ele lá [em Umuarama] foi o Mané Jacinto.

O *Fala Paraná* foi uma experiência muito rica, uma pena, ele poderia ter se consolidado como um jornal *Poeira* fora da universidade. O problema foi o rompimento [com Manoel Costa e Marília Andrade], eu fiquei para trás sozinho. A

Célia fala que eu fiquei para trás para dar o suporte, mas não foi isso, eles tinham responsabilidades. Eles estavam em São Paulo, vivendo outra realidade, e começaram a se distanciar da gente, ficava tudo comigo. E não era um pepino qualquer, era o movimento estudantil, movimento dos professores, o *Fala Paraná*, era tudo. E eu, sem meios de sobrevivência. Eu não sou daquele tipo de pessoa que vai lá falar: ‘Pô, eu não tenho como sobreviver’.

Crítica ao PT

A gente já estava a mil organizando a nossa frente com o Macedo [campanha para prefeito de Londrina em 1982], que é, de novo, uma frente que mostra nossa diferença com o PT. Quando a gente fez frente com o Macedo, a turma que estava fundando o PT tinha essa visão da hegemonia, que é um erro tático grosseiro do PT, eles fazem essas concessões todas pela tal da governabilidade porque querem hegemonia. Hegemonia para quê? Essa crítica que começou a surgir, de que eles têm um projeto de poder e não um projeto de país, é por causa disso, eles ficam escravos de uma tática que está errada. Se você não tem força suficiente para ter hegemonia, tenha força suficiente para mostrar que você é diferente e que você tem ideias boas que são factíveis.

Outro erro é o aparelhamento: Em época de campanha eleitoral, você entra no sindicato de jornalistas daqui [Curitiba], vira um comitê do PT, uma barbaridade. A Jacira pediu desfiliação da APLP, porque você vai na sede da APLP aqui em Curitiba, é uma sede milionária e é comitê eleitoral do PT. Então esse movimento sindical todinho está cooptado pelo Estado, os trabalhadores estão ao léu. Aliás, têm pipocado greves de trabalhadores em canteiros de obras, porque os sindicatos não dão bola, estão todos nadando em dinheiro.

Até hoje eu não sei por que a gente não fez esse movimento [controlar o PT], porque no fim a gente acabou se isolando. Uma pessoa que sentiu muito isso, não conseguiu verbalizar na época e tocou nisso agora, depois desses anos todos, foi o César [Kohatsu]. Ele falou ‘Marcelo, a gente deveria ter insistido no movimento popular, deveria ter ido para outro caminho, porque, trinta anos depois, não adianta’.

Educação e jornalismo

Acho que valia a pena dar uma revisitada no texto do acordo MEC-USAID, porque a origem de tudo está aí - tem aquele livro do Márcio Moreira Alves, *Beabá do MEC-USAID*, lá está tudo. A reforma do ensino no Brasil, que começou com o golpe de Estado, foi a eliminação do ensino humanista francês – a gente estudava latim, música, artes, filosofia, inglês, francês, era uma educação humanística geral e uma escola pública muito boa. E a reforma universitária, que modificou aquele sistema de cátedras, que privilegiava a pesquisa de base, transformou a universidade em universidade de mercado, que formava profissionais especialistas só na ciência aplicada.

Eu acho que o fruto dessa desgraça nós estamos colhendo hoje, você vê de uma maneira generalizada como os profissionais em todas as áreas hoje são deficientes, não sabem escrever direito, pensar direito, cometem muitos erros – é ponte caindo, gente morrendo no hospital por engano, uma tragédia.

O jornalismo de hoje é um arremedo, a gente não reconhece mais, a esquerda ortodoxa fica descendo a lenha na tal da imprensa burguesa, mas são incapazes, com o poder na mão, de organizar uma imprensa democrático-popular boa. A gente, debaixo de uma ditadura feroz, fazia o *Movimento*, o *Fala Paraná*, o *Poeira*. Por

que agora, com plena liberdade, com recursos, com dinheiro, eles não se ocupam de fazer uma imprensa que veicule uma posição mais independente? É aquela história: ódio aos burgueses ou amor ao povo?

Você vai dinamitar a democracia perseguindo a imprensa empresarial que está aí, ou você vai se esforçar para organizar uma imprensa que se anteponha a ela? Essa tal da esquerda continua moldada em valores completamente ultrapassados, eles fazem uma defesa incondicional do Estado, esse é outro engano brutal. Que Estado e para quem? Um Estado que nunca esteve tão distante da sociedade, eles ficam apelando para as instituições, ninguém acredita mais em instituição nenhuma, nem na justiça, nem na igreja, nem em sindicato, em partido político, em nada.

Por exemplo, pega esse programa *Minha Casa, Minha Vida*, é um absurdo total, uma fonte de desperdício, porque eles entregam tudo na mão de construtoras que, por causa do lucro, constroem com baixíssima qualidade. Se eles pegam o programa da autogestão de casa popular, que a equipe do [Jaime] Lerner fundou aqui [em Curitiba], seria uma revolução na habitação popular do país, com uma tremenda qualidade, custo baixíssimo, sem empreiteira no meio, ia dinamizar a economia de um jeito brutal, porque a pessoa compra material de construção na cidadezinha dela, contrata o pedreiro, o encanador, o eletricista da sua cidadezinha, o dinheiro vai circular violentamente ali, sem corrupção de prefeito, sem corrupção de empresa. As parcelas do cheque nem vão para o marido, vão para a mulher, porque a mulher sabe como é importante a casa própria para a família. O PT não podia dar demonstrações de coisa nova, boa desse jeito? Não, eles embarcaram no mesmo caminho de sempre, das oligarquias empresariais.

Eles querem uma hegemonia a troco de nada, loteiam a coisa toda para ter hegemonia, ficam engessados, não conseguem fazer nada que preste.

Curitiba

Em 1986 eu comecei a sentir que tinha que mudar, sair da cidade [Londrina], foi uma decisão bem difícil e dolorida, mas no fim foi uma coisa boa, porque aqui em Curitiba eu vim organizar o centro de comunicações para o Rubens [Bueno] e ele se cercou de pessoas muito boas da esquerda, de todos os partidos, a secretaria dele [do Trabalho] virou um congresso estadual de comunistas – gente do PC do B, PCB, PT... E os petistas sempre rosnando.

Ali eu tive uma ótima experiência, encabeçada pelo Laércio [Souto Maior], bem de acordo com os princípios que eu aprendi em Londrina: A gente organizou a *Universidade Popular do Trabalho*. Era um espaço com campus, restaurante, dormitório, sala de reuniões, auditório, e cada movimento social tinha uma sala para botar a sua sede – movimento negro, movimento da mulher, movimento índio, uma instituição latino-americana, homossexuais - todos tinham um espaço nessa universidade para usar como quisessem, fazer palestra, evento, show, independentemente de partido, podia ser até do PFL, o objetivo era juntar as pessoas, sem nenhum tipo de restrição. O único partido que se recusou o tempo todo a participar do processo e a ocupar espaço foi o PT.

Mas aí a universidade começou a trazer gente do exterior, como a Associação de Correspondentes Internacionais, sediada no Rio; eu conhecia o presidente, ele veio conhecer e ganhou toda uma turma de jornalistas da África, da Ásia, jornalistas do terceiro mundo, a gente organizou um evento com esses caras e eles difundiram a ideia internacionalmente. Aí [a Universidade] começou a chamar atenção, a crescer muito, o tempo todo eu me lembrava da *Semana de Atualidades*, vinha muita gente

de fora. Só aí o PT começou a participar - igual nas Diretas Já: primeiro eles metem a boca, depois eles vêm, foi o último grupo político a entrar.

Só que na sequência o [Roberto] Requião ganhou a eleição [para governador do Paraná, em 1988], e aconteceu essa coisa idiota de sempre: todo cara que assume o poder destrói o que o outro fez, mesmo que seja uma coisa boa. Ele começou a enfraquecer [a Universidade], tanto que quando passou a gestão para o [Jaime] Lerner [1993], a Universidade Popular do Trabalho estava praticamente jogada às moscas, aí o Lerner mudou o caráter da universidade para um centro de formação técnica de trabalhadores. Mas foi uma experiência riquíssima, ideia do Laércio [Souto Maior], que faz a mesma crítica à esquerda ortodoxa bitolada, a essa postura do PT que fica se arrogando de proprietário exclusivo das boas coisas.

Brigadas do Trabalho

Outra iniciativa do Laércio [Souto Maior] e da Cidinha [Arruda, esposa de Laércio]: eles organizaram um programa chamado *Brigadas do Trabalho*, grupos volantes formados por gente do município e funcionários do estado, que vão para os municípios mais pobres levar um trabalho de cidadania, pras pessoas tirarem certidão de nascimento, carteira de trabalho; muita gente que não tinha nada dessas coisas, nem carteira de identidade, nem título de eleitor; ao mesmo tempo, a *Brigada* promovia, para os analfabetos, a alfabetização pelo método Paulo Freire. Fizeram isso durante quatro anos, pela secretaria do Rubens [Bueno], que é uma pessoa muito bacana.

Outra coisa que é característica do *Poeira*: fizemos uma coordenadoria de desenvolvimento comunitário. Qual era o papel dela? Não importa a posição política da pessoa, se ela queria organizar uma associação de moradores, a gente ajudava a fazer o estatuto, a organizar a associação, ensinava a fazer o processo eleitoral, como registrar em cartório, dava uma assessoria total, não importando se era PDT, PT, sem nenhum tipo de discriminação.

Fundamos quinhentas associações, até hoje a gente encontra alguém daquele tempo que fundou ou fez parte de associação, fazem muita festa, o Laércio é o herói deles! Ele se aposentou ano passado na Secretaria do Trabalho, é uma pessoa persistente, aglutinadora, foi do PCBR, a Cidinha [esposa] foi do PC do B, eles participaram da Tendência Popular [do PMDB]; a Cidinha foi para o PC do B quando o Fabio Campana arregimentou aquela turma, mas logo ela viu que era uma coisa furada e saiu fora.

Aliás, o Mané Jacinto, quando morreu, estava no PC do B. Eu não entendi até hoje por que ele foi parar no PC do B, com todas as críticas que ele fazia. Uma coisa curiosa é que ele [Jacinto], a Anita, que foi esposa dele, o Zoca e minha mãe estão enterrados juntos, no mesmo túmulo no [cemitério] Parque das Oliveiras [em Londrina]. Quando ele morreu, a família não tinha dinheiro nem pra enterrar ele nem a Anita, que morreu depois, enterramos os dois [no túmulo da família], pra mostrar que eram amigos mesmo.

Rafael Dely

Depois da Secretaria do Trabalho [no governo Alvaro Dias], eu trabalhei quinze anos com o Rafael Dely, da equipe do Lerner. Como na história do profeta, ele era o cara que sabia das coisas e nunca aparecia. Comecei com ele na prefeitura [de Curitiba], ele na presidência do IPUC [Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba] fez coisas maravilhosas.

Depois, no governo do Lerner, fiquei seis anos com o Rafael Dely na comunicação da Cohapar [Companhia de Habitação do Paraná], que era a principal secretaria do governo Lerner, fez as vilas rurais, fez as casas diversificadas. Foi uma coisa tão gigantesca! Em toda a existência dela, de vinte e cinco anos na época, a Cohapar tinha feito sessenta mil casas; nos oito anos da gestão do Dely, fez sessenta e quatro mil, todas nesse sistema [autogestão].

Teve uma rebelião dos prefeitos, porque o dinheiro não ia passar mais na mão deles. Eles falaram: ‘Ah, vocês são uns sonhadores, os caras vão fugir com o dinheiro’. No final do programa, o levantamento estatístico mostrou menos de um por cento de problemas com repasses para moradores, em 99 por cento dos casos eles usaram o dinheiro direitinho, sem nenhum furo. E não foi um centavo para empreiteira, não foi um centavo para prefeito, o dinheiro que saía daqui dez reais, chegava dez reais lá embaixo, não houve nenhuma fuga de recurso. O Dely ganhou prêmio da ONU por boa gestão em habitação.

Trabalhei com o Dely dois anos no IPUC e seis anos na Cohapar, nos últimos dois anos dele eu saí e passei para o Nílson [Monteiro]. Depois que ele saiu do governo, fui trabalhar no escritório dele, recebemos convite para fazer uma exposição desses programas habitacionais na sede da ONU em Nova York. Eu montei a exposição, levamos pra lá, a repercussão foi tão violenta que logo depois a China convidou o Dely para ir pra lá, o Vietnã também, o governo da França convidou a levar essa exposição pra Paris, na Unesco. Lá os cubanos e vários países comunistas viram a exposição. Os cubanos: ‘Nós vamos aplicar a vila rural em Cuba’; os chineses: ‘Nós temos que construir não sei quantos zilhões de casas, vamos fazer desse jeito’.

O Dely viajou para a China, Vietnã, Cuba. E o que era o Dely? Era um cara conservador, foi do PSB, do PDT, mas um humanista sem nenhum preconceito, um socialdemocrata com valores humanistas arraigados. E não tem o menor reconhecimento aqui, o PT fica chutando esses caras e eles ajudando os países socialistas, dito socialistas, a resolver os seus problemas. Trabalhei com ele até a morte dele (janeiro de 2007), agora estou lutando para publicar esse livro [sobre a história de Rafael Dely, no qual] que conta a história dele todinha, um espetáculo!

Ele era um sujeito modesto, caladão, muito simplório, dava o conteúdo e o Lerner colhia os frutos, era como o Abraão e o Betsalem [da Bíblia]. É até engraçado, porque é uma história contada de forma muito simples e modesta, mas quando você termina de ler, vê que quem fez tudo aqui na cidade foi ele, é a história da transformação urbana de Curitiba.

Depois fiquei três anos dando consultoria para a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná], no período do Alberto [Paula Machado, presidente], mas sem dar expediente; foi quando eu fiz aquele livro [sobre a história da OAB Paraná]. Depois aposentei pra começar a escrever minhas coisas, fiz esse livro [sobre a guerrilha de Porecatu], que me assombrou esses anos todos, e tinha começado a escrever o livro do Dely, junto com ele, mas quando ele morreu o livro não estava pronto; estava estruturado, mas com praticamente tudo por fazer; hoje está praticamente finalizado.

Paiakan

Tenho um material também muito interessante de uma experiência que eu tive na Amazônia, veja como as coisas se entrelaçam. Eu estava com o Sho [David Shosque Ono] na aldeia do Paiakan, no meio da Amazônia. O índio, quando começa a anoitecer, vai ficando meio melancólico, acende a fogueira... O pai do Paikan era o cacique Tiquiri, que é cacique porque guarda a memória da tribo; como eles só têm a

tradição oral, para o velho não esquecer, toda noite eles acendem a fogueira e começa ‘lalalalalá...’, o velho vai repetindo as histórias da tribo para não esquecer, coisas que aconteceram há dez gerações ele conta, o pessoal fica lá... uma cena cinematográfica. E a linguagem deles é tão elaborada, o Paiakan vai traduzindo, mas traduzindo literalmente, é poesia pura.

Teve um canto do Tiquiri, não gravei porque eles não deixam, mas transcrevi tudo, o cacique se lamentando pelo fato de os caiapós serem tão atrasados. Ele fala: ‘Puxa, você veja, aquele vizinho nosso que é a tribo tal, eles não têm que correr atrás da caça’. Porque o caiapó é tão atrasado, que ele corre atrás da caça até a caça cansar. Tem bicho que ele corre o dia inteiro, então a energia que ele gasta, ele mal consegue repor com a energia da carne que ele caçou’. E o velhinho se lamentando: ‘aquele vizinho lá, ele conhece a trilha do bicho, ele se esconde na árvore, e quando o bicho passa ele flecha o bicho, então ele não se cansa. A gente tem que treinar nossos filhos desde pequeninhos a dar flechada certa nos peixes; aquele vizinho conhece uma maldita duma planta que ele esfrega e põe na água, os peixes morrem todos’. Um canto de lamento, ele fala: ‘Você vê nossa caça, a gente assa ela misturada na terra e na pedra, então a gente come a caça suja, porque não sabe fazer panela de cerâmica, todo mundo é mais adiantado que nós’. A única vantagem que os caiapós levam é que são guerreiros temidos na Amazônia. Eles atacam mesmo e roubam as mulheres. Então o canto do cara é uma coisa impressionante.

O Sho era um cara amado pelo Paikan, porque eles tiveram dois episódios: Ele estava no canteiro de obras da Andrade Gutierrez [do projeto Tucumã] atendendo os trabalhadores no ambulatório, sabia que tinha índios na vizinhança. Um dia ele vê que um monte de gente com um cachorro vindo de longe ao ambulatório dele, e vai crescendo, crescendo, ele vê que é um bando de índios, na frente um índio todo pintado, parrudão, carregando uma pessoa, era o Paiakan com a Irekan, a mulher dele, que tinha problema de útero e estava muito mal, sangrando. O Sho espantado com o Paiakan, o Paiakan para, espantado com o Sho também, os dois ali parados, um olhando para a cara do outro, aí o Paiakan fala: ‘Ué, você é índio?’. E o Sho: ‘Sou, eu sou índio de um povo que mora lá do outro lado do mundo; sabe esse relógio que você está usando? (era um Seiko) Meu povo que fez; sabe aquele avião que você tem na sua aldeia, um Mitsubishi? Meu povo que fez’. O Paiakan: ‘É? Quer dizer que nós ganhamos dos brancos, então?’; [o Sho:] ‘Ganhamos’. [Paiakan:] ‘Então salva minha mulher aqui’. E o Sho cuidou da Irekan, ficaram amigos, começaram a caçar e pescar juntos.

Um dia numa caçada – o Sho tinha comprado em Manaus uma lanterna de cabeça, que você coloca e fica segurando a arma com as duas mãos, o Paiakan ficou roído de vontade de ter uma igual, chegava a babar de vontade. No dia seguinte à caçada, o Paiakan vai embora, quietinho, de tarde ele volta com um vidrinho de alumínio na mão e fala: ‘Eu quero esse aí’. O Sho abriu, cheinho de pepita de ouro, falou: ‘Você está maluco, Paiakan, com esse negócio aqui, sabe quantas dessas lanternas dá pra comprar? Umas cinquenta mil’, fechou e devolveu: ‘Quando eu for para Manaus eu trago para você’. O Paiakan: ‘Você é meu irmão mesmo, é índio. Não é que nem o homem branco que quer enganar a gente.’. Aí o Sho trouxe uma caixa de lanternas, ficaram superamigos. Eu contei essa história para o [Georges] Burdokan [ex editor do jornal *Panorama*], ele falou: ‘Você tem que escrever esse livro!’, é um livro que está esperando também.

Uma incrível coincidência

Deixa eu te contar outra da mesma viagem. O Tiquiri, o velhinho, encerra o canto de lamento, aí o Paiakan em português começa a falar (foi nas vésperas da Eco 92): ‘Você vê, a gente está lutando para demarcar essas terras e não consegue’. Era aquela época que o Paiakan andava com o [cantor] Sting. ‘A gente não pode confiar em branco, ele fala uma coisa hoje pra você, amanhã ele fala outra; eu ando com esse Sting por aí, mas eu acho ele meio estranho, parece que ele está querendo só usar a gente, mostrar a gente.’

Realmente, depois ele não recebeu um tostão das peregrinações que ele fez com o Sting para angariar dinheiro para desenvolver a economia sustentável da reserva dos caiapós. E ele: ‘Quer saber? Tem três brancos neste mundo em quem eu confio, só três’. Uma era uma freira inglesa que pegou o Paiakan pequenininho e ensinou a língua portuguesa, doutrinou ele; outro era o Doutor Davi (o Sho); e o outro é o Cotrin Soares, cunhado do Nelsão [Nelson Ferreira dos Santos, ex UEL].

Incrível que eu tinha entrevistado Cotrin em 1973, ele era um indigenista que tinha pedido demissão da Funai [Fundação Nacional do Índio] e saiu dando tiro, dizendo que cansou de ser coveiro de índio, que a Funai estava ali só para tirar os índios do caminho da Transamazônica. Nenhum jornal no Brasil deu, porque tinha a censura prévia, mas ele foi a Londrina visitar o Nelsão e eu entrevistei ele para o *Novo Jornal*, foi o único jornal que deu a notícia.

Pois esse cara é o terceiro branco em quem o Paiakan confia, ele cita isso na fogueira, no meio da Amazônia... Eu falei: ‘Eu conheço esse cara. Por que você confia nele?’. Ele falou: ‘Eu fui guia dele aqui, para atrair os índios, e eu aprendi muita coisa com ele’. O Paiakan era um cara extremamente politizado, e quem deu a formação para ele foram essas três pessoas.

Aí o Paiakan me fala o seguinte: ‘Faz muito tempo que eu tento localizá-lo e não consigo’. Eu falei: ‘Assim que eu voltar a Curitiba, eu vou achar esse cara para você, porque eu conheço ele’. Liguei para a Unicamp, falei com a Elza, mulher do Nelsão: ‘Onde é que anda o Antônio Cotrim Soares?’. [Elza:] ‘Depois que ele saiu da Funai, ele passou um tempo em Londrina’ – foi onde eu conheci ele, na casa do Nelsão – ‘depois ele voltou para Maceió, meu pai morreu, ele ficou lá cuidando das coisas, está lá até hoje’.

Peguei o telefone, liguei pra ele: ‘Cotrim, você se lembra de mim, o Marcelo lá de Londrina’. Ele falou: ‘Ô, como eu não vou lembrar, único jornal que deu a matéria...’. E eu: ‘Pois é, eu estive em Tucumã, lá na reserva do Paiakan, ele morre de saudades de você, faz muitos anos que tenta te localizar e não consegue’. [Cotrim:] ‘Ah, pode falar que estou esperando ele ligar, eu tenho rádio aqui em casa e o Paiakan tem rádio lá também’.

Liguei para o Paiakan, botei os dois conversando pelo rádio e fiquei escutando pelo telefone, o Paiakan chorava que nem criança, é cinematográfico! O cara conhece o mesmo cara que eu conheci, na fogueira, não é impressionante?

Outra cena numa outra noite, o mesmo ritual: eles têm um grelha igual de argentino, que põem no meio da fogueira para botar as coisas para assar, naquele dia, alguém da tribo tinha matado um porco-do-mato. Eles separam a melhor parte para o cacique, mas são vários caciques, um porque guarda a memória, que era o pai do Paiakan; outro porque conhece o segredo das ervas, é o curandeiro; outro porque é o guerreiro mais forte; o Paiakan era cacique porque tinha visão estratégica.

Estamos lá para jantar o porco-do-mato, aí vem uma índia – as índias é que trabalham, os índios não fazem p... nenhuma – e põe na grelha a cabeça inteira do porco-do-mato, eu pensei: ‘Nós vamos comer esse troço?’ Aí eu vi uma cena... A cabeça do porco toda sapecada, o Paiakan abre a boca do porco, tira uma faca de caça da cinta, corta a língua do porco e começa a comer aquele troço cru. Quando

ele termina, tem aquela marca de gordura e sangue. Como é que pode, né? O Sho falou: ‘Ele é um homem de cinco mil anos atrás, a cabeça dele é a de um homem de cinco mil anos atrás’.

Incêndio no Japão

Tem outra história fantástica. Ele [Paiakan] ficou conhecido como defensor da mata, do meio-ambiente, passou a ser chamado para tudo quanto é lugar – Canadá, Japão, Holanda – para fazer palestra e falar dos caiapós. E aquela empresa inglesa, *Body Shop*, começou a comprar óleo de castanha dos caiapós, porque são defensores da natureza etc – eles pegam a castanha, extraem o óleo, põem em barril e exportam pra a Inglaterra; essa *Body Shop* comprava o óleo de castanha deles para fazer xampu, sabonete, essas coisas. E ele foi chamado para ir pro Japão, bem no inverno, botaram ele num hotel Sheraton cinco estrelas. De repente toca o alarme, ele estava com frio, arrancou as cortinas, pôs no meio do quarto e botou fogo, a japonesa quase morreu com ele.

O Paiakan está velho, o cacique agora é o cunhado dele, Tiago Bengoti, que era um rapagão quando estive lá, o melhor arqueiro da tribo; eu vi ele pescar, de pé na ponta da canoa, a canoa comprida, balançando, e ele com a flecha pega ‘aqui’ [aponta a garganta] no peixe, porque se não, estraga a carne, impressionante.

Quando fui lá, eu tinha um cachimbinho de ‘nó de roseira’, bem exibido, e estou lá, conversando e no cachimbo, eles fumando um cachimbo que é uma corneta de pau brasil. De repente, notei que o Bengoti estava olhando para o meu cachimbo, e eu olhando para o dele. Ele simplesmente fez ‘assim’ [arrancou o cachimbo de Marcelo], e pronto.

Impressionante, eles não têm noção de propriedade... Um canadense deu para o Paiakan uma máquina fotográfica *Nikon* daquelas, a gente jamais compraria, de tão cara que era; ficava rolando no chão para lá e para cá, um indiozinho pega... É um sarro, eles não têm essa coisa de ‘isso é meu, isso não é meu’.

O caso do estupro

Então esse é outro projeto. Porque ele foi acusado de estupro, lembra? Aquele escândalo todo, alguns meses antes da Eco 92. Na verdade foi uma armação para desqualifica-lo, porque ele ia liderar a delegação dos índios na Eco 92 – o Collor tinha prometido demarcar as terras dos índios e lá eles iam exigir o compromisso assinado. Aí ele não pôde ir para a Eco 92 e foi o Raoni, que é um líder caiapó, mas é mais um fanfarrão, vaidoso, gosta de aparecer, o cara firme mesmo era o Paiakan. A *Veja* publicou uma capa com a cara do Paiakan, escrito “O Selvagem”, uma sacanagem.

Aliás, eu fui entrevistar o Cotrim em Maceió faz uns dois anos (foi a última vez em que estive com o Sho) e pedi para ele explicar como é essa questão do sexo para o índio caiapó. Ele falou que eles fazem suruba mesmo, é a coisa mais natural do mundo. É índio com índio, índio com duas, três índias, tudo misturado. E provavelmente o que aconteceu ali, com uma desqualificada de uma mulher, que depois cumpriu pena por tráfico de drogas, foi o Paiakan, a mulher dele e essa moça, que acusou ele de estupro depois.

Mas fizeram uma armação, porque meses antes tinha acontecido uma coisa muito ruim: o Paiakan estava viajando e a Irekan de novo teve problema de útero; o médico de Redenção [município do sul do Pará], sem consultar o Paiakan, extraiu o útero dela, o que criou um grave problema de Estado entre os caiapós, porque eles [o

casal] só têm duas filhas, ele precisava ter um filho, isso pra ele foi um golpe tremendo.

O Cotrim explica que o que aconteceu ali, entre ele, a mulher e a moça, tem o sentido de um ritual religioso, só que a Justiça brasileira não quis saber, falaram ‘o Paiakan é um índio integrado, uma pessoa que sabe o que é certo e errado’, e condenaram, ele nunca mais saiu da aldeia.

Depois eu falei com o Paiakan por rádio algumas vezes, na época ele estava já bem agastado e estava abrindo uma aldeia mais remota, chamada Rio Vermelho, porque ele queria ficar longe dos brancos – até então ele vivia na aldeia Aukre com o pai e os outros caciques.

Ele convidou eu e o Sho pra irmos lá, ‘vocês vão ser os primeiros brancos a por o pé naquela região’. Foi uma experiência fantástica! A gente foi no avião dele até essa aldeia e ele convidou a gente a passear de canoa no rio Vermelho, fomos os primeiros brancos a por os pés ali.

Começamos a andar pelo rio, que é cheio de pedras, rio de aluvião, me chamou a atenção o barranco cheio de ferrugem. Eu falei: ‘Mas a terra aqui é estranha, né, Paiakan, cheia de ferrugem...’. Ele falou: ‘Isso não é ferrugem, é ouro?!’. Eu falei: ‘Paiakan, seu piloto é de confiança?’; [Paiakan:] ‘É de confiança’. Eu falei: ‘Você não pode deixar nunca ninguém saber disso aqui, porque se eles souberem, esse troço vira uma Serra Pelada!’. Impressionante, acho que eu tenho até foto aí.

Lições

Eu falei de forma intelectualizada do mecanismo da história, mas meu esforço sempre foi tentar simplificar essas comparações, no meu trabalho eu tento identificar a linha histórica que liga os eventos fundadores do movimento de esquerda em Londrina. Por exemplo, depois de Porecatu teve gente que foi para Trombos e Formoso (revolta camponesa no norte de Goiás em 1950-1957) e gente que foi para o Araguaia. Em Londrina, os dois primeiros presidentes do DCE [Paulo Silva e Nilson Monteiro, 1974 e 1975] eram do *Senzala* [grupo de teatro da ULES em 1968] e foram para o *Poeira*.

Outro exemplo que me deixou impressionado: quando terminou a guerrilha de Porecatu, os comandantes de Porecatu receberam uma encomenda do partido de escrever um relatório de avaliação; vários comandantes escreveram, o Hilário; o Ailton, o próprio Hilário, antes de morrer, em entrevista para ao Priori [Angelo], historiador de Maringá, falou desse documento, também encontrei referências a esse documento em vários lugares.

Eles escreveram, mandaram para o Marighela, mas ninguém sabe onde foi parar, tinha muito problema de segurança na época. O curioso é que nós recebemos a mesma incumbência... Cada um de nós escreveu um texto, a tarefa era depois juntar tudo, mas não foi concluído, porque já foi naquele processo de cisão, e depois de cisão da cisão. Eles [partido] consideravam que a experiência do *Poeira* teve uma importância tal, que ia servir de modelo de mobilizações, não só de estudantes.

A gente vive uma época de um retrocesso grande, é o movimento pendular da história; está numa baixa, mas vai se refazer e não vai ser com o PT... Vários sociólogos que eu tenho lido, como Milton Santos, Eric Hobsbawm, FHC, dizem que as instituições de hoje, que surgiram na Grécia, estão anacrônicas, não respondem às demandas da sociedade. Ninguém acredita mais em partido, sindicato, igreja, nem em família.

O Hobsbawm vai mais fundo, ele fala que a geração Y não tem sentimento de pertinência, a única lealdade que eles sentem é em relação à empresa em que

trabalham. Eu vejo isso aqui em casa, porque meus dois filhos trabalham na mesma área, em empresas diferentes, e um acha que a empresa onde ele trabalha é melhor, e melhor em todos os sentidos.

Essas manifestações [populares] espontâneas, por exemplo... Os movimentos sociais estão todos cooptados pelo Estado. Os dirigentes sindicais estão todos pendurados no governo, mamando. Os trabalhadores estão completamente à mercê dos acontecimentos.

Se você observa a realidade de hoje – e todos esses autores falam isso –, essas manifestações são ensaios. As pessoas sabem o que elas não querem, mas não sabem o que querem. Elas já sabem que não querem mais esse tipo de representação institucional, mas não sabem o que pôr no lugar.

O Hobsbawm fala que a gente está vivendo uma época de transformações tão grandes como a Revolução Francesa ou a Revolução Russa, só que as pessoas não se dão conta. E é verdade. Eu acho que a gente tem que estudar nesse caminho.

Marx

O pessoal fala muito de Marx, mas não o lê. No movimento secundarista a gente tinha uma vida cultural e intelectual muito intensa, o Mané Jacinto estimulava muito isso.

Quando fomos para o PC do B, a gente passou a ter preconceito contra intelectual, mas eu me lembro de duas discussões: o Marx dizia que nós estávamos caminhando para um mundo que não vai ter mais fronteiras, alfândega, e o dinheiro vai ser único, ele desenvolve teorias e teorias sobre isso, mas o pessoal do PT mete a boca.

Quando o mundo está em transformação, ele tem coisas boas e ruins, o velho e o novo, você tem que estudar com grande aplicação. É como na ciência: antigamente, um cara conseguia estudar e criar várias coisas; hoje em dia, centenas de cientistas se articulam no mundo todo para tentar dar um passinho pequeno. A mesma coisa para as ciências sociais.

Na década de 1960 a gente estudava o que Marx falava sobre a infraestrutura e a superestrutura, que a infraestrutura se move bem mais rápido do que a superestrutura. Isso se aplica nos dias de hoje, em que a velocidade da transformação promovida pela tecnologia está transformando o mundo em que vivemos e, no entanto, o que está acontecendo com a superestrutura?

A velocidade das informações está mostrando como é a cabeça das pessoas no mundo – o racismo, a homofobia, esses valores mais odiosos, conservadores, estão ganhando relevância, porque antes permaneciam isolados, já que não havia veículos. Então a impressão que a gente tem é que o mundo está progredindo rapidamente na infraestrutura e regredindo na superestrutura. Se você estudar o *Poeira* sob essa ótica, você vai perceber como o processo histórico é maravilhoso, o *Poeira* foi o primeiro ensaio de atuação que um cidadão pode ter na sociedade. Se você pega Marx, Engels, Lenin e equilibra com pensadores como Weber, você compreende melhor a determinação que a máquina da história impõe, e o verdadeiro papel que o indivíduo desempenha. É o processo dialético: tese, antítese, síntese.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo vivido intensamente o movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina do segundo semestre de 1973 ao primeiro semestre de 1979, cinco anos nos quais transcorreu inteiramente a experiência do jornal *Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima*, a sensação deste autor, ao final desta pesquisa, é mais de surpresa do que de nostalgia. O mergulho no objeto de pesquisa – a coleção do jornal – e a reaproximação aos protagonistas desta história, meus companheiros de militância de quarenta anos atrás, traz algumas confirmações, mas, principalmente, muitas descobertas.

A primeira delas: a experiência do jornal *Poeira* e do movimento estudantil da UEL nos anos 1970 pode ter sido o principal enfrentamento do país entre estudantes e o regime militar em torno de uma das cláusulas centrais da Reforma Universitária de 1968, aquela que criou entidades oficiais, “atreladas” às administrações das universidades, como tentativa de prover o país de uma liderança estudantil conservadora e favorável à ditadura.

Em sua luta de resistência democrática, tendo como base a chamada “linha de massa”, o movimento estudantil da UEL, aglutinado em torno do *Poeira*, conquistou plena hegemonia e considerável influência política estadual e nacional, no período 1974 a 1978, utilizando como instrumento de organização as tais entidades oficiais criadas pela política educacional dos governos militares. Para tanto, venceu eleições estudantis anuais, convocadas e organizadas pela administração, nas quais o voto era obrigatório e somente estudantes com bom desempenho escolar podiam concorrer. E mesmo quando a administração da UEL recrudescia as exigências para aceite das candidaturas, em 1977-78, alijando aproximadamente 50 por cento dos estudantes da disputa eleitoral, o grupo *Poeira* conseguiu manter sua hegemonia.

Assim, o ato do Conselho de Administração de 27 de novembro de 1978, que cassou os mandatos estudantis, extinguiu as entidades e confiscou os seus bens (sendo o primeiro e principal deles a máquina impressora do jornal *Poeira*), pode ser caracterizado como um “atestado de óbito oficial” do modelo de representação estudantil “atrelada”, criado pelos militares, decretando uma clara derrota da Reforma Universitária de 1968, possivelmente a mais explícita do país.

Outra descoberta da presente pesquisa, ao menos para este autor, foi o papel da manifestação estudantil contra a prisão política de um professor da UEL, na chamada “Operação Marumbi”, durante a cerimônia de posse da segunda gestão *Poeira* à frente do Diretório Central dos Estudantes, em outubro de 1975, como um divisor de águas na relação entre o movimento estudantil de Londrina e os órgãos de segurança do regime militar. Elaborado coletivamente pelo Conselho Deliberativo do DCE e lido pelo presidente eleito, Nilson Monteiro Menezes, foi a única manifestação pública do estado do Paraná contra as prisões políticas daquela operação policial militar.

Cumprido salientar que tal manifesto, divulgado pelos jornais de Londrina apesar da censura prévia em vigor, ocorreu poucos dias antes do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas instalações do DOI-CODI em São Paulo, evidenciando que as forças de repressão do regime militar continuavam fortes e ativas, ainda na vigência do AI-5.

A julgar pelos depoimentos dos sujeitos da pesquisa e também pela trajetória do jornal *Poeira*, não havia intenção do movimento estudantil de tão cedo politizar sua atuação, menos ainda provocar a repressão. “Foi um momento muito delicado, porque se você não fizesse nada [em relação às prisões], ia se desmoralizar, e se fizesse algo fora do tom, ia perder o apoio dos estudantes” – disse Marcelo Oikawa.

Apesar dos cuidados, a análise das edições posteriores do *Poeira* revela que aquela manifestação tocou no ponto mais sensível da ditadura e despertou atenção diferenciada dos órgãos de segurança sobre o jornal e o movimento estudantil da UEL. Tal “atenção” começou a se materializar logo após a cerimônia de posse, com a primeira convocação de diretores do DCE para depoimento na Polícia Federal em Londrina, conforme depoimento de Nilson Monteiro Menezes, e continuou com pressões a anunciantes e empresas que imprimiam o jornal *Poeira*, por parte de pessoas ligadas a órgãos de segurança.

Também a atitude da administração da UEL em relação ao movimento estudantil, até então de certa tolerância e condescendência, passou a ser mais ostensiva a partir do segundo semestre de 1975, com ênfase em temas como a organização da AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informações, aprovação de um regimento disciplinar com normas do Decreto Federal 477 e outros.

Tal estratégia prosseguiu em 1976 e, após a infrutífera tentativa de derrotar politicamente o grupo *Poeira* e seu jornal nas eleições estudantis de setembro, com apoio a uma chapa adversária, foi um crescendo de ações repressivas, como a apreensão de uma edição especial do *Poeira*, dirigida aos calouros de 1977, e a depredação de diretórios estudantis no campus durante a noite.

A culminância desse processo de enfrentamento ocorreu em junho de 1977, com uma operação da Polícia Militar do Paraná que impediu uma palestra do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro, sobre “Direitos Humanos e Constituinte”, promovida pelo DCE de Londrina. Fato que causou comoção social e forte repercussão nacional e constituiu um dos principais episódios de repressão política do regime militar, no estado do Paraná, na década de 1970.

Após esse fato, até hoje não assumido publicamente por nenhuma autoridade, a administração fez uma última tentativa de controlar as entidades estudantis, adiando as eleições de 1977 para o fim do ano, impondo regras mais severas para aceitação de candidaturas e apoiando de forma pouco dissimulada uma chapa para as eleições do principal centro de estudos da UEL, o CESA. A nova derrota parece ter feito os dirigentes desistirem do modelo de representação estudantil da Reforma Universitária, fato que se materializaria no ano seguinte.

Entre as confirmações de hipóteses desta pesquisa, a principal é sobre a importância da aquisição da máquina impressora do *Poeira* e dos jornais setoriais da UEL, concretizada em meados de 1976, quando as pressões sobre anunciantes e editoras colocavam em sério risco a continuidade do jornal. A independência e autonomia que tal aquisição trouxe ao jornal e ao movimento estudantil, foram responsáveis pela sucessão dos fatos anteriormente narrados, inclusive – e especialmente – o desenlace final em novembro de 1978, com o fechamento das entidades e sequestro de seus bens, sendo o primeiro deles – e não por acaso – a máquina impressora Multilith 1350.

Outra confirmação, atestada pelos depoimentos dos sujeitos e análise do objeto de estudo desta pesquisa, é sobre a importância da qualidade do jornal para o sucesso da experiência: a combinação de profissionalismo com amadorismo, em um processo aberto e democrático de produção do jornal; a busca de uma linguagem “normal”, livre dos jargões de

esquerda; a valorização do humor, em uma combinação de estilos das duas referências nacionais da época, os jornais *Movimento* e *O Pasquim*; a fidelidade à “linha de massa”, com a utilização de pesquisas de opinião para avaliação do desempenho do jornal e das entidades estudantis. Estes e outros ingredientes foram decisivos para que o jornal *Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima* conquistasse um lugar entre os apenas 25 (de um total de 150) da imprensa alternativa brasileira dos anos 1970, que duraram cinco anos, segundo o jornalista e professor Bernardo Kucinski.

Voltando às “descobertas” da presente pesquisa: embora protagonizada por jovens universitários na faixa de 20 anos, a experiência desse movimento estudantil nada teve de “juvenil”, no sentido da impulsividade ou da inconseqüência; as marcas de sua condução foram comprometimento, disciplina, maturidade, ou seja, uma experiência “adulta”.

As lembranças predominantes dos sujeitos, e também deste autor, são bem mais de trabalho árduo e exaustivo – às vezes extenuante, como as três noites sem dormir de Marília Andrade, na eleição de 1974 –, do que de momentos de relaxamento e diversão – sendo os melhores destes a distribuição do jornal de manhazinha, após passar a noite acompanhando a impressão na *Folha de Londrina* ou na impressora do DCE, como lembrou Roldão Arruda.

Enfim, o *jogo* – de que fala Pierre Bourdieu – que se jogava no *campo* que era a Universidade Estadual de Londrina naqueles anos da ditadura militar, não era um “amistoso” entre “amadores”, muito menos uma indiferença consciente (“ataraxia”) ou interesse casual. Era *jogo* “de campeonato”, disputa “profissional”, na qual os *jogadores* tinham “o sentido do jogo” ou “o jogo na pele”, percebendo “o futuro do jogo” (BOURDIEU, 2010, p.144).

De um lado, um grupo político com forte respaldo do regime militar, liderado por um ministro de Estado, ex e futuro governador do Paraná, que tinha na Universidade Estadual de Londrina um instrumento com duas finalidades: demonstrar as vantagens da “nova” universidade que emergia da Reforma Universitária de 1968 e dos Acordos MEC-USAID, da qual a instituição seria um modelo; e, ao mesmo tempo, estabelecer uma “cunha” política na região Norte do Paraná, por meio da UEL – principal

instituição pública estadual, para contrapor a hegemonia do partido de oposição – o MDB – na região.

Do outro lado, um movimento estudantil solidamente embasado na tradição dos movimentos e partidos de esquerda na região, em favor do trabalho junto às bases sociais, a chamada “linha de massa”. A essa tradição somou-se a presença de um casal de militantes do Partido Comunista do Brasil, na época empenhado em uma trágica experiência “foquista” (anti linha de massa) na Amazônia (a Guerrilha do Araguaia).

Por uma aparente coincidência, esse casal de militantes, poupado da guerrilha pela gravidez da esposa, ficou aos cuidados de um dirigente que era crítico ao “desvio foquista do partido”, como era qualificada a Guerrilha do Araguaia no interior do PC do B; tal circunstância oportunizou a alguns poucos membros da liderança do jornal *Poeira* um vínculo partidário que contribuiu para a consistência da experiência.

Interessante que esse vínculo parece ter sido mais moral e afetivo do que orgânico ou de comando, tipo “correia de transmissão”, como observou Célia Regina de Souza. Inclusive porque o “contato” em questão (Pedro Pomar), segundo Marília Andrade, não tinha experiência e não sabia orientar um trabalho de organização de movimento estudantil. Motivo que a levou a buscar e absorver experiências de seu irmão, ligado a um grupo trotskista de Belo Horizonte, com anuência do stalinista Pomar.

Outra interessante coincidência é que as duas maiores influências – ou “inspirações”, segundo os depoimentos – daqueles jovens, tenham sido dois velhos comunistas, que apostaram inteiramente suas vidas pelo sonho da revolução socialista: Manoel Jacinto Correa, do PCB e PCBR, um dos líderes da “Guerrilha de Porecatu” nos anos 1940/50, e Pedro Pomar, do PC do B, morto na chamada “chacina da Lapa” em dezembro de 1976.

“Não vou decepcionar esse velhinho [...] pra nós [sua morte] foi terrível, uma perda amorosa”, disse Célia Regina de Souza sobre Pomar. “Ele era como meu pai [...]. Só fui perceber a importância dele depois que ele morreu, passei três anos abaladíssima, chorava o tempo inteiro, escondida”, testemunhou Marília Andrade. E Marcelo Oikawa não economizou palavras para enaltecer a importância de Manoel Jacinto e do exemplo de

Porecatu em sua formação, culminando com o fato de o velho comunista e sua esposa estarem sepultados no jazigo da mãe e do padrasto de Marcelo.

Tais influências ou “inspirações” falam muito sobre os *capitais simbólicos* em disputa nesse *jogo* – de que fala Bourdieu – jogado no *campo* que era a UEL nos anos 1970. Capitais que se materializam em reconhecimento, “de natureza essencialmente social e coletiva”, como explicou Louis Pinto (2000), mas que se revestem também da “gratificação simbólica” inerente aos vínculos afetivos de respeito, admiração e lealdade, para não dizer “devoção”, como os que uniam esses jovens àqueles velhos.

No aspecto do reconhecimento social e coletivo, o jornal *Poeira* saiu-se amplamente vencedor no *jogo* em questão, amealhando formidável *lucro simbólico* frente às forças do *status quo* da Universidade Estadual de Londrina. E o fez ao incorporar e explicitar valores que são “motores da história”, na concepção Jacques Le Goff, como modernidade, juventude e progresso, e evidenciar, em seus oponentes, os antivalores de antiguidade, velhice e atraso. “A oposição antigo/moderno [...] agudiza-se sempre que se trata de lutar contra um passado recente, um presente sentido como passado, ou quando a querela dos antigos e modernos assume as proporções de um ajuste de contas entre pais e filhos” (LE GOFF 2003, p.201-202).

Em certa medida, a luta do movimento estudantil pode ser vista assim, como um “ajuste de contas entre pais e filhos”, no qual o regime militar e seus quadros na universidade brasileira representavam um “passado recente” ou “um presente sentido como passado”, que deveria ser rejeitado e superado, política e moralmente.

O *lucro simbólico* do *Poeira* traduziu-se na ampla hegemonia cultural e política que o jornal e o grupo que o dirigia exerceram sobre o movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina. Tal influência, apesar da medida de força de novembro de 1978 que fechou as entidades estudantis, perdurou ao longo do tempo, marcando as gerações que conviveram na Universidade naqueles anos e, inclusive, gerações posteriores.

É também irônico que Bourdieu tenha denominado tal engajamento, com máximo grau de comprometimento, como *illusio*, palavra que vem de *ludus* (jogo), parente próxima de “ilusão”, e que poderia significar “um jogo social levado a sério – fantasia subjetiva coletivamente sancionada”, no dizer de Oliveira (2005).

Talvez essa definição explique o desapontamento e a frustração confessados por um dos sujeitos desta pesquisa, diante da percepção de que um substancial *capital político* se perdeu, ou ao menos não frutificou como o esperado em novos projetos de poder, em decorrência da dispersão daquele grupo após 1979. Ou seja, no momento em que o *jogo* termina, ou os jogadores deixam o *campo* e se “despreendem” do *jogo*, desfaz-se a *illusio*. Provavelmente, aqueles *jogadores* já estavam em outros *campos* (profissionais, políticos, culturais), jogando outros *jogos*, movidos por outras *illusions*.

Sensação ainda mais agravada pela percepção de fracasso de uma parte daquela mesma geração, que também lutou contra a ditadura militar – embora com outras concepções políticas – e que chegou ao poder décadas depois com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e que já não consegue sustentar – de forma hegemônica – o discurso do novo, do moderno e progressista, espécie de monopólio da esquerda brasileira ao longo da história.

Processo que Jacques Le Goff percebe como uma “crise da ideologia do progresso”, que se instalou em todo o mundo na virada para o século XXI, e que se expressa como “repúdio pelos marxismos, ao menos pelo marxismo vulgarizado”, referindo-se a “toda uma produção sem valor científico que só podia iludir pela pressão da moda e de um certo terrorismo político-intelectual [que] perdeu completamente o crédito” (LE GOFF 2003, p.127).

Mas, como que prevendo as reviravoltas da história, inclusive os atuais “riscos de retrocesso” de que fala Roldão Arruda neste 2015 de crise econômica e instabilidade política no Brasil, Le Goff também adverte: “Assinalemos que, em sentido contrário e nas mesmas condições, gerou-se uma produção de pseudo-história antimarxista que parece ter tomado como bandeira o tema gasto do irracional” (LE GOFF 2003, p.127).

Entre milhares de vidas que compartilharam a experiência daqueles cinco anos (1973-78), como protagonistas e antagonistas, simpatizantes, críticos ou simples espectadores, esta pesquisa optou por concentrar seu foco em sete personagens que, a critério deste autor, tiveram papel central na condução do movimento estudantil e do jornal *Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima*.

Não foram poucas as sugestões, ao longo da pesquisa, para ampliar o foco, o objeto de estudo e os sujeitos, mas nos mantivemos firmes no propósito suscitar o tema através de uma abordagem que, embora parcial, tem sua relevância, sem a pretensão de esgotá-lo. Esperamos que outros estudos venham ampliar a análise e a compreensão sobre este rico período da história do país³².

Quanto aos cinco membros da “Rede” em questão, que concordaram em participar como sujeitos desta pesquisa, o “consciente gramsciano” de que fala Bernardo Kucinski, referindo-se à motivação (ou *libido*, segundo Bourdieu) de transformar o mundo através da cultura, esteve mais fortemente representado por Roldão Arruda e Nilson Monteiro Menezes. Já a *libido* política, da transformação social através da revolução social e da “ditadura do proletariado” – o “inconsciente leninista” mencionado por Kucinski –, prevaleceu como na maioria das experiências da chamada “imprensa alternativa” da época, no caso do *Poeira* representada por Marília Andrade, Marcelo Oikawa e Célia Regina de Souza.

Verificou-se aqui a ambiguidade assinalada por Jacques Le Goff (2003), de uma experiência que buscava a democratização da vida social e política (um “trabalho de massa”), através de um “discurso de modernidade [que] no plano da elaboração, [parte] de uma elite, de grupos, de capelas”. Embora, no caso do jornal *Poeira* e do Movimento Estudantil de Londrina, seja importante enfatizar a participação de centenas de estudantes e o acentuado protagonismo do segundo grupo, a “colônia” mencionada por Meihl e Holanda, com aproximadamente 70 membros, muitos dos quais chegaram a ter participações importantes e decisivas.

Quanto ao “Centralismo Democrático”, chamou atenção a recusa de um dos personagens desta pesquisa em reconhecer-se como parte do mesmo, referindo-se constantemente a esse núcleo como “eles” e não “nós”, de forma crítica, sendo que os demais (e também este autor) atestam sua participação assídua e constante. O que pode ser indício de um ressentimento decorrente das tensões – mencionadas por Kucinski – no interior do grupo, nas quais o espírito leninista sempre predominou sobre o gramsciano.

³² Nesse sentido, encaminharemos ao CDPH da UEL a proposta de criação de uma seção de história oral sobre o movimento estudantil no período da ditadura militar na Universidade Estadual de Londrina, que estimule, acolha, processe e disponibilize à sociedade as memórias de outros protagonistas e também dos antagonistas e outros participantes, oportunizando projetos de pesquisa sobre o tema e difusão em diversas áreas do conhecimento.

Com exceção de Marília Andrade, filha de família culta e abastada de Minas Gerais, cuja presença no grupo foi de 1970 a 1974, os outros seis protagonistas, cuja convivência deu-se entre 1968 e 1978, têm histórias de vida parecidas: filhos de famílias com modestas posses, cujos pais tiveram poucos anos de escola, foram a primeira geração a frequentar a universidade. As origens orientais (Japão) e urbanas (São Paulo) de Marcelo e sua irmã Tiemi, lhes deram uma herança cultural que, no caso dos demais, teve que ser compensada com maior esforço educacional, apoiado pelos pais.

Após construírem suas posições na estrutura social ao longo da infância e adolescência, a partir de oportunidades, estímulos e de suas inclinações e motivações particulares, os personagens desta história se encontraram no colégio em 1968. Ali se reconheceram por suas afinidades e iniciaram uma trajetória que passou pela União Londrinense dos Estudantes Secundaristas (ULES), pelo jornalismo, pela cultura e pela política, ingressaram juntos na universidade e ali protagonizaram uma “ação racional referente a valores”, conforme a definição de Max Weber, atuando a serviço de suas convicções “sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade [...] ou a importância de uma ‘causa’” (WEBER, 2012, p.15).

A prolongada convivência de dez anos³³ contribuiu para sedimentar este “sistema subjetivo, mas não individual”, que Bourdieu denominou *habitus*, formado “de estruturas interiorizadas, [...] de concepção e de ação comuns a todos os membros do mesmo grupo ou classe e constituintes da condição de toda objetivação e percepção” (BOURDIEU, 2003, p.71-72).

O *habitus* procura explicar a ação social como fruto de uma relação dialética entre as construções subjetivas do indivíduo e as estruturas objetivas do mundo social, na qual interior e exterior se influenciam e se constroem reciprocamente. Concepção que ultrapassa as “alternativas comuns do objetivismo e do subjetivismo, do estruturalismo e do construtivismo e até do materialismo e do idealismo” (BOURDIEU, 2010, p.27), as quais definem a ação social ora como resultante de condições materiais externas ao indivíduo (determinismo histórico), ora como fruto exclusivo de uma disposição ou vontade individual (idealismo). “O

³³ Essa convivência continuou após o movimento estudantil e se mantém ainda hoje, entre Marcelo Oikawa, Luzia Tiemi Oikawa, Nilson Monteiro Menezes e Cleusa Venâncio Monteiro, em Curitiba, e com menos regularidade entre Célia Regina de Souza, Roldão Arruda e Marília Andrade, em São Paulo.

mundo me contém e me engole, como um ponto, mas eu o contenho”, diz Bourdieu, citando Pascal.

Assim, a experiência objeto desta pesquisa, mais do que fruto apenas da disposição daquele pequeno grupo ou das condições externas então existentes, é resultado da relação entre ambas, em que a ação do grupo fertilizou o ambiente, acentuando suas contradições, e ao mesmo tempo foi por este fertilizada, aumentando sua capacidade de compreensão e de interferência no ambiente externo.

Finalmente, a opção deste projeto pelo trabalho com fontes orais, combinado com a pesquisa bibliográfica e documental, pareceu-nos acertada e bem sucedida. Além de animar a narrativa com o colorido da expressão verbal individual, foi possível identificar “a repetição de certos fatores que, por fim, caracteriza a memória coletiva”, segundo Meihy e Holanda (2007). Sem, no entanto, negligenciar o postulado de Paul Thompson (1998), de que “a abordagem oral [...] trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes”.

Como se viu nos depoimentos dos sujeitos, nem mesmo a subjetividade, evidente em diversas respostas (e, diga-se de passagem, igualmente em intervenções deste autor...), subtrai o mérito da metodologia. Como afirmam Meihy e Holanda, “para muitos que nada entendem de história oral, a confiabilidade das entrevistas é fato suspeito, pois a memória falha, erra, desvia, camufla, distorce, inventa. Mas é exatamente isso que interessa” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.124). No mesmo diapasão, Paul Thompson sustenta que “a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo ou omissivo, porque essa seletividade com certeza tem o seu significado” (THOMPSON, 1998, p.18).

Enfim, mais do que “exatidões históricas”, “testemunhos de verdades” ou de “realidades comprovadas”, buscamos nesta pesquisa a memória de que fala Jacques Le Goff (2003), “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia [...] pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva”.

Encerramos este trabalho com a expectativa de haver contribuído para a “história do presente”, proposta por Le Goff, que tem por base a democratização da memória:

“A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF 2003, p.471).

FIM

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marília Furtado. **Depoimento para a história**: a resistência à ditadura militar no Paraná Londrina, 30 maio 2014b. Entrevista concedida a Silvia Caciollari. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fz4rEkN87ao>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

ANDRADE, Marília Furtado. **Depoimento**. São Paulo, 01 fev. 2014a. Entrevista concedida a José Antonio Tadeu Felismino.

ANTUNES, Henrique Fernandes. O estudo da memória através de uma abordagem interpretativa. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 8, n. 3, p. 319-328, 2008.

ARRUDA, Roldão Oliveira. **Depoimento**. São Paulo, 27 jun. 2014. Entrevista concedida a José Antonio Tadeu Felismino.

BALTAR, Ronaldo. **O ponto morto**. Londrina: Eduel, 2000.

BONI, Maria Ignês Mancini de. 150 anos de Paraná: história e historiografia”. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004. p. 546-566. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/150anosParana-HistoriaHistoriografia.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

BONI, Paulo Cesar. **Fincando estacas**: a história de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina: Ed. do autor, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 10. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2010.

CMNP - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ . **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. São Paulo: Ave Maria, 1975.

COSTA, Amilton. **A repressão no estado do Paraná durante o regime militar**: o movimento estudantil e a operação Marumbi. Maringá: Departamento de História. Universidade Estadual de Maringá, 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_amilton_costa.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CRUZ, Sebastião C. Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de (Org.). **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 13-61

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DHPAZ. **Memorial da anistia**: projeto depoimentos para a história : a resistência à ditadura militar no Paraná. Disponível em: <<http://www.dhpaz.org/dhpaz/projetos/detalhe/1/memorial-da-anistia>>. Acesso em 15 maio 2015.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Herminia Tavares. **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p.182-244

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Metalistas x papelistas : origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, n. 22, p. 203-233, maio/ago. 2012.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE. **Dados populacionais de Londrina**. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66>. Acesso em: 10 abr. 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LAFORGIA, Reynaldo. **Dezembro Sangrento. A chacina da Lapa**. Campinas, SP; Editora Pontes, 1988. In <http://verdadeaberta.org/upload/004-trecho-biografia.pdf> (acesso em 21/11/2015, 11h10m)

LE GOFF, J. (Org.). **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.

LISTA de governadores do Paraná. Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Paran%C3%A1>. Acesso em: 10 abr. 2015a.

LISTA de prefeitos de Londrina. Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Londrina>. Acesso em: 10 abr. 2015b.

MACHADO, André Castelo Branco. **A constituição do movimento estudantil na cidade de Curitiba nos anos de 1964 a 1968**. Curitiba: Departamento de História. Universidade Federal do Paraná, 2005. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2005/andre_castelo_branco_machado.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 87, p. 131-148, jan./abr.

1996. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/344>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MALTA, Maria Mello et al. A História do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37.: 2009 : Foz do Iguaçu. **Anais...** Niteroi: ANPEC, 2009. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2009>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MARSON, Elzio dos Reis. Historiografia paranaense na metade do século XX: o 'Paraná tradicional' e o 'Paraná moderno'. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004. p. 227-236 Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/150anosParana-HistoriaHistoriografia.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

MARTINS, Gelise Cristine Ponce. O processo de (re)ocupação do norte do Paraná e o discurso que o legitimou (1855-1970). **História e-história**, Campinas, 28 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=456>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENEZES, Nilson Monteiro. **Depoimento**. Curitiba, 08 fev. 2014. Entrevista concedida a José Antonio Tadeu Felismino.

MENEZES, Nilson Monteiro. **Depoimentos para a história**. 15 abr. 2014. DHPAZ, 2014. Entrevista concedida a DHPAZ Paraná. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9KujwhPXV7Q>>. Acesso em: 14 maio 2015

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte : Autêntica, 2004.

OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OIKAWA, Marcelo Eiji. **Depoimento**. Curitiba, 03 set. 2014. Entrevista concedida a José Antonio Tadeu Felismino.

OIKAWA, Marcelo. **Depoimentos para a história**. 18 dez. 2013. DHPAZ, 2013. Entrevista concedida a DHPAZ Paraná. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_8ahd-pWk9Y>. Acesso em: 14 maio 2015.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Illusio: aquém e além de Bourdieu. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 529-543, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 set. 2015.

ORTIZ, Renato (Org). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d`Agua, 2003.

PACHECO, Jairo Queiroz; PALMEIRA, Delfim Júnior (Org.). **Inventário sumário do fundo do Diretório Central dos Estudantes**. Londrina: Eduel, 1997. (Acervo do CDPH/UEL)

PEDRO Pomar. Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Pomar>. Acesso em: 25 out. 2015.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PIROLLO, Bernardo. **As elites paranaenses e a ditadura civil militar de 1964**. Curitiba: Ed. do autor, 2014. Disponível em: <<http://www.bernardopilotto.com.br/2014/03/29/as-elites-paranaenses-e-a-ditadura-civil-militar-de-1964/>>. Acesso em: 14 set. 2015.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984**. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

RUF: Ranking universitário da folha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2014/rankingdeuniversidades/>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

SOUZA, Celia Regina de. **Depoimento**. Londrina, 03 mar. 2014. Entrevista concedida a José Antonio Tadeu Felismino.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRJGUEIROS FILHO, Marinósio; TRJGUEIROS NETO, Marinósio. **História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista**. Londrina: UEL, 1991.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. UnB, 2012. v.1

ARTIGOS E MATÉRIAS DO JORNAL *POEIRA* (CAPÍTULO V.2):

169 EM BUSCA de fama. **Jornal *Poeira***, n. 7, p. 12, abr. 1975. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_04>. Acesso em: 14 abr. 2015.

1ª SEMANA de Atualidades. **Jornal *Poeira***, n. 9, p. 3, set. 1975. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_08>. Acesso em: 14 abr. 2015.

A GREVE. **Jornal *Poeira***, n. 25, p. 7-8, ago. 1978. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_08>. Acesso em: 14 abr. 2015.

A HISTÓRIA da opressão é também a história da resistência. **Jornal *Poeira***, n. 23, p. 2, mar. 1978. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_03>. Acesso em: 14 abr. 2015.

A MORDAÇA aumenta a mordacidade. **Jornal Poeira**, n. 22, p. 2, nov. 1977. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

A VASSOURA foi derrotada: os inimigos da democracia estão fora de combate? **Jornal Poeira**, n. 16, p. 3, set. 1976. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

APÓS 2 anos sem verbas, DCE continua. **Jornal Poeira**, n. 26, p. 7, out. 1978. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_10>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ARRIBA, *Poeira!* **Jornal Poeira**, n. 17, p. 5, nov. 1976. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ASSIM não dá, pode parar. **Jornal Poeira**, n. 27, p. 3, nov. 1978. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

AUDITORIA: Afinal, o que quer a reitoria? **Jornal Poeira**, n. 23, p. 2, mar. 1978. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_03>. Acesso em: 14 abr. 2014.

AVANTE, *Poeira!* **Jornal Poeira**, n. 16, p. 2, set. 1976. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_10>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BANG. **Jornal Poeira**, ed. Esp., p. 2, maio 1977. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_05_especial_i>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BOM exemplo. **Jornal Poeira**, n. 23, p. 14, mar. 1978. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_03>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CHEGA de eleições. **Jornal Poeira**, n. 17, p. 14, nov. 1976. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_11i>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CONVERSAÇÃO: O reitor fala! **Jornal Poeira**, n. 7, p. 21, abr. 1975. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_04>. Acesso em: 14 abr. 2015.

E O PASSE, prefeito? **Jornal Poeira**, n. 14, capa, set. 1976. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

EDITORIAL. **Jornal Poeira**, n. 2, p. 2, abr. 1974. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1974_04>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ESCLARECIMENTO. **Jornal Poeira**, n. 12, p. 11, abr. 1976. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_04>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ESTUDANTES IMPEDEM negócio esquisito da FUEL. **Jornal Poeira**, n. 26, p. 3, out. 1978. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_10>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ESTUDANTES LUTAM: passe é regulamentado. **Jornal Poeira**, n. 17, p. 17, nov. 1976. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ESTUDANTES: a participação na vida nacional. **Jornal Poeira**, n. 4, p. 10-11, ago. 1974. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1974_08>. Acesso em: 14 abr. 2015.

HISTÓRIA. **Jornal Poeira**, n. 12, p. 23, abr. 1976. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_4>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 1, mar. 1974a. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1974_03>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 2, abr. 1974b. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1974_04>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 3, maio 1974c. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1974_05>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 4, ago. 1974d. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1974_08>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 5, set. 1974e. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1974_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 6, dez. 1974f. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1974_12>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 7, abr. 1975a. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_04>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 8, jun. 1975b. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_06>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 9, ago. 1975c. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_08>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 10, set. 1975d. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 11, nov. 1975e. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 12, abr. 1976a. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_4>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 13, jun. 1976b. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_06>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. 14, ago. 1976c. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_08>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 15, set. 1976d. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 16, set. 1976e. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_10>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 17, nov. 1976f. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 18, mar. 1977a. . Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_03>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 20, ago. 1977e. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_08>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 21, set. 1977f. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 22, nov. 1977h. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 23, mar. 1978a. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_03>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 24, maio. 1978b. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_05>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 25, ago. 1978c. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_08>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 26, out. 1978e. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_10_especial_i>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. 27, nov. 1978d. . Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_11_especial_i>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. esp. ii, maio 1977c. (Acervo do CDPH/UEL)

Jornal *Poeira*, n. esp., jul. 1977d. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_07_especial_i>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. esp., nov. 1977i. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. esp., out. 1977g. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_10>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal *Poeira*, n. esp., set. 1978d. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Jornal Poeira, n. esp.i, maio 1977b. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_05_especial_i>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MUDANÇAS no regimento do DCE: Um nó cego pra amarrar nossas entidades. **Jornal Poeira**, n. 22, p. 15, nov. 1977. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

NA JUSTIÇA as contas do DCE! **Jornal Poeira**, n. 26, p. 6, out. 1978. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_10>. Acesso em: 14 abr. 2015.

O JOGO do poder. **Jornal Poeira**, n. 22, p. 10, nov. 1977. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

O POEIRA não pode parar. **Jornal Poeira**, n. 16, p. 8, set. 1976. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

O PROFESSOR libertado. **Jornal Poeira**, n. 11, p. 8, nov. 1975. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

OPINIÃO. Na prática, a conversa é outra. **Jornal Poeira**, n. 7, p. 3, abr. 1975. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_04>. Acesso em: 14 abr. 2015.

OS ESTUDANTES e o voto. **Jornal Poeira**, n. 26, p. 2, out. 1978. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_10_especial_i>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PALMO a palmo, passo a passo, nossa luta avança. **Jornal Poeira**, n. 21, p. 4, set. 1977.

Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

POR QUE tudo isto? **Jornal Poeira**, n. esp., p. 2, maio 1977. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_05_especial_i>. Acesso em: 14 abr. 2015.

POSSE, uma cerimônia anormal. **Jornal Poeira**, n. 11, p. 8, nov. 1975. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_11>. Acesso em: 14 abr. 2015.

QUANDO a FUEL precisa de ajuda, ela chama a SUAT. **Jornal Poeira**, n. 18, p. 5, mar.

1977. Disponível em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1977_03>. Acesso em: 14 abr. 2015.

QUANDO o muro separa, uma ponte une. **Jornal Poeira**, n. 10, p. 6, set. 1975. Disponível

em: <http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1975_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.

UNIVERSIDADE condenada. **Jornal Poeira**, n. 24, p. 17-18, maio 1978. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1978_05>. Acesso em: 14 abr. 2015.

VAMOS continuar. **Jornal Poeira**, n. 14, p. 3, set. 1976. Disponível em:

<http://issuu.com/jornalpoeira/docs/poeira_1976_09>. Acesso em: 14 abr. 2015.